O PAÍS EM DEBATE: BRASIL 2026

ENTRE O DILEMA INTERNO E A NOVA ORDEM MUNDIAL

WAGNER IGLECIAS
(ORG.)

CLACSO

O PAÍS EM DEBATE: BRASIL 2026

O país em debate: Brasil 2026 entre o dilema interno
e a nova ordem mundial / Camila Rocha... [et al.];
Coordinación general de Wagner Iglecias. - 1a ed. -
Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2026.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-631-308-361-9

1. Brasil. 2. Democracia. 3. Movimiento Social. I. Rocha,
Camila II. Iglecias, Wagner, coord.
CDD 301

Revisão de texto: Santiago Basso
Paginação : Santiago Basso
Design de capa: Dominique Cortondo Arias

O PAÍS EM DEBATE: BRASIL 2026

ENTRE O DILEMA INTERNO E A NOVA ORDEM MUNDIAL

WAGNER IGLECIAS
(ORG.)

AMARAL AREVALO | ANETE BRITO LEAL IVO | ANTONIO ALBINO RUBIM | BERNARDO SALGADO RODRIGUES | BRENO BRINGEL | CAMILA ROCHA | CARLOS EDUARDO MARTINS | CELI SCALON | CÉSAR BARREIRA | CÉSAR BOLAÑO | CLAUDIA MIRANDA | DANILO MARTUSCELLI | DENNIS DE OLIVEIRA | EDNA APARECIDA DA SILVA | EDNA CASTRO | FÁBIO ALKIMIN | FABIO BARBOSA DOS SANTOS | FELIPE MILANEZ | FLÁVIA LESSA DE BARROS | FLAVIO GAITÁN | GABRIELA LOTTA | GUSTAVO MENON | HORÁCIO ANTUNES DE SANT'ANA JÚNIOR | JAVIER VADELL | JOANA DAS FLORES DUARTE | JOANILDO BURITY | JOSÉ CARVALHO DE NORONHA | JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS | JUAN AGULLÓ | LIA CALABRE | LIA PINHEIRO BARBOSA | LILIA TAVOLARO | MANOEL DOURADO BASTOS | MARIA APARECIDA BRIDI | MAURA BICUDO VERAS | MÓNICA BRUCKMANN | MUCIO TOSTA GONÇALVES | NATASHA BACHINI | NORA KRAWCZYK | OLIVIA CRISTINA PEREZ | PABLO VOMMARO | PAULO ROBERTO NEVES COSTA | ROBERTO LEHER | ROCHELE FELLINI FACHINETTO | SILVIA ALVES FERNANDES | SILVIA BORELLI | THAIS FLORENCIO DE AGUIAR | WAGNER IGLECIAS | YAMILA GOLDFARB

CLACSO

CLACSO
Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

CLACSO Secretaria Executiva

Pablo Vommaro - Diretor Executivo
Gloria Amézquita - Diretora Acadêmica
María Fernanda Pampín - Diretora de Publicações

Equipe Editorial

Lucas Sablich - Coordenador Editorial
Solange Victory - Produção Editorial

LIVRARIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CONHECIMENTO ABERTO, CONHECIMENTO LIVRE

Os livros do CLACSO podem ser baixados livremente em formato digital desde qualquer lugar do mundo através do endereço eletrônico **libreria.clacso.org**

O país em debate: Brasil 2026. Entre o dilema interno e a nova ordem mundial (Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2026).

ISBN 978-631-308-361-9

© Conselho Latino-americano de Ciências Sociais | O depósito exigido pela Lei 11.723 foi efetuado.

CC BY-NC-ND 4.0

A responsabilidade pelas opiniões expressas nos livros, artigos, estudos e outras colaborações diz respeito exclusivamente aos autores firmantes, e sua publicação não necessariamente reflete os pontos de vista da Secretaria Executiva do CLACSO.

CLACSO
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina
Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>

Índice

Apresentação 9
Wagner Iglecias

Prefácio. O Brasil na perspectiva do Sul Global 13
Pablo Vommaro

(1) DEMOCRACIA
Camila Rocha 19
Thais Florencio de Aguiar 23
Danilo Martuscelli 27

(2) ECONOMIA
Carlos Eduardo Martins 35

(3) MOVIMENTOS SOCIAIS
Breno Bringel 45
Natasha Bachini Pereira 51

(4) FEMINISMOS
Joana das Flores Duarte 61

(5) POPULAÇÃO NEGRA
Dennis de Oliveira 67
Claudia Miranda 73

(6) POVOS INDÍGENAS
Fábio Alkimin 81
Felipe Milanez 87

(7) POPULAÇÃO LGBTQIPA+
Rochele Fellini Fachinetto 97
Amaral Arévalo 103

(8) CIDADES, DESIGUALDADES E MOBILIDADES
Maura Bicudo Veras 113
Celi Scalon 123

(9) GESTÃO PÚBLICA
Gabriela Lotta 131

(10) MUNDO DO TRABALHO
Maria Aparecida Bridi 139

(11) JUSTIÇA, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
César Barreira 149
José Vicente Tavares dos Santos 157

(12) MEIO AMBIENTE
Edna Castro 165
Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior 171

(13) POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL
Flavio Gaitán 179
Anete Brito Leal Ivo 189

(14) ELITES ECONÔMICAS
Paulo Roberto Neves Costa 199

(15) SAÚDE PÚBLICA
José Carvalho de Noronha 207

(16) EDUCAÇÃO
Nora Krawczyk 215

(17) INFÂNCIAS E JUVENTUDES
Olivia Cristina Perez 227
Silvia Borelli 233

(18) QUESTÃO AGRÁRIA
Yamila Goldfarb 243
Mucio Tosta Gonçalves 255

(19) CULTURA
Antonio Albino Rubim 263
Lia Calabre 271

(20) UNIVERSIDADE
Roberto Leher 279

(21) MÍDIAS TRADICIONAIS E NOVAS MÍDIAS
César Bolaño 287
Manoel Dourado Bastos 293

(22) RELIGIOSIDADES
Joanildo Burity 303
Silvia Alves Fernandes 309

(23) RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS
Mónica Bruckmann 317
Edna Aparecida da Silva 325

(24) POLÍTICA EXTERNA
Bernardo Salgado Rodrigues 333

(25) BRASIL, OS BRICS E A NOVA ORDEM MUNDIAL
Javier Vadell 345
Juan Agulló 353

(26) O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Fabio Luis Barbosa dos Santos 361
Gustavo Menon 367
Flávia Lessa de Barros e Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro 371

Posfácio. O Brasil e as problemáticas irresolutas da questão nacional..... 385
Lia Pinheiro Barbosa

Apresentação

Wagner Iglecias[1]

A ideia desta obra surgiu logo após o término da X Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, promovida pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) em junho de 2025 na cidade de Bogotá. O objetivo seria organizar um livro de entrevistas com intelectuais ligados ao CLACSO que atuam no Brasil, para uma análise do país que emerge transcorrido o primeiro quarto deste século, desde diferentes perspectivas e envolvendo as grandes áreas temáticas da vasta rede de pesquisadores que constituem o CLACSO.

Em outras palavras, o objetivo desta obra, agora disponível ao público, é discutir o Brasil contemporâneo por múltiplos ângulos e através das lentes de intelectuais que pensam o país a partir de temas tão variados como economia, instituições políticas e democracia, movimentos sociais, elites econômicas, políticas públicas e gestão pública, meio ambiente e recursos naturais estratégicos, cultura, religiosidades, pobreza e desigualdades, justiça e violência, mundo do trabalho, mídias tradicionais e novas mídias, cidade e campo,

[1] Doutor em Sociologia, professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP) e cocoordenador do GT CLACSO "China e o Mapa do Poder Mundial".

infâncias e juventudes, universidade pública, política externa e o lugar do Brasil na América Latina e no mundo.

Compreender o Brasil, este gigante latino-americano é um desafio permanente. Gerações de intelectuais empenharam enorme esforço nessa tarefa, deixando-nos cada qual suas contribuições para que possamos entender melhor esse experimento econômico e social único, em muitos aspectos semelhante a seus vizinhos do Sul Global, mas em tantos outros tão diferente deles. O Brasil da atualidade é fruto do país que atravessou séculos e chegou até os dias de hoje marcado por suas raízes fundantes: o despojo territorial, físico e cultural das civilizações indígenas que viviam nessa porção do mundo antes da chegada dos europeus; a escravização de milhões de mulheres e homens africanos transplantados à força desde o outro lado do Atlântico; as sucessivas monoculturas de exportação e a permanente sujeição da terra e da natureza ao interesse econômico; a cultura política autoritária e especialmente violenta em relação às minorias, ou às maiorias politicamente minorizadas como os pobres, as mulheres e os negros; a condição de pobreza de milhões de pessoas; o acesso limitado e precário de tanta gente aos direitos sociais e às políticas públicas; a construção, reiterada, de uma das estruturas socioeconômicas mais desiguais do mundo; e a inserção subalterna, subordinada e dependente, desde as primeiras décadas da colonização, às economias desenvolvidas.

Esta obra não é como a imensa maioria dos livros publicados por CLACSO. A estrutura de entrevistas é um formato mais informal, mas que não abre mão do rigor intelectual, e apresenta-se como um convite a leitoras e leitores, a pensarmos juntos, de maneira atenta e crítica, sobre as tantas faces do Brasil neste primeiro quarto de século. Um país que há quatro décadas iniciou sua transição para a democracia, que há três décadas estabilizou sua moeda e que há duas décadas ampliou, de forma significativa, políticas sociais e programas de combate à pobreza, saldando parte de sua secular dívida social. Mas que se mantém, ainda hoje, atado a desafios estruturais como o baixo crescimento econômico, a resiliente desigualdade social e os

obstáculos que se impõem ao pleno exercício dos direitos de cidadania. Um país que é uma potência agroexportadora e energética, mas também um caso de perda de dinamismo industrial. Que se digitalizou no intervalo de duas décadas, mas que permanece, em larga medida, distante do pleno letramento político. Um país que em 2026 passa por mais um processo eleitoral no qual o debate público acontece em larga medida na virtualidade atravessada pelos algoritmos das redes sociais. Um país que uma vez mais se vê diante de um ciclo potencialmente virtuoso para a produção e exportação de recursos naturais estratégicos que pode eventualmente viabilizar um salto orçamentário significativo para o financiamento das políticas públicas ou reiterar, como tantas vezes já ocorreu, a condição de dependência em relação às nações mais desenvolvidas. Um país com enormes reservas de água potável, petróleo, minérios, terras férteis e biodiversidade no qual milhões de pessoas estão sob o trabalho precarizado, os baixos salários e más condições de vida. Um país cuja alma sobrevive numa cultura pujante, da música ao cinema, da literatura às artes plásticas, da dança ao teatro, da gastronomia à arquitetura, a qual serve como muro de contenção ao avanço das diversas formas de intolerância.

O livro conta com prefácio de Pablo Vommaro, diretor executivo de CLACSO, e traz na sequência quarenta e cinco entrevistas sobre vinte e seis diferentes assuntos. Originalmente pensávamos em trazer à discussão vinte e cinco temas, mas a impossibilidade de concluir todas as entrevistas e editar o livro ainda em 2025 nos deu a chance de agregar um assunto a mais, direcionando a obra para a feliz coincidência de tratar deles justamente neste ano de 2026 em que o Brasil se depara com mais uma eleição decisiva em sua história recente.

Das quarenta e seis pessoas entrevistadas, há vinte e duas mulheres e vinte e quatro homens, que atuam em diferentes universidades e centros de pesquisa de todas as regiões do país: quinze da Região Sudeste, seis da Região Nordeste, quatro da Região Sul, dois da Região Centro-Oeste e uma da Região Norte, representando doze

estados brasileiros: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

Para além da representatividade regional esta obra traz um mosaico de entrevistas com acadêmicos de diferentes gerações, de distintas formações e de diferentes trajetórias intelectuais. A maioria dos temas aqui discutidos é abordada através de duas entrevistas. E ao final o livro conta com o posfácio de Lia Pinheiro Barbosa, professora da Universidade Estadual do Ceará e representante do Brasil no Comitê Diretivo do CLACSO entre 2022 e 2025.

Agradecemos a Pablo Vommaro, pela imediata acolhida à ideia, e a María Fernanda Pampín, Diretora de Publicações de CLACSO e parceira de primeira hora para que esta obra pudesse tornar-se realidade. Nossos agradecimentos também a Lia Pinheiro Barbosa, pela gentileza de agraciar este livro com suas reflexões sobre o Brasil contemporâneo no posfácio. E, por fim, agradecemos a cada colega que aceitou fazer parte desta iniciativa concedendo-nos as entrevistas sobre seus respectivos temas de pesquisa, e ajudando, neste esforço coletivo, a ampliar a compreensão sobre este país tão complexo e ao mesmo tempo dotado de tantas potencialidades e confrontado com tantos desafios que é o Brasil.

PREFÁCIO

O Brasil na perspectiva do Sul Global

Pablo Vommaro[1]

Interpretar o Brasil contemporâneo representa um desafio teórico e político central para o pensamento crítico latino-americano e caribenho. Suas complexidades, dilemas e potencialidades incorporam muitas das lutas, feridas estruturais e aspirações emancipatórias que permeiam o Sul Global. O Brasil constitui um espaço socioeconômico, político e cultural singular, marcado por legados históricos como o colonialismo, a escravidão, as disputas de terras e as desigualdades, e simultaneamente por uma vital capacidade de reinvenção democrática, mobilização popular, desenvolvimento econômico e produção cultural e intelectual.

O livro para o qual estou escrevendo o prólogo, organizado e promovido por Wagner Iglecias, membro querido e atuante da rede CLACSO, é concebido como uma cartografia pluralista e rigorosa das transformações e dilemas pelos quais a sociedade brasileira passou no primeiro quarto do século XXI. Ou seja, os anos marcados pelos governos de Lula e Dilma, bem como pela infâmia do golpe institucional, pela guerra jurídica que incluiu uma prisão injusta e pela era Bolsonaro.

[1] Diretor Executivo de CLACSO.

Baseado em uma ampla gama de entrevistas com 46 pensadores e pensadoras do Brasil, este livro oferece uma perspectiva polifônica e situada que explora questões centrais para abordar o presente e projetar o futuro. Sua representatividade territorial e geracional é particularmente valiosa: reúne vozes das cinco regiões do Brasil, de 12 estados e do Distrito Federal, com paridade de gênero e diversas formações. Essa composição reflete a riqueza de perspectivas reunidas pela rede de pesquisadores e ativistas do CLACSO por meio de seus Centros Membros no Brasil.

Esta publicação integra as iniciativas promovidas pela Secretaria Executiva da CLACSO no âmbito de dois dos eixos estratégicos da nossa agenda institucional 2025-2028: "Reconfigurações geopolíticas e multilateralismo em transformação: Perspectivas do Sul Global" e "Democracias em disputa: Horizontes, resistência e construção de alternativas a partir do público e do comum". É também uma forma de dialogar com a conjuntura atual do Brasil e da região, por meio de análises rigorosas baseadas em pesquisas e experiências relevantes para cada um dos temas abordados em seus capítulos.

Pensar o Brasil através de 26 eixos temáticos permite abordar as transformações da ordem internacional em um contexto caracterizado por intensas disputas globais, uma crise da hegemonia atlântica e a emergência de novas articulações multipolares. A ascensão da extrema direita, os ataques às democracias e as incertezas associadas à transição ecológica e à digitalização da vida fazem parte desse cenário. Incluem-se também os desafios que o pensamento progressista e popular e os governos enfrentam para fortalecer a democracia, liberar o poder da participação e da organização popular, confrontar grupos concentrados e grandes corporações, promover políticas públicas que garantam múltiplas formas de justiça, transformar estruturas produtivas e contestar referenciais de significado. Nesse momento, a trajetória política, social, ambiental e econômica do Brasil está intimamente ligada à integração regional e ao equilíbrio de poder no Sul Global.

Nesse contexto latino-americano e caribenho, as eleições que o Brasil realizará em outubro de 2026 terão grande significado geopolítico. A continuidade e o fortalecimento de um projeto democrático, popular, soberano e antirracista, representado pela liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, são fundamentais para o aprofundamento de políticas voltadas à redução das desigualdades, à garantia de direitos e ao reconhecimento da diversidade, bem como para o avanço rumo a uma América Latina e Caribe integrados, pacíficos e autônomos.

A participação do Brasil no BRICS+ e sua defesa da soberania sobre recursos naturais estratégicos também colocam o país no centro das disputas que afetam a região e o mundo. Nesse contexto, o fortalecimento das forças progressistas e democráticas do Brasil é fundamental para enfrentar as correntes neoconservadoras e autoritárias que ameaçam as democracias na América Latina, no Caribe e em outras regiões.

Partindo do exposto, as páginas seguintes expressam a vitalidade de um pensamento crítico que visa transformar a realidade em que vivemos, propondo alternativas à hegemonia ultraneoliberal e hiperindividualista que vivenciamos. Debates sobre democracia e mundo do trabalho dialogam com lutas feministas, as demandas de povos indígenas, populações negras e pessoas LGBTQIA+, bem como com discussões sobre a Amazônia, a crise climática e alternativas para superá-la, saúde pública e educação, e as lutas pelo fortalecimento da esfera pública e dos bens comuns. A obra como um todo oferece ferramentas para a compreensão do presente brasileiro e para o enfrentamento, por meio de conhecimento rigoroso e compromisso ético, intelectual e político, dos desafios que ele impõe a um futuro promissor.

Como parte da missão da CLACSO, esta obra é incorporada ao acervo da nossa Biblioteca de Ciências Sociais da América Latina e do Caribe e à nossa Biblioteca Virtual. Sua disponibilidade em acesso aberto, gratuito e acessível a todos, reafirma nosso compromisso com o conhecimento como bem comum e bem público, e com a ciência como um direito humano fundamental. Ambas as dimensões são

essenciais para a construção de sociedades mais justas, democráticas, equitativas, livres e soberanas.

Agradeço à equipe editorial da CLACSO pelo seu trabalho dedicado e eficiente e convido vocês a explorarem este livro e a participarem das discussões que ele propõe. Pensar o Brasil a partir do Sul Global significa também pensar e agir de acordo com as nossas possibilidades de construir um futuro melhor para todos.

(1)
DEMOCRACIA

Camila Rocha

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Diretora Científica do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Em 1985 o Brasil voltou a ter governos civis, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo Congresso Nacional. Que balanço pode ser feito desses quarenta anos de democracia no Brasil?

O balanço é positivo considerando a resiliência demonstrada pelo sistema político e pela sociedade para enfrentar desafios econômicos, ameaças à democracia e à soberania do país. A democracia brasileira voltou ao mesmo tempo em que o neoliberalismo se tornava hegemônico no mundo. A despeito disso, o país conseguiu formular uma nova Constituição baseada na garantia de direitos fundamentais. Ao longo destes anos, ainda tivemos avanços significativos no que diz respeito à criação de benefícios sociais, novos direitos relacionados a mulheres, indígenas, pessoas negras e LGBTQIA+, combate à corrupção, combate ao desmatamento, e proteção de direitos ligados à internet, fortalecendo ainda mais a democracia brasileira.

O Brasil é um país caracterizado por desigualdades estruturais diversas. Em que medida essa condição limita o aprofundamento da democracia entre nós e em que medida o eventual aprofundamento dela poderia contribuir para a diminuição de tais desigualdades?

As desigualdades estruturais brasileiras limitam a democracia na medida em que impedem o gozo de direitos básicos e liberdades civis fundamentais para segmentos expressivos da população. As desigualdades minam o sentimento de dignidade e respeito, criando a sensação entre os brasileiros de que vivem em países diferentes. Há regras e modos de vida distintos baseados em relações de dominação, que também se estendem entre humanos e não-humanos. No entanto, a pluralização e diversificação de vozes na esfera pública, e a maior participação de setores populares na vida social e política do país, que estejam comprometidos com a diminuição das desigualdades, pode ter um efeito importante nas tomadas de decisões pelo sistema político.

Quais são, na sua opinião, os pontos de maior fragilidade da democracia brasileira hoje e como essas debilidades poderiam ser minimizadas ou mesmo solucionadas?

Além da tutela das nossas forças armadas no sistema político brasileiro, nossas demais fragilidades democráticas são atravessadas por dinâmicas globais: o fortalecimento da extrema-direita no Norte Global; dependência tecnológica com o Norte Global; mercados ilegais transnacionais que fortalecem grupos e facções criminosas e corrompem agentes públicos; e relações desiguais de poder político, econômico e bélico no âmbito internacional que dificultam a superação de problemas ambientais, sociais e econômicos, sobretudo no Sul Global. Tais questões podem ser encaminhadas a partir de uma reorganização internacional com a criação de novas regras e sanções que visem maior igualdade e diversidade.

Como o avanço da extrema-direita, no Brasil e no mundo, impacta a democracia brasileira na atualidade?

Considerando o avanço da extrema-direita em diversos países localizados em diversos continentes, isso se dá, sobretudo, a partir da criação e circulação de discursos e práticas que podem ser testados em outros contextos e aplicados posteriormente no Brasil por atores

e atrizes locais. Porém, é sobretudo o fortalecimento da extrema-direita nos Estados Unidos que mais afeta o Brasil. Seja pela crescente influência de Donald Trump e seus apoiadores na economia e na política brasileiras, seja pela nossa dependência tecnológica com as empresas deste país que dificulta, ou mesmo impede, nossa segurança e nossa soberania. Nesse sentido, é preciso considerar a importância do Brasil na disputa por minerais críticos.

A República brasileira foi criada por meio de um golpe militar, e a tutela dos militares sobre governos civis sempre foi uma característica da política brasileira. Como você vê a relação entre Forças Armadas e política no Brasil contemporâneo?

A democracia brasileira não pode admitir mais ameaças de intervenção militar. Precisamos de um novo arranjo institucional e legal que deixe clara a subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Além de uma reforma ampla e contínua para que passem a funcionar em consonância com as regras democráticas e com o respeito aos direitos humanos. O Brasil deve continuar a responsabilizar agentes de repressão do Estado que atuaram de modo ilegal durante a ditadura e que ainda o fazem em demais intervenções. As vítimas de tais crimes precisam ser reparadas e é necessário um esforço contínuo de educação e preservação da memória para valorizar os direitos humanos.

Thais Florencio de Aguiar

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IUPERJ-UERJ) e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cocoordenadora do GT CLACSO "Anticapitalismos e sociabilidades emergentes".

Em 1985 o Brasil voltou a ter governos civis, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo Congresso Nacional. Que balanço pode ser feito desses quarenta anos de democracia no Brasil?

Nascida do ventre da ditadura, a Nova República, no compasso de uma democratização "lenta, gradual e segura", ainda se debate contra o velho legado ditatorial e colonial. A sociedade civil efervescente logrou imprimir o novo à Carta Magna de 1988, restaurando e ampliando uma gama de direitos sociais (incluindo os trabalhistas, indígenas e ambientais) à luz de ideais de um Estado de bem-estar social. Houve avanços (estabilidade da moeda, controle da inflação, sistema público de saúde, saída do mapa da fome etc.). Mas as conquistas democráticas são frustradas no encontro com a ordem neoliberal a partir dos anos 1990. Esse descompasso gerou o desencanto impaciente popular que irrompeu em 2013. A direção do descontentamento sofreu então inflexão a partir de 2015, com as forças de direita impulsionando o ranço autocrático, conservador e golpista na desfiguração da Carta de 88, numa sequência de reformas e emendas constitucionais.

O Brasil é um país caracterizado por desigualdades estruturais diversas. Em que medida essa condição limita o aprofundamento da democracia entre nós e em que medida o eventual aprofundamento dela poderia contribuir para a diminuição de tais desigualdades?

Ainda que haja tido bons avanços, as desigualdades de raízes coloniais, escravocratas e capitalistas periféricas persistem e se combinam à tendência atual à concentração de riquezas, com as condições brasileiras sendo comparadas às europeias do século XIX. A desigualdade é uma chaga que mina os processos democráticos. Condenar pobres, mulheres, negros, indígenas, identidades de gênero e etc. a uma condição social rebaixada é segregá-los da participação no poder, é esgarçar o tecido social e romper a adesão social à democracia. Enquanto invenção política, a democracia é um projeto de ampliação de igualização. Por isso, o aprofundamento da democracia e a redução das desigualdades constituem um só e mesmo processo. Abrir às instituições às vozes marginalizadas é imprescindível, mas o acesso à participação política e sua qualificação só ocorrem quando níveis básicos de bem-estar são universalizados.

Quais são, na sua opinião, os pontos de maior fragilidade da democracia brasileira hoje e como essas debilidades poderiam ser minimizadas ou mesmo solucionadas?

As forças autocráticas da oligarquia, das elites políticas e da burguesia ainda são capazes de reeditar golpismos (ex.: o "golpe-*impeachment*" de 2016) no colo das instituições. A fortaleza erguida com os dogmas da economia de mercado trava o avanço democrático de matiz popular: o "teto de gastos", face do constitucionalismo neoliberal, sequestra o investimento público dos pobres (cada vez mais endividados), inviabilizando as conquistas de 88; e, sob o jugo do capital neoliberal, o trabalho, quando formalizado, é precário — ter emprego não é mais garantia de prosperidade. Sem solução pela esquerda, a violência criminal, rejeito das desigualdades, tiraniza parcela considerável da população, o nó górdio da segurança pública rendendo

dividendos à direita. Na emergência climática, urge reinventar um modelo de desenvolvimento. Frente a esses desafios, é preciso renovar as lideranças democráticas e construir um horizonte utópico que energize a organização das massas e impulsione a criatividade.

Como o avanço da extrema-direita, no Brasil e no mundo, impacta a democracia brasileira na atualidade?

A extrema-direita joga a favor de um capitalismo autoritário, contra a soberania popular, na fórmula de um neoliberalismo anabolizado (o libertarianismo), que exala o mau cheiro de fascismo. Em nome de uma suposta boa economia, o livre mercado é afirmado e os direitos sociais negados (Milei); em nome do combate à criminalidade e a favor dos negócios, a violência estatal é legitimada contra os direitos humanos (Bukele). Junto com Trump, eles fortalecem os programas e atores das direitas extremas no Brasil e em todo o continente, combatendo as políticas democráticas de governos de esquerda. Esse modelo detrata a igualdade e a justiça social, legitima a desigualdade e a torna condição da liberdade — eis o novo significado da democracia. Ao travar a disputa em torno de seu conceito, forja uma "democracia demofóbica", que teme o *demos* quando livre em busca da igualdade, mantendo-o sob um regime de contenção, tutela ou crueldade.

A República brasileira foi criada por meio de um golpe militar, e a tutela dos militares sobre governos civis sempre foi uma característica da política brasileira. Como você vê a relação entre Forças Armadas e política no Brasil contemporâneo?

A tutela militar à abertura democrática, que inclui a concessão de anistia aos crimes da ditadura, manteve as Forças Armadas como "quarto poder fardado" (deferente ao jugo imperialista norte-americano). É temeroso o fato de militares assumirem funções de segurança pública (como na intervenção no Rio de Janeiro, em 2018, sob qual ocorre o assassinato da vereadora Marielle Franco) e ocuparem um número recorde de cargos civis (até irregularmente) no governo Bolsonaro. É espantoso que um general, às vésperas do julgamento

do pedido de *habeas corpus* do então ex-presidente Lula, pressione via Twitter à Suprema Corte (STF); e que protestos a favor de intervenção militar, ancorada em interpretação enviesada do artigo 142 da Constituição, seja base de reivindicações golpistas que culminam no envolvimento de militares no fatídico 08/01/2023 (as Forças Armadas se desmoralizam) — com a pauta da anistia fazendo seu retorno. A subordinação do poder militar ao poder civil ainda é tímida e precisa avançar numa reforma mais ampla das FAs, para além das revelações da Comissão Nacional da Verdade (CNVs).

Danilo Martuscelli

Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Em 1985 o Brasil voltou a ter governos civis, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo Congresso Nacional. Que balanço pode ser feito desses quarenta anos de democracia no Brasil?

A democracia no Brasil possui um caráter limitado. Para fazer um balanço de seus 40 anos de vigência, é preciso considerar as causas históricas e conjunturais que engendram esta limitação, tais como: a) *a situação de dependência do país* em relação às grandes potências capitalistas e a consolidação do capitalismo neoliberal nas últimas décadas, já que a combinação desses dois fenômenos tem resultado em processos de perda relativa da soberania nacional, tornando os governos brasileiros eleitos alvo permanente de terrorismo econômico por parte de agentes do capital financeiro internacional; b) *as profundas desigualdades sociais existentes no país e as assimetrias de poder delas decorrentes* que têm fomentado uma competição política desigual e desvantajosa para os partidos das classes populares; c) *o hiperpresidencialismo e o insulamento das instâncias de decisão ligadas à implementação da política econômica*; d) *a preservação e o reforço da tutela militar sobre as decisões da política nacional implementada por governos escolhidos pelo voto popular*; e) *o forte ativismo da burocracia*

do judiciário sobre o processo decisório nacional, *vide* o caso da Lava Jato; e f) *a emergência de um movimento reacionário de massa* (o movimento bolsonarista), que tem confrontado as instituições da democracia liberal, atacado direitos e conquistas dos trabalhadores e apoiado a agressão imperialista liderada por Trump contra o Estado brasileiro.

O Brasil é um país caracterizado por desigualdades estruturais diversas. Em que medida essa condição limita o aprofundamento da democracia entre nós e em que medida o eventual aprofundamento dela poderia contribuir para a diminuição de tais desigualdades?

Não podemos cobrar do capitalismo aquilo que ele não pode oferecer: a igualdade socioeconômica e a ampla participação das massas populares nas decisões estatais. Isso não nos impede de considerar que a igualdade jurídica proclamada pelo direito burguês abre possibilidades históricas para a criação de direitos civis, políticos e sociais. Tais direitos serão arrancados do Estado e das classes dominantes fundamentalmente através de pressão popular organizada, ou seja, a conquista de direitos está diretamente associada à capacidade de organização e luta das classes populares. Se as classes populares se encontram na defensiva política e sofrem sucessivas derrotas, como parece se configurar a situação brasileira desde o golpe de 2016, é difícil pensar em aprofundamento da democracia e redução das desigualdades sociais. Portanto, na discussão do nexo entre ampliação da democracia e redução das desigualdades sociais não podemos ignorar os limites estruturais do capitalismo, nem considerar as hipóteses de que tais questões serão resolvidas por uma burocracia de Estado bem-intencionada ou por governos progressistas que não politizam as massas populares no processo de implementação de suas políticas.

Quais são, na sua opinião, os pontos de maior fragilidade da democracia brasileira hoje e como essas debilidades poderiam ser minimizadas ou mesmo solucionadas?

Nos limites do capitalismo dependente brasileiro, só existe a alternativa de minimizar algumas das debilidades da democracia, processo que para avançar deve contar com a existência de um movimento operário e popular organizado. Para criar essa força social organizada, seria necessário combinar um conjunto de inciativas, entre as quais destacaríamos: a) a criação de um partido de massas que educasse e politizasse suas bases e atuasse de modo organizado nos bairros e nos locais de trabalho, estudo, recreação e igrejas; b) a extinção do sindicalismo de Estado, pois sua existência tem criado muitas dificuldades para o sindicalismo exercer uma efetiva liberdade sindical, ganhar base de massa e aglutinar categorias antigas e novas com diferentes capacidades de organização e luta; e c) a adoção de um sistema de lista fechada para a escolha de parlamentares em âmbito nacional e subnacional com vistas a fomentar um tipo de atuação parlamentar mais programática e ideológica controlada pelos partidos. Enfim, se queremos atenuar as debilidades da democracia realmente existente no Brasil, devemos contar com partidos e sindicatos fortes e programáticos que logrem colocar as pautas igualitaristas e democráticas no centro da luta política e, ao mesmo tempo, consigam ter capacidade política para conseguir efetivá-las como política de governo ou de Estado.

Como o avanço da extrema-direita, no Brasil e no mundo, impacta a democracia brasileira na atualidade?

O avanço da extrema-direita é uma ameaça reacionária à democracia no Brasil e no mundo, pois é uma força política que não só naturaliza as desigualdades em termos de classe, raça/etnia e gênero, como empenha-se em politizar e radicalizar pautas de caráter antiigualitário. Na América Latina, a extrema-direita tem se apresentado como uma força abertamente antinacional, antidemocrática e antipopular que

mobiliza taticamente um discurso supostamente disruptivo contra a corrupção e a velha política. No caso brasileiro, o bolsonarismo além de reunir todas as características acima mencionadas da extrema-direita, define-se como um movimento neofascista por lograr constituir uma base reacionária de massas mobilizada e nucleada na pequena burguesia e na alta classe média em uma conjuntura particular de crise e instabilidade política marcada pela combinação dos seguintes fenômenos: derrotas sucessivas e situação de defensiva das classes populares; crise de hegemonia no bloco no poder; crise de representação dos partidos tradicionais; forte ativismo político da burocracia de Estado (civil e militar) na cena política; e crise ideológica generalizada. Todos esses elementos se fizeram e ainda se fazem presentes na política brasileira e é por isso que o bolsonarismo é uma força tão viva e uma ameaça à frágil democracia no país.

A República brasileira foi criada por meio de um golpe militar, e a tutela dos militares sobre governos civis sempre foi uma característica da política brasileira. Como você vê a relação entre Forças Armadas e política no Brasil contemporâneo?

A tutela militar ainda marca forte presença na vida política nacional por vários motivos. Em primeiro lugar, porque o Estado brasileiro não logrou realizar a justiça de transição para punir os militares que, durante a ditadura, prenderam, torturam e assassinaram arbitrariamente civis. Devemos reconhecer também que os movimentos populares no Brasil não tiveram força para garantir a punição desses militares. Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao processo constituinte do final dos anos 1980 que não conseguiu criar mecanismos de controle democrático sobre a atividade e a própria instituição militar. Muito pelo contrário, o famigerado artigo 142 da Constituição Federal legitimou e reforçou a atuação dos militares como garantidores da ordem. Por fim, caberia mencionar que a tutela militar tem origens históricas desde a instauração da República e assumiu contornos particulares com a consolidação do neoliberalismo e posterior emergência do bolsonarismo no país, na medida em que

estes dois fenômenos contribuíram para fortalecer ainda mais tendências entreguistas e antipopulares que se fortaleceram no interior das Forças Armadas desde o golpe de 1964. A prática histórica da tutela militar e a orientação dominante entreguista e antidemocrática dos militares só poderão ser revertidas se emergirem no país setores nacionalistas, democráticos e populares dispostos a travarem essa luta e contarem para tanto com grande capacidade de organização e influência de massa, situação que ainda se configura como um horizonte bem longínquo na política brasileira.

(2)
ECONOMIA

Carlos Eduardo Martins

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Quais são, em linhas gerais, os principais problemas da economia brasileira na atualidade? Que medidas deveriam ser tomadas para resolvê-los?

O principal problema é a permanência de uma economia dependente e baseada na superexploração dos trabalhadores que, apesar da modernização tecnológica dos anos 1950-1970, não rompeu com o desenvolvimento do subdesenvolvimento, e evoluiu para um padrão de acumulação neoliberal e financeirizado, seja para ajustar-se ao novo padrão de liderança norte-americana estabelecido a partir do consenso de Washington, ou para desmontar as pressões sociais pela redistribuição de renda e riqueza impulsionadas pela classe trabalhadora gerada pelos processos de industrialização acelerada ou pela formação de um novo proletariado vinculado à expansão do setor de serviços. Após a experiência heterodoxa do Plano Cruzado, voltada principalmente para a eleição à Assembleia Constituinte de 1986, a burguesia brasileira substituiu o desenvolvimentismo pela austeridade para manter o controle político sobre o Estado, o que se evidenciou em seu apoio ao Plano Collor I, ao Plano Real, ao golpe de Estado de 2016, à Emenda Constitucional 95/2016 do Teto de Gastos

e à Lei Complementar 200/2023 do Arcabouço Fiscal. Um curto e limitado período neodesenvolvimentista, que não eliminou o protagonismo da financeirização, se estabeleceu entre 2004-2013, lastreado no boom das *commodities* e de entradas de capitais estrangeiros. Esgotado, restringiu drasticamente o espaço para as reformas sociais, impulsionando a contraofensiva conservadora. As disputas políticas no Brasil contemporâneo colocam dois grupos em confronto: de um lado a tecnoburocracia social-democrata de origem operária e sindicalista ou em setores qualificados das camadas médias, que busca dirigir o capitalismo dependente financeirizado, aliando-se principalmente no plano interno aos grandes bancos nacionais, ao monopólio midiático e em menor medida ao agronegócio, e no plano internacional às frações liberais do imperialismo estadunidense. Todavia, realiza políticas compensatórias de redução da extrema pobreza, de cooptação e neutralização dos movimentos sociais, enfrentamento aos seus segmentos mais combativos, apoio setorial à industrialização e defesa do multilateralismo e do BRICS para ampliar a margem de atuação do país no cenário internacional, tensionando os limites da dependência sem romper com os seus marcos. De outro lado, está o bloco neofascista e ultraneoliberal, vinculado às frações mais agressivas do imperialismo estadunidense e internamente às burguesias emergentes e à pequena burguesia parasitária, para impulsionar a internacionalização financeira e dolarização do país, o deslocamento do eixo de acumulação para o extrativismo e o agronegócio e do sistema político representativo e competitivo para o monopólio político. Nesse projeto ganha centralidade a internacionalização das terras raras do país como fonte de aliança entre os interesses imperialistas e o patrimonialismo para corrupção e enriquecimento privado. A superação dos problemas estruturais da economia brasileira requer superar as mazelas da dependência e do seu atual estágio no capitalismo brasileiro. Para isso torna-se necessário: a substituição do padrão de acumulação financeirizado por um projeto de desenvolvimento sustentado, o que exige a mudança nas políticas monetárias e fiscais e a presença do Estado para garantir

as taxas de investimento necessárias ao alavancagem dos setores industrial e de serviços; a superação da subordinação tecnológica o que requer a cooperação internacional com o Sul Global e a elevação dos gastos em pesquisa e desenvolvimento a patamares superiores a 2% do PIB; orientar a expansão do setor de serviços para as demandas sociais e estabelecer a primazia do Estado na estruturação e prestação de atendimentos em saúde, educação e assistência social; ampla reforma agrária para garantir a segurança alimentar e o controle social do extrativismo para possibilitar a preservação dos ecossistemas; o enfrentamento dos monopólios midiáticos, a regulação das redes sociais e a soberania no armazenamento e processamento das informações para garantir a democratização e a segurança nacional na produção e controle de dados. Isso não será possível sem uma expressiva redefinição dos projetos de desenvolvimento das vanguardas populares no Brasil e o aprofundamento dos vínculos com o Sul Global e a integração regional.

O Brasil chegou a ser uma potência industrial média, até mais ou menos meados dos anos 1980. No entanto, tem ocorrido um processo de desindustrialização desde a adoção da agenda neoliberal na década de 1990, com consequências sobre o mercado de trabalho e sobre a inserção do país na economia mundial. Como o país poderia, hoje, diversificar sua estrutura produtiva e retomar o peso que a indústria já teve um dia em sua economia?

Isso exige a criação de um bloco histórico que coloque o desenvolvimento como uma das metas fundamentais do país. O Brasil se tornou um dos maiores casos de desindustrialização mundial, senão o maior, desde os anos 1990, permanecendo como um dos poucos países que manteve taxas de juros reais muito acima das taxas de crescimento do PIB durante o ciclo expansivo que se estabeleceu na economia mundial entre 1994-2016. Duas são as razões para isso: a) a adesão às políticas de austeridade patrocinadas pelos Estados Unidos para gerar expressivas reservas monetárias, depositá-las na *Federal Reserve* e contribuir para cobrir os déficits comerciais e em

contracorrente desse país; e b) a criação de uma gigantesca dívida pública como principal fonte de geração de superlucros para elevar as taxas de desemprego e de precarização da força de trabalho e desmontar os movimentos sociais organizados e a sua capacidade de mobilizar trabalhadores e estudantes nas lutas contra a superexploração da força de trabalho, pilar do capitalismo dependente. Duas ondas de mobilização social foram assim desmontadas, a dos anos 1980 e a que se estabeleceu entre 2005-2014. A capacidade de lutas é impulsionada estruturalmente pelo aumento do nível de escolaridade da população e precisa ser neutralizada e revertida com a destruição parcial dos empregos mais qualificados e dos setores com maior capacidade de desenvolvimento tecnológico. A distribuição funcional da renda é muito mais favorável aos trabalhadores nos serviços e na manufatura que no agronegócio e no extrativismo, e no setor público que no privado. Isso é um grande limitador da retomada da indústria como um setor importante do PIB brasileiro e do Estado como provedor de serviços para as grandes massas da população

A dívida pública é um dos grandes entraves que impedem um maior crescimento econômico e contribuem para a manutenção da profunda desigualdade social brasileira. Parte da burguesia brasileira inclusive tornou-se rentista nas últimas décadas. Como você avalia esse tema e como entende que ele poderia ser equacionado?

O ciclo da dívida pública é dramático e quanto maior a relação da dívida com o PIB maior a dificuldade de se manter altas taxas de juros pelos impactos que provocam na economia e nos gastos públicos em razão transferências de valor que suscitam. Há um setor tradicional e dominante da burguesia brasileira que desmontou grande parte de suas bases materiais para se financeirizar e com isso perdeu influência e prestígio e capacidade de representação política na sociedade. O colapso dos grandes partidos burgueses, PSDB e PFL, que dirigiram a transição para o padrão neoliberal financeirizado é expressão disso. Foram superados pelo PT que não rompeu com a financeirização, mas a limitou parcialmente para impulsionar políticas sociais e

industriais no contexto de uma conjuntura internacional favorável que se estabeleceu entre 2004-2013. O fim do cenário internacional positivo levou ao recuo do PT nos projetos de desenvolvimento, à limitação nas políticas sociais e ao reforço de seus vínculos com o rentismo e os grandes bancos brasileiros, gerando a sua crise política. Paralelamente surge uma burguesia emergente que se nutre da reprimarização da pauta exportadora e da economia para disputar o comando do Estado brasileiro, internacionalizar o sistema financeiro, destruir direitos sociais e reorientar a acumulação para a expansão da fronteira agrícola e extrativista usando a negociação das terras raras como grande pilar de vinculação estratégica neocolonial aos Estados Unidos. Este bloco de poder descarta os BRICS, a integração regional e os projetos de uma alternativa mundial ao dólar. O grave é que o projeto petista está ancorado em um setor parasitário e decadente e no fim de um ciclo histórico que se iniciou com a globalização neoliberal, sendo por isso extremamente vulnerável. O enfrentamento da ameaça neofascista e imperialista requer uma redefinição da base de classes do projeto nacional popular, suas hierarquias internas e maior clareza sobre os aliados internacionais preferenciais.

O Brasil é um país que hoje não se destaca, exatamente, por altos índices de inovação e produtividade. Junto a isso há uma expressiva parcela da população economicamente ativa que permanece na informalidade, em parte por conta de seu nível educacional baixo. Como, na sua opinião, esse cenário poderia ser revertido?

A principal razão da alta informalidade é a baixíssima taxa de investimento no país em razão das restrições financeiras impostas ao gasto público e do desinteresse do setor privado em investimentos produtivos voltados ao mercado interno e com grande capacidade de geração de empregos. Pesquisas indicam que apenas 10% dos egressos das universidades conseguem empregos compatíveis com qualificação de nível superior. Mesmo com sistema educacional aquém das nossas possibilidades, os dados mostram que nossa burguesia

é muito mais atrasada e subdesenvolvida que ele do ponto de vista material, embora tenha expectativas de lucros de setores de ponta. Criar um sistema de inovação e ciência e tecnologia importante exige libertar os gastos públicos das amarras da austeridade e promover de um lado a qualificação da força de trabalho, mediante a expansão das universidades públicas, de centros de pesquisa, da cooperação científica e tecnológica internacional, do ensino médio, e de escolas públicas de qualidade. Não é possível que o Brasil há 40 anos não ultrapasse a marca dos gastos dos 1% do PIB em ciência e tecnologia. De outro lado, é crucial vincular a qualificação à produção de mercadorias e serviços. E isso requer destacar o papel das empresas estatais como firmas soberanas, formadoras das taxas de investimento, promotoras da conexão com a ciência e a pesquisa, assim como o do Estado na regulação e democratização das empresas privadas e da garantia de transferência de tecnologia e tributação das remessas de lucros e dividendos do capital estrangeiro

Assuntos como justiça tributária e redução da jornada de trabalho parecem ter entrado definitivamente na pauta do país neste ano de 2025. Você acredita que temas como estes podem ajudar a reorganizar a luta social dos trabalhadores e serem, ainda que parcialmente, implementados?

Creio que dificilmente terão grande capacidade de mobilização popular se forem apresentados como lutas pontuais e tópicas descoladas da proposição de um grande projeto nacional que estabeleça um novo padrão de desenvolvimento e direitos sociais. Pequenas serão as chances de avanços concretos enquanto se mantiverem neste patamar de organização institucionalista, onde a presença de liberais e conservadores é majoritária. Segundo a OXFAM, no Brasil os 10% mais pobres comprometem 32% de sua renda em impostos e os 0,1% mais ricos apenas 10%, pois a maior a parte da arrecadação está assentada sobre o consumo de bens e serviços, enquanto lucros e dividendos são isentos e a propriedade é minimamente tributada. Embora o governo Lula faça alguns pequenos ajustes que beneficiem

os pobres, como a isenção de impostos na cesta básica e a elevação a faixa de isenção do imposto de renda, o consumo continuará sendo o eixo da arrecadação com a mínima tributação sobre propriedade e dividendos, preservando as desigualdades em um país extremamente injusto onde o 0,15% mais rico detém 14,1% da renda nacional e o 1% do topo da pirâmide cerca de 23%, mais que os 50% mais pobres que percebem menos de 12%. A luta pela redução da jornada de trabalho é importante, mas é preciso considerar as resistências no Congresso sem ampla mobilização popular e que cerca de 38% dos trabalhadores, ou 40 milhões de pessoas, são informais, praticamente o mesmo número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, o que reduz o alcance do projeto.

(3)
MOVIMENTOS SOCIAIS

Breno Bringel

Doutor pela Faculdade de Ciência Política e Sociologia da Universidad Complutense de Madrid e professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS).

Os movimentos sociais tiveram importância fundamental na luta contra a ditadura e durante a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), na qual foram consagrados diversos direitos sociais. Que balanço pode ser feito daquele período atualmente, decorridos quase quatro décadas de promulgação da chamada "Constituição Cidadã"?

A Constituição de 1988 foi parte integrante de uma "transição por transação", marcada por um pacto social-liberal que preservou elites, limitou seu potencial transformador e impediu uma verdadeira justiça de transição. Ainda assim, constituiu um marco democratizador crucial justamente pela ampla mobilização social que a sustentou, ampliando direitos e redefinindo a relação entre Estado e sociedade. Seu espírito igualitário e participativo permanece relevante, mas sofreu erosões após décadas de neoliberalização, judicialização da política e crescente assimetria entre direitos formais e direitos efetivos. As crises políticas da última década evidenciaram seus limites, mas também mostraram que a defesa de seus princípios mais progressistas depende, mais do

que nunca, da ação coletiva organizada. Nesse esforço, sua atualização poderia passar por sintonizar esses princípios com as lutas sociais contemporâneas no Brasil e com inovações do último ciclo constituinte latino-americano, como o reconhecimento dos direitos da natureza, o pluralismo jurídico, a plurinacionalidade e os bens comuns.

Em que medida as transformações do mundo do trabalho, como a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos, a precarização das relações laborais e a ressignificação do sentido do trabalho para as novas gerações têm impactado os movimentos sociais ligados às identidades coletivas, e em especial aqueles ligados à identidade de classe?

A reestruturação produtiva, a digitalização e a precarização criaram novas formas de exploração e fragmentação do trabalho, impactando profundamente a organização coletiva e o sentido da ação sindical tradicional. Ao mesmo tempo, emergem novas subjetividades políticas e repertórios de mobilização entre trabalhadores de plataformas (como entregadores e motoristas por aplicativos), jovens periféricos envolvidos em economias digitais e culturais, setores hiperprecarizados do varejo e dos serviços, e cuidadoras inseridas em cadeias de trabalho invisibilizadas. A identidade de classe não desaparece — ela se recompõe de maneira interseccional, articulando desigualdades materiais com pautas raciais, territoriais, de gênero e ambientais, visíveis, por exemplo, nas lutas antirracistas, nas mobilizações por transporte e moradia e nas resistências a projetos extrativos em territórios urbanos e rurais. Esse cenário também impõe uma reconfiguração ao sindicalismo: organizações tradicionais precisam superar modelos corporativos, dialogar com novas agendas e com experiências recentes como a mobilização dos motoristas de aplicativos, construir estratégias para setores informais e terceirizados, e reconstruir vínculos territoriais e comunitários para

recuperar centralidade no conflito distributivo e democrático contemporâneo.

Como você avalia o crescimento e o fortalecimento de movimentos sociais antigos e novos, neste século no Brasil? Referimo-nos, aqui, aos movimentos feministas, negros e LGBTs, bem como aos movimentos de luta pela reforma agrária e pela reforma urbana, por exemplo.

Assistimos, nas últimas duas décadas, à expansão e diversificação do ecossistema de movimentos sociais no Brasil. Movimentos históricos — feministas, negros, LGBTs, indígenas, agrários e urbanos — renovaram-se com novas gerações, linguagens e agendas, ganhando capilaridade, legitimidade e densidade pública. Esses atores impulsionaram debates estruturais sobre racismo, patriarcado, violência estatal, direito ao território e modelos de desenvolvimento, em disputa com governos de diferentes matizes. Paralelamente, emergiram coletivos culturais, redes digitais de mobilização, ocupações urbanas, movimentos de moradia e formas comunitárias de ação que reorganizaram o campo do ativismo em sintonia com transformações mais amplas no Brasil e no mundo, como venho enfatizando em minhas pesquisas. Em comum, há uma crítica profunda a um modelo de país assentado em desigualdade estrutural, extrativismo e moralismo conservador, bem como a busca por futuros alternativos, plurais e mais justos. No entanto, esse potencial instituinte foi frequentemente limitado, na última década, pelo avanço da extrema direita, pela violência e pela repressão, deslocando parte desses movimentos para repertórios mais defensivos — de proteção de direitos historicamente conquistados e, muitas vezes, de defesa da própria vida.

Há quem critique o Partido dos Trabalhadores, que teve nos movimentos sociais da cidade e do campo um de seus pilares fundacionais, por ter se afastado das bases, ou seja, do trabalho político cotidiano nos territórios marginalizados e periféricos nos quais vive parcela significativa da classe trabalhadora. Você concorda com essa afirmação? Entende que essa é uma crítica procedente? E por quê?

A crítica de que o PT se afastou de parte de suas bases tem fundamento, sobretudo após sua chegada ao governo federal, quando a disputa institucional, a profissionalização da política e as amplas coalizões exigidas pela governabilidade passaram a eclipsar o trabalho cotidiano nos territórios populares. Esse processo não foi exclusivo do PT, mas de boa parte das forças políticas que se institucionalizaram nas últimas décadas. No caso petista, não houve uma ruptura total: vínculos históricos com movimentos urbanos e rurais foram mantidos e foram decisivos em momentos críticos, mas coexistiram com desconexões crescentes diante de novos ativismos, juventudes periféricas, movimentos antirracistas, feministas e coletivos mais autônomos, que não se reconheceram plenamente no repertório organizativo e discursivo do partido. O desafio atual, a meu ver, não se resume a "voltar às bases", como muitos insistem, mas a reconstruir práticas de organização popular à altura das transformações do capitalismo, da fragmentação do mundo do trabalho, das novas subjetividades políticas e dos conflitos socioambientais emergentes. Isso implica reinventar formas de escuta, presença territorial e construção coletiva que dialoguem com uma sociedade muito distinta daquela que forjou o PT e sua cultura política original.

Não era comum, desde a redemocratização, que a direita estivesse nas ruas, protestando e mobilizando milhares de pessoas. No entanto, esse tornou-se um dado concreto da política brasileira contemporânea. Como você avalia o surgimento, desde pelo menos

as Jornadas de Junho de 2013, de coletivos políticos de direita no Brasil?

O ciclo de protestos aberto em 2013 produziu aquilo que chamei de uma "abertura societária", redefinindo o campo político brasileiro. Isso permitiu, entre outras coisas, que grupos conservadores — historicamente pouco presentes na ação de rua — ocupassem centralidade inédita nas mobilizações. A direita soube articular indignações difusas (anticorrupção, antipolítica, moralismo) com redes digitais, igrejas, *think tanks* e mídias, criando repertórios de ação eficazes na disputa por símbolos, afetos e pela própria ideia de "povo". Esse fenômeno não é espontâneo, mas parte de uma reconfiguração nacional e transnacional das direitas, que combina neoliberalismo, fundamentalismo religioso, teorias conspiratórias e guerra cultural. Sua emergência revela o esgotamento do modelo político da Nova República e, ao mesmo tempo, as ambiguidades do ciclo de protestos iniciado em 2013, que abriu oportunidades tanto para agendas emancipadoras quanto reacionárias. Daí a importância de entender o que foi junho de 2013.

O que foi — e o que não foi — então junho de 2013? O que pôde ser? E quais são algumas de suas principais aprendizagens e mensagens para os movimentos sociais e para o Brasil contemporâneo?

Junho de 2013 foi um evento crítico que transbordou os atores e movimentos sociais estabelecidos no país, permitindo que campos de ação diversos e até antagônicos ocupassem simultaneamente o espaço público. Não foi uma rebelião exclusivamente de esquerda ou de direita, tampouco o "pecado original" que explicaria mecanicamente a ascensão do bolsonarismo. Foi um momento de multivocalidade, no qual visões distintas do Brasil se sobrepuseram e disputaram sentidos num cenário marcado pela ausência de mediações tradicionais e pelo esgotamento do pacto político da Nova República. Junho pôde ser muitas coisas: catalisador de novas subjetividades políticas, ruptura com uma gramática institucional

saturada e laboratório tanto para inovações democráticas quanto para apropriações reacionárias. Suas aprendizagens são profundas: a necessidade de compreender a política como processo; a centralidade das disputas culturais, afetivas e comunicacionais; a importância das formas horizontais, digitais e territoriais de organização; e o alerta de que a democracia nunca está consolidada e de que os ciclos de protesto de alta intensidade — mesmo quando emergem com agendas progressistas — podem ser rapidamente apropriados por forças políticas diversas. Junho segue sendo relevante porque permanece em disputa. Seu legado não está dado. Ele depende da capacidade coletiva de reler aquela abertura histórica a contrapelo, com novos horizontes de justiça, imaginação política e democratização real.

Natasha Bachini Pereira

Pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Os movimentos sociais tiveram importância fundamental na luta contra a ditadura e durante a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), na qual foram consagrados diversos direitos sociais. Que balanço pode ser feito daquele período atualmente, decorridos quase quatro décadas de promulgação da chamada "Constituição Cidadã"?

A experiência Constituinte e os direitos ali conquistados são uma clara demonstração de que os movimentos sociais configuram um alicerce fundamental das democracias. Muitos dos direitos usufruídos pelos brasileiros hoje são tributários de ações coletivas daquele período, do acesso gratuito e universal à saúde, assegurado pelo SUS, ao voto e outras formas de participação direta. A identidade cívico-participacionista, decorrente desse amplo processo de mobilização política, estruturou a Nova República. De lá para cá, tivemos diversos progressos sociais — por exemplo, a redução da taxa de analfabetismo, de cerca de 30% para 5%. Por sua vez, parte expressiva desses movimentos (sobretudo os populares) que protagonizaram esse processo se institucionalizou, formando ONGs e redes, e

se expandiu, como o Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Não por acaso, tivemos dois presidentes, Lula e Dilma, cujas lideranças provêm da atuação política contra a ditadura — respectivamente pela via sindical e pela resistência armada. Portanto, o balanço é positivo. Mas a institucionalização também trouxe novos desafios à esquerda.

Em um contexto de sucessivas crises, locais e globais, como a provocada pela Operação Lava Jato, as fraturas entre a normatividade e a empiria política foram não somente expostas, como estrategicamente exploradas pelas elites econômicas e a grande imprensa brasileiras. A história se repete: esses atores, historicamente, alvejam os movimentos sociais, criando uma imagem negativa deles perante a opinião pública e influenciando, muitas vezes, as massas a não se identificarem com suas lutas. Essas percepções dificultam o desenvolvimento de um espírito comunitário e levam as pessoas a individualizarem responsabilidades que deveriam ser coletivas, o que corrobora o projeto neoliberal de enfraquecimento do Estado. Assim, criou-se uma oportunidade política para a extrema-direita e as oligarquias atacarem a Constituição Federal de 1988, se fortalecerem e retornarem ao poder, na esteira do ciclo político neoliberal. O êxito eleitoral dessa estratégia nos levou a uma série de retrocessos na esfera dos direitos, como os trabalhistas e programas de renda mínima, por exemplo. Contudo, eventos drásticos, como o da pandemia, fizeram com que a população mais vulnerável sentisse na pele os efeitos nefastos dessa redução do Estado, o que forçou a própria direita a rever determinadas posições e favoreceu a volta da esquerda ao Executivo federal — que freou esse processo, mas não convenceu ainda a maioria sobre a importância da manutenção e ampliação dos direitos sociais, como mostram pesquisas recentes. Deste modo, quarenta anos depois, os discursos sobre os direitos sociais seguem em disputa.

Em que medida as transformações do mundo do trabalho, como a introdução de novas tecnologias nos processos produtivos, a precarização das relações laborais e a ressignificação do sentido do trabalho para as novas gerações têm impactado os movimentos sociais ligados às identidades coletivas, e em especial aqueles ligados à identidade de classe?

A confluência entre os processos de globalização e digitalização acentuou processos de individualização em diferentes esferas sociais e redundou, entre outros efeitos, no descentramento das identidades coletivas. No mundo do trabalho, esses processos são mais nítidos, porque nele se reconhece, historicamente, a potência para a formação da consciência de classe na modernidade. As obras de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky, entre outros, convergem ao destacarem que o compartilhamento das mazelas do chão das fábricas pelos trabalhadores fez com que estes se identificassem, estabelecessem laços de confiança e se organizassem para lutar por seus direitos.

Só que o espaço do mundo do trabalho mudou. Não temos mais uma economia industrial. A maioria das pessoas trabalha hoje no setor de serviços, cujas atividades, progressivamente, são realizadas de forma remota e individual. Esses trabalhadores, atomizados, não desenvolvem vínculos de solidariedade e pertencimento, tampouco conseguem entender suas demandas como coletivas e se organizar politicamente. Essa alienação da classe trabalhadora favorece a intensificação da exploração dos trabalhadores e, por consequência, a manutenção do *status quo* e das desigualdades sociais. Essas tendências vêm sendo observadas sobretudo entre os jovens, que expressam desinteresse por política e almejam, cada vez menos, a estabilidade propiciada pelo emprego formal, segundo pesquisas. Ao contrário, aderem ao discurso de uma suposta autonomia laboral que, na realidade, configura precarização. Suas identidades coletivas se forjam em outros campos, denominados pós-materialistas e/ou culturais

— como as questões raciais e de gênero —, mas numa perspectiva mais liberal, que não pleiteia transformações estruturais.

Como você avalia o crescimento e o fortalecimento de movimentos sociais antigos e novos, neste século no Brasil? Referimo-nos, aqui, aos movimentos feministas, negros e LGBTs, bem como aos movimentos de luta pela reforma agrária e pela reforma urbana, por exemplo.

Neste primeiro quarto do século XXI, o Brasil responde pelo maior movimento de reforma agrária do mundo. Os números do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra impressionam: atuando em todos os estados da federação, são 400 mil famílias assentadas, 185 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações e 70 mil famílias acampadas. Movimentos de reforma urbana, como o MTST, de formação mais recente, também se expandiram. Contudo, neste período, observamos, principalmente, o crescimento dos movimentos ligados a pautas consideradas "identitárias" ou "pós-materialistas/culturais". Essas categorizações são, na minha visão, problemáticas, porque sugerem que essas militâncias não vinculam suas pautas a questões estruturais do capitalismo. Porém, de alguma maneira, servem para a literatura demarcar os movimentos sociais que surgiram após a 2ª Guerra Mundial em sociedades desenvolvidas — ou seja, que viviam a crise do Estado de bem-estar. O fortalecimento desses movimentos chega com algum atraso no Brasil, mas, em alguma medida, também vem após a ampliação de políticas de redistribuição de renda e acompanha o surgimento de novas formas de ação coletiva, como os coletivos. Entre outras conquistas dessas lutas na Nova República, destacam-se o fim do poder pátrio, a criminalização do racismo e o direito à união estável homoafetiva. Políticas de ação afirmativa e de equidade são cada vez mais adotadas, ao passo que os preconceitos sociais são cada vez menos tolerados. Contudo, essas conquistas provocaram também a reação de setores extremistas da sociedade, que passaram a disseminar suas ideias antidemocráticas e formar

comunidades na internet, como os grupos golpistas bolsonaristas e os *incels*.

Há quem critique o Partido dos Trabalhadores, que teve nos movimentos sociais da cidade e do campo um de seus pilares fundacionais, por ter se afastado das bases, ou seja, do trabalho político cotidiano nos territórios marginalizados e periféricos nos quais vive parcela significativa da classe trabalhadora. Você concorda com essa afirmação? Entende que essa é uma crítica procedente? E por quê?

A institucionalização de um partido cuja fundação é fruto da articulação de diferentes movimentos sociais em uma democracia liberal, ao mesmo tempo que simboliza a vitória desses grupos políticos, sempre provocará distanciamentos — dada a lógica da organização representativa e do funcionamento do sistema político, de modo mais amplo. Os governos Lula 1 e 2, assim como os governos Dilma 1 e Dilma 2, foram responsáveis por inegáveis progressos no âmbito da redução das desigualdades sociais, proporcionando uma vida mais digna aos brasileiros. Zeramos a fome e construímos uma UBS para cada um dos 5.570 municípios brasileiros. Mas fizeram isso a partir de políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não por meio de reformas estruturais — como uma reforma agrária ou a taxação de grandes fortunas, por exemplo. Dilma, quando adotou uma posição mais ofensiva nesse sentido, com a redução da taxa de juros, foi golpeada. Assim, muitas vezes, os setores populares sentem, sobretudo em contextos de crise econômica, que o alcance da Constituição é limitado, pois experienciam, com frequência, a inexistência dos direitos sociais na prática. Além disso, os governos de esquerda sofrem sistemáticos ataques dos setores hegemônicos, por suas diferentes esferas de atuação. Mais recentemente, no governo Lula 3, a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil, por exemplo, enfrentou forte resistência do chamado "Mercado", da extrema-direita, na imprensa e nas mídias sociais — ainda que, posteriormente, tenha sido aprovada no Congresso. Isso

ocorre porque, neste sistema político, não se governa sozinho, e as elites brasileiras, subservientes e muito bem representadas nos três poderes, agem para manter os privilégios que as distinguem das massas — ainda que isso signifique a manutenção, também, do nosso atraso social e econômico, e da nossa condição de dependência na geopolítica global, conforme diagnosticaram Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes décadas atrás.

Não era comum, desde a redemocratização, que a direita estivesse nas ruas, protestando e mobilizando milhares de pessoas. No entanto, esse tornou-se um dado concreto da política brasileira contemporânea. Como você avalia o surgimento, desde pelo menos as Jornadas de Junho de 2013, de coletivos políticos de direita no Brasil?

O recente retorno de movimentos de direita às ruas é decorrente de uma confluência de fatores. Setores da direita e extrema-direita souberam capturar o sentimento de indignação que se espraiou pelas ruas do Brasil no decorrer das Jornadas de Junho e passaram a se apresentar como uma alternativa antissistêmica para a população. Em uma conjuntura em que o governo sofria pressão de setores mais à esquerda, por um lado, e era associado a um grande escândalo de corrupção, por outro — e que a oposição histórica do governo, o PSDB, se esvaiu —, esse espaço foi preenchido por esses grupos que se intitularam a "nova direita". Ainda que nem todos os atores envolvidos nesse processo fossem efetivamente recém-ingressantes na política institucional, como o próprio Jair Bolsonaro, o argumento da novidade repercutiu e ganhou a adesão de uma parcela importante da população. Nesse processo, foi mobilizado fortemente o enquadramento anticomunista dos tempos da ditadura, convertido em antipetismo, que encorajou a manifestação de tendências autoritárias que, até então, estavam contidas mediante a estabilização da República. Além disso, como os próprios líderes de tais movimentos — que surgiram naquela ocasião e, posteriormente, lideraram os protestos pró-*impeachment*, como o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua — já reconheceram, esses atores copiaram repertórios

e estratégias da esquerda autonomista que se mostraram bem-sucedidas em protestos internacionais, como os *Indignados*, na Espanha, e o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos: a comunicação digital, a proposta de participação direta (ou menos mediada) e a ocupação dos espaços públicos, que, nesses casos, se retroalimentam, na linha do chamado populismo digital. Nesse diapasão, a expansão do uso de mídias sociais no país foi fundamental para essa estratégia, visto algumas *affordances* das plataformas — como a quase total ausência de regulação, as bolhas algorítmicas e a possibilidade de anonimato —, que facilitam a circulação de conteúdos antidemocráticos, racistas, xenófobos, misóginos e contrários aos direitos humanos. É importante ponderar que a estruturação dessa eficiente rede de comunicação contou também com o favorecimento da circulação desse tipo de conteúdo pelas próprias plataformas, cujos algoritmos são calibrados para promoverem mensagens com esse caráter, e cujos CEOs se revelaram apoiadores do projeto político global da extrema-direita.

(4)
FEMINISMOS

Joana das Flores Duarte

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Cocoordenadora do GT CLACSO "Feminismos, resistências e emancipação".

Quais são as principais pautas dos movimentos feministas no Brasil hoje?

Vejo que ao longo das últimas décadas, os movimentos feministas brasileiros têm ganhado visibilidade, densidade e diversidade. Suas pautas refletem os desafios enfrentados por diferentes grupos de mulheres no país e, também, tem dialogado com questões locais e globais, em busca de justiça social, equidade de gênero e respeito aos direitos humanos. Dentre as principais pautas, destacaria: os direitos reprodutivos, bem como o acesso à saúde; o combate à violência entre sexos/gênero, a representatividade a participação política; Valorização do trabalho das mulheres e combate à desigualdade econômica; Educação para equidade e combate ao machismo; Interseccionalidade e inclusão; Direitos sexuais e identidade de gênero e meio ambiente e sustentabilidade com perspectiva de gênero.

Quais foram as principais conquistas das mulheres brasileiras neste quarto de século, do ano 2000 até aqui?

Compreendo que no período que se estende do ano 2000 até 2025, as mulheres brasileiras conquistaram avanços notáveis em diversas

esferas da sociedade, apesar dos inúmeros desafios ainda enfrentados. Essas conquistas se dão tanto no âmbito dos direitos civis e sociais quanto na ampliação de espaços de participação política, cultura, ciência e lutas interseccionais. Mas destaco nesse quarto de século vitórias que incidiram mudanças substanciais na vida de todas nós, entre elas: Lei Maria da Penha (2006); Lei do Feminicídio (2015); Lei de Cotas (2012); e Lei da Importunação Sexual (2018). Há também maior protagonismo de mulheres em conselhos de direitos, movimentos ambientais, organizações quilombolas e indígenas, LGBTQIAPN+ o que sem dúvida vem fortalecendo uma agenda feminista contemporânea mais diversa e inclusiva. Tudo isso, tem sido fundamental, por exemplo, para mudanças no campo das políticas públicas e sociais, entre elas a implementação e ampliação de políticas de saúde, tanto na consolidação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), quanto na criação de políticas específicas para gestantes, parturientes, mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+.

Como você entende a pluralidade e a diversidade das lutas feministas no Brasil contemporâneo? Num país marcado por tantas desigualdades, os movimentos também são atravessados por recortes de raça, classe e orientação sexual, entre outros. Como somar forças na construção de direitos para todas as mulheres respeitando a heterogeneidade que caracteriza essa parcela da população?

Excelente questão! A pluralidade e a diversidade das lutas feministas no Brasil contemporâneo é reflexo da própria composição da sociedade. Mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, trans, lésbicas, trabalhadoras rurais, urbanas, acadêmicas, jovens, idosas, entre outras, mobilizam pautas que partem de suas realidades e necessidades concretas. A pluralidade não é apenas uma característica do feminismo brasileiro, mas uma condição fundamental para sua vitalidade e capacidade de transformação. Tem sido muito frequente a defesa do diálogo entre diferentes experiências, cujo fito seja o de ampliar o entendimento sobre as opressões e projetar soluções que contemplem de forma inclusiva e diversa essa totalidade. Isso tem sido provocado,

sobretudo, a partir de formulações teóricas comprometidas com a memória do país. Não podemos ignorar que no contexto brasileiro, o legado colonial e escravocrata se entrelaça às desigualdades de classe, raça, gênero e geração. Nesse sentido, os movimentos feministas têm buscado incluir e destacar as vozes historicamente destituídas de direitos. A luta antirracista, por exemplo, tornou-se indissociável do feminismo, com organizações de mulheres negras e indígenas ocupando protagonismo e pautando reivindicações específicas — como o acesso à terra, à saúde, à educação, à maternidade, à moradia e à própria existência. Não posso deixar de mencionar também os movimentos de mulheres lésbicas e trans, esses que trazem para o centro do debate a necessidade de combater a lesbofobia e a transfobia, além de garantir direitos básicos como respeito à identidade de gênero e à diversidade sexual.

Que avaliação você faz da Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/2024)? O que deve ser feito para torná-la uma realidade no país?

Bom... a promulgação da Política Nacional de Cuidados, por meio da Lei nº 15.069/2024, representa um marco no reconhecimento do cuidado como direito fundamental e como elemento central para a justiça social no Brasil. A Lei tem por objetivo responder à demanda histórica por políticas públicas voltadas à valorização, proteção e distribuição equitativa do trabalho de cuidado. No entanto, transformar essa política em realidade exige muito mais do que sua aprovação formal — demanda ações concretas, articulação intersetorial e compromisso com a diversidade das experiências das mulheres brasileiras. Para torná-la uma Lei exequível, destacaria: financiamento contínuo e mecanismos de monitoramento das pessoas destituídas de direitos, com o foco no mapeamento de quantas são e como vivem; articulação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e habitação; fortalecimento da visibilidade e do respeito ao trabalho de cuidados, tendo em vista séculos de invisibilização, machismo, racismo e capacitismo; e investimento em formação continuada e valorização do conhecimento local, especialmente entre mulheres indígenas, negras e periféricas.

O que se pode esperar, a curto e médio prazos, do debate público brasileiro no qual, de um lado, há uma presença crescente do conservadorismo cristão e de outro, a presença também crescente dos grupos que advogam os direitos das mulheres e a diversidade sexual?

Avalio que o debate público desses movimentos antagônicos, está diretamente ligado a dois processos que se interseccionam: 1) ao projeto de governo; e 2) feminismos de base popular. Embora os movimentos feministas no Brasil tenham demarcado um lugar de visibilidade e protagonismo, o avanço do conservadorismo cristão também se capilariza pela força e protagonismo de mulheres — em grande parte negras e periféricas. Essa contradição tem implicado em pautas morais tradicionais, como a defesa da família "convencional", a oposição à ampliação de direitos reprodutivos, o questionamento de políticas para pessoas LGBTQIAPN+ e a resistência ao ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Vejamos que esse núcleo exerce influência considerável no Congresso Nacional, no campo político partidário e nos meios de comunicação, o que tem desencadeado retrocessos e barreiras à implementação de leis e políticas voltadas à equidade de gênero e à valorização da diversidade, por exemplo. Por outro lado, os grupos organizados em torno dos direitos das mulheres, de pessoas LGBTQIAPN+ e de outras minorias vêm consolidando estratégias de resistência e incidência pública, porém tem suas pautas reduzidas ou ignoradas no Congresso. Ainda que esse último movimento tenha historicamente se constituído de forma independente e logrando em um quarto de século conquistas civilizatórias, não podemos ignorar que as bases conservadoras com ascensão também nos espaços periféricos não se davam como se dá na cena contemporânea. Na minha avaliação, esse tem sido o grande paradoxo e desafio dos movimentos feministas hoje: chegar às mulheres adeptas do conservadorismo cristão e escutá-las. Penso que só a partir daí teremos elementos concretos para forjar um feminismo radicalizado nas demandas populares.

(5)
POPULAÇÃO NEGRA

Dennis de Oliveira

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

Quais são as principais pautas do movimento negro no Brasil hoje?

Historicamente a principal agenda do movimento negro brasileiro é a plena equidade social, política e econômica. A partir deste objetivo, o movimento negro busca consolidar as ações afirmativas conquistadas no início do século XXI, buscar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, tanto em termos de emprego como de remuneração, acabar com a violência policial principalmente nos territórios periféricos, e enfrentar o racismo contra as religiões de matriz africana. Há uma agenda forte também voltada a representatividade, produto da conquista das ações afirmativas, que trata da maior presença negra em espaços institucionais de poder. Entretanto, as fragilidades socioeconômicas ainda não equacionadas que atingem a população negra fazem com que, não obstante algumas conquistas importantes que possibilitou uma maior visibilidade negra em espaços inimagináveis tempos atrás como nas universidades, ainda a presença negra é enorme entre os mais pobres, entre as vítimas da violência, entre outros.

Quais foram as principais conquistas da população afrodescendente no Brasil neste quarto de século, do ano 2000 até aqui?

As ações afirmativas, particularmente as cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos e a conquista de alguns marcos normativos como a Lei nº 10639/03 (que abriu espaço para a instituição da educação para as relações étnico-raciais no sistema educacional brasileiro) e o Estatuto da Igualdade Racial. Também foram importantes a construção de espaços institucionais no âmbito governamental específicos para o gerenciamento das políticas de igualdade racial. Isto foi indutor para que no âmbito privado a temática do combate do racismo também fosse instituída como culturas institucionais por meio de programas de *compliance* em empresas.

Qual é a sua avaliação sobre as políticas de ação afirmativa (cotas) adotadas nas universidades públicas brasileiras, decorridas cerca de duas décadas do início da sua implementação?

Positiva. Primeiro porque todos os argumentos contrários à sua implantação foram desmentidos. As universidades não perderam qualidade, os alunos cotistas não demonstraram desempenho pior que os não cotistas e ainda possibilitou a formação de uma geração de negras e negros com nível superior que está impactando o mercado profissional. Segundo, porque foi pedagógico a medida que tirou do armário o racismo embutido nas instituições e grupos privilegiados racialmente — os incômodos gerados em pessoas brancas pela maior presença negra é fruto disso. Agora, o passo seguinte é transformar esta maior presença negra na universidade em uma transformação profunda destas instituições que, na sua esmagadora maioria, ainda tem um perfil pouco vinculado as necessidades nacionais. Mais que uma universidade com negros, ser uma universidade mais negra na sua concepção político-institucional.

Segundo dados oficiais (IBGE) grande parte das brasileiras negras são pobres (41,3% delas viviam abaixo da linha da pobreza em 2022). Além disso, muitas têm acesso precário ao mercado de

trabalho e a serviços como saúde e educação e vivem em territórios conflagrados. Como você avalia a atuação do poder público em relação especificamente a esse segmento da população?

Passamos por um momento grave após o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. Não só pela derrubada de uma presidenta eleita legitimamente, mas porque o objetivo daquele golpe foi instituir o paradigma neoliberal como marco institucional no Brasil. Hoje, a única política de Estado que se mantém firme e forte é a do equilíbrio fiscal com objetivo de atender as demandas do capital especulativo. Tudo o mais se subordina a isso. O que temos então é que o enfrentamento destas chagas sociais exige um forte investimento público tanto no fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas públicas como também no financiamento ao crescimento econômico para geração de empregos qualificados. Hoje, estamos vendo uma geração de negras e negros com nível superior que não encontram oportunidades qualificadas de trabalho. Após o golpe, a precarização do trabalho que já era grande praticamente se institucionalizou e isto fragilizou ainda mais a situação da classe trabalhadora, formada na sua maioria por pessoas negras. Daí então que temos esta conflagração nos territórios periféricos. Não obstante as conquistas dos últimos anos, a situação estrutural da economia leva a isso. Por isto, defendo a tese de que o racismo no Brasil é estrutural porque estrutura as relações de classe e a forma como as riquezas são produzidas. O racismo, como ideologia, legitima que uma pessoa negra mesmo com qualificação seja submetida a condições como essa.

De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), 79% das vítimas de mortes violentas intencionais (homicídios) eram pessoas negras. Também de acordo com aquela instituição, em 2024 pretos e pardos representavam 68,7% da população carcerária do país, num dos mais altos índices da série histórica sobre o tema, iniciada em 2005. Em ambos os indicadores se trata de percentuais significativamente maiores que a proporção

dos indivíduos negros na população brasileira. Como podemos entender esse cenário?

Eu defendo a ideia de que a democracia e o Estado Democrático de Direito não chegaram na periferia. Historicamente, o Estado republicano brasileiro foi formado a partir de um tripé: legitimação da concentração do patrimônio e renda, concepção restrita de cidadania e violência como prática política central. Veja a dificuldade de se instituir um sistema tributário menos regressivo e que favoreça os mais pobres. Ou ainda a forma que os movimentos sociais são tratados em suas ações. Como o poder judiciário é muito lento na hora de garantir direitos de cidadania de pessoas da base, como uma mulher vítima de violência doméstica, uma pessoa negra vítima do crime de racismo ou um trabalhador que reclama de um direito desrespeitado e como este mesmo poder judiciário é muito célere e eficiente para garantir a reintegração de posse de uma propriedade, mesmo que ela não cumpra função social de acordo com a legislação, quando ela é ocupada por um movimento social reivindicando reforma agrária ou moradia popular. Por isto, um Estado com esta configuração para se garantir manter estruturas de segurança pública com características de tropas militares que enxergam o cidadão como inimigo em potencial. Após o fim da ditadura militar, a concepção de policiamento se manteve só que o inimigo interno trocou: não é mais o "militante guerrilheiro de esquerda", mas o negro morador da periferia. Há uma criminalização do ser negro no Brasil que anda *pari passu* com as políticas de inserção das ações afirmativas reeditando o *Casa Grande e Senzala*, do Gilberto Freyre, em que o pensador brasileiro se encanta com os trânsitos de negras e negros na Casa Grande acreditando que aquilo era um sinal de tolerância que mitiga os antagonismos expressos radicalmente na violência intensa na senzala. Temos negros nas universidades e também nas periferias, ambos vítimas do mesmo sistema. Por isto, é importante entendermos o racismo como um todo, como uma componente estrutural que não será resolvida apenas com políticas públicas por melhores que elas sejam.

Quais são, em linhas gerais, as condições de vida das populações quilombolas no Brasil atual?

Péssimas, porque elas estão em uma dimensão originária da estruturação do racismo no Brasil, que é a concentração de patrimônio e a negação do acesso à terra aos negros e negras que vem desde a promulgação da Lei de Terras em 1850, mesmo ano de promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos. A estrutura latifundiária é um dos pilares da economia capitalista brasileira que se manifesta no modelo do agronegócio como um dos eixos centrais da nossa economia. Garantir as terras para os quilombos, fortalecê-los economicamente implica em contrastar com os interesses deste poderoso setor.

O racismo é um traço ainda muito marcante da sociedade brasileira. Que medidas o poder público tem tomado para combatê-lo? Tais medidas têm sido suficientes?

Atualmente considero que há uma dificuldade no enfrentamento ao racismo por parte do poder público muito em função da tentativa (infrutífera) de se equilibrar políticas públicas com a manutenção do equilíbrio fiscal. Veja só o orçamento do Ministério da Igualdade Racial que é o menor da Esplanada dos Ministérios. Por isto, o impacto das ações do ministério é ínfimo, não por problemas na qualidade da gestão, mas pela absoluta falta de recursos. Programas importantes como o Juventude Negra Viva, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) entre outros sofrem com a falta de recursos. Em alguns momentos, as políticas de igualdade racial realizadas a nível federal, estadual e municipal ficam à mercê de parcerias com o terceiro setor e, por isto, perdem o caráter universalizante necessário a uma política pública que sinalize para uma transformação mais profunda. Além disto, o problema enfrentado pela população negra é de caráter estrutural. Destaco a precarização do trabalho e a reprimarização da economia que não gera oportunidades de trabalho qualificado para jovens negras e negros, mesmo estes tendo

mais oportunidades de qualificação com as ações afirmativas no campo educacional. Por isto, mesmo com todo este tempo de ação afirmativa, a pirâmide social continua racializada. E os mecanismos de violência institucional continuam agindo fortemente contra a população negra. Vejo então que é necessário ampliarmos o escopo do enfrentamento do racismo para além das ações afirmativas, embora elas sejam importantes — mas são insuficientes. Cresce atualmente no movimento negro a reivindicação das reparações, isto é, ações específicas que reparem a população negra pelos danos históricos que sofreu desde a escravidão até hoje. Mas enquanto tivermos um Estado com este formato e ainda limitado por um arranjo institucional neoliberal, que tem como única política de Estado o ajuste fiscal, temos pouca margem de manobra.

Claudia Miranda

Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do Departamento de Didática da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Quais são as principais pautas do movimento negro no Brasil hoje?

As principais pautas estão relacionadas com a justiça social que devem estar refletidas nas políticas públicas específicas. Temas centrais incluem saúde da população negra, genocídio da juventude negra, feminicídio, violência política, formação de novos quadros para a vida político-partidária e proteção nos territórios em conflito pela violência policial constante. As diversas etapas superadas na luta indicam tensões explícitas com o poder público e essas travessias de luta e reivindicações geraram outros tipos de aprendizados que emergem das composições híbridas que enfrentamos em nosso cotidiano. Em realidades multirraciais, é estratégico criar espaços de negociação, e o Movimento Negro juntamente com o Movimento de Mulheres Negras desempenham esse papel.

Quais foram as principais conquistas da população afrodescendente no Brasil neste quarto de século, do ano 2000 até aqui?

Associações e grupos negros desenvolveram suas próprias tecnologias para promover modelos de inclusão de grupos marginalizados e influenciar órgãos gestores e consequentemente as políticas públicas

específicas para as populações negras. Por meio delas, são responsáveis por experiências, iniciativas e ações que transformaram políticas públicas e projetos de grande relevância nacional. Abaixo, podemos analisar algumas dessas propostas: Denúncia do silêncio como ritual que perpetua a discriminação racial nas escolas; Denúncia de estereótipos em materiais didáticos; Participação na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira; Participação na elaboração das Diretrizes Curriculares para a Educação em Relações Raciais; Elaboração das Diretrizes para a Educação Quilombola; Continuação do questionamento do cânone literário: defesa da inclusão de autores nos currículos universitários; Produziu materiais onde a Filosofia Africana e Afro-Brasileira começa a emergir; Defende uma perspectiva afro-brasileira na arte; Fez lobby junto ao Estado e às universidades públicas pela implementação de políticas de ação afirmativa e cotas raciais; Combate a intolerância religiosa e promove a educação laica; Criou Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) em universidades; Realiza seminários em grandes universidades para explorar espaços de debate retórico e ideológico.

Qual é a sua avaliação sobre as políticas de ação afirmativa (cotas) adotadas nas universidades públicas brasileiras, decorridas cerca de duas décadas do início da sua implementação?

Trata-se de uma revolução político-epistemológica que mudou o perfil socioeducacional do Brasil pela ascensão alcançada até o momento. Podemos considerar, como exemplo, algumas mudanças de impacto. Esse é o caso das alterações na lente, no foco nas pesquisas acadêmicas. Com a chegada das populações racializadas, nos bancos universitários, os objetos de pesquisa e temas pouco valorizados, indicados como desinteressantes, problemas levantados por esses novos grupos, indicados como "sem fonte, sem arquivos ou documentos para a elaboração de um estudo", ganharam novo status. Ao longo da história da educação no Brasil, nomes fundamentais que confirmariam a presença de líderes negros nos séculos anteriores

não foram selecionados para compor os materiais curriculares, nem a história da luta e da resistência. Diferentes diagnósticos já foram publicizados identificando o contrário, valorizando a relevância e o direito à memória. Entramos no século XXI com sérios problemas de equidade social, especialmente considerando a ênfase na educação formal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, apenas 2,1% dos negros (tanto de pele escura quanto mestiços) concluíram o ensino superior, ou seja, um quinto da taxa para brancos, que é de 10%. Entre os 300 mil (0,4%) que concluíram mestrado ou doutorado, apenas 1,8% são negros, enquanto 86,4% são brancos.

Segundo dados oficiais (IBGE) grande parte das brasileiras negras são pobres (41,3% delas viviam abaixo da linha da pobreza em 2022). Além disso, muitas têm acesso precário ao mercado de trabalho e a serviços como saúde e educação e vivem em territórios conflagrados. Como você avalia a atuação do poder público em relação especificamente a esse segmento da população?

Pode-se entender que mais da metade da população do país é negra (preta e parda) e a demanda de políticas específicas requer um diagnóstico que leve em conta esse quantitativo. Dito de outra forma, a metade do país necessita de políticas específicas. Além disso, é necessário um enfoque interseccional para análises prévias das demandas e possibilidades efetivas de inserção em todas as áreas. A dinâmica social envolve a agência de forças desiguais e as assimetrias de poder se manifestam de diferentes formas, inclusive oprimindo e amedrontando inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade em zonas invisibilizadas como favelas e morros. Forças paralelas podem interferir na perspectiva de emancipação social e interromper trajetórias que seriam potencializadas com a participação de jovens pobres com potencial para atuar plenamente de processos formativos. Inúmeros grupos de jovens não alcançam participar de formações, estágios por questões de deslocamento nas suas respectivas cidades,

tendo em vista as limitações impostas pela violência nos territórios, como vimos com o avanço das milícias e narcotráfico.

De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), 79% das vítimas de mortes violentas intencionais (homicídios) eram pessoas negras. Também de acordo com aquela instituição, em 2024 pretos e pardos representavam 68,7% da população carcerária do país, num dos mais altos índices da série histórica sobre o tema, iniciada em 2005. Em ambos os indicadores se trata de percentuais significativamente maiores que a proporção dos indivíduos negros na população brasileira. Como podemos entender esse cenário?

Sobre essa temática, salta aos olhos o genocídio da juventude negra nas zonas mais abandonadas, nas favelas e morros. O racismo estrutural interfere no comprometimento inclusive de forças progressistas, que defendem direitos humanos. Em outros termos, a preocupação efetiva com as políticas que podem ser implementadas para a emancipação social da população negra, tem sido por parte das organizações de Mulheres Negras e do Movimento Negro. O abandono das diferentes demandas como a população encarcerada é um dos reflexos da degenerescência da identidade da população negra. Nota-se barreiras na interpretação do quadro situacional de pessoas escolhidas para ocupar esse lugar fixo que é a marginalidade.

Quais são, em linhas gerais, as condições de vida das populações quilombolas no Brasil atual?

O cotidiano das populações ditas rurais, no país, é marcado por insuficiências em termos de direitos. As populações quilombolas ganharam maior visibilidade com o incremento do debate sobre sua existência e como exemplo, pela sua participação socioambiental, em tempos de catástrofes climáticas. Sua agência nesse âmbito, precisa de estudos e mapeamentos. Paralelo a isso, estão organizadas a partir de ações empreendidas por órgãos públicos especializados na recuperação das culturas nos territórios reconhecidos como

"quilombolas". Nessa jornada, existe uma convocatória para a tarefa coletiva de garantia de direitos de afrodescendentes em situação de desvantagem material. Na linha do tempo da luta antirracista, localiza-se a Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura) que é fruto das reivindicações das organizações do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras. Para pensar nas condições atuais, o assassinato de Mãe Bernadete (Bahia), uma liderança reconhecida nacionalmente, por impulsionar a organização da comunidade da qual fazia parte, reflete a problemática existente. Ou seja: A luta pela terra e as violências do grande capital, aparecem como aspectos centrais para se entender os desafios que se tornaram fantasmas, nesse cotidiano das comunidades quilombolas.

O racismo é um traço ainda muito marcante da sociedade brasileira. Que medidas o poder público tem tomado para combatê-lo? Tais medidas têm sido suficientes?

Pela quantidade de pessoas vítimas do racismo estrutural, (mais da metade da população brasileira) e ainda, pela extensão do país, as demandas diversas não são atendidas. A inclusão tem sido uma prioridade máxima e uma questão central nas políticas específicas e nos programas elaborados para pôr em prática o ideário dessas políticas. A educação formal em todos os níveis, é parte das estratégicas para a participação sociopolítica das comunidades negras. A politização está no topo da agenda coletiva das organizações negras em função dos entraves existentes. As narrativas, as representações que os grupos hegemônicos adotam, tendo como base a "perspectiva da democracia racial" mascara o desejo de impedir a emancipação da população negra. As políticas de ações afirmativas foram atacadas e seguem como alvo desses grupos hegemônicos. A correlação de força é desafiadora e deve ser considerada a desvantagem dos movimentos sociais que resistem com teorias e estratégias de organização política, em seus territórios.

(6)

POVOS INDÍGENAS

Fábio Alkimin

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (IPPRI/UNESP).

Em linhas gerais, como você avalia a situação atual dos povos indígenas no Brasil, diante dos avanços e retrocessos recentes?

No plano político, os povos indígenas avançaram muitíssimo nas últimas quatro décadas. Conquistaram direitos fundamentais na Constituição de 1988, organizaram-se tanto nas bases como nacionalmente e passaram cada vez mais a ocupar a política institucional, logrando a criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas, em 2023. Contudo, essas conquistas não se traduziram em plena garantia de direitos. A política de demarcação de terras, por exemplo, entrou em paralisia quase completa desde o golpe parlamentar de 2016, e muitos territórios plenamente regularizados enfrentam grandes ondas de violência e invasões. Esse contraste entre reconhecimento formal e o descumprimento sistemático da legislação, por parte do Estado, revela que a principal força dos povos indígenas continua residindo em sua própria capacidade de mobilização e autonomia.

O Censo 2022 registrou um aumento de 88% da população indígena em relação a 2010. A que fatores você atribui esse grande crescimento?

O expressivo aumento da população indígena registrado no Censo 2022 — de cerca de 896 mil para 1,7 milhão — decorre, em boa medida, da ampliação da autodeclaração. Muitos indígenas que, diante do racismo e da violência estrutural, ocultavam sua identidade, passaram a se sentir seguros para se afirmar como tais. Esse processo é fruto do esforço das organizações indígenas em recontar sua história, afirmar seus direitos e valorizar sua cultura. Em paralelo, o IBGE melhorou sua metodologia censitária: ampliou de 1.300 para quase 5.800 as comunidades indígenas visitadas, corrigindo uma subenumeração nos dados levantados em 2010. Assim, esse crescimento reflete tanto uma maior afirmação política e simbólica da identidade indígena no Brasil contemporâneo quanto uma maior precisão do próprio Censo.

Quais têm sido as principais demandas das organizações indígenas no Brasil, e como elas dialogam com pautas históricas como a demarcação de terras?

As principais demandas das organizações indígenas convergem para o reconhecimento, a demarcação e a proteção de seus territórios, direito originário consagrado pela Constituição de 1988. Essa pauta central articula-se a reivindicações complementares, como o fortalecimento da governança territorial, a efetivação de políticas de saúde e educação diferenciadas, a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato, o enfrentamento da violência e do racismo estrutural, o reconhecimento da autodeterminação indígena como eixo estruturante na relação com o Estado brasileiro, a garantia da consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT e, por fim, políticas de reparação que ampliem a presença indígena nos espaços de decisão. Em suma, tais demandas visam ao cumprimento de obrigações constitucionais e internacionais já assumidas

pelo Estado brasileiro, embora sistematicamente descumpridas e negligenciadas.

Que transformações marcaram as organizações indígenas brasileiras nas últimas décadas, em termos de estratégias, articulações e protagonismo político?

Nas últimas décadas, as organizações indígenas brasileiras passaram por uma profunda transformação: romperam com a lógica da tutela para assumir o controle pleno de suas próprias instituições, discursos e agendas políticas. A partir das primeiras assembleias regionais, ainda nos anos 1970, consolidaram redes que vão de conselhos locais a articulações regionais, nacionais e supranacionais, como a Aty Guasu, a APIB e a COICA. Essa expansão foi acompanhada pelo fortalecimento de processos de autonomia, com a ocupação de novos espaços por indígenas na internet, nas artes e nas universidades — nunca houve tantos indígenas no ensino superior brasileiro como no presente. Finalmente, um aspecto decisivo dessa transformação foi o protagonismo crescente das mulheres, que trouxeram novas gramáticas políticas ao movimento indígena, como no caso da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), entre diversos outros coletivos e organizações liderados por mulheres indígenas.

De que forma as organizações indígenas têm afirmado sua autonomia na defesa dos territórios frente ao Estado e ao avanço do capital?

Na minha perspectiva, as organizações indígenas no Brasil têm afirmado sua autonomia especialmente por meio do fortalecimento de mecanismos de autogoverno e governança territorial. Esse processo, que ganhou grande impulso nos últimos 20 anos, tem possibilitado às comunidades reduzir a dependência do Estado e a mediação de atores externos. Na prática, isso tem se traduzido em uma práxis autonômica profundamente territorializada: autodemarcações, retomadas, grupos de monitoramento territorial, protocolos autônomos

de consulta, escolas com projetos político-pedagógicos próprios (nos quais os indígenas definem conteúdos e métodos), sistemas de saúde baseados em saberes tradicionais, formas de justiça comunitária, comunicação autônoma e projetos econômicos que reafirmam o direito à autodeterminação. Nesse sentido, diante do avanço do capital, a autonomia se torna uma estratégia concreta de resistência e luta anticolonial.

Quais têm sido as contribuições dos povos indígenas no Brasil para os debates nacionais e internacionais sobre a crise climática e a proteção da biodiversidade?

Os povos indígenas têm desempenhado um papel decisivo no combate à crise climática, não somente como "aliados", mas como grandes protagonistas. Seus saberes moldam sistemas agrícolas e de manejo territorial que garantem diversidade alimentar e conservação em diferentes biomas brasileiros. A governança comunitária, articulada aos modos de vida tradicionais, constitui uma barreira efetiva ao desmatamento, às queimadas e à expansão de monoculturas, contribuindo para a preservação de vastas áreas com elevada biodiversidade.

Estudos recentes mostram que as Terras Indígenas têm taxas de desmatamento até 87,5% menores do que áreas não protegidas (APIB, 2025). No plano internacional, os povos indígenas têm denunciado com veemência as verdadeiras causas da emergência climática: o colonialismo e o capitalismo. Nesse sentido, apresentam uma crítica contundente às falsas soluções da chamada "economia verde", reafirmando que não haverá justiça climática sem justiça territorial e respeito à autodeterminação dos povos indígenas.

Quais serão os principais desafios para as organizações indígenas nos próximos anos?

A meu ver, os principais desafios para as organizações indígenas passam pela defesa dos direitos originários diante dos constantes ataques do Estado brasileiro — nas diferentes esferas e poderes —,

como a tese do marco temporal e quase uma centena de projetos que visam abrir as Terras Indígenas ao capital. A mineração, o desmatamento, a pilhagem e a grilagem seguem como ameaças centrais, exigindo monitoramento territorial e ações concretas diante da violência que esses processos desencadeiam. Também será importante articular a luta com os indígenas que vivem nas cidades, ampliando a base social do movimento e sua articulação com a sociedade civil brasileira. Isso inclui ampliar a presença indígena em espaços urbanos como as escolas, reivindicando uma educação antirracista para crianças e jovens não indígenas. No plano institucional, coloca-se o desafio de consolidar o Ministério dos Povos Indígenas como um instrumento efetivo de fortalecimento dos direitos e da autonomia indígena, e não como um aparato institucional descolado das bases.

Referências

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (2025, agosto). *Nossos territórios são a resposta à crise climática: NDC dos Povos Indígenas do Brasil*. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). https://apiboficial.org/files/2025/08/250804-NDC-Indígena-Documento-Final.pdf

Felipe Milanez

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra e professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em linhas gerais, como você avalia a situação atual dos povos indígenas no Brasil, diante dos avanços e retrocessos recentes?

Vivemos um momento profundamente contraditório, perigoso. De um lado, há avanços estruturais no protagonismo político, intelectual e cultural dos povos indígenas. Organizações como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) consolidaram uma capacidade inédita de articulação nacional e internacional, com capilaridade e base expressiva em todos os territórios. Nas universidades, hoje existem mais de 45 mil estudantes indígenas e um número crescente de mestres e doutores, transformando profundamente a produção de conhecimento no país, o que culmina com a criação da Universidade Federal Indígena. No campo das artes, artistas indígenas ocupam espaços centrais dos principais museus brasileiros e, pela primeira vez, a representação brasileira na Bienal de Veneza (2024) contou com uma curadoria e uma participação indígena de enorme relevância. Esse movimento foi consagrado com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, que foi liderado pela principal liderança da APIB, Sonia Guajajara, a presidência da Funai pela primeira vez sob o controle dos povos indígenas, chefiada por Joênia

Wapishana, uma liderança de imenso destaque do movimento indígena de Roraima, e o Museu Nacional dos Povos Indígenas sob a gestão de Fernanda Kaingang. O principal resultado pode ser considerado a retomada das demarcações das terras indígenas (TI), com a homologação de 20 TIs, representando 2,5 milhões de hectares, além de processos de desintrusão e também o andamento de diversos processos que estavam parados. Ao mesmo tempo, observa-se um avanço da ofensiva do capital sobre os territórios indígenas e sobre a natureza que acompanham a crise do capitalismo e o movimento de recolonização no ambiente internacional. Direitos assegurados pela Constituição de 1988 vêm sendo sistematicamente atacados, seja pela tentativa de institucionalização da tese racista do Marco Temporal, mesmo que, em julgamento em 2023, o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional a aplicação dessa tese à demarcação de terras indígenas, em decisão com repercussão geral, o Congresso Nacional votou uma nova medida logo em seguida, de forma a promover a insegurança jurídica e instabilidade nos processos demarcatórios. Há uma série de medidas em curso, capitaneadas pela Bancada Ruralista, de tentativas de enfraquecimento institucional e propostas legislativas que ameaçam direitos originários, que se somam no Pacote da Destruição, como o PL da devastação, de forma a compor um quadro que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) definiu como um "Congresso Anti-Indígena". Além dessa agressão do legislativo federal, há uma série de mudanças infralegais promovidas em estados e municípios, tanto pela administração quanto os legislativos, que visam sempre cercear os direitos dos povos indígenas nas suas competências residuais. Esses ataques legislativos alimentam a violência nos territórios, estimulando invasões, conflitos fundiários e o aumento dos assassinatos de lideranças indígenas, como demonstram os relatórios anuais do CIMI.

O Censo 2022 registrou um aumento de 88% da população indígena em relação a 2010. A que fatores você atribui esse grande crescimento?

Esse crescimento resulta da combinação de diferentes fatores. O primeiro é o fortalecimento dos processos de autoidentificação e de consciência social e histórica. Muitas pessoas indígenas que viviam nas cidades e anteriormente ocultavam sua identidade, em razão do racismo e da discriminação, passaram a se reconhecer publicamente como indígenas. Além disso, houve melhorias importantes na política de saúde indígena nas últimas décadas, uma conquista histórica do movimento indígena, contribuindo para a redução da mortalidade infantil e mortes evitáveis para o crescimento populacional. Também deve ser considerado o fortalecimento das organizações indígenas, da educação intercultural e da valorização das identidades coletivas cria um ambiente mais favorável para que muitas comunidades reafirmassem sua existência diante do Estado. Entretanto, o mais fundamental: esse é o resultado histórico dos direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 que colocou um fim à política integracionista e assimilacionista e garantiu a demarcação das terras indígenas. Ser indígena no Brasil deixou de ser uma situação transitória no caminho de virar branco — a integração ou o extermínio, como tentou a ditadura militar. E mesmo com todos os limites e ataques ruralistas e das grandes mineradoras, dados mais recentes do governo federal indicam que as terras indígenas no Brasil abrangem cerca de 105 milhões de hectares, protegendo 13,8% do território nacional não apenas para os 391 povos indígenas do Brasil, que falam 295 línguas, mas para toda a humanidade. O crescimento da população indígena e o fortalecimento da cultura e da diferença é uma profunda derrota do projeto colonial.

Quais têm sido as principais demandas das organizações indígenas no Brasil, e como elas dialogam com pautas históricas como a demarcação de terras?

A principal demanda é a terra: a garantia e a proteção da terra e do território. A demarcação não representa apenas um direito fundiário, mas constitui a condição de existência física, cultural, política e espiritual dos povos indígenas. Sem terra e território, não há possibilidade de reprodução dos modos de vida, das línguas, dos conhecimentos, dos rituais, nem da autonomia política, econômica e cultural. Sem a terra, os povos indígenas são expostos ao genocídio. A partir dessa luta histórica desdobram-se outras agendas fundamentais, como a proteção territorial contra invasões, o fortalecimento da saúde e da educação diferenciadas, a consulta livre, prévia e informada, o enfrentamento às mudanças climáticas, a defesa da biodiversidade e o reconhecimento dos sistemas próprios de conhecimento e governança.

Que transformações marcaram as organizações indígenas brasileiras nas últimas décadas, em termos de estratégias, articulações e protagonismo político?

Nas últimas décadas, as organizações indígenas assumiram um protagonismo sem precedentes. Passaram a ocupar espaços institucionais que anteriormente lhes eram negados, formando profissionais indígenas em áreas estratégicas como saúde, educação, direito, comunicação e gestão territorial. Também ampliaram significativamente sua capacidade de articulação política nacional e internacional, inclusive construindo mecanismos próprios de financiamento, com fundos geridos pelas próprias organizações indígenas, e amplas redes de cooperação. Esse processo fortaleceu sua autonomia e sua capacidade de incidência sobre políticas públicas. Esse crescimento do protagonismo indígena também produziu tensões. Em alguns contextos, a burocratização das organizações pode gerar conflitos entre estruturas institucionais recentes e as formas tradicionais de

autoridade existentes nas aldeias, o que pode levar ao enfraquecimento político das bases e um risco de maior vulnerabilidade dos assédios e invasões locais. Ainda assim, trata-se de um processo que ampliou extraordinariamente a capacidade dos povos indígenas de influenciar os debates políticos nacionais e internacionais, de garantir e fazer valer seus interesses e suas agendas próprias, de ditar seus próprios caminhos de existência.

De que forma as organizações indígenas têm afirmado sua autonomia na defesa dos territórios frente ao Estado e ao avanço do capital?

Essa autonomia se expressa em diferentes dimensões, e ainda é bastante limitada no Brasil pois a própria lei define que as terras indígenas pertencem à União, e aos povos indígenas cabe o seu usufruto. Em muitos casos, isso pode significar na pratica uma maior proteção, mas também permite arbitrariedades do Estado brasileiro, sobretudo das forças armadas. A primeira dimensão dessa autonomia é o enorme desafio da proteção territorial concreta. Diversos povos vêm formando guardiões e vigilantes indígenas, produzindo informações territoriais, realizando ações de vigilância e pressionando o Estado a cumprir suas responsabilidades constitucionais de garantir a integridade dos territórios. Uma segunda dimensão é a construção de instrumentos jurídicos e políticos próprios, como protocolos autônomos de consulta com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que buscam assegurar o direito à autodeterminação diante de empreendimentos de mineração, infraestrutura e outras atividades extrativistas. Por fim, existe uma dimensão profundamente cultural. O fortalecimento das línguas indígenas, dos rituais, das práticas espirituais e das formas tradicionais de transmissão de conhecimentos talvez seja a mais efetiva estratégia de defesa territorial: a força dos encantados, dos espíritos da floresta e as alianças multiespécies e mais que humanas. A "cultura" deixa de ser apenas patrimônio, ou uma distinção da natureza, mas transcende para uma dimensão ontológica muito mais profunda, e passa

a constituir uma forma concreta e material de resistência ao avanço do extrativismo, do capitalismo e do colonialismo, fortalecendo a coesão comunitária e oferecendo alternativas de vida às novas gerações, criando mundos possíveis de serem habitados em meio às ruínas do deserto colonial.

Quais têm sido as contribuições dos povos indígenas no Brasil para os debates nacionais e internacionais sobre a crise climática e a proteção da biodiversidade?

Nos últimos anos, especialmente após o aprofundamento da crise democrática iniciada em 2016, os povos indígenas tornaram-se uma das principais forças em defesa da Constituição de 1988 e da própria democracia brasileira. Sua luta demonstra que a proteção dos direitos das minorias não representa um privilégio, mas uma condição fundamental para a existência de uma sociedade democrática.

No debate climático, as contribuições dos povos indígenas para a humanidade, em geral, vão muito além da conservação da biodiversidade, da efetiva preservação que fazem. As Terras Indígenas são reconhecidas como algumas das áreas mais preservadas do planeta: registram um índice inferior a 3% de desmatamento nos 105 milhões de hectares, e um florescimento e recuperação das florestas nas áreas em processo de retomada. As Terras Indígenas demarcadas são fundamentais para a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e da estabilidade climática do planeta, e os povos indígenas devem ser reconhecidos por esse papel.

Entretanto, talvez sua maior contribuição seja de natureza filosófica e política de combater a ontologia do capitalismo. Os povos indígenas questionam a separação moderna entre sociedade e natureza e propõem uma ontologia baseada na reciprocidade, na interdependência e na coexistência entre diferentes formas de vida. Essa perspectiva rompe tanto com a lógica dos chamados "serviços ambientais" quanto com a mercantilização da natureza promovida pelos mercados climáticos que visam mais a acumulação e os bons negócios, do que

garantir condições de sobrevivência humana no Planeta. Em vez disso, propõe reorganizar os modos de existência em defesa da vida, e não da mera acumulação de capital que segue predando o planeta. São contribuições fundamentais para imaginar outros futuros possíveis diante do colapso ecológico.

Quais serão os principais desafios para as organizações indígenas nos próximos anos?

O maior desafio será comum a toda a humanidade: aprender a viver em um mundo devastado pelo capitalismo e marcado pelo colapso ecológico, climático, civilizatório e democrático. Para os povos indígenas, isso significa continuar defendendo seus territórios diante da expansão permanente das fronteiras do capital, com um vertiginoso aumento da mineração, do agronegócio, da infraestrutura e financeirização da natureza. Ao mesmo tempo em que devem encontrar meios de fortalecer seus modos de vida, seus conhecimentos e suas instituições. Mais do que resistir, o desafio será continuar demonstrando que existem outras maneiras de habitar a Terra e ampliar a capacidade de influenciar sociedades não indígenas para que deixem de comer a Terra. Em um contexto de crise civilizatória, os povos indígenas oferecem não apenas formas de resistência, mas experiências concretas de construção de mundos baseados na reciprocidade, na cooperação, na solidariedade entre os povos e no reconhecimento da interdependência entre humanos e não humanos. Uma das mais bonitas formas sociais ensinadas pelos povos indígenas talvez sejam as relações simétricas de poder, da igualdade, do diálogo, do coletivo, do comum: a vida partilhada onde o Ego é combatido de forma quase natural. E que nós somos natureza, e dependemos dela para viver. Talvez essa seja sua contribuição mais profunda para o século XXI: mostrar que outros mundos não apenas são possíveis, mas já existem e continuam resistindo ao avanço do colapso, e esses mundos são construídos em relação com a natureza, não com a sua subjugação e dominação.

(7)
POPULAÇÃO LGBTQIPA+

Rochele Fellini Fachinetto

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade.

Quais foram as principais conquistas da população LGBTQIAPN+ no Brasil nos últimos 25 anos?

Os últimos anos, particularmente a partir de 2000 em diante, foram marcados por uma ampliação da visibilidade e das pautas da população LGBTQIAPN+ no cenário brasileiro, sobretudo em função da articulação e mobilização dos movimentos sociais e coletivos na luta pelos seus direitos e acesso à cidadania. Como resultado dessa visibilidade e da atuação desses movimentos, podemos observar que houve uma recepção dessas demandas que passaram a ser incorporadas no nível de uma institucionalidade estatal, convertendo-se em ações e políticas que contribuíram para conquistas fundamentais para estes grupos. Programas como o Brasil sem Homofobia, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), as resoluções do Conselho Nacional de Justiça que estabelecem diretrizes para o respeito e a igualdade de gênero na gestão e organização judiciária, bem como na Execução Penal e no Sistema Carcerário; a criação de órgãos de estado voltados especificamente sobre os temas que envolvem a população LGBTQIAP+, como o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a Secretaria de Nacional dos Direitos das Pessoas

LGBTQIA+, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos são avanços importantes no que se refere à luta pelo respeito e pela igualdade. A essas iniciativas somam-se também outras conquistas como a ampliação da participação da comunidade LGBTQIAPN+ nos espaços do parlamento — com a constituição de bancadas tanto em nível municipal, estadual e federal, a criação de cotas para pessoas trans e travestis em Programas de Pós-Graduação e a própria criminalização da homofobia e transfobia pelo Supremo Tribunal Federal em 2019, expressam algumas conquistas dessa mobilização dos movimentos sociais.

Quais são as principais pautas dos movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil hoje, considerada a interseccionalidade típica dessa população?

Embora reconheçamos que importantes avanços foram alcançados em termos de visibilidade, reconhecimento de direitos e implementação de ações, programas e Políticas Públicas nos anos mais recentes no Brasil, os desafios ainda são bastante significativos em várias dimensões e temas que atravessam a vida cotidiana da população LGBTQIAPN+. As pautas dos movimentos seguem diante da urgência em demandar direitos que são muito fundamentais para a vida de pessoas LGBTQIAP+, como por exemplo o acesso à educação, saúde, ao trabalho e renda e ao próprio direito de ir e vir — ou mesmo algo tão elementar como o uso de um banheiro. Entretanto, de forma imperiosa, o tema da violência e dos crimes de ódio constituem uma das principais pautas desses movimentos, considerando-se que o Brasil figura com um dos piores índices quando comparado às estatísticas de violências contra LGBTQIAPN+ de outros países, sobretudo, a violência letal, como têm sinalizado vários relatórios e pesquisas nacionais e internacionais. Sobre este tema, é fundamental considerar como a interseccionalidade (Crenshaw, 1991) opera a partir dos marcadores de gênero, classe, raça, sexualidade, evidenciando uma exposição diferenciada que vulnerabiliza ainda mais algumas identidades, como por exemplo a das mulheres trans e travestis negras e com ocupações precárias, algo que precisa ser levado em conta nas políticas que visam o enfrentamento a essas violências.

A população LGBTQIAPN+ é muito heterogênea, mas um dos traços comuns a todas essas pessoas são a discriminação e o preconceito por parte de outros setores da sociedade. Na sua avaliação a discriminação e o preconceito contra a população LGBTQIAPN+ tem diminuído no Brasil se comparado às décadas anteriores?

A ampliação da visibilidade do tema não implica, necessariamente, que haja uma diminuição do preconceito. O que se configura no contexto atual é mais um campo de disputas marcado, por um lado, pelo avanço de algumas conquistas e pela ampliação dos espaços de reivindicação pelos movimentos LGBTQIAPN+ e, simultaneamente, uma reação conservadora que visa barrar, desqualificar e deslegitimar essas lutas. Este tem se constituído num tema de debate neste campo de estudos atualmente (Butler, 2024), tendo o termo *backlash*, ganhado maior popularidade na literatura nacional e internacional, justamente porque se refere a uma reação conservadora ante ao avanço de direitos de determinados grupos. No caso do Brasil, por exemplo, percebemos que houve uma ampliação da participação de pessoas LGBTQIAPN+ no parlamento, trazendo importantes reivindicações desses grupos para o debate político e, ao mesmo tempo, observamos um recrudescimento da violência política de gênero que assume contornos bastante específicos contra essas(es) parlamentares.

Como o Estado deve lidar com as variadas formas de violência contra a população LGTBQIAPN+? O país não possui legislação específica relativa à homofobia e à transfobia, mas o Supremo Tribunal Federal determinou em 2019 que atos de discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero sejam enquadrados na Lei do Racismo, como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, bem como que a Lei Maria da Penha seja aplicada em casos de violência também para o caso de relacionamentos homoafetivos. Qual é a sua interpretação sobre isso?

O enfrentamento das mais variadas formas de violência contra a população LGBTQIAPN+ deve ser prioridade pelo Estado e, ainda que a

tipificação jurídica da homotransfobia seja legítima e necessária como uma forma de sinalizar que estes são atos inaceitáveis, as medidas para o efetivo enfrentamento às violências e à disseminação de discursos de ódio demandam também outros tipos de resposta e não podem se limitar apenas à esfera penal. Em primeiro lugar há que se estruturar uma política de acolhida às vítimas, oferecendo-lhes o suporte e amparo necessário para que possam reestruturar suas vidas com dignidade. Os sistemas de justiça e de segurança precisam estar qualificados para atender a estas demandas, por meio da formação e qualificação nos temas de gênero, sexualidades e raça, para que seja garantido o acesso à justiça em casos de violência e discriminação e para que essas vítimas encontrem nesses espaços um lócus de acolhida para suas demandas e não de uma revitimização. A formação de profissionais da segurança pública e da justiça é fundamental para que, por exemplo, a Lei Maria da Penha ou mesmo a recente lei que tipifica o feminicídio como um crime autônomo, possam ser traduzidas de forma ampla, incluindo pessoas trans, travestis e demais casos envolvendo violências baseadas no gênero. Por outro lado, o enfrentamento às violências também exige medidas de prevenção que contemplem a educação e a ampliação do debate sobre gênero em suas interseccionalidades nos mais variados espaços sociais (saúde, educação, mercado de trabalho, mídias), de modo a desconstruir e desnaturalizar os termos pelos quais essa violência é produzida.

Qual é a situação da população trans no país hoje, principalmente em relação ao acesso a serviços públicos de saúde e inserção no ensino universitário e no mercado de trabalho?

A situação das pessoas trans e travestis no Brasil é um grande desafio em termos da garantia e do acesso a direitos sociais básicos, desde o acesso à educação — e a permanência no sistema de ensino — do ensino fundamental ao superior — o acesso aos serviços de saúde, bem como, o trabalho e renda. A noção de interseccionalidade é uma chave importante para compreendermos que pessoas trans e travestis, por trazerem, aspectos mais visíveis que expressam a dissidência das normas e performances tradicionais e socialmente aceitas de gênero,

acabam mais expostos(as) ao preconceito e às variadas formas de violência que impedem ao acesso e a efetivação de seus direitos. Diversas pesquisas e estudos têm sido fundamentais para evidenciar as dificuldades de permanência no sistema escolar de pessoas trans e travestis e de como isso também repercute, posteriormente, na exclusão do mercado de trabalho formal e ou em ocupações extremamente precarizadas. O preconceito e transfobia manifestam-se desde os microprocessos sociais cotidianos — como a espera numa fila de supermercado até a violência institucional que impede e obstaculiza o acesso aos serviços de saúde, configurando uma fissura no acesso à cidadania e aos direitos sociais desses grupos. A luta pela democracia em nosso país não pode prescindir de enfrentar estas questões e de efetivamente garantir que grupos que estão em maior situação de vulnerabilidade sejam priorizados por meio de Políticas Públicas estruturadas, com a destinação de recursos orçamentários que sejam efetivos e que não estejam à mercê de ciclos políticos conservadores, mas que possam ser perenes na garantia da vida e da dignidade das pessoas trans e travestis.

Referências

Butler, Judith (2024). *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo.

Crenshaw, Kimberly Williams (1991). Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review, 43*(6), 1241-1299.

Amaral Arévalo

Doutor em Estudos de Paz, Conflito e Desenvolvimento pela Universitat Jaume I, Espanha. Atualmente realiza estágio de pós-doutorado sobre desdemocratização, cidadania sexual e direitos humanos de pessoas LGBTI+ em El Salvador e no Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quais foram as principais conquistas da população LGBTQIAPN+ no Brasil nos últimos 25 anos?

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil tem registrado avanços significativos no reconhecimento dos direitos da população LGBTQIAPN+, configurando no campo jurídico um processo de consolidação normativa e institucional, mas em permanente disputa nos âmbitos político e social. A ampliação do acesso a direitos fundamentais como casamento homoafetivo, a alteração de nome e gênero em cartórios sem a necessidade de decisão judicial ou procedimentos médicos e a equiparação da homofobia e transfobia ao crime de racismo — para mencionar três casos — foram conquistas no âmbito jurídico, por meio da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma dessas conquistas foi instituída por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional, estando todas fundamentadas em decisões judiciais. Isso significa que, embora tenham produzido efeitos concretos e ampliado o acesso a direitos, tais garantias permanecem sujeitas a alterações, revogações ou reinterpretações em contextos de instabilidade política ou de retrocesso institucional.

Nesse sentido, a ausência de legislação específica aprovada pelo poder legislativo nacional evidencia um déficit de respaldo democrático e normativo, que fragiliza a efetividade e a permanência desses direitos, deixando-os vulneráveis às disputas políticas e às mudanças na correlação de forças entre os diferentes poderes do Estado. A ampliação da visibilidade e representatividade de pessoas LGBTQIAPN+ em espaços institucionais — expressada em conquistas como a eleição de parlamentares federais abertamente LGBTQIAPN+ em 2022, a exemplo de Erika Hilton e Duda Salabert, bem como na presença crescente dessas identidades na mídia — constitui um marco simbólico e político herdeiro de décadas de mobilização dos movimentos sociais, de disputas judiciais e de alianças estratégicas com setores progressistas da sociedade civil e política. Contudo, essa presença ampliada convive com uma forte resistência conservadora, com a persistência de altos índices de violência contra a população LGBTQIAPN+ e com constantes tentativas de retrocesso em direitos já conquistados, evidenciando o caráter simultaneamente emergente e vulnerável dessas conquistas no cenário brasileiro.

Quais são as principais pautas dos movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil hoje, considerada a interseccionalidade típica dessa população?

Hoje, os movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil têm pautas que vão além da luta por reconhecimento legal e civil, buscando enfrentar desigualdades estruturais e múltiplas formas de violência; cada vez mais disputam agendas políticas que integram categorias de classe, raça, território, deficiência, além dos marcadores de orientação sexual, identidade e expressão de gênero. No campo dos direitos civis, existe uma luta por assegurar a efetividade da criminalização da LGBTfobia, ainda pouco aplicada, bem como proteger e ampliar conquistas como casamento, adoção e mudança de nome e gênero; resistindo ao mesmo tempo a iniciativas legislativas de retrocesso em direitos sexuais e reprodutivos. Existe uma ofensiva legislativa

nos âmbitos federal e estadual por médio de mais de 400 projetos de lei que podem impactar negativamente na população LGBTQIAPN+ No eixo da saúde integral, destaca-se a luta pelo fortalecimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), reduzir burocracias e ampliar a cobertura regional, além de desenvolver políticas específicas que contemplem pessoas trans, travestis, lésbicas e bissexuais para além do enfoque em HIV/AIDS, expandindo o acesso a medicamentos como PrEP, PEP e prevenção combinada, assim como à atenção em saúde mental diante da violência e discriminação. Destaque específico seriam as pautas contra a implementação das chamadas "terapias de reconversão sexual" por grupos religiosos, que as promovem como um "tratamento" para reverter a orientação sexual ou identidade de gênero. No campo da educação, cultura e representatividade, se enfrentam tentativas de censura e a institucionalização do discurso antigênero. Políticas vinculadas ao movimento "Escola sem Partido" e à crescente militarização do ensino no Brasil têm impactos significativos na vida de estudantes LGBTQIAPN+. Sob o discurso de neutralidade ideológica e defesa da disciplina, essas iniciativas acabam por restringir o debate sobre diversidade sexual e de gênero, invisibilizando identidades dissidentes e deslegitimando práticas pedagógicas inclusivas. Neste contexto, impõe-se a inclusão de debates sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos escolares, além da valorização da produção cultural LGBTQIAPN+ e da ampliação da representatividade positiva nas mídias e nas políticas públicas. A reivindicação da cidadania de infâncias trans no Brasil tem sido uma área de disputa política visceral, onde correntes conservadoras tentam impedir o reconhecimento jurídico e social de suas identidades de gênero desde a infância, negando o acesso a políticas públicas de saúde, educação e proteção. A pauta política abrangente do movimento LGBTQIAPN+ pode-se resumir em garantir condições de desenvolvimento integral, livre de violências e discriminações.

A população LGBTQIAPN+ é muito heterogênea, mas um dos traços comuns a todas essas pessoas são a discriminação e o preconceito por parte de outros setores da sociedade. Na sua avaliação a discriminação e o preconceito contra a população LGBTQIAPN+ tem diminuído no Brasil se comparado às décadas anteriores?

Se compararmos às décadas anteriores, especialmente entre os anos 1960 e 1990, é possível afirmar que houve avanços importantes na diminuição de certas formas institucionais de discriminação contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil. A maior visibilidade em meios de comunicação, a presença de figuras LGBTQIAPN+ em cargos políticos e espaços de destaque, além das conquistas legais (união estável, casamento igualitário, retificação de nome e gênero em cartório, criminalização da LGBTfobia etc.), contribuíram para ampliar o reconhecimento social e reduzir alguns estigmas. No entanto, essa diminuição não é uniforme, e pelo contrário, teve um crescimento nos últimos anos. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e sua discursividade marcada pelo ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ funcionaram como uma autorização simbólica à violência contra este segmento social, reforçando estigmas e ampliando a vulnerabilidade dessas populações. Ainda que se observe certa diminuição em indicadores de violência em períodos recentes, essa redução não é uniforme, pois o Brasil continua a figurar entre os países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo. Além disso, a violência cotidiana — que vai de ofensas verbais à exclusão familiar e à discriminação em espaços de trabalho, saúde e educação — permanece intensa, atingindo de maneira ainda mais dura pessoas negras, trans, pobres e periféricas, evidenciando como as intersecções entre sexualidade, gênero, raça e classe estruturam desigualdades e produzem múltiplas camadas de vulnerabilização. Um dos exemplos mais contundentes desta situação foi o travesticídio de Dandara dos Santos, de 42 anos, que morreu após ter sido espancada na cidade de Fortaleza e seus verdugos filmaram e difundiram em médios digitais o momento do assassinato. Assim, pode-se dizer que o preconceito mudou de forma:

hoje há menos aceitação de discursos abertamente homofóbicos em certos espaços institucionais e mais espaço para identidades LGBTQIAPN+; mas, ao mesmo tempo, persistem práticas violentas, discursos de ódio e movimentos conservadores organizados que tentam restringir direitos. Houve avanços na esfera legal e simbólica, mas a realidade concreta de muitas pessoas LGBTQIAPN+, que não se encontram nos grandes centros urbanos e não estejam encaixadas nos padrões de uma cidadania fundamentada no consumo, ainda estão marcadas por uma forte exclusão e violência estrutural.

Como o Estado deve lidar com as variadas formas de violência contra a população LGTBQIAPN+? O país não possui legislação específica relativa à homofobia e à transfobia, mas o Supremo Tribunal Federal determinou em 2019 que atos de discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero sejam enquadrados na Lei do Racismo, como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, bem como que a Lei Maria da Penha seja aplicada em casos de violência também para o caso de relacionamentos homoafetivos. Qual é a sua interpretação sobre isso?

A decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019, que enquadrou a homofobia e a transfobia na Lei do Racismo, representou um marco jurídico e político, pois deu uma resposta institucional à ausência de legislação específica sobre discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Ao mesmo tempo, a extensão da Lei Maria da Penha para relacionamentos homoafetivos ampliou a proteção de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de violência doméstica. Essas medidas sinalizam que o judiciário brasileiro tem reconhecido a gravidade dessas violências e buscado mecanismos já existentes no ordenamento jurídico para protegê-las. No entanto, essas soluções podem ser interpretadas como um avanço provisório, mas não definitivo. Por um lado, garante proteção imediata e coloca freios à impunidade; por outro, revela a falta de vontade política do Legislativo em aprovar leis específicas sobre crimes de ódio e discriminação contra a população LGBTQIAPN+. Isso gera lacunas na aplicação

prática: nem sempre policiais, promotores e juízes estão capacitados para enquadrar corretamente os casos, o que leva à subnotificação e à continuidade da violência. O Estado deveria atuar em três frentes complementares: Legislação específica: criação de uma lei própria que tipifique homofobia e transfobia, evitando depender apenas de interpretações do STF. Políticas públicas de prevenção: campanhas educativas, formação de profissionais de segurança, saúde e educação, além de acolhimento às vítimas. Justiça interseccional: reconhecer que pessoas trans, travestis, negras e periféricas estão mais vulneráveis, o que exige medidas focalizadas (como casas de acolhimento, cotas, programas de empregabilidade). O Estado brasileiro ainda precisa avançar para criar um marco legal e político próprio, que não apenas puna, mas também previna e repare as múltiplas formas de violência sofridas pela população LGBTQIAPN+.

Qual é a situação da população trans no país hoje, principalmente em relação ao acesso a serviços públicos de saúde e inserção no ensino universitário e no mercado de trabalho?

A população trans no Brasil vive entre a conquista de direitos formais e a realidade da marginalização estrutural; refletido em avanços importantes em termos de visibilidade e reconhecimento jurídico, mas ainda é marcada por fortes barreiras estruturais. No campo da saúde pública, o processo transexualizador pelo SUS, criado em 2008 e ampliado em 2013, garante acesso a tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação sexual e acompanhamento multiprofissional. Porém, na prática, o serviço é limitado a poucos centros de referência, concentrados em grandes capitais, o que torna o acesso restrito e desigual. O Grupo de Trabalho (GT) "Revisão do Processo Transexualizador no SUS" formulou o programa Paes Pop Trans em 2023, que propõe uma abordagem integral de cuidado ao longo de todo o ciclo de vida, incorporando a redes de apoio e a valorização das práticas de cuidado no território, em consonância com os princípios da integralidade e da equidade em saúde. Apesar de inúmeras reuniões e investimentos, a nova portaria do processo transexualizador não foi

assinada ainda. Além disso, relatos de discriminação em unidades de saúde básicas continuam frequentes, revelando falta de capacitação de profissionais e fragilidade nas políticas de acolhimento integral. Grupos políticos e religiosos trabalham para negar o acesso a bloqueadores hormonais para infâncias trans, articulando-se com instituições como o Conselho Federal de Medicina (CFM) com a emissão da Resolução nº 2.427/2025, restringindo o acesso de adolescentes trans à terapia hormonal, permitindo apenas o uso de bloqueadores de puberdade e adiando o início da hormonioterapia cruzada para maiores de 18 anos. Essa resolução está sendo contestada no STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7806. Em relação à educação, houve avanços simbólicos, como a garantia do uso do nome social em instituições de ensino (Decreto nº 8.727/2016). Apesar disso, a evasão escolar entre pessoas trans ainda é altíssima, consequência de múltiplas violências, *bullying* e expulsão familiar. Esse histórico impacta diretamente a presença no ensino superior, que tem crescido nos últimos anos principalmente devido a políticas afirmativas (contestadas por grupos políticos de direita), como cotas para pessoas trans em universidades públicas e programas de bolsas em instituições privadas. A chegada de travestis e transexuais à universidade é um marco, mas ainda representa uma parcela muito pequena diante da exclusão estrutural. No mercado de trabalho, a grande maioria das travestis e mulheres trans no Brasil têm o trabalho sexual como sua principal fonte de renda, não por escolha livre, mas por falta de oportunidades formais. Embora algumas empresas tenham programas de inclusão, a empregabilidade formal ainda é exceção, e a expectativa de vida dessa população gira em torno de 35 anos, a mais baixa entre os grupos sociais do país, resultado da exclusão social e da violência. O Estado precisa avançar não apenas em garantir acesso a serviços básicos com dignidade, mas também em criar políticas ativas de inclusão social, educacional e profissional, capazes de romper o ciclo histórico de exclusão que padecem as identidades trans.

(8)

CIDADES, DESIGUALDADES E MOBILIDADES

Maura Bicudo Veras

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora da Faculdade de Ciências Sociais da mesma universidade.

A grande cidade no Brasil foi, durante décadas, tanto o destino de milhões de pessoas pobres que buscavam melhores oportunidades de vida quanto o imaginário de ascensão, pertencimento e prestígio. São Paulo e Rio de Janeiro, assim como outras metrópoles do país, simbolizaram o sonho de superação da pobreza e da invisibilidade, entrecruzando fluxos migratórios e trajetórias familiares e pessoais. Foram também, para milhares de migrantes, local do aprendizado político e da luta coletiva por direitos. Hoje, no entanto, permanecem como cidades profundamente atravessadas pelas mais variadas formas de desigualdade e vulnerabilidade social. O sonho da cidade grande ainda existe no Brasil?

São Paulo completou em 2025 seus 471 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 a cidade tinha 11.451.999 habitantes, sendo a capital do estado e a sede da região metropolitana de maior vulto do país. A grande cidade que já atraiu migrantes, nacionais e internacionais, hoje, entretanto, segundo o mais recente censo demográfico (IBGE) a capital paulista, embora tenha apresentado 0,15% de incremento de 2010 a 2022, apresentou menores índices que os dos municípios metropolitanos que cresceram

nessa década cerca de 0,81%. Além disso, houve um saldo migratório negativo, ou seja, saíram mais pessoas de que entraram no município. Hoje, já se notam indicações de que muitos migrantes estão voltando para suas cidades de origem, ou para outras regiões, de um lado fugindo das condições difíceis de trabalho e moradia da vida metropolitana como rotinas exaustivas no movimento pendular casa e trabalho, custos já consagrados como "espoliação urbana, de outro lado, atraídos pela melhoria econômica de regiões antes descapitalizadas. Há ainda o destaque de que imigrantes têm chegado à capital, no fluxo Sul-Sul como latino americanos, principalmente bolivianos, venezuelanos, e também haitianos, chineses e africanos, em geral se dirigindo aos setores de serviços e indústrias de confecções e comércio de rua Como uma grande cidade conectada ao capitalismo globalizado, o acesso às condições adequadas de vida urbana é regulado pelos mecanismos de mercado e o Estado, que provê toda a infraestrutura urbana, deixa a maioria de seus habitantes ainda alijada das melhores situações habitacionais. A consolidada oposição centro e periferia marcou a reflexão durante anos, configurando o debate sobre segregação socioespacial, pois nossas cidades são divididas, desiguais em que a pobreza ocupa as mais longínquas e desequipadas porções, zonas degradadas do centro, com riscos sociais e ambientais. Esse é um panorama presente nas cidades brasileiras, latino-americanas e é também o caso de São Paulo. Em termos do panorama geral da desigualdade social, dados atuais sugerem que os territórios da precariedade presentes nas franjas da cidade, hoje contém algumas porções mais consolidadas nas periferias e até com graus desejáveis de urbanização. Dessa forma, além da recorrente divisão entre centro e periferia, há zonas com concentração de altas rendas, de forma esquematizada localizados na região sudoeste da cidade, mas também condomínios fechados de elites e setores médios em franco processo de autossegregação. Em São Paulo a segregação urbana tem a característica, condizente com a desigualdade: o enorme desnível entre o espaço urbano dos mais ricos e o dos mais pobres. Com baixo atendimento na questão da moradia, muitas

originadas de autoconstrução, também risco de alagamento, deslizamentos, além da ausência de infraestrutura urbana e equipamentos de saúde, lazer e educação. Alguns dos visíveis sintomas dessa desigualdade está no segmento da população favelada, pois no primeiro cadastro realizado pela municipalidade em 1973 apontou-se que este contingente representava 1,0% da população total a cidade; em 2025 os moradores de favelas representam 12% do total dos habitantes paulistanos, além da numerosa presença de moradores em situação de rua, estimados em cerca de 50 mil pessoas, contingente que vem crescendo exponencialmente, atestando a inquestionável ausência de políticas públicas adequadas para a moradia de interesse social. E, não se pode minimizar que a desigualdade se espalha no espaço urbano, combinando a seletividade econômica no mercado de trabalho e de terras e associando as questões de raça, gênero na disputa pela cidade.

Como a gestão urbana poderia viabilizar o combate à pobreza e a redução das desigualdades nas grandes metrópoles do país?

Um dos fatores que contribuem para a compreensão da desigualdade social e, sobretudo, a socioespacial nas cidades brasileiras é observar a ineficácia das políticas públicas. Além de programas de Renda Mínima, de projetos de Educação, como as de discriminação positiva como cotas raciais nas escolas e no nível superior, todas altamente adequadas, convém destacar aquelas dirigidas ao acesso à cidade propriamente ditas. No que tange à questão urbana, o acesso à água, energia elétrica, equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer são vitais, mas iniciamos pela moradia, verdadeira âncora que assegura o direito à cidade e ao território urbano. Como a habitação sempre foi encarada como mercadoria cara a ser adquirida ou paga, e não como um direito universal, políticas oficiais pouco têm garantido esse direito à maioria dos trabalhadores. Desde 1964, iniciando pelo período da ditadura militar, políticas oficiais com objetivos economicistas e financeiros, deixaram à margem as pessoas realmente necessitadas de soluções acessíveis. Assim, a população tem

recorrido às situações distantes de padrões aceitáveis; mesmo as políticas mais recentes de acesso à moradia popular como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), nas gestões de Lula e Dilma, ampliaram a oferta, ainda distante das metas desejadas, mas trouxeram novas questões já apontadas por pesquisas avaliativas, como a localização nas periferias, a qualidade discutível e assim por diante. Com a consolidação de políticas neoliberais, o Estado mínimo deixa sem proteção social grandes grupos da cidade, desempregados, *homeless*, despejados, criando, mesmo, uma realidade fraturada com certa dispersão nômade da pobreza diante de concentrações e bolsões de riqueza e rendas médias, algumas muradas dos condomínios fechados. Na gestão Bolsonaro o MCMV foi praticamente extinto, com o abandono do atendimento às faixas de menor renda. Diante da presença atual de numerosa população em situação de rua na capital, das favelas, das ocupações, dos cortiços congestionados e insalubres, a precariedade se estende às moradias originadas da autoconstrução, muitas em loteamentos irregulares, sem apoio técnico e respeito às posturas legais. A situação de constante expulsão por despejos, remoções e mudança de uso dos bairros, leva grande contingente a engrossar o conjunto de desabrigados, em movimentos de moradia e realizando algumas ocupações (muitas em prédios ociosos das áreas centrais da cidade). A evolução do conceito de vulnerabilidade e seus deslizamentos apontam para uma reflexão em torno da multidimensionalidade, trazendo aspectos sociais e ambientais propriamente ditos, integrando a reflexão em seu caráter econômico, cultural, social e político. Assim, famílias, grupos e indivíduos, têm de estarem municiados para enfrentarem riscos que os envolvem. Políticas urbanas têm pouca força no combate à desigualdade, pois há até autores-referências que conseguem formular acertadamente a expressão de que, em São Paulo, houve mesmo o planejamento da desigualdade. Tais questões ensejam novas abordagens de políticas e gestão urbanas. Há necessidade de políticas habitacionais e urbanas que apresentam um leque diversificado de oferta, adequando às diferentes necessidades de segmentos pauperizados e vulneráveis, políticas de habitação

de aluguel social, que podem atender aos moradores de cortiço; de inquilinato selvagem; de urbanização e melhoramento de favelas; de acolhimento à população em situação de rua com "primeira moradia", superando os albergues, enfim, transformando práticas usuais da remoção, a expulsão e o banimento, para, de fato, ações sensíveis às reais necessidades dos diferentes contingentes vulnerabilizados.

Durante os primeiros governos Lula (2003-2010) houve um grande debate sobre a emergência de uma certa "nova classe média", principalmente por conta da melhoria dos níveis de renda e consumo de setores até então muito pauperizados. Nem todas as aspirações daqueles segmentos se cumpriram, e a frustração ali gerada pode ter sido um dos combustíveis para as grandes manifestações de rua desde 2013 e para o crescimento do discurso antipolítica. O Brasil errou ao criar oportunidades de melhoria de vida para milhões de pessoas sem que isso fosse acompanhado por um processo de educação para a cidadania?

Esse tema já mereceu estudos e é polêmico, de certa forma e, com certeza gerou pesquisas, teses e dissertações. Acredito que se podem discutir as relações entre consumo e cidadania no Brasil. Mais especificamente no contexto da primeira década do século XXI, nos primeiros governos Lula, do surgimento de um suposto novo estrato social, que ficou conhecido como "nova classe média". A questão é saber se o incremento de renda e, assim, a possibilidade de aumentar o consumo, se isso é suficiente para o segmento modificar também sua relação com o Estado e lhe dar cidadania e consciência de direitos e deveres. Independente de critérios de mensuração sobre o fato de ser ou não uma nova classe média, fato em si que me parece bastante discutível, convém refletir sobre as suas consequências sociopolíticas. Sem dúvida, uma educação para a cidadania é salutar para a vida democrática, seja em que contexto for, mas por outro lado, em si, possibilitar renda e consumo também oferece condições mínimas para que os cidadãos possam refletir sobre a própria vida e direitos civis, políticos e sociais, pois como se sabe,

com fome, é difícil alçar raciocínios mais complexos. Entretanto, em princípio, não é possível estabelecer relação entre aumento na renda e no consumo e uma modificação nas percepções sobre o Estado e suas instituições. Isso porque, no período observado e também pelo que se conhece a respeito da cultura política brasileira, outros fatores parecem ter sido relevantes e influenciaram mais na avaliação que se faz daqueles momentos. O aumento da base da pirâmide veio despolitizado. Uma das fissuras, parece-me, ter residido em que ideologias burguesas exercem pressão sobre segmentos sociais levando a um certo desprezo pelas pessoas mais vulnerabilizadas, negando-lhes status de cidadãos, ao mesmo tempo que acenam para o sucesso de práticas neoliberais. Setores das camadas médias parecem ter sido "cooptados" pelo ideário meritocrático e individualista, costumam culpabilizar os pobres, de modo a condenar políticas sociais. Alguns protestos podem ter tido esse viés, e não o de pensar benefícios públicos e de cidadania para todos. A comunicação, por parte dos governos progressistas, no sentido da contra-hegemonia burguesa e na direção de uma educação política, não foi priorizada nem eficiente.

Décadas atrás, na transição para a democracia, as classes médias tiveram papel importante na defesa de uma agenda política e de costumes mais progressista. É correto imaginar que elas abandonaram, nos últimos anos, aquelas posições e são hoje mais conservadoras? Ou, talvez, haja maiores e mais complexas divisões internas nas classes médias brasileiras na atualidade em relação àqueles temas?

Para muitos dos cientistas sociais, a situação brasileira após 2016 e. especialmente, após 2018, trouxe uma grave reflexão sobre a visibilidade de setores conservadores agressivos e com furor para derrotar qualquer ação política voltada para os mais pobres e trabalhadores. A eleição de políticos de direita, alinhados com os lados mais retrógrados quanto aos costumes e quanto às políticas sociais, que foram minando direitos conquistados, revertendo o

país para o neoliberalismo, desprezando políticas de acolhimento e proteção social, satisfazendo mercado financeiro e assim por diante. Inicialmente convém distinguir que há diversos segmentos denominados de classe média. Setores da classe média aderiram, com certo alívio em poder manter seus privilégios, afastando o perigo que lhes parecia ameaçador de conceder isonomia de direitos aos empregados, às domésticas, aos filhos de pessoas ocupadas nos setores menos qualificados dos serviços. Alguns setores médios se identificam simbolicamente com elites e ajudam a combater os que lhes parecem intrusos no seu estilo de vida. O incremento das camadas populares ocorreu "despolitizado", impregnado de ideais capitalistas, não acompanhado de reflexões próprias dos movimentos sociais ou sindicalismo ou associações de bairros, partidos políticos e outras. Seguiu um rumo mercadológico, afastando-se das posições de fato republicanas ou transformadoras. As camadas médias são divididas, sim. A assim chamada "alta classe média", pelo seu consumo ostentatório que procura identificar com a elite econômica e até mesmo internacional, articulada a setores agrários, financeiros e mercantis, quer dissociar-se o mais possível das camadas trabalhadoras, e mesmo de estratos menos privilegiados e segue à elite dos proprietários e da burguesia, defendendo seu estilo de vida distinto do povo de seu país. Outros setores da classe média, intermediária em sua maioria podem apresentar ações contraditórias, a depender de cada conjuntura. Parte dessas porções desejam igualar-se no consumo à alta classe média, outras temem a identificação e desvalorização das camadas populares, com destaque para o estigma dirigido à cor dos ex-escravizados e parcelas têm consciência de que integram um país dividido, especialmente aquelas de maior escolaridade, cindindo-se uns a favor de lutas nacionalistas, outros a reformas sociais enquanto outros aderem a ideias fascistas. Resumindo, poucos setores das classes médias lutam pela justiça social.

A desigualdade social é um dos traços mais marcantes da realidade brasileira. Desde sempre diversos mecanismos operaram para legitimá-la, ao mesmo tempo em que também existiram estratégias para denunciá-la. Mas o ideário neoliberal parece ter avançado nos últimos anos, inclusive entre os mais pobres, aqueles que mais dependem dos serviços públicos. Entre o avanço de concepções como meritocracia, esforço próprio e empreendedorismo e a manutenção das desigualdades é possível afirmar que a ideia de justiça social está em crise no Brasil?

As ideologias neoliberais propriamente ditas, associadas ao avanço das tecnologias têm exercido uma força destrutiva sobre os tradicionais projetos de vida e ideários de ascensão social por meio da educação escolarizada, sobretudo no nível superior e a busca de carreira profissional. Há falta de empregos, de estabilidade de renda e de alternativas viáveis para a ascensão social nos moldes do período industrial. Nesse sentido, até mesmo a meritocracia universitária foi colocada em questão. De um lado, pelos setores empobrecidos que se veem alijados das melhores escolas que as preparem para o vestibular seletivo das melhores instituições públicas e que são chamados a ingressarem no mercado de trabalho. De outro lado, os atrativos do chamado empreendedorismo que seduz segmentos de estratos médios e pobres, por trazerem retorno imediato, apesar da insegurança vivida pelo precariado e pelas transformações do mundo do trabalho na atual fase da reestruturação produtiva e ventos neoliberais. Como visto, setores das classes médias não se interessam pela melhoria das condições sociais para a maioria da população, restando preservar sua "bolha" e com isso, mantendo a desigualdade social, cada vez mais aguda. Pesquisas recentes dão conta da alta mortalidade de jovens até 39 anos, principalmente negros, devido a mortes violentas, exposição a riscos, triste legado do feitio de nossa história da escravização e da forma como se cuidou da integração dos já libertos à sociedade de classes, ou seja, não se cuidou, empurrou-se para a exclusão de direitos.

Qual é o potencial da educação para a redução das desigualdades num país como o Brasil?

O potencial da educação é gigantesco na promoção e no resgate da cidadania para a superação da aguda desigualdade social. No ensino superior, por exemplo, programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as cotas raciais alteraram significativamente o panorama nesse nível de ensino. Sabe-se que a desigualdade educacional vem desde as creches, as escolas infantis e no ensino fundamental. Acrescem-se as deficiências da escola pública e da pouca expressão numérica dos segmentos pauperizados no nível médio. Há tentativas de estabilizar a frequência e assiduidade nas escolas do nível médio (o atual Programa Pé de Meia, por exemplo, uma poupança a estimular jovens a não abandonarem a escola) mas ainda incapazes de reverter a situação. Assim, reconhecendo que a educação básica, desde o fundamental tem de ser cuidada em nível nacional, com fomento, valorização do professorado e investimentos maciços, mas a opção aqui é tratar do ensino superior. Mesmo que o mais correto seria que fossem citadas aqui estatísticas precisas sobre a alteração de informações do acesso e matrículas de universitários negros, mesmo sem tal precisão o tom coloquial da entrevista permite que se afirmem mudanças por estimativas aproximadas e significativas.

Dados da Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial mostraram que, no ano de 2000, cerca de 12% dos cidadãos brancos com idade entre 18 e 39 tinham formação superior, contra apenas 2% da população negra. Em 2010, as proporções já se alteraram pois eram 23% de brancos e 6% de negros com formação superior na cidade de São Paulo. Os esforços de políticas de cotas e o próprio PROUNI surtiram efeito. Pesquisas sobre a participação dos jovens negros e residentes na periferia da cidade de São Paulo em diferentes instituições privadas de ensino de São Paulo, mostram que há ainda questões de racismo, uma vez que a universidade foi historicamente frequentada por membros das elites brancas ou de setores de renda mais alta e essa nova presença traz novas relações e possibilita maior

conscientização para alunos cotistas, quer nas escolas elitizadas quer naquelas que praticam mensalidades menores e são mais populares. Embora bem inferiores aos da presença de universitários brancos, os percentuais dos jovens negros são ilustrativos: em 2005, estavam na universidade quase 18% jovens negros; já em 2015 são 25%, e essa proporção aumentou atualmente. O crescimento do número de alunos negros, em termos relativos, foi maior do que o de brancos, o que evidencia a eficácia das políticas públicas para o acesso ao ensino superior, contudo ainda distante do ideal. Note-se que uma das pesquisas conhecidas trouxe o fato de que a presença negra nas universidades em São Paulo acontecia mais nas universidades privadas uma vez que nas públicas, paradoxalmente, o acesso dos negros estava em menor número devido a seletividade dos vestibulares para ingresso. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, houve significativo aumento de jovens negros nos ambientes acadêmicos. Em 2022, os dados mais recentes do IBGE indicam que 62% dos brasileiros com ensino superior completo são brancos e 36% são negros (7% pretos e 29% pardos) e em 2022 a USP informou ter 44% de alunos negros cotistas. É inegável que são bons programas, mas ainda insuficientes para dar conta da exclusão de vastos contingentes de acesso à universidade. São necessárias forças sociais a se envolverem nessa conquista de uma educação crítica, vigorosa, voltada para a transformação social e, sobretudo, só será democrática se for antirracista.

Celi Scalon

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A grande cidade no Brasil foi, durante décadas, tanto o destino de milhões de pessoas pobres que buscavam melhores oportunidades de vida quanto o imaginário de ascensão, pertencimento e prestígio. São Paulo e Rio de Janeiro, assim como outras metrópoles do país, simbolizaram o sonho de superação da pobreza e da invisibilidade, entrecruzando fluxos migratórios e trajetórias familiares e pessoais. Foram também, para milhares de migrantes, local do aprendizado político e da luta coletiva por direitos. Hoje, no entanto, permanecem como cidades profundamente atravessadas pelas mais variadas formas de desigualdade e vulnerabilidade social. O sonho da cidade grande ainda existe no Brasil?

A percepção de que havia melhores oportunidades de trabalho e acesso a bens e serviços nas cidades grandes não é casual, de fato, as chances de inclusão e mobilidade foram maiores sim nas grandes cidades, tanto pela industrialização, como pelas posições na burocracia ou setor de serviços. Também os serviços de saúde e educação têm maior amplitude nas cidades do que nas zonas rurais ou pequenos municípios. Desse modo, o migrante está fazendo uma escolha racional para melhoria de vida e oportunidades. A mobilidade

ocupacional foi, majoritariamente, impulsionada pela abertura de postos de trabalho na indústria e no setor terciário, desde a década de 1960 até os anos 1990. No entanto, as cidades têm problemas dramáticos como escassez de moradia, violência e mesmo uma exaustão dos serviços e equipamentos sociais. As desigualdades são um fenômeno durável e persistente, tanto nos centros urbanos, como no campo; mesmo que apresentem desafios e demandem políticas distintas.

Como a gestão urbana poderia viabilizar o combate à pobreza e a redução das desigualdades nas grandes metrópoles do país?

Há muito mérito nas políticas focalizadas para inclusão de minorias, mas somente com a ampliação de políticas universais, especialmente nas áreas de saúde e educação, será possível promover bem-estar e igualdade durável. É importante que toda a população, independentemente de sua classe social, esteja inserida nos serviços públicos, porque isso aumenta o poder de pressão social sobre governos, que, afinal, são os responsáveis por essas políticas. Como afirma Titmuss (1964, p. 110 *apud* Lavinas, 2013):

> A maior conquista positiva que resultou da criação de serviços sociais diretos e universais em "espécie" tem sido a erosão das barreiras discriminatórias formais. Um padrão de serviço aprovado publicamente, independente da renda, classe ou raça, substitui o duplo padrão que invariavelmente significa serviços de segunda classe para cidadãos de segunda classe.

Durante os primeiros governos Lula (2003-2010) houve um grande debate sobre a emergência de uma certa "nova classe média", principalmente por conta da melhoria dos níveis de renda e consumo de setores até então muito pauperizados. Nem todas as aspirações daqueles segmentos se cumpriram, e a frustração ali gerada pode ter sido um dos combustíveis para as grandes manifestações de rua desde 2013 e para o crescimento do discurso antipolítica. O Brasil errou ao criar oportunidades de melhoria de vida para milhões de

pessoas sem que isso fosse acompanhado por um processo de educação para a cidadania?

Não acredito que nenhum país, muito menos o Brasil, pudesse ser acusado de errar ao criar mais oportunidades de melhoria de vida. A questão que devemos colocar é o significado de "melhoria de vida". O que de fato melhorou? Escolas públicas, serviços de saúde, transporte, emprego, mobilidade urbana? Se houve frustração foi justamente por não termos alcançado "o padrão Fifa" na educação, saúde e outras dimensões da vida da população que permaneceu submetida a condições muito difíceis, apesar de ter alcançado níveis de crédito e consumo maiores. No entanto, o crédito e o consumo obtidos não foram suficientes, na escala observada à época, para garantir qualidade em serviços fundamentais para o bem-estar da população — tal como saúde e educação. No Brasil, a geração de crédito (e endividamento) e o aquecimento do consumo, não foram acompanhados do fortalecimento de um Estado de bem-estar social. Assim, volto à questão anterior sobre a importância de serviços diretos e universais em padrão valorizado e referendado socialmente.

Décadas atrás, na transição para a democracia, as classes médias tiveram papel importante na defesa de uma agenda política e de costumes mais progressista. É correto imaginar que elas abandonaram, nos últimos anos, aquelas posições e são hoje mais conservadoras? Ou, talvez, haja maiores e mais complexas divisões internas nas classes médias brasileiras na atualidade em relação àqueles temas?

Classe média é um conceito de difícil definição e, certamente, no Brasil não encontra paralelo à forma como é utilizado nos EUA. Nas pesquisas sobre percepção e identidade, a classe média brasileira é identificada com camadas que possuem ensino superior, renda nos estratos AB, acesso a saúde e educação privadas, bem como lazer. Os estudos mostram que há grande diversidade interna nesse segmento, assim, penso que a Sociologia se beneficia muito mais ao considerar

em suas análises "frações de classe", em lugar da classe per se. Do mesmo modo, creio que nenhuma classe social é homogênea no que diz respeito a comportamento político; portanto, há variáveis ou dimensões sociodemográficas que explicam muito melhor o comportamento político e/ou eleitoral do que renda ou classe.

A desigualdade social é um dos traços mais marcantes da realidade brasileira. Desde sempre diversos mecanismos operaram para legitimá-la, ao mesmo tempo em que também existiram estratégias para denunciá-la. Mas o ideário neoliberal parece ter avançado nos últimos anos, inclusive entre os mais pobres, aqueles que mais dependem dos serviços públicos. Entre o avanço de concepções como meritocracia, esforço próprio e empreendedorismo e a manutenção das desigualdades é possível afirmar que a ideia de justiça social está em crise no Brasil?

A ideia de Justiça Social nunca foi central, apesar de ser uma constante nos discursos públicos. Talvez o problema não seja a meritocracia, mas a ausência dela conjugada à falsa crença de que o sistema de oportunidades se baseia unicamente no mérito individual. Uma sociedade justa é aquela em que as oportunidades são distribuídas de acordo com o mérito e não a origem ou qualquer outra característica demográfica dos indivíduos — nesse caso, todos partiriam do mesmo ponto. Na Sociologia da Estratificação usamos os conceitos de "características adquiridas" (vocação, aptidão, escolhas etc.) e "características atribuídas ou adscritas" (gênero, raça, origem, status migratório etc.). Sociedades nas quais prevalecem as primeiras sobre as segundas é possível dizer que se aproximam de uma estratificação com base no mérito. De qualquer forma, é ainda mais importante chamar atenção para o tamanho da desigualdade — ou a distância entre as classes. Sociedades justas não admitem disparidades sociais imensas como as que toleramos no Brasil. Já a ideia de empreendedorismo é reforçada pela desconfiança no Estado, o desamparo em relação aos serviços públicos e a falta de coesão social. Estudos sobre confiança, tanto nas instituições como interpessoais, mostram que a

população brasileira é bastante desconfiada. A percepção comum é de que no Brasil a população está à própria sorte, prevalecendo uma visão individualista e solitária. Esse nível de descrença abala as bases sociais e políticas sobre as quais se deve construir uma sociedade solidária e justa. O que se percebe nas pesquisas qualitativas é um grande cansaço e decepção em relação à vida pública e as possibilidades de mudança.

Qual é o potencial da educação para a redução das desigualdades num país como o Brasil?

A educação tem provado ser um grande indutor de mobilidade ascendente. Uma parcela considerável da classe de profissionais de nível superior vem de camadas populares. No entanto, nos últimos anos há um foco no ensino superior, sem que tenham sido garantidas condições melhores para a Educação Básica. Acredito que o foco da mudança na educação brasileira deve ser seja a Educação Básica, por dois motivos:

1. O ensino superior não incorpora toda a população jovem, nem no Brasil, nem em qualquer outro país do mundo. Assim, sem garantir que a população brasileira tenha acesso a ensino público de qualidade nos níveis fundamental e médio, não haverá melhor distribuição de chances de vida (para usar um conceito weberiano). É importante valorizar profissões que não exigem diploma universitário, especialmente as vocações técnicas.
2. Muitas sociedades já indicam um esgotamento do ensino superior em sua capacidade de promoção de mobilidade ocupacional e/ou acesso à renda, é o que chamamos de inflação de credenciais.

Ainda que a parcela de jovens com idade entre 19 e 23 anos estavam matriculados no ensino superior seja pequena no Brasil, os dados de 2023 apontam 21,6%, já há indícios de que diploma universitário tem perdido valor (Nunes, 2025). Não obstante, a educação consolida-se

como pilar fundamental para o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento do pensamento crítico. A conquista da igualdade de oportunidades depende da conscientização dos atores sociais acerca da imperativa necessidade de se construir uma sociedade mais equânime. Tal objetivo só pode ser atingido através da solidariedade e coesão social.

Referências

Lavinas, Lena (2013) Latin America: Anti-poverty Schemes instead of Social Protection? *desiguAldades.net* (Working Paper Series nº 51).

Nunes, Felipe (2025, 16 de fevereiro). O que pensa a nova classe média. Diploma perde relevância, mas casa própria ainda é sonho. *O Globo*.

(9)
GESTÃO PÚBLICA

Gabriela Lotta

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV).

Qual balanço, em linhas gerais, pode ser feito da gestão pública brasileira neste primeiro quarto de século? No que avançamos e no que ainda falta avançar?

Desde a Constituição de 88, nós vimos um processo importante de crescimento, fortalecimento e profissionalização da gestão pública brasileira. Neste quarto de século, este movimento se materializou tanto em termos de melhoria do nosso arcabouço legal, na ampliação e profissionalização da burocracia e na melhor qualidade das políticas públicas e da gestão, por meio de construção de capacidades. Isso é muito visível especialmente nas áreas tributária, de emissão de documentos, de controle e transparência e em várias políticas sociais. No entanto, estamos vendo um limite dessa nossa capacidade de melhoria da gestão pública brasileira neste momento, com um esgotamento do modelo que nos ajudou a chegar até aqui. Precisamos avançar em construir políticas mais intersetoriais, com coordenação federativa, precisamos melhorar a relação entre os poderes, precisamos avançar em práticas de participação social mais efetiva, reduzir as desigualdades dentro da gestão pública (em termos de salário por exemplo)

e precisamos construir capacidades nos níveis locais, já que parte do processo exitoso se concentrou no governo federal.

Políticos têm a legitimidade das urnas, mas administradores públicos têm o conhecimento técnico para formular, implementar e avaliar as políticas públicas. Essa relação tem sido muitas vezes conflituosa no Brasil. Como é possível harmonizar as relações entre classe política e burocracia estatal com o objetivo de aprimoramento da gestão pública?

A relação entre os políticos e os administradores públicos — ou burocratas, como chamamos conceitualmente — é sempre potencialmente conflituosa nas democracias. Isso porque, embora estes atores trabalhem juntos e em prol de políticas públicas, suas lógicas de atuação, demandas e racionalidades são muito diferentes. Isso pode gerar diversos tipos de conflitos no dia a dia que podem levar a dois tipos de desequilíbrios. Por um lado, políticos podem passar por cima da expertise e tomar decisões que não tem embasamento técnico e são ineficazes e ineficientes e podem ainda ser ilegais. Por outro lado, os burocratas também podem passar por cima dos políticos desrespeitando decisões políticas legitimas e atuando em prol de seus próprios interesses, o que compromete a própria ordem democrática. O bom funcionamento da democracia depende de que essa relação entre políticos e burocratas seja equilibrada e, para isso, precisamos de instituições — regras, procedimentos, sistemas de controles — que consigam gerar o equilíbrio quando algum ator passa por cima do outro de forma problemática.

Como você avalia os mecanismos de participação da sociedade civil nos processos de construção de políticas públicas no Brasil hoje? É possível afirmar que ao longo do tempo alguns instrumentos, previstos inclusive pela Constituição de 1988, acabaram capturados por lobbies privados e máquinas partidárias, ao invés de serem efetivamente ocupados pelos cidadãos comuns?

Nossa constituição foi muito progressista e ambiciosa em termos de proposição de mecanismos de participação social — como parte do

próprio processo de redemocratização. Criamos diversos mecanismos de participação direta em políticas públicas, que permitiriam aprimorar processos decisórios por meio do envolvimento dos cidadãos. Algumas décadas depois, conseguimos implementar boa parte destes mecanismos, mas hoje sabemos que nem todos eles funcionam como era esperado. A efetividade destes mecanismos se relaciona com a capacidade de influenciarem processos decisórios. Mas nem sempre isso acontece na prática, de forma que vemos muitas vezes uma participação apenas proforma. Depois de algumas décadas de experimentações e avaliações, é um momento muito propicio para avaliarmos o que funcionou ou não e aprimorarmos a participação para que ema possa de fato contribuir com nossos processos decisórios de políticas públicas.

A cultura política brasileira foi marcada, durante muito tempo, pelo personalismo. Este, dentre outros fatores, impedia que os governos, nos três níveis federativos, pudessem construir políticas públicas de longo prazo. Isso mudou? O Brasil tem conseguido, efetivamente, construir políticas de Estado, perenes ao longo do tempo para além dos mandatos eleitorais?

Parcialmente. Se comparamos com a situação de 20, 30 anos atrás, podemos dizer que houve sim uma melhora na qualidade das nossas políticas públicas e na nossa capacidade de institucionalizá-las. É só ver o caso de políticas como Bolsa Família, as políticas do SUS, os programas de alimentação escolar etc. Temos várias experiências de políticas que perduram já há duas décadas. E isso tem a ver com nossa capacidade de melhorar a maneira como produzimos e institucionalizamos as políticas públicas, deixando as decisões menos personalistas e mais racionais e técnicas. No entanto, essas mudanças não abrangem a administração pública como um todo. Ao mesmo tempo que temos várias áreas avançadas, temos algumas áreas da administração pública, especialmente em governos locais, onde a lógica que prevalece ainda é personalista. Como argumentou Edson Nunes em seu livro *Gramáticas Políticas*, e depois rediscutimos

no livro *Democracia Equilibrista* co-autorado com Pedro Abramovay, nossa administração pública é marcada por diversas gramáticas que coexistem: clientelismo, insulamento burocrático, universalismo de procedimentos e republicanismo. É quase uma colcha de retalhos.

Quando se pensa em burocracia pública a tendência é privilegiar a abordagem sobre as carreiras de elite do Estado. No entanto, o povo, usuário cotidiano dos serviços públicos, tem contato com os burocratas de nível de rua. Como o país tem lidado com esses profissionais em aspectos como formação, contratação, remuneração, perspectivas de carreira etc.?

Mais de 70% da burocracia pública é composta por funcionários que estão em contato cotidiano com os cidadãos — como professores, policiais, profissionais de saúde, entre outros. Esses atores são centrais para que a população receba serviços públicos, sem eles não há direito à educação, à saúde, à segurança. Ao mesmo tempo, eles são os mais invisíveis dentro do funcionalismo. São menos valorizados, recebem menores salários, menos acesso a poder, e em geral a própria sociedade não fala sobre eles. As condições de trabalho de boa parte destes profissionais são muito precárias: eles não possuem a formação necessária, não possuem recursos necessários e ainda assim precisam tomar decisões centrais que afetam a vida da população. Tanto os governos como a sociedade deveriam dar mais visibilidade para estes profissionais da ponta, porque se queremos serviços público de qualidade, dependemos de profissionais valorizados, bem formados e com as condições necessárias para fazerem os serviços serem implementados.

Qual é o panorama, atualmente, dos instrumentos de promoção da transparência na gestão pública brasileira, com a divulgação de dados sobre orçamento, licitações e contratos, remuneração dos servidores públicos, uso de tecnologias para a interação mais rápida e eficaz entre gestores e cidadãos etc. O Brasil tem melhorado, enfim,

em relação a acesso à informação, controle social e participação cidadã relativos à administração pública?

Olhando para o retrovisor, é possível dizer que melhoramos muito nas últimas décadas. Desde a aprovação da Lei de Acesso à Informação, passando pelo fortalecimento das ouvidorias, dos sistemas de informação, das bases de dados públicas etc. Também melhoramos em termos de serviços digitais e, atualmente, do uso de inteligência artificial para serviços. No entanto, nos anos mais recentes, especialmente durante o governo Bolsonaro, tivemos uma inflexão deste processo, com diversas bases de informação sendo tiradas ou desatualizadas, com o acesso à informação sendo muito mais restritivo. Governo Lula tem buscado aprimorar a transparência novamente, e temos atualmente um investimento importante em serviços digitais. A questão é que boa parte das inovações está ainda concentrada no governo federal, com apenas alguns (importantes, mas poucos) casos de governos subnacionais que conseguem aprimorar sistemas de transparência, digitalização de serviços e acesso à informação. E como eles são responsáveis pela maioria da burocracia pública e dos serviços, sem estas informações, a cidadania fica sempre comprometida.

(10)

MUNDO DO TRABALHO

Maria Aparecida Bridi

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professora do Departamento de Sociologia da mesma universidade.

Quais foram, em linhas gerais, as principais consequências da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista propostas pelo governo Michel Temer e aprovadas pelo Congresso Nacional em 2017?

A Lei da Terceirização nº 13.429, de 31 de março de 2017, ampliou de forma irrestrita as possibilidades de terceirização no Brasil. Anteriormente restrita às atividades-meio, a partir dessa legislação tornou-se possível a terceirização em todas as atividades econômicas, inclusive na atividade-fim. Com essa mudança, o empregador transfere parte das responsabilidades trabalhistas para empresas terceirizadas. Os impactos sobre os trabalhadores são evidentes e amplamente documentados por pesquisas na área: os trabalhadores terceirizados recebem, em média, salários 24% menores (segundo o DIEESE), têm acesso reduzido a benefícios, enfrentam maior rotatividade e instabilidade contratual, e encontram menos oportunidades de progressão na carreira ou promoção interna. A terceirização, tende a aprofundar a desigualdade social, desarticula os caminhos clássicos de mobilidade social associados ao trabalho. No setor público, a terceirização afeta não apenas as condições laborais dos trabalhadores, mas também a qualidade dos serviços ofertados à sociedade. Estudos realizados, por exemplo, no setor de eletricidade associam a terceirização a índices

mais elevados de acidentes, adoecimento e mortalidade ocupacional. Essa realidade evidencia um cenário de precarização das relações de trabalho, com consequências sociais e econômicas para trabalhadores e para a coletividade.

De acordo com o IBGE, os sindicatos perderam 6,2 milhões de filiados entre 2013 e 2023, sendo que naquele ano apenas 8,4% dos trabalhadores ocupados eram sindicalizados. Qual pode vir a ser, na sua opinião, o futuro do movimento sindical brasileiro?

A redução em patamares inéditos do número de sindicalizados no Brasil é resultado da intensa segmentação do mercado de trabalho e das formas precárias de contratação que fragiliza a luta coletiva, das mudanças tecnológicas, mas também de avanço do individualismo e nesse sentido, da própria inculcação ideológica neoliberal contra o sindicalismo. E no caso do Brasil, da reforma trabalhista de 2017 e as ações que se seguiram nos governos de extrema direita. Contudo, os trabalhadores não têm alternativa para melhorar suas condições laborais senão por meio da luta coletiva. Essa luta pode assumir outras formas e caminhos, mas, até o momento, passa pelos sindicatos, que seguem sendo as instituições legítimas de representação dos trabalhadores. O sindicalismo não vai desaparecer, pois é uma instituição, que apesar de enredada por inúmeras crises ao longo de sua história, busca e encontra saídas. É um dos fundamentos da própria democracia. Nesse sentido, um de seus desafios consiste na defesa da democracia, em se manter e/ou construir-se como espaço de exercício da política. Está desafiado a fazer o contradiscurso reinante antissindical. O futuro do sindicalismo está em buscar organizar os trabalhadores terceirizados, prestadores de serviços, as pessoas jurídicas, os trabalhadores informais, os trabalhadores plataformizados. É inegável o seu papel histórico desde as suas origens contribuiu para a redução das desigualdades sociais, na medida em que lutavam pela distribuição dos ganhos.

Quais são as condições concretas para a regulamentação do trabalho por plataforma no Brasil hoje? O governo Lula 3 enviou, no início de 2024, um projeto de lei para o Congresso Nacional que visa regulamentar o trabalho por aplicativos e garantir maior autonomia e um conjunto básico de direitos trabalhistas e previdenciários para os trabalhadores nesta condição, mas ele não foi aprovado até o momento. Há efetivo conhecimento da sociedade em geral sobre essa problemática? Existe a perspectiva de que empresas, governo, trabalhadores e usuários chegarão a algum acordo no curto e no médio prazos para regulamentar o trabalho plataformizado no país?

No início do governo Lula, havia grande expectativa pela regulamentação do trabalho plataformizado. Contudo, o projeto de 2024, voltado especificamente para motoristas, recebeu diversas críticas. De modo geral, tanto esse quanto outros projetos de lei apresentados apresentam lacunas, pois não enfrentam de maneira adequada temas como o vínculo empregatício, a negociação coletiva e outros aspectos importantes previstos no artigo 7º da Constituição Federal, que garante direitos fundamentais do trabalho, bem como na própria CLT, que estabelece uma legislação protetiva mínima. O principal impasse reside no reconhecimento desses trabalhadores como efetivos trabalhadores. É importante ressaltar que existe um forte lobby das empresas-plataforma junto ao Congresso, além de uma atuação constante dessas empresas com os próprios trabalhadores, o que dificulta uma regulação que reconheça o caráter subordinado desse trabalho. Por outro lado, ao observarmos as ações desses trabalhadores em suas redes e movimentos coletivos, podemos afirmar que há esperança de consensos relevantes em relação aos direitos e à conscientização sobre a exploração presente nesse tipo de atividade. Pode-se dizer que esses trabalhadores estão em processo de formação de uma classe e de construção de consciência sobre suas reais condições.

Pensando nas subjetividades relacionadas ao trabalho, qual é realmente o alcance da tão difundida ideia de empreendedorismo junto

à população brasileira? Trata-se de uma ideia hegemônica junto a amplos segmentos da classe trabalhadora?

O capital promoveu uma viragem semântica, no contexto da reestruturação produtiva do século XX, em que os trabalhadores passaram a ser nomeados como "colaboradores", "associados", "parceiros". Junto a isso, o apelo ao empreendedorismo difundiu-se nas mais diversas instâncias: na escola, na televisão, nas redes sociais e até na igreja. Contudo, esses discursos não podem ser vistos como hegemônicos, pois as resistências crescem à medida que o conhecimento sobre os atuais mecanismos de exploração do trabalho é denunciado, seja por pesquisas acadêmicas, pelos próprios sindicatos ou pelas forças progressistas da sociedade. Quando surgiu o trabalho em empresas de plataformas digitais, falava-se em "negócios disruptivos", "economia do compartilhamento" etc. Hoje, à medida que a sociedade toma maior consciência, começa-se a reconhecer que essas formas supostamente inovadoras representam, na verdade, mais um modo de apropriação do trabalho em condições precárias, em que o trabalhador, envolto na falácia do empreendedorismo de si mesmo, assume integralmente o risco da atividade laboral.

Existe atualmente uma campanha, difundida principalmente através das redes sociais e majoritariamente dirigida aos jovens, de deslegitimação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de direitos trabalhistas consagrados há décadas no Brasil. "CLT" tem sido transformado quase em um substantivo para referir-se ao trabalhador superexplorado e, num certo sentido, até mesmo ingênuo ou acomodado. Por que razão um discurso refratário aos direitos trabalhistas tem encontrado acolhida em parte da população brasileira nesse momento? O fator geracional contribui para esse fenômeno? Ou há outras razões para que ele ocorra?

O discurso refratário ao trabalho, amplamente difundido pelas redes sociais e outros espaços de sociabilidade, ecoa fortemente, mas não representa toda a classe trabalhadora. Grande parte desse fenômeno

decorre da influência de *influencers* neoliberais que difundem visões conservadoras, embora seja preciso investigar melhor sua real representatividade. O fato é que há um profundo mal-estar em relação ao trabalho. Temos que reconhecer que existe um problema, resultado das reformas neoliberais e a reestruturação produtiva, que transformaram o trabalho em sinônimo de precariedade, rotatividade, endividamento e exaustão. De fator de inclusão social, o trabalho passou a ser fator de reprodução da desigualdade, mergulhado em um processo de desproteção, mercantilização e perda de sentido. Grosso modo, se nossos país, nossos avós podiam ter mobilidade social pelo trabalho, isto é, a inserção no mercado de trabalho com carteira assinada, estabilidade e acesso a direitos, que os permitiam melhorar de vida, adquirir bens, estudar e, em alguns casos, sair da pobreza, hoje isto parece interditado, e sobretudo para a juventude. O emprego formal, com carteira assinada e acesso a direitos, possibilitava mobilidade social e melhorias de vida. Contudo, hoje esse caminho parece estar bloqueado, sobretudo para os jovens. Essa geração nunca conheceu proteção trabalhista: vive de "bicos", projetos e contratos flexíveis.

Diante das tantas formas de flexibilização e precarização das relações de trabalho implantadas no Brasil nos últimos anos, é procedente a preocupação com a sustentabilidade financeira da previdência social nas próximas décadas na medida em que pode estar em curso uma diminuição da base contributiva?

As reformas laborais no Brasil e as formas flexíveis de contratos de trabalho que legalizaram condições que ampliam a precarização do trabalho, oferecendo um verdadeiro rol de tipos de contratações, que antes seriam consideradas fraudes, também produziram o efeito a fragilização das fontes de financiamento do Estado e da queda do número de contribuintes para a Previdência Social. A reforma da previdência realizada pelo governo Bolsonaro sob o pretexto de solução para a crise, afetou sobretudo, e ainda mais, os pobres. Faz profundas mudanças nos pilares de sustentação do Sistema de

Seguridade Social e da Previdência Social Pública, de repartição solidária. Após essa reforma, tornou-se comum ouvir trabalhadores afirmarem: "Para que pagar previdência, se não vou conseguir me aposentar?". Isso, de fato, representa uma ameaça à sustentabilidade financeira do sistema, já que as novas formas de trabalho. Isso, de fato, representa uma ameaça à sustentabilidade financeira do sistema, já que as novas formas de trabalho muitas vezes sem proteção ou sem a contrapartida das empresas, como ocorre com o MEI (Microempreendedor Individual) — isentam as empresas de contribuição e aumentam a responsabilidade do Estado. São bilhões que deixam de ser recolhidos tanto para a Previdência social, impactando de forma direta a seguridade social, assim como do próprio FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), afetando tanto o trabalhador que não pode contar com esse recurso, quanto para as políticas públicas que dependem dessa arrecadação para serem efetivadas.

Para além das novas formas de exploração do trabalho, do desmonte da legislação trabalhista, das tantas estratégias de flexibilização, controle e precarização das relações de trabalho surgidas nos últimos anos, inclusive com consequências para a saúde física e mental dos indivíduos, há algo de positivo a ser destacado no mundo do trabalho brasileiro na atualidade?

Em 2023 com as eleições de Lula reacendeu um fio de esperança, a expectativa de retomada do crescimento, do emprego, da formalização dos vínculos de trabalho, de recuperação de direitos trabalhistas e sociais, de reconstrução dos sistemas de proteção destruídos desde 2016. Apesar das tentativas de golpes desde a sua eleição, da violência e virulência da extrema direita e das dificuldades junto a um dos mais regressivos Congressos de nossa história, podemos considerar positivo a abertura ao diálogo, que caracteriza esse governo. A reconstrução do próprio Ministério do Trabalho que havia sido fechado pelo governo anterior se somou a um conjunto de políticas importantes, com resultados significativos, tais como a retomada do crescimento econômico e do emprego formal. Considero muito

positiva a luta pela redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. Embora o cenário ainda seja de grandes tensões e obstáculos, como já disse, sobretudo diante de um Congresso conservador e da resistência de setores empresariais, a reconstrução institucional, a abertura ao diálogo e os sinais de recuperação econômica e da formalização do emprego, representam conquistas significativas no presente.

(11)

JUSTIÇA, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

César Barreira

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Por que, transcorridos quarenta anos de (re)democratização, a herança autoritária do regime militar ainda subsiste na sociedade brasileira e na relação do Estado com os setores mais pauperizados e excluídos da população?

A reconstituição democrática e o novo regime político instalado no Brasil, desde 1985, com a volta à normalidade constitucional, acenaram com substantivas mudanças na área social e no terreno político. Não obstante os avanços democráticos, não ocorreu na plenitude a efetiva instauração do Estado Democrático de Direito. Alguns pontos exemplificam essa reversão de expectativas: a persistência de graves violações de direitos humanos; pouco avanço no sentido do controle democrático da violência, que adquiriu foros de questão pública e um apreciável número de situações e acontecimentos que se acumularam. Destacam-se, ainda, maus-tratos e torturas nas delegacias, violência contra crianças e adolescentes, opressão contra mulheres, negros e LGBTQIAPN+. Um aspecto importante, nesses exemplos de violação dos direitos humanos é a ampliação da tortura para segmentos estigmatizados. Se no período do regime militar a prática da tortura, realizada pelos órgãos de segurança pública, tinha como principal vítima os presos políticos, atualmente essa modalidade se

direciona, fundamentalmente, para os presos pobres, negros e habitantes das periferias das grandes cidades. A herdade autoritária do regime militar, bem como as práticas políticas e sociais seculares, na sociedade brasileira, de não separação das esferas pública e privada, dificultaram o ritual de passagem de uma ordem com limitados direitos sociais e políticos, para outra de feição democrática que, no entanto, não conquistou o monopólio do uso legítimo da violência física.

Segundo o Anuário 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil contabiliza atualmente mais de 900 mil pessoas privadas de liberdade. De fato, o país tem, há anos, uma das maiores populações carcerárias do mundo. Qual sua avaliação sobre o sistema prisional brasileiro?

No Brasil, diz-se que se prende muito, mas muito mal. Conforme considero, o sistema prisional não é nada positivo e os motivos são muitos. Os presídios trabalham sempre com uma superlotação, geralmente com o dobro da capacidade. Isso implica problemas graves para o cotidiano prisional, potencializando condições subumanas de funcionamento das celas. Não há, portanto, espaço para que todos os presos descansem de modo aceitável (havendo, inclusive, casos de rodízios entre quem é capaz de se deitar ou permanecer em pé). Existe, ainda, grande predominância de presos pretos e pobres. Em raras situações, encontram-se prisioneiros brancos e de classe média, ou de estrato mais abastado, denotando o critério de estratificação no interior prisões. É possível concluir que as cadeias são destinadas, prioritariamente, para pessoas pobres, destituídas de direitos políticos e sociais. Cursam denúncias constantes de torturas no interior dos presídios, principalmente difundidas nos organismos internacionais. As rebeliões frequentes nas grandes penitenciárias deixam transparecer os graves problemas que ocorrem no interior do sistema.

Um dos tantos pilares da democracia é o acesso à Justiça. Quais são os principais desafios do sistema de Justiça no Brasil, hoje? Como seria possível superá-los no sentido de ampliar o acesso da população mais pobre à Justiça?

O sistema de Justiça no Brasil é muito criticado pela morosidade dos seus fluxos, bem como por ser uma ordem bastante elitista, favorecendo, em grande parte, as pessoas que possuem recursos financeiros. Os processos concluídos no Brasil, ou que chegam aos resultados, não alcançam a média, 40%. Esta média tem como fundamento a acusação de que o sistema Judiciário favorece a impunidade. Nesta perspectiva, o grande desafio é julgar mais rapidamente os processos, fazendo com que a mencionada média aproxime o mais possível da totalidade de casos. Outro dilema a ser enfrentado é tornar a Justiça imparcial e democrática, tendo o Estado como o grande mediador nos processos judiciais.

Um dos temas expressos com maior ênfase pelo governo Bolsonaro, relativos à segurança pública, foi flexibilizar a legislação relativamente ao porte de armas para cidadãos comuns. Atualmente, há mais de dois milhões de registros de armas ativos no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) da Polícia Federal. Qual sua opinião sobre a política de controle de armas de fogo no Brasil?

Tenho uma visão bem pragmática quanto ao emprego da arma de fogo. Acho que quem tem o direito de usá-la são os profissionais da segurança pública em serviço e com toda cautela necessária a distintas situações. As pessoas que necessitam de proteção, pela natureza das suas profissões, ou que que estão sofrendo ameaças, devem ser protegidas pelo Estado, que possui o "monopólio legitimo da violência física". A descrença em relação às instituições, motivada por efetiva falência nas políticas públicas de combate à violência, origina um medo generalizado: a ideia de que as pessoas devem encontrar meios pessoais para suprir um défice de controle estatal. A disseminação da venda de armas, não obstante as restrições legais, cria a

prática do combate à violência "com as próprias mãos". A arma é um instrumento de morte e não há que ser banalizada, sob pretexto de uma noção errônea de "direito" individualizada e fora das regras do que Durkheim denomina de Consciência coletiva. A restrição e a eliminação em circuito estreito do uso das armas contribuiriam para solidificar os elos perdidos de convivência social, o que seria passível de concorrer para formar uma sociedade mais tolerante, menos violenta e, principalmente, apta a cobrar do Estado uma política de segurança mais efetiva, haja vista o clima de insegurança e o medo por que passa a sociedade.

Como avalia a política nacional sobre drogas no Brasil e o debate relativo à descriminalização do porte da maconha para uso pessoal, levando em conta as posições provavelmente divergentes entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional a respeito do assunto?

A política nacional sobre drogas no Brasil é bastante limitada e problemática, tendo como marcas a criminalização do uso de drogas e as práticas de punição. O tráfico de drogas potencializa e torna mais complexa a relação entre as drogas e a criminalidade, afetando, fundamentalmente, os jovens pobres das periferias e favelas das regiões metropolitanas. O crime organizado cresceu e se institucionalizou desde a década de 1980, do século imediatamente passado, ampliando o medo social e aumentando as taxas de homicídios. As pesquisas apontam que essas taxas decorrem basicamente do crime organizado, tendo uma relação direta com o tráfico de drogas e as disputas pelo monopólio desta comercialização criminosa. Nesta perspectiva, exprime-se que o mercado ilícito de drogas potencializa e amplia as ações violentas e as práticas de corrupção, auferindo destaque o crescimento da inserção de jovens no mundo do crime e o envolvimento de uma parte dos profissionais de segurança pública nessas práticas delituosas. A criminalização irrestrita do emprego de drogas extensiva a traficantes e usuários na mesma intensidade concorre para superlotar as prisões.

Estes aspectos apontam para a necessidade de haver uma política de drogas que descriminalize seu mercado, principalmente a maconha e a cocaína. Esta descriminalização afetará diretamente o mercado das drogas ilícitas, tendo como contraposição reduzir as taxas de homicídios.

De que modo mensura o sistema de polícias no Brasil hoje, levando em conta, principalmente, a existência de forças policiais diversas sob comando do governo federal, dos estados e dos municípios, a coexistência das polícias civil e militar no plano estadual e as mudanças legislativas conducentes à militarização dos guardas civis municipais?

O arranjo institucional do sistema policial tem um modelo dualista, fraturado em duas polícias: a polícia civil, com caráter eminentemente investigativo ou judicial, e a polícia militar, de aspecto ostensivo e de rua. Esta dualidade é passível de ser considerada como um fator institucional que impacta negativamente na eficácia do sistema policial brasileiro. Este arranjo ainda decorre de 1969, um dos anos mais marcantes do período ditatorial do Brasil. A Constituição Federal de 1988, considerada como a "Constituição Cidadã", manteve esta herança da ditadura. Outra herdade daquele regime de força no plano da arquitetura institucional, bem como no terreno ideológico e político, é a relação direta e subordinada, entre a polícia militar e o exército brasileiro. Neste plano, a polícia militar aparece como força auxiliar do exército nacional, tendo destaque o controle social e a repressão ao crime, cujas ações partem das nomeações de inimigos a serem combatidos. Em uma tentativa de superar esta fratura institucional, os grandes embates políticos/acadêmicos concentram-se, nos últimos anos, em possibilitar uma política de integração das polícias civil e militar, bem como a instituição de um ciclo completo de formação, visando a tornar possível o desempenho das duas polícias nas funções respectivas de investigação e de controle ostensivo. No plano das mudanças institucionais e, mais especificamente nas práticas policiais, destaca-se, nos debates, a necessidade da desmilitarização,

da polícia militar, tendo em conta sua intensiva herança procedente do regime militar. Este quadro também é reforçado pela formação policial que tem um vigoroso componente militar, com expressivas lacunas no campo dos direitos humanos e no respeito à cidadania. Um dado mais recente, na política de segurança pública, conduz à militarização dos guardas civis municipais, passando a ser mais uma polícia, em grande parte armada e sem formação ou treinamento para uso deste equipamento. Um dado preocupante remansa, também, no concerto legislativo, nas profundas mudanças nos objetivos dos quais as guardas civis metropolitanas eram responsáveis. Um claro exemplo está na proteção dos bens públicos que deixam de ser o único ou principal objetivo, passando a ter também funções policiais ostensiva nas ruas.

As diversas facções do crime organizado são uma realidade no Brasil há décadas. Sua atuação envolve atividades ilícitas conhecidas pelas autoridades e amplamente divulgadas por pesquisadores e pela mídia. E, mais recentemente, aumentam as conexões internacionais dessas organizações com suas congêneres no exterior. De que maneira, então, o Estado brasileiro deve lidar com esse fenômeno?

O Estado brasileiro deve trabalhar ou encarar essa conjunção de problemas das facções como aspecto central na política de segurança pública, definida como de Estado e não de governo. Nesta perspectiva, tem que configurar um pacto federativo envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com políticas articuladas, tendo o Governo Central como o centralizador de todas as ações e práticas. As moções que devem ser conduzidas por uma política de curto, médio e de longo prazo deveriam partir de um diagnóstico analítico sobre a real situação das facções, procurando detectar a dinâmica das práticas criminosas. Uma compreensão profunda e exaustiva do crime organizado é o primeiro passo para sua superação e com vistas a estabelecer seu controle. O enfrentamento a estas organizações criminosas deve ter, como grande norteador, os serviços de Inteligência

dos órgãos da segurança pública. O confronto direto com o crime organizado deve ocorrer com todo o rigor, aparato e aplicação de uma tecnologia a mais moderna possível, tendo como norte o desbaratamento dessas organizações, bem como a preservação da vida humana. As ações dos órgãos de segurança pública devem visar às prisões dos seus membros, mas, principalmente, das suas grandes lideranças. Em termos de estratégias, é verdadeiro evidenciar o mapeamento das práticas criminosas, demandando compreender suas dinâmicas, a relação entre lideranças e comandados, considerando o estabelecimento de hierarquias e valores constituintes do mundo do crime. É importante supor, de saída, que essas organizações criminosas se configuram como empresas geridas por cálculos racionais, entre perdas e ganhos, prejuízos e lucros, tendo destaque suas ações econômicas. Neste sentido, uma política de segurança pública para combater as facções deve inviabilizá-las economicamente, sequestrando os seus bens e bloqueando suas ações financeiras.

José Vicente Tavares dos Santos

"Docteur d'Ètat" pela Université de Paris-Nanterre e professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Por que, transcorridos quarenta anos de (re)democratização, o legado autoritário do regime militar ainda subsiste na sociedade brasileira e na relação do Estado com os setores mais pauperizados e excluídos da população?

Há uma estrutura social brasileira marcada pela desigualdade social, pela exclusão e pela pauperização. Esta estrutura permanece, malgrado alguns avanços em termos de redução das desigualdades, fruto de programas sociais, desde o Governo F. H. Cardoso, e dos Governos Lula e Dilma, o que se expande no atual Governo Lula. Poderíamos ver uma dualidade na relação com o Estado: por um lado, programas federais que incentivam a participação social, como os Conselhos Federais e as Conferências Nacionais, as quais chegam a uma centena, principalmente na área da Saúde e da Educação. Por outro, na maioria dos Governos Estaduais, reafirmam-se relações de autoritarismo e de clientela. Os números são alarmantes, em 2024: 44.000 mortes violentas intencionais, uma taxa de 20.8 por 100.000 habitantes (Cf. Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Segundo o Anuário 2025 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil contabiliza atualmente mais de 900 mil pessoas

privadas de liberdade. De fato, o país tem, há anos, uma das maiores populações carcerárias do mundo. Qual é a sua avaliação sobre o sistema prisional do país?

Seria o terceiro do mundo, depois dos Estados Unidos e da China, com acentuada presença de homens jovens, negros e pobres. Há uma situação precária nas prisões, em alguns casos são depósitos de humanos. Uma minoria tem acesso ao trabalho; mas se possibilita uma redução de 40 dias por ano da pena se o apenado realizar leituras e fizer relatórios. As taxas de reincidência são muito elevadas, evidenciando a perda da noção de reabilitação. No caso das mulheres apenadas, ainda que em pouco número (46.000), as mesmas condições se repetem, com o agravante do abandono por parte dos parceiros masculinos. Verifica-se, uma vez mais, a seletividade penal. Ainda mais, as organizações criminais cresceram, chegando a 60 segundo algumas fontes, e se internacionalizaram, produzindo um fluxo financeiro da economia do crime.

Um dos tantos pilares da democracia é o acesso à Justiça. Quais são os principais desafios do sistema de Justiça no Brasil hoje? Como seria possível superá-los no sentido de ampliar o acesso da população mais pobre à Justiça?

O acesso à Justiça reproduz a seletividade penal. As pessoas pobres dependem dos defensores públicos, ficando muitas vezes desassistidos. As delongas do processo judicial são outro fator de seletividade penal: do inquérito policial, em larga proporção recusados pelo Ministério Público, até o processo penal, a morosidade marca o processo judicial. Ainda mais, a pouca efetividade de instâncias de mediação judicial exclui acordos prejudiciais, o que poderia desafogar as pautas processuais. A presença da segurança privada (cerca de 600.000, Cf. FBSP) mostra os entraves ao acesso ao sistema público de segurança. Ficando em aberto o cadastro de pessoas desaparecidas, bem como a investigação dos desaparecimentos.

Um dos temas trazidos com mais ênfase pelo governo Bolsonaro relativos à segurança pública foi a flexibilização da legislação para o porte de armas para cidadãos comuns. Atualmente há mais de 2 milhões de registros de armas ativos no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) da Polícia Federal. Qual é a sua opinião sobre a política de controle de armas de fogo no Brasil?

Tal política de armas derivou de uma concepção armamentista e privatista da segurança pública, com a proliferação dos CACs — Centro de Caçador, Atirador e Colecionador — e a liberação da compra de armas, inclusive de grosso calibre. Isto resultou em um declínio do monopólio do controle formal pelo Estado, disseminando uma cultura de poder e de vingança, contra o Estado Democrático de Direito. Cerca de 74% das mortes violentas intencionais foram por arma de fogo, em 2024 (Cf. Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Como avalia a política nacional sobre drogas no Brasil e o debate relativo à descriminalização do porte da maconha para uso pessoal, levando em conta as posições provavelmente divergentes entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional a respeito do assunto.

Há cerca de um terço dos apenados por tráfico de drogas, sem critérios claros de uso pessoal da maconha e o tráfico de entorpecentes. A descriminalização da maconha para uso pessoal tem sido adotada em vários países — Holanda, Uruguai, cerca de metade de estados dos Estados Unidos — sem efeitos nocivos. Trata-se atualmente de combater o uso de drogas duras — como a cocaína e a heroína — e a crescente presença de drogas sintéticas — anfetaminas, fentanil e outras. Isso exige uma polícia inteligente, capaz de investigar e desestruturar o enorme circuito financeiro da economia de drogas (o narcocapitalismo transnacional).

Como avalia o sistema de polícias no Brasil hoje, levando em conta principalmente a existência de forças policiais diversas sob comando do governo federal, dos estados e dos municípios, a coexistência

das polícias civil e militar a nível estadual e as mudanças legislativas que têm levado à militarização dos guardas civis municipais.

A diversidade do sistema de polícias no Brasil pode chegar a quase uma centena de organizações, de variados âmbitos e envergaduras. Talvez a questão fosse menos a propalada unificação das polícias — uma proposta discutível — mas sim a definição de um padrão de trabalho policial marcado pelo respeito à cidadania, eficácia investigativa, erradicação da corrupção, procedimentos informacionais de investigação. Tais mudanças supõem também uma discussão acerca das escolas de polícia, suas orientações pedagógicas, as estruturas curriculares, composição de um quadro docente autônomo, e um diálogo com experiências internacionais de educação policial.

As diversas facções do crime organizado são uma realidade no Brasil há décadas. Sua atuação envolve atividades ilícitas conhecidas pelas autoridades e amplamente divulgadas por pesquisadores e pela mídia. E mais recentemente têm crescido as conexões internacionais dessas organizações com suas congêneres no exterior. Como, na sua opinião, o Estado brasileiro deve lidar com esse fenômeno?

Acredito que o foco deveria combinar a desarticulação das atividades ilícitas com a desestruturação dos fluxos financeiros. Ainda mais, com a internacionalização das atividades de tráfico de drogas, naturais e sintéticas, tráfico de armas e tráfico de pessoas. O crescimento dos crimes digitais evidencia a necessidade da atualização da segurança digital e sua internacionalização.

Como analisar e reduzir a violência contra as mulheres?

A violência contra as mulheres tem se ampliado no Brasil, chegando a cerca de 87.000 estupros em 2024, dado que certamente é subestimado (Cf. Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Todas as pesquisas apontam para o agressor como sendo alguém do grupo doméstico, o que se manifesta também em violências contra as crianças — o castigo corporal infantil — e contra os idosos. Trata-se, portanto, de

um problema complexo, sendo a mulher a vítima tanto do tráfico, da prostituição como da cultura da violência.

O que significa a cultura da violência?

A cultura da violência e a conflitualidade social estão reproduzindo a "personalidade autoritária", caracterizada por Adorno. A pessoa marcada por esta personalidade seria um tipo individualista e independente, com uma inclinação a se submeter à autoridade, e o armamentismo privado. Surge, então, uma atitude de estigma frente ao outro: as mulheres, os judeus, os palestinos, os pobres, os loucos, os negros, os índios, os grupos de adolescentes. O incremento das conflitualidades sociais acentua a cultura da violência, nas lacunas de uma cultura política democrática. Compreender como a cultura da violência é reproduzida, disseminada tanto nos meios de comunicação como na literatura, pode nos propiciar meios para desestruturar esta cultura. Retomando, ainda, os programas de prevenção da violência que vem sendo implementados desde os anos 2000 — com resultados diversos — em vários estados e cidades brasileiras. Em suma, impõe-se chegar a múltiplos caminhos para uma cultura da paz.

(12)
MEIO AMBIENTE

Edna Castro

Doutora em Sociologia pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e professora emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O atual modelo de desenvolvimento do país está baseado, em grande medida, na produção e exportação de *commodities* agrícolas, proteína animal, petróleo bruto e minérios. Como o Brasil (e a América Latina em sentido amplo) podem tirar proveito da disputa global em curso entre Estados Unidos e China para construir um outro modelo de desenvolvimento, inclusive com um novo tipo de industrialização diferente daquela tradicional que o país teve no passado?

O atual modelo vigente no Brasil é uma continuidade de períodos anteriores, caracterizados pela exportação de produtos agrícolas e minerais. O aumento do extrativismo mineral e do extrativismo agrícola se tornou o centro da produção de riquezas no país. Todos os dados estatísticos têm mostrado a reprimarização da economia brasileira. Ao mesmo tempo que crescem as exportações de soja, de milho, de algodão e de açúcar etc. há um crescimento enorme de produtos vindos da mineração, alguns até com algum agregamento de valor, como é o caso da produção de alumínio na Amazônia, mas assim mesmo não é agregado valor numa cadeia produtiva, mas sim fornecimento de matéria-prima para outros países, permanecendo como uma commodity de exportação. Esse modelo, mesmo que produza

riquezas, é um modelo de riqueza concentrada. Essa reprimarização da economia brasileira é acompanhada pela redução dos investimentos nas cadeias produtivas industriais na América Latina. Nós vivemos um momento em que o mercado Internacional e as grandes cadeias produtivas internacionais dão as cartas no jogo político geopolítico global e nas decisões tomadas inclusive internamente do Brasil, porém é possível que esse mesmo jogo Internacional sobretudo com a presença de China, Índia e outros países asiáticos é possível que nesse jogo geopolítico multilateral e de múltiplas economias coordenadas é possível que o Brasil possa tirar algum proveito e investir num processo de reindustrialização nacional que possa criar mercado interno e que seja benéfico para a população. E que possa também diminuir a chegada massiva de produtos industrializados chineses, que vão de calçados e roupas a tecnologias digitais, que tornam mais vulnerável a nossa indústria. O país tem de desenvolver uma capacidade interna para, democraticamente, estabelecer estratégia que levem em conta os interesses nacionais, visando a melhoria das condições de vida da população.

Há possibilidades, a curto prazo, de mudança desse modelo de desenvolvimento do país?

O modelo é o mesmo, não se altera, talvez a transição para uma outra matriz econômica, industrial, não deverá modificar as lógicas de mercado, as lógicas produtivistas, porém é possível ser inteligente se construirmos compromissos internos com relação a uma economia mais voltada aos interesses nacionais, que tenha como objetivo a justiça social, a diminuição da desigualdade social. E sobretudo agora que temos diante de nós um enorme problema que é a crise climática. Então como transitar de um cenário em que o Estado terá de arcar, cada vez mais, com as despesas resultantes das alterações climáticas, em meio à limitação de recursos orçamentários para isso? E temos de pensar que a economia também gira em torno disso, da crise ambiental. E muitos negócios que estão se estabelecendo hoje têm a ver com uma economia verde, que buscam tirar proveito de

uma determinada concertação internacional que envolve, por exemplo, a aposta dos países ricos em instrumentos como os créditos de carbono. Há um processo de financeirização da economia verde e a multiplicação de interesses, desde a gestão até a produção de bens por cadeias produtivas voltadas a enfrentar os problemas ambientais. Para sintetizar, minha crítica vai em direção a um modelo econômico que é extrativista, que é neoextrativista e que tende, cada vez mais, a ocupar terras, incidir sobre territórios existentes, numa tentativa de monoculturação da economia brasileira, sempre voltada à lógica da produção de *commodities* de exportação.

Como você vê a estratégia nacional de terras raras adotada pelo Brasil?

É preciso olhar para as movimentações geopolíticas em curso. Gostaria de chamar a atenção novamente para o tema das cadeias produtivas, pois elas são essenciais para se entender o lugar da Amazônia hoje no mundo. São nove países e diversos biomas dentro dessa grande região. Na minha compreensão ela se tornou um dos focos centrais dos interesses geopolíticos globais, quer falemos dos interesses da política externa dos Estados Unidos para América Latina, quer falemos dos interesses da China, apenas para mencionar as duas maiores economias do mundo contemporâneo. É muito importante levar em consideração a presença, nessa região, de terras raras, de minérios que estão entrando nas linhas de montagem de novos produtos. E há investimentos da China direcionados à Amazônia voltados à infraestrutura, às áreas de produção de minérios. Existem áreas de mineração em toda a Amazônia, com licenças de autorização para a exploração. A região, por mais essa razão, torna-se mais uma vez estratégica. O jogo político interno e internacional se altera, e não acredito que os discursos ambientalistas e preservacionistas — como de redução da emissão de gases ou efeito estufa, ou a conservação dos biomas em sua integridade —, sejam fortes o suficiente para impedir que os interesses sobre terras raras não prevaleçam. Trata-se de fronteiras transnacionais, que têm sido vistas como território

de uma economia futura. É muito difícil, portanto, imaginar uma matriz econômica que realmente se altere para abrigar as questões ambientais quando o impulso maior é de apropriação daqueles recursos minerais que são a economia do futuro. Entra nessa lógica também a questão do petróleo na Amazônia, visto também dentro deste contexto geopolítico global.

Fala-se muito sobre a Amazônia como uma região a ser explorada, a partir dessa lógica geopolítica global. Mas como é a Amazônia vista de dentro para fora, a partir de uma lógica de resistência dos povos originários, afrodescendentes, comunidades rurais etc. e seus saberes fundamentais para uma outra transição energética?

É interessante pensar que a Amazônia e as regiões amazônicas dos demais países da região sempre foram lugares de fronteira, distantes do ponto de vista dos governos nacionais, das capitais, dos centros do poder político. Então a relação colonial interna é muito forte, que muitas vezes não é percebida por aqueles que estão fora dessas regiões. Trata-se de uma distância política, há um colonialismo interno no Brasil, na Colômbia e nos demais países amazônicos em relação à Amazônia. Essa relação faz com que a região seja vista como lugar para produzir riquezas, mas não para usufruir dela. A Amazônia sempre foi vista, ao longo da História brasileira, como uma região rica em recursos que, se não forem explorados agora, deverão ser explorados futuramente. Para começar a entender a Amazônia é necessário perceber a colonialidade do poder que atravessa essa região. Não por acaso a resistência na Amazônia sempre foi forte. A resistência de populações indígenas, camponesas, afrodescendentes. As lutas internas na Amazônia sempre foram lutas invisíveis, porém contundentes. São similares às lutas internas no Caribe, às revoltas caribenhas que ao longo do tempo sempre tiveram potencial revolucionário. Hoje, quando percebemos que os povos indígenas se tornaram protagonistas, com destaque para as mulheres indígenas que promovem o debate nacional e internacional o futuro do país e da América Latina, nós temos que reconhecer que são

vozes importantes. São mulheres, camponeses, quilombolas, pescadores, quebradores de coco, enfim, categorias inúmeras que estão aproveitando narrativas a partir de epistemologias próprias destes grupos para fazer face ao debate nacional e internacional. Não por acaso elas não apenas são convidadas para falar, mas se constituem como falas importantes dentro de um contexto internacional de justiça ambiental e de justiça social e sobretudo sobre a necessidade de construção de processos de autonomia e de se pensar um futuro de bem viver que tenha compromisso fundamental com a vida. Acho que são epistemologias fundamentais nesse turbilhão de policrises que vivemos para que encontremos o eixo daquilo que é fundamental para a existência do planeta. Ciência e política são uma só matriz, uma ciência sem política é uma ciência menor, mas de qualquer maneira hoje a ciência se confronta com exigências enormes de se repensar e de contribuir de uma outra maneira para uma sociedade mais justa. E nisso se recoloca a questão da Amazônia, que deve ser repensada de uma outra maneira em relação ao concerto nacional e internacional na questão ambiental.

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Qual é o panorama geral da questão ambiental no Brasil hoje?

Parte significativa do país está convivendo com o debate sobre a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, também chamada de COP30, que acontecerá em Belém-PA, em novembro. No entanto, a pressão sobre a Natureza e suas riquezas continua a pleno vapor. A expansão permanente do agronegócio; da mineração; de exploração de petróleo e gás; de projetos de logística de transporte e de produção energética; de indústrias poluentes mantém pressão constante sobre a Natureza, suas riquezas e sobre povos e comunidades que têm seus modos de vida e de organização social e política baseados em processos produtivos que promovem e precisam da conservação dessa mesma Natureza, estabelecendo com ela relações de cuidado e pertencimento.

Quais são os principais conflitos socioambientais do país na atualidade e como o Estado brasileiro tem se posicionado em relação a eles?

A imprensa destaca o debate e os enfrentamentos relativos à pesquisa e exploração de petróleo e gás na margem equatorial (litoral entre

os estados do Amapá e Rio Grande do Norte), especialmente na foz do rio Amazonas. Mas, a expansão do agronegócio sobre a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, acompanhada de queimadas, desmatamentos e uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos; novos e antigos projetos de expansão de vários tipos de mineração; poluição industrial; ocupação de territórios para produção energética e de logística de transporte, entre outros, provocam deslocamentos compulsórios de grupos sociais, contaminam ambientes rurais e urbanos, destroem ou comprometem formas tradicionais de organização social, provocando intensos conflitos socioambientais em todo o país.

É possível integrar, num mesmo modelo de desenvolvimento, o fomento à agricultura familiar e a proteção a territórios indígenas e quilombolas e aos diversos biomas existentes no território brasileiro com o agronegócio de exportação, a mineração e a indústria madeireira, entre outras atividades que tiveram grande expansão no país nas últimas décadas?

Segundo Mészáros (2002), a espacialização do "metabolismo do capital", exige permanente expansão e se realiza através da contínua e indefinida destruição das formas não capitalistas de apropriação material e simbólica das condições ambientais e da própria Natureza. A presença de territórios controlados por povos e comunidades tradicionais, pela agricultura familiar e de unidades de conservação ambiental têm sido percebidas por planejadores governamentais e privados como entraves para o avanço e "desenvolvimento" do capital. Assim, a impossibilidade de integração desses territórios é imposta pela própria expansão capitalista, que ameaça, desloca, pressiona, tensiona, mata, como testemunham os inúmeros conflitos por terra e pela defesa da Natureza espalhados pelo país.

Quais são os principais dilemas e desafios da Amazônia brasileira na atualidade?

A Amazônia brasileira, sua Natureza e seus povos nunca estiveram tão ameaçados quanto nos tempos atuais. Do leste do Maranhão

ao Acre, o Arco do Desmatamento tem sido identificado como uma fronteira agropecuária que se expande pela Amazônia, pressionando e destruindo cada vez mais o bioma. Pesquisas sobre e exploração de petróleo e gás nos vários estados e a expansão urbana desordenada são também ameaças à floresta. Cientistas têm demonstrado que o equilíbrio ambiental da Amazônia está próximo a um ponto de não retorno. Os povos e comunidades tradicionais e periferias urbanas são os primeiros afetados por cheias e secas desproporcionais e agressões a seus territórios e a suas formas produtivas. Um desafio urgente é a garantia de direitos territoriais e ambientais desses povos e grupos sociais.

Quais são os principais dilemas e desafios ambientais das grandes metrópoles brasileiras hoje?

Numa perspectiva da conservação ambiental, o modelo de ocupação urbana que levou a constituição de cidades gigantescas é absolutamente ilógico. A impermeabilização de grandes áreas; o secamento de fontes próximas de água; a poluição das águas que resistem, dos solos e do ar; a insuficiência de tratamento sanitário; a alteração de microclimas produzida pelo excesso de construções e pavimentação asfáltica; a discriminação por classe, gênero e origem étnica na espacialização urbana são indicadores da irracionalidade que domina o modelo urbanístico dominante. As burlas permanentes e sistemáticas da legislação sobre a cidade e suas tentativas de flexibilização efetiva são, também, desafios constantes.

Como o país pode desenvolver uma política energética em consonância com o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional?

A primeira pergunta que deveria orientar elaboração de políticas energéticas deveria ser: produção energética para que e para quem? Há um consenso implícito de que é necessário, cada vez mais, expandir a produção energética, independentemente de sua fonte, para atender a expansão das atividades capitalistas, cada vez mais demandadoras desse insumo e controladas por grandes corporações

transnacionais. Outras perguntas necessárias são: desenvolvimento sustentável para que e para quem? O que se visa sustentar? Num mundo de futuro ameaçado pela destruição planetária produzida por grupos econômicos e práticas produtivas cada vez mais predatórias, é necessário discutir o que efetivamente garante bem-estar à população e soberania à nação.

Qual é, na sua opinião, a sensibilidade da sociedade brasileira para as questões ambientais hoje?

No Brasil, a chamada consciência ambiental se fortaleceu a partir das fortes consequências ambientais produzidas pelo modelo de expansão capitalista adotado pelo regime ditatorial e que promoveram reflexões nos meios acadêmicos, políticos e de movimentos sociais a partir dos anos 1980. No entanto, a sensibilidade já bastante generalizada para com os problemas ambientais, em grande medida, ainda não se dá pelo estabelecimento da relação entre esses problemas e suas principais fontes causadoras, circunscrevendo-se à culpabilização dos indivíduos e não dos modos produtivos dominantes. Sem o enfretamento da origem dos problemas, eles se reproduzem e se perpetuam, sendo necessária maior consistência à sensibilidade aos problemas ambientais.

Como o parlamento brasileiro, em seus vários níveis, tem legislado sobre as principais questões ambientais do país?

O Brasil construiu exemplar legislação ambiental na Constituição Federal de 1988 e em leis decorrentes. Mas, principalmente no século XXI, do nível municipal até o federal, com raras exceções, pode-se constatar uma ação constante com vistas à flexibilização da legislação ambiental. Bancadas de parlamentares associadas ao agronegócio, à mineração, à indústria poluente têm atuado de forma sistemática para desmontar aparatos legais de proteção ambiental, bem como de proteção a territórios de povos e comunidades tradicionais e de conservação ambiental, abrindo espaço para expansão de atividades econômicas predatórias da Natureza e de territórios.

Qual a contribuição que as Ciências Sociais podem dar ao debate ambiental?

Desde seu surgimento, as Ciências Sociais, em grande medida, operam com a dicotomia entre Sociedade e Natureza. A superação teórico-metodológica dessa dicotomia é uma tarefa urgente, que vem sendo assumida por estudos contemporâneos, com boa contribuição de estudos realizados no Brasil. Trabalhos socioantropológicos sobre povos indígenas, quilombolas, comunidades camponesas têm produzido farto material que dialoga com saberes ancestrais, respeita cosmologias locais, considera a interação desses grupos sociais com a Natureza, contribuindo para ampliar o debate ambiental e renovar as Ciências Sociais.

Referências

Mészáros, István (2002). *Para além do capital* (Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa, trads.). São Paulo: Boitempo.

(13)

POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL

Flavio Gaitán

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Que balanço pode ser feito das políticas públicas de combate à pobreza neste primeiro quarto de século no Brasil?

Antes que políticas de "combate à pobreza" importa analisar quais as medidas para garantir proteção e bem-estar; ou seja, condições dignas de vida. É certo que a situação de pobreza expressa, como afirmam autores como Rubén Lo Vuolo ou Julio Boltvinik, uma forma degradada da condição humana. No entanto, há muitas maneiras de conceber a dicotomia pobreza-não pobreza. Feita essa ressalva, o Brasil fez grandes avanços na garantia de proteção social. Desde a aprovação da CF88, criaram-se as bases legais para reconhecer os direitos sociais universais (saúde, educação, assistência, previdência, moradia, trabalho remunerado). O país avançou na conformação de um sistema de assistência social e de seguridade social não contributiva. Em 1993 foi aprovada a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e, na sequência, o BPC (Benefício de Prestação Continuada). Em 2003, o PBF (Programa Bolsa Família). Superada a fase neoliberal, sobre a base dessa arquitetura de proteção, consolidou-se uma dinâmica de redução significativa da situação de pobreza, resultado de três fatores principais. Em primeiro lugar, a melhora do mercado de trabalho

remunerado: houve criação robusta de emprego, redução da informalidade laboral, aumentos dos salários reais, em parte por medidas ativas, como a lei que instituiu a política de valorização do salário-mínimo, possibilitando um crescimento real de 74% entre 2003 e 2016. Em segundo lugar, o aumento da renda das pessoas e famílias mais vulneráveis através de transferências públicas; em particular o BPC e o PBF. Em terceiro lugar, a melhoria do acesso a bens públicos, com investimentos em infraestrutura (como serviços e moradia), em saúde com o fortalecimento do SUS, e expansão da educação nos diversos níveis. Houve também, expansão do crédito. Como resultado, a renda das famílias aumentou, a distribuição de renda melhorou (o Índice de Gini caiu de 0,58 em 2003 para 0,49 em 2014) e as taxas de pobreza caíram. Apesar desses avanços, persistem desafios relacionados à heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho e ao caráter pró-cíclico da situação de pobreza: aumenta muito nos períodos de crise, como se observa durante os governos Temer e Bolsonaro. Também continua prevalecendo uma visão trabalho-cêntrica: deposita-se demasiada confiança na participação no mercado de trabalho, ignorando as limitações estruturais do regime de acumulação no Brasil, o que, em última instância, leva à aceitação da estratificação social.

É correto imaginar que o Brasil permanece dividido entre dois projetos em relação à sua dívida social, sendo um deles voltado à consolidação dos direitos sociais e à construção de um pacto civilizatório que viabilize de fato um Estado de Bem-estar Social, conforme previsto na Constituição de 1988, e o outro voltado à mera gestão residual da pobreza extrema, no âmbito de um Estado mínimo? Ou, talvez, tenhamos caminhado nos últimos anos a um patamar ainda mais reduzido em relação ao tema, no qual à gestão residual da extrema pobreza não exista qualquer outra alternativa?

Essa questão é central. A literatura especializada sobre políticas de bem-estar analisa a importância do componente ideacional na configuração dessas políticas (ver, por exemplo, Béland). O próprio Richard Titmuss, pioneiro no estudo das políticas sociais, já as

entendia como "princípios que governam a ação". Seja no plano das ideias e discursos, seja no plano mais "concreto" da formulação e implementação, podem ser identificados no Brasil diferentes projetos em disputa acerca das políticas econômicas e sociais. A realidade é complexa, mas podemos identificar dois polos antagónicos. De um lado, há atores que defendem uma política social de caráter residual, com focalização rígida, contenção de gastos e primazia do mercado na alocação de recursos. Nessa visão, os direitos se transformam em mercadorias intercambiáveis no mercado. As principais medidas dos governos Temer e Bolsonaro caminharam nesse sentido: reforma trabalhista, reforma previdenciária, aprovação da Lei do Teto de Gastos, endurecimento de requisitos e "pente-fino" nos programas sociais, entre outras iniciativas de restrição de direitos. No polo oposto, partidos, sindicatos e movimentos sociais do campo popular priorizam a ampliação dos direitos de cidadania, a redução das desigualdades produzidas pelo mercado e a defesa de políticas públicas universais. Como mencionado anteriormente, as medidas de proteção ao trabalho, a política de valorização do salário-mínimo e a ampliação dos programas sociais avançaram nessa direção. No entanto, é inegável que, desde a virada ideacional de 2016, consolidou-se uma perspectiva fiscalista — primeiro com o Teto de Gastos, depois com o novo Arcabouço Fiscal — que restringe a capacidade de a gramática universalista e de direitos se traduzir em medidas concretas. Esse constitui hoje o principal desafio: superar a visão fiscalista que, em vez de fortalecer as capacidades fiscais do Estado, tem promovido essencialmente uma lógica de contenção de gastos.

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha em 2021, entre os países do G20, a segunda maior proporção (5,8%) de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, atrás apenas da Índia (12,9%). Quais medidas deveriam ser tomadas, nos próximos anos, para diminuir aquele percentual?

Antes de responder à pergunta, vale uma ressalva. Os indicadores usualmente considerados para analisar a situação de pobreza são,

em si mesmos, problemáticos. O Brasil não possui uma linha nacional de pobreza e utiliza diferentes referências, sobretudo as linhas de pobreza (LP) definidas pelo Banco Mundial (BM) para países de renda média-alta. Essa linha, mesmo após o aumento anunciado recentemente, é muito baixa. Ou seja, considera em situação de "não pobreza" a pessoas e famílias que estão claramente longe de usufruir de condições de bem-estar. Apenas dois exemplos para reforçar a argumentação: em 2024, na Argentina a pobreza medida pelo indicador nacional foi de 38,1%, enquanto pela linha do BM ficou em apenas 15,2%. No México, a diferença também é expressiva: 29,6% pelo indicador nacional contra 21,7% segundo a estimativa do BM. Em outras palavras, essa métrica subestima o limiar de superação da pobreza. Feita essa aclaração, cabe destacar que a chamada "pobreza monetária" depende da renda disponível das pessoas e famílias, que, por sua vez, está relacionada principalmente às rendas geradas no mercado (trabalho e capital), às transferências públicas, ao resultado da equação crédito-endividamento e à estrutura de gastos familiares. Assim, para melhorar a situação de "pobreza monetária" é necessário atuar sobre os fatores estruturais que impactam esses componentes. Do lado da geração de renda, isso implica ampliar o acesso ao mercado de trabalho, com melhores condições salariais, e expandir os programas de transferência, reduzindo condicionalidades e aumentando os valores dos auxílios. Ao mesmo tempo, é fundamental ampliar e qualificar a oferta de bens públicos (saúde, educação, creches, cuidados), além de baratear bens de consumo essenciais e serviços públicos. Esse ponto é extremamente importante em um país como o Brasil, com mercados muito concentrados e internacionalizados. O preço dos chamados "bens-salário" acaba dependendo das dinâmicas do mercado internacional, o que explica por que, mesmo sendo um dos principais produtores de alimentos do mundo, o país não consegue garantir alimentação barata para sua própria população. Os serviços públicos, por sua vez, permanecem excessivamente caros. Como explica a professora Lena Lavinas, priorizar apenas o componente monetário sem garantir e melhorar os bens públicos é funcional à

dinâmica da financeirização: as famílias recebem renda, mas precisam recorrer ao mercado privado para acessar aquilo que deveria ser assegurado como direito público. Nessa lógica, reforça-se a centralidade do mercado. A esse quadro soma-se outro elemento: os juros reais no Brasil (a taxa de juros descontada da inflação) estão entre os mais altos do mundo. Esse fator atenta contra a produção, favorece a especulação e aprofunda a financeirização. De fato, a professora Lavinas mostra que há, no Brasil, pobreza por endividamento. Em síntese, eliminar a pobreza monetária exige combinar medidas de "pré-distribuição" (que incidem sobre a distribuição primária de renda no mercado, antes da tributação) com medidas de redistribuição, realizadas via sistema fiscal e políticas sociais. Isso requer, tanto uma reforma do sistema tributário, avançando para uma estrutura mais progressiva e justa, como alterações na composição do gasto/investimento social.

A pobreza é um fenômeno de caráter multidimensional. É possível afirmar que há alguma dimensão da pobreza que seja preponderante no Brasil contemporâneo? Há um discurso em voga que sustenta que o que falta aos mais pobres são oportunidades econômicas, como se a partir do maior acesso a recursos financeiros as pessoas pudessem ter atendidas, no mercado, suas demandas por saúde, habitação, educação etc. Qual é a sua opinião a respeito disso?

A situação de pobreza é, efetivamente, multidimensional. Para além do acesso à renda, as condições de vida das pessoas estão diretamente relacionadas ao acesso a direitos fundamentais, entre os quais merecem destaque a moradia, o saneamento adequado, a educação, a saúde e o cuidado. Também é essencial considerar a dimensão "identitária" e o direito ao ócio e ao tempo livre como dimensões legítimas do bem-estar. Todas essas dimensões são igualmente relevantes. No que se refere à superação da pobreza mediante a garantia de "oportunidades", tudo depende do modo como entendemos esse conceito. Caso se trate de uma mudança estrutural que altere radicalmente

a forma de geração e distribuição dos ativos (das "oportunidades"), estou de acordo. No entanto, se for entendido como uma exaltação do indivíduo, destinada a ampliar graus de "escolha" para que cada um aproveite as "oportunidades" disponíveis no mercado, acho uma perspectiva limitada. As condições de vida não dependem apenas de "escolhas individuais", derivam de situações estruturais: da configuração da propriedade, da estrutura do equação capital-emprego, do sistema tributário, entre outros fatores. A teoria que mais reivindica a lógica das oportunidades, o capital humano, ignora justamente essas limitações estruturais. Por isso, a promoção da mercantilização das políticas sociais (a ideia de que cada pessoa deve "comprar" no mercado a satisfação de suas necessidades) exacerba os problemas. Em primeiro lugar, porque subestima os problemas históricos e estruturais do regime de acumulação no país: a profunda desigualdade no acesso a ativos, a segmentação do mercado de trabalho remunerado, as desigualdades territoriais e, um fator não menor, o racismo estrutural. Em segundo lugar, porque ao se valorizar o mercado como espaço privilegiado para a satisfação das "demandas" por serviços sociais, gera-se uma situação em que os direitos se convertem em mercadorias. O resultado é a intensificação da estratificação: cada pessoa passa a ter acesso ao bem-estar que pode pagar. Assim, ainda que no discurso se evoque um horizonte universalista, na prática consolida-se a segmentação social. Em terceiro lugar, porque esse processo conduz à financeirização da política social, como mencionado anteriormente: a renda é transferida às famílias, mas sua utilização é mediada pelo mercado e pelo sistema financeiro, reforçando desigualdades em vez de superá-las. Por fim, não se pode perder de vista uma dimensão fundamental: como afirma Nancy Fraser, a justiça social inclui tanto a "redistribuição" de recursos, como também o "reconhecimento", o direito a um status igualitário, a ser visto e tratado como um igual. E esse elemento e fundamental para todo mundo; mas, em particular, para mulheres, não brancos e minorias de diversos tipos. Em síntese, não vislumbro outro caminho senão a adoção de políticas universais assentadas em bens públicos, capazes

de articular redistribuição e reconhecimento e de constituir, efetivamente, uma base de cidadania igualitária

Mais de duas décadas após ter sido criado, e em que pese seu impacto na redução da pobreza já demonstrado por inúmeros estudos, o Programa Bolsa Família ainda é objeto de preconceito de parcelas da sociedade brasileira. Há quem entenda o programa como meramente assistencialista, porque manteria os beneficiários na pobreza e faria deles massa de manobra eleitoral. Qual é a sua avaliação a respeito desse tipo de visão sobre o Bolsa Família?

Efetivamente, o Programa Bolsa Família (PBF) tem sido objeto de críticas provenientes de diferentes setores. Criado em 2003, o programa passou por distintas etapas. Sua forma atual, resultado de medidas recentes do governo Lula, melhorou substancialmente o desenho institucional, ao aumentar os valores transferidos e incorporar uma "regra de transição" para famílias que ultrapassam o limite de renda, mas ainda necessitam do benefício. Na minha perspectiva, é incorreto afirmar que políticas de transferência mantêm as pessoas na pobreza ou desestimulam sua participação no mercado de trabalho remunerado. A maior parte das famílias "beneficiárias" possui algum tipo de inserção laboral, e o valor recebido funciona como complemento de renda, não como única fonte de sustento. Quanto ao suposto impacto eleitoral do PBF, trata-se de um questionamento desprovido de qualquer fundamento; uma crítica ideológica reacionária. No entanto, apesar de seus méritos para compensar carências imediatas e de seu caráter legal enquanto direito, o PBF é um programa focalizado, concebido para garantir renda de modo transitório, com condicionalidades bastante rígidas e, nesse sentido, assumem um caráter punitivo. Retomando as categorias de Wanderley Guilherme dos Santos, trata-se de uma política compensatória, e não emancipatória. Por isso, em vez de reduzir o programa, é necessário articulá-lo à Lei de Renda Básica, ampliando os recursos disponíveis, eliminando condicionalidades e corrigindo as "distorções" do critério de elegibilidade. Atualmente, muitas famílias em situação de

vulnerabilidade ficam de fora do programa por não se enquadrarem no limite de renda extremamente baixo para ingresso. Em suma, é fundamental pensar uma transição gradual para um sistema universal de reconhecimento de renda: sair de uma lógica assistencialista, transitória e *ex post*, para outra de caráter permanente, universal e baseada no reconhecimento de direitos. Não apenas por um princípio normativo; também por uma razão pragmática. Como demonstraram Korpi e Palme, no célebre "paradoxo da redistribuição", os programas universais não apenas melhoram a distribuição de renda, mas também criam coalizões de apoio mais amplas, envolvendo os setores médios, o que garante maior legitimidade política, financiamento estável e abrangência social.

A Cúpula dos Líderes do G20, realizada em 2024 no Rio de Janeiro, lançou por iniciativa do Brasil a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Contando com 82 países fundadores, além de dezenas de organizações internacionais, a Aliança tem como sua principal missão erradicar a fome e a pobreza até 2030, em conformidade com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Essa meta é factível? Como países e sociedades deveriam mobilizar-se para atingi-la?

É importante contextualizar. As declarações de organismos multilaterais podem ter relevância ao mobilizar atores, contribuir para a formação de consciência social sobre determinados temas ou estimular a captação de recursos. No entanto, as políticas públicas são formuladas e implementadas na orbita dos Estados (em diversas escalas). E diversos sistemas políticos processam demandas de formas distintas e respondem de modo variado às "questões socialmente problematizadas". Do ponto de vista técnico e financeiro, erradicar a fome e a pobreza monetária é totalmente factível. Vivemos em um mundo que gera cada vez mais riqueza, mas que não consegue garantir a segurança alimentar universal. Relatórios anuais da Oxfam mostram o crescimento da fortuna dos bilionários (pessoas que concentram patrimônios superiores a um bilhão de dólares) enquanto

persistem carências básicas para amplas parcelas da população. De fato, mesmo considerando uma linha de pobreza extremamente baixa, 10% da população mundial vive em situação de miséria. Nesse sentido, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada no âmbito do G20 em 2024 por iniciativa do presidente Lula, é relevante para aumentar a visibilidade do tema e promover compromissos internacionais. Todavia, os países precisam adotar políticas concretas que avancem nas direções já mencionadas: tanto no campo da redistribuição quanto no da pré-distribuição. No caso específico de países com vulnerabilidades estruturais, a iniciativa contempla propostas interessantes, tais como parcerias e novos mecanismos de financiamento. Entretanto, a experiência indica que esse tipo de iniciativas enfrenta frequentemente problemas de sustentabilidade e continuidade. Por isso, é necessário transformar as condições estruturais que reproduzem a pobreza: a configuração da propriedade, os mercados de trabalho, os sistemas tributários e os mecanismos de repartição da riqueza socialmente gerada, tanto na escala nacional quanto global. Ou seja, retomando a reflexão de Nancy Fraser, é preciso promover remédios transformadores, e não apenas reparadores.

O Brasil tem condições, hoje, de efetivamente implementar um programa de renda básica universal (RBU)?

A pergunta sobre as condições de possibilidade para implementar uma Renda Básica Universal (RBU) no Brasil pode ser dividida em duas dimensões diferentes. De um lado, a viabilidade financeira, a qual depende, fundamentalmente, do valor da transferência e da definição do público-alvo. É importante mencionar que uma RBU deve ser implementada sem desmontar a arquitetura de bem-estar já existente. Essa ressalva é crucial, pois há diferentes "projetos" de renda básica. Alguns setores, em particular ligados ao tecnocapitalismo ou a setores "libertários" de direita, defendem uma RBU associada ao desmonte do sistema de proteção social vigente. Trata-se, porém, de uma concepção distinta daquela que entende a RBU como um direito de cidadania universal, periódico e incondicional. Diversos estudos

já realizaram simulações sobre o impacto fiscal de uma RBU no Brasil, mostrando que o custo varia conforme o desenho do programa: valor da transferência, abrangência (toda a população ou apenas parte dela), se é de base individual ou familiar, entre outros aspectos. Apenas como exercício pouco fundamentado, se extrapolarmos o gasto atual do Bolsa Família (pouco mais de 1,5% do PIB) para o conjunto das cerca de 72 milhões de famílias brasileiras, chegaríamos a um custo aproximado de 6% do PIB. Esse valor, embora significativo, não parece exorbitante quando comparado a outras rubricas do orçamento. Por exemplo, o gasto em pagamento de juros e dívidas é do Estado brasileiro é de quase 8%. No entanto, o fator de possibilidade de uma RB não depende apenas dos recursos financeiros; deve-se considerar também a viabilidade política. Aqui residem os maiores desafios: a resistência de atores predominantes, a visão ortodoxa das elites econômicas, a aversão ao pagamento de impostos e a rejeição a políticas redistributivas, em particular, entre setores médio-altos e altos. Como defensor da RBU, considero que a questão central é a construção de uma coalizão ampla de apoio social e político que a viabilize. Para concluir, pulando do "pessimismo da razão para o otimismo da práxis", como recomendava Gramsci, é importante mencionar que, apesar das dificuldades, há experiências interessantes de RBU em escala local no Brasil e alguns atores políticos já se manifestaram publicamente em favor da proposta. O desafio é justamente ampliar essa base de apoio, transformando a RBU em uma agenda politicamente viável e legitimada socialmente.

Anete Brito Leal Ivo

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Que balanço pode ser feito das políticas públicas de combate à pobreza neste primeiro quartil do século XXI no Brasil?

As políticas sociais são mediações entre a economia e a política, visando a minimizar os efeitos adversos do mercado sobre as condições de trabalho e de vida dos cidadãos. São bens públicos destinados a assegurar o bem-estar e a segurança econômica, nas modernas sociedades capitalistas, como direitos da cidadania e supõem a institucionalização de vínculos patrimoniais entre o Estado e cidadania para a proteção social e envolve uma desmercantilização parcial de bens e serviços, que afirma o caráter público e a responsabilidade do Estado. No primeiro quartil do século XIX, as políticas públicas sociais, no Brasil, apresentam movimentos contraditórios de avanços e regressão. Nesse contexto, marcado pelos compromissos do Brasil com a Agenda de Luta Contra a Pobreza (os Objetivos do Milênio das Nações Unidas, 2000), os Programas de transferência de renda focalizados (PTR), como o Bolsa Família (PBF), avançaram e tornaram-se o eixo central da ação pública no atendimento às situações de vulnerabilidade extrema. Eles representam um encaminhamento liberal do estado social pró-pobres, paralelo ao pacto prevalecente da

Seguridade Social[1] da Constituição de 1988 e não se constituem em direitos. Desde 2015, no entanto, observa-se um movimento de maior regressão dos pilares institucionais dos direitos sociais via as reformas trabalhistas e da previdência e um desfinanciamento social do Estado, cujo marco decisivo foi a emenda constitucional n. 95, do teto de gastos, em 2016[2].

É correto imaginar que o Brasil permanece dividido entre dois projetos em relação à sua dívida social, um deles voltado à construção de um pacto civilizatório que viabilize de fato um Estado de Bem-Estar Social (EBS), conforme previsto na Constituição de 1988 e o outro voltado à mera gestão residual da pobreza extrema, no âmbito do Estado mínimo? Ou talvez tenhamos caminhado nos últimos anos a um patamar ainda mais reduzido?

Essa dupla perspectiva expressa a vigência de legados históricos contraditórios, resultantes de forças políticas e contextos distintos, no encaminhamento das políticas sociais: aquelas comprometidas com a implantação de um EBS, fundado na Seguridade Social (1088); e as reformas regressivas neoliberais, de desconstrução dos direitos sociais e limitação dos gastos públicos sociais. Nos primeiros anos desse século, a ação pública atuou de forma ambivalente, tanto na implementação dos componentes estratégicos dos PTRs, como no aumento progressivo do salário-mínimo e recuperação do emprego (especialmente no governo de Lula 2), que juntos resultaram na redução da pobreza e alteração inédita das desigualdades sociais, favorável aos estratos de renda mais baixa, pacificando o conflito redistributivo restrito à base da estrutura de renda. Caracteriza esse modelo um liberalismo social "pró pobres", associado à "escolha pública eficiente", pela eficácia do controle da focalização e do gasto público

[1] Composta pelas políticas sociais de previdência social, assistência social e saúde.

[2] A Emenda Constitucional do teto de gastos (aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 2016) constrange a execução das políticas sociais, na medida em que condiciona a ampliação de gastos sociais à inflação do ano anterior, nos próximos 20 anos.

nos mínimos sociais. A radicalização desse processo, a partir de 2015, apresenta processos regressivos que envolveram graves conflitos institucionais, das forças conservadoras pelo controle do governo, chegando a ameaçar a vigência democrática. Portanto, o que tem sido questionado no tempo presente é uma tendência a um patamar mais restritivo, inclusive das políticas sociais liberais, constrangidas pelo ajuste fiscal e o teto de gastos, num ambiente de radicalização de um ultraliberalismo autoritário.

De acordo com o IBGE, o Brasil tinha, em 2021, entre os países do G20, a segunda maior proporção (5,8%) de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, atrás, apenas, da Índia (12,9%). Quais as medidas que deveriam ser tomadas, nos próximos anos, para diminuir aquele percentual?

A pobreza é um fenômeno estrutural e cíclico, inerente ao capitalismo, associado à matriz das desigualdades sociais, que, nas sociedades de capitalismo periférico, como o Brasil, pressionam para o rebaixamento do valor do trabalho. No Brasil, a persistência estrutural da pobreza resulta de uma matriz social altamente concentradora de renda, resultado de um legado colonial de relações patrimoniais entre o Estado e as oligarquias e de um passado escravista. Ademais, no Brasil, a estrutura do mercado de trabalho mantém cerca de 60% dos trabalhadores fora da garantia de direitos previdenciários, sobrevivendo em condições de vulnerabilidade extrema. A segmentação da proteção, restrita ao emprego formal, produz um imenso contingente de trabalhadores e suas famílias fora da proteção, demandantes da atenção pública. A convergência perversa dessas dinâmicas modela um conflito redistributivo restrito às classes de rendas mais baixas, enquanto se expande a concentração da renda por mecanismos de transferência de renda aos extremamente ricos, na forma de concessões, isenções fiscais, perdão de dívidas etc. É difícil falar sobre medidas futuras, vez que elas dependem internamente do avanço de forças políticas da vida democrática, e, no âmbito internacional, da radicalização do conflito redistributivo implementado pelas grandes

agências internacionais no interesse das grandes corporações econômicas e financeiras.

A pobreza é um fenômeno de caráter multidimensional. É possível afirmar que há alguma dimensão da pobreza que seja preponderante no Brasil contemporâneo? Há um discurso em voga que sustenta que o que falta aos mais pobres são oportunidades econômicas, como se a partir do maior acesso a recursos financeiros as pessoas pudessem ter atendidas, no mercado, suas demandas por saúde, habitação, educação etc. Qual a sua opinião a este respeito?

Temos aqui muitas questões. Embora seja um fenômeno estrutural do capitalismo, a pobreza é multidimensional e ultrapassa a dimensão exclusivamente econômica da renda. Resulta de opções políticas e tem marcas culturais, constituindo-se num fenômeno relativo, de como se distribui a renda e o poder num país. A convergência entre fatores econômicos e os processos de dominação e discriminação sociocultural, resultado do legado colonial do escravista, no Brasil, agrava particularmente os grupos de mulheres negras e jovens negros no mercado de trabalho, moradores das áreas periféricas, no Brasil. A narrativa das oportunidades baseia-se na teoria do capital humano e se constitui na saída liberal das pessoas alcançarem a autonomia e liberdade via acesso a serviços de educação e saúde, mediante a mobilização dos próprios pobres no provimento da renda. Ela desloca a responsabilidade pela superação da pobreza para os próprios pobres e fomenta, dessa perspectiva, um ativismo das camadas populares pela via do empreendedorismo, via o mercado. Mas o mercado não produz justiça social e sim consumidores. Há, portanto, uma contradição intrínseca a essa alternativa vez que o empreendedorismo popular dinamiza o mercado pelo estímulo ao consumo das famílias, mas reproduz ao mesmo tempo a pobreza, via endividamento crescente, reproduzindo uma "injustiça distributiva" e um fetichismo do mercado que afeta desigualmente as camadas populares.

Mais de duas décadas após ter sido criado, e em que pese seu impacto na redução da pobreza já demonstrado por inúmeros estudos, o PBF ainda é objeto de preconceitos de parcelas da sociedade brasileira. Há quem entenda o programa como meramente assistencialista porque manteria os beneficiários na pobreza e faria deles massa de manobra eleitoral. Qual a sua avaliação a respeito desse tipo de visão sobre o Bolsa Família?

É fato incontestável o aperfeiçoamento do PBF, quanto ao aumento da população beneficiada e aos valores transferidos, que resultaram na redução da pobreza e da fome, pelo alívio do orçamento doméstico das famílias em condições de extrema pobreza. Esses programas seguem um novo paradigma "maximin" de justiça[3], que supõe a ampliação de oportunidades do mercado com garantia mínima de condiciones de vida para as pessoas com menores renda. Em que pesem esses ganhos, o PBF distingue-se da titularidade de direito básico constitucional atribuído aos incluídos na Previdência Rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). A ação focalizada rompe as relações estruturais entre pobreza/trabalho e proteção e encaminha a questão social pelo tratamento estratégico de combate à pobreza dos mais pobres, como opção de governos e não como política de Estado. Nem por isso pode-se considerar o programa como de natureza assistencialista, ou seja, orientado por práticas clientelistas do favor e/ou pela benemerência. Eles se instituíram e consolidaram como serviços públicos no provimento de renda para a população vulnerável. Estudos e auditorias mostram que não existe uma funcionalidade eleitoreira inerente à operacionalidade do programa, embora eles não estejam isentos de usos secundários na disputa eleitoral ou na apropriação pelas elites locais. Essas ingerências não orientam as práticas operativas e técnicas do programa. O esforço seria fazê-lo evoluir na garantia de direitos, na efetivação do Programa de Renda Básica, já existente, fora das pressões do ajuste do gasto social.

[3] Ver Ivo, 2016.

A Cúpula dos líderes do G20, realizada em 2024, no Rio de Janeiro, lançou, por iniciativa do Brasil, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Contando com 82 países fundadores, além de dezenas de organizações internacionais, a Aliança tem como sua principal missão erradicar a fome e a pobreza até 2030, em conformidade com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Essa meta é factível? Como países e sociedades deveriam mobilizar-se para atingi-los?

Não conheço os termos dessa Aliança lançada pelo Brasil no G20, em 2024. Então vou considerar, apenas, alguns aspectos. O primeiro, diz respeito a uma reafirmação de legitimidade do Brasil, no âmbito internacional, alcançada desde os resultados no contexto dos Objetivos do Milênio, de 2000, e reativada agora, simbolicamente, quando o Brasil saiu do mapa da fome da ONU. Essa liderança pode colaborar para reforçar a legitimidade do governo, no âmbito internacional, quando, internamente, ele (Lula 3) enfrenta um declínio junto à opinião pública. No entanto, o fenômeno da pobreza é eminentemente político, e resulta da forma como as classes econômicas se organizam no interior do aparelho de Estado para atenuar as crises do capitalismo e da natureza das opções do desenvolvimento. O contexto presente mostra uma sociedade altamente polarizada com a ascensão de uma direita radical, que vem atuando na desconstrução das instituições democráticas. Ademais, a economia brasileira baseada na produção de *commodities* produz dependência externa, e pressiona internamente para a alta dos preços de alimentos, o que dificulta a reprodução das famílias. A hegemonia de setores conservadores e a modesta distribuição de renda em favor dos mais pobres mostram a magnitude do desafio a enfrenar no que se refere à Agenda 2030.

O Brasil tem condições hoje de efetivamente implementar um programa de renda básica universal (RBU)?

A Renda de Cidadania (RC) constitui-se uma prestação garantida pelo Estado a todos os cidadãos, com ou sem exigência de contrapartidas.

Pode se constituir tanto como um *direito incondicional universal* de garantia de renda, independente de condicionalidades; ou um imposto negativo, ou seja, um *direito* que corresponde a um *dever*, no paradigma do contrato. Portanto, não existe acordo teórico sobre a Renda Básica Universal, sendo igualmente alvo de críticas tanto da *esquerda* (pelo risco de recair numa reforma liberal ou na redução da renda geral do trabalho); como pelos dos *neoliberais* (pelo temor da ampliação socializante e redistributiva do fundo público, desfocada daqueles que mais precisam). A RBU foi instituída no Brasil em 2004 e foi imediatamente sobreposta pela legislação que criou o Programa Bolsa Família, o que mostrava, já naquela época, dificuldades políticas na sua implementação. Entre essas, destacam-se: o aporte financeiro para apoiar essa iniciativa pública tão ampla; um eventual efeito indesejável de rebaixamento da renda e desestimulo à inserção social pelo trabalho; e, ainda, a complexidade da sua gestão, de uma perspectiva universal. Da mesma forma como argumentei na pergunta anterior, diante da ascensão de setores ultraliberais e antirrepublicanos da direita, os desafios são imensos e requerem maior vigilância, de eventuais processos internos de filtragem regressiva que possa reconverter o princípio do direito universal da cidadania à renda em saídas disciplinadoras de um *workfare*[4].

[4] Um sistema alternativo governado por uma ótica de ativação para o trabalho, submetido a ações disciplinares e punitivas baseadas na contrapartida dos beneficiários.

Referências

Ivo, Anete (2016). Bolsa Família: el paradigma “maximin” de justicia social. Em *La Reforma Social en América Latina en la encrucijada*. Buenos Aires: CLACSO.

(14)
ELITES ECONÔMICAS

Paulo Roberto Neves Costa

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto brasileiro aumentou significativamente entre as décadas de 1950 e 1970, tendo atingido o pico de 21,8% em 1985. Desde então, há uma tendência de queda, chegando a 11,4% em 2015 e 10,8% em 2024, segundo o IBGE. Qual foi a consequência disso na composição das elites econômicas do país?

A expressão "elites econômicas" contempla altos dirigentes tanto das grandes empresas quanto das mais importantes entidades de representação, sindicais ou associativas, dos diversos setores das atividades empresariais. São duas frentes da "elite" do empresariado, cuja composição é fruto de complexos e interligados fatores que ultrapassam a dinâmica estritamente econômica. Os anos 1980 coincidem com a retomada da democracia. Assim, a composição das elites do empresariado foi impactada não só por novos arranjos e desafios gerenciais e econômicos, mas sobretudo pela complexidade dos processos políticos nas democracias. Isso exigiu que as elites do empresariado se ajustassem, se educassem e desenvolvessem novas habilidades, particularmente em um contexto com fortes turbulências políticas e institucionais.

O agronegócio de exportação é hoje um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira, responsável inclusive por sucessivos superávits da balança comercial do país com o mundo. Porém, se por um lado o agronegócio aumenta a cada ano aumenta suas exportações para a China, por outro ele é ideologicamente de direita. A maior parte do setor apoiou a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e tem nos Estados Unidos uma espécie de referência de sociedade e de economia. Como você vê essa (aparente) contradição?

A contradição talvez não seja o critério mais adequado para se pensar a relação entre estratégia de negócios e posicionamento ideológico. O desafio, para atores e analistas, é reconhecer que, mesmo quando se visa pragmatismo nos negócios, sempre há uma dimensão normativa, mesmo que mal fundamentada. Às vezes se toma como "ideologia" apenas a posição daqueles com quem se diverge. Mesmo que seja intuitivo, ou até verificável, que este setor esteja mais associado à direita, faltam estudos mais detalhados sobre as nuances e fundamentos das atitudes políticas deste setor. O posicionamento à direita faz parte das democracias e é algo distinto de ser antidemocrático, antipolítica ou dar suporte a golpes. E os acontecimentos recentes, nacionais e internacionais, são uma oportunidade para este e outros setores aperfeiçoem seus modelos e critérios de avaliação em relação tanto aos negócios, quanto à política.

Qual é a sua avaliação sobre a trajetória do associativismo empresarial brasileiro neste quarto de século, dos anos 2000 até hoje?

O "associativismo" remete tanto às associações quanto às entidades sindicais, antigas e novas. O uso de "corporativismo" como algo associado a sindicalismo controlado pelo Estado ou a interesses particulares e mesquinhos não mais faz sentido, assim como a contraposição entre formas sindicais e pluralismo ou a exclusiva associação deste com as formas associativas. Todas as entidades podem ser consideradas associativas ou corporativas quando representam segmentos econômicos e sociais dentro das leis vigentes e das regras do

jogo democrático. A expansão, a profissionalização e o incremento institucional dessas entidades fazem parte das transformações na economia e do avanço da democracia desde o final do século XX, e ilustram o processo de aceitação, aproximação, convivência e educação cívica dessas entidades, o que pode torná-las efetivas bases sociais de sustentação e fortalecimento da democracia.

Em que medida a crescente financeirização da economia brasileira, em especial o mecanismo de financiamento privado da dívida pública ocorrido nas últimas décadas, mantido a taxas de juros das mais altas do mundo, tem impactado a atividade empresarial no país?

Dos anos 2000 até os dias de hoje, a financeirização pode ser tida mais como "linguagem financeira" e um tipo de "governança corporativa", difundidas pelos "*opinion makers*", que recorrem a um "fatalismo do provável" (Bourdieu) para se sustentarem (Grün, 2005). Essa forma de governança é partilhada pelos empresários e interessa principalmente a uma "elite financeira" (Cruz, Neto e Donadone, 2024). Enfim, há interesses na reprodução e complexificação deste tipo gestão empresarial, fortemente apoiada pela imprensa especializada, pelo Executivo e pelo Legislativo. Mais uma vez, a questão da "ideologia": a ideia de que só aqueles com quem se discorda são "ideológicos" dificulta o surgimento de alternativas de relação entre setores financeiros nacionais e internacionais, Estado e novas formas de apoio financeiro às empresas, que ao menos contemplem alguma forma de desconcentração da renda.

Há possibilidade, na sua opinião, para se pensar em projeto nacional de desenvolvimento nos dias de hoje no Brasil? Um governo progressista poderia ter no grande empresariado nacional um parceiro para a realização daquele objetivo, como tantos defenderam no passado?

O desafio é conseguir ações coordenadas nos dois lados da equação governo-empresários, capazes de ir além de discursos e apoios

genéricos a esse projeto. No governo, implica um arranjo de forças que vão das instâncias e autoridades políticas eleitorais, como o Congresso Nacional e os governadores, até outros níveis do Estado: Judiciário, Ministério Público, Receita Federal etc. Dos empresários, exigiria ir além de requentar discursos do passado e se dispor a assumir um efetivo protagonismo. E o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas nesse projeto teria que ser uma realidade, dada a importância que têm na contemplação do terceiro fator desta equação, fundamental para alterar a desigualdade social: trabalhadores e consumidores. E tudo isso implicando não apenas na preservação, mas no aperfeiçoamento da democracia. Talvez, a expansão de organizações que visam construir um novo tipo de capitalismo mais "consciente" possa contribuir para que esse sonho se torne realidade.

Em que medida o Brasil pode beneficiar-se da disputa global travada atualmente por Estados Unidos e China para (re)industrializar-se e eventualmente dar um novo salto desenvolvimentista? Qual seria a importância, num hipotético cenário destes, da maior integração produtiva e infraestrutural do país com as demais nações da América Latina?

Intensificar as relações com a China faz sentido se implicar mais do que a troca de quem ocupa a condição de parceiro do qual se depende e faça parte de uma expansão e diversificação tanto de produtos, não apenas industriais, quanto de mercados. De novo, se implicar distribuição da renda e expansão do mercado interno, um projeto desenvolvimentista teria mais chances de se tornar uma realidade sustentável. A intensificação de um protagonismo do Brasil nesse tipo de integração na América Latina, através de fórmulas que não repitam em escala local a lógica usada pelos EUA, deve se dar até mesmo em função da ação da China em expandir sua presença na região. Por mais romântica que seja, há a possibilidade de promover relações baseadas mais em cooperação do que em predação, destruição do meio ambiente e fragilização da democracia.

Referências

Cruz, Wilton V. G. da; Neto, Mário S. e Donadone, Júlio C. (2024). O papel do Estado na financeirização: a expansão dos fundos de investimentos no Brasil. *Revista de Sociologia e Política, 32*.

Grün, Roberto (2005). Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *RBCS, 20*(58), junho.

(15)

SAÚDE PÚBLICA

José Carvalho de Noronha

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador adjunto da iniciativa de Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro "Brasil Saúde Amanhã" da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Em 2025 o Sistema Único de Saúde (SUS) completa trinta e seis anos de existência. Atuando nos três níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária), o sistema é descentralizado, municipalizado e participativo, e tem por objetivo garantir o direito à saúde para toda a população. Após estas quase quatro décadas de existência, que balanço pode ser feito do SUS hoje? Quais são seus maiores êxitos e quais são seus principais desafios?

O SUS, criado pela Constituição de 1988, consolidou-se como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Seu principal êxito foi a universalização do direito à saúde, assegurando acesso a toda população, independentemente de contribuição a um seguro social. Destaca-se também a descentralização e a coordenação federativa entre União, Estados e Municípios, com pactuação que estruturou redes de atenção nos três níveis de cuidado. Outro avanço essencial foi a criação de mecanismos de participação e controle social, que garantem transparência e legitimidade ao sistema. Contudo, persiste o desafio do subfinanciamento público crônico, que compromete a oferta e gera desigualdades regionais. A cooperação federativa ainda

enfrenta tensões, muitas vezes substituída por competição por recursos. Soma-se a disputa com o setor privado de planos de saúde, que absorve recursos e profissionais, aprofundando a estratificação por renda no acesso e qualidade dos serviços.

O Brasil foi um dos recordistas em número de vítimas fatais pela pandemia do Covid-19, com quase 40 milhões de casos confirmados e mais de 700 mil mortos. Negacionismo por parte de algumas autoridades, crise sanitária e colapso hospitalar e funerário (como no caso da cidade de Manaus, por exemplo), bem como uma série de consequências negativas na economia, na sociedade e na vida cotidiana são algumas das lembranças daquele período tão difícil. O que o país (poder público, comunidade científica e sociedade civil) aprenderam daquele episódio?

Ficou clara a necessidade de combater com firmeza a disseminação de informações falsas, pois autoridades que estimularam a desconfiança em medidas como o isolamento social agravaram os impactos. A resistência organizada ao negacionismo mostrou-se vital para proteger vidas. Também se evidenciou a urgência de garantir autonomia na produção de vacinas e equipamentos, já que o país não pode depender totalmente de cadeias globais em momentos críticos, sendo fundamental fortalecer os centros de pesquisa nacionais. Outro aprendizado foi que o Estado pode agir rapidamente na mobilização de recursos, e que o suporte emergencial à saúde, à economia e às famílias é exequível quando há vontade política, como se demonstrou durante a pandemia. Nesse processo, o Sistema Único de Saúde se reafirmou como eixo central da resposta. Ao mesmo tempo, a crise reforçou a importância de campanhas públicas de comunicação de massa, pois apenas informações claras e baseadas na ciência conseguem orientar comportamentos coletivos adequados em situações de emergência. Em síntese, o aprendizado central é que crises sanitárias exigem ciência valorizada, Estado ativo e uma sociedade bem-informada.

Neste ano o Brasil comemorou, uma vez mais, a saída do Mapa da Fome, mas 35 milhões de pessoas ainda vivem em situação de insegurança alimentar, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Qual é, em linhas gerais, o panorama da alimentação e da nutrição no Brasil nos dias de hoje? Quais são os principais desafios do país em termos de segurança e soberania alimentar atualmente?

O quadro revela avanços no combate à fome extrema, mas persistem desafios estruturais. A desigualdade social e regional mantém a fome mais intensa nas periferias urbanas, no semiárido e em comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, cresce o consumo de ultraprocessados e diminuem frutas e verduras na dieta, elevando os casos de obesidade e doenças crônicas. O país, embora seja grande exportador de *commodities*, ainda apresenta vulnerabilidades na produção de alimentos básicos para o consumo interno, com cadeias concentradas. As mudanças climáticas, com secas e enchentes, agravam a instabilidade na produção, sobretudo da agricultura familiar. Esta, por sua vez, carece de crédito, assistência técnica e apoio a mercados institucionais. Outro desafio central é promover a agroecologia e ampliar a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis. Soma-se a isso a necessidade de campanhas permanentes de educação alimentar e nutricional, para conscientizar a população. Assim, o país precisa consolidar políticas que garantam acesso, qualidade e soberania alimentar para todos.

Qual é a sua avaliação sobre o mercado de operadoras de planos de saúde no Brasil e sobre a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)?

O mercado de planos de saúde no Brasil é um dos principais obstáculos ao fortalecimento do SUS, apesar de seu peso econômico e social. Hoje, cerca de 25% da população é beneficiária desses planos, majoritariamente das camadas de maior renda, o que aprofunda a estratificação da oferta de serviços e profissionais de saúde. Como esses

serviços privados são mais bem remunerados, geram desigualdade no acesso e na qualidade entre usuários do SUS e do setor suplementar. Além disso, os planos competem por recursos públicos por meio de benefícios tributários que poderiam reforçar o financiamento do sistema universal. O processo crescente de financeirização intensifica a lógica de busca de retorno, levando à seleção de clientela e ao uso do SUS como resseguro para procedimentos de alto custo. Nesse contexto, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem méritos na regulação setorial, mas seu problema central é reforçar o hibridismo do sistema. Em vez de reduzir desigualdades, a ANS acaba legitimando uma segmentação que fragiliza a consolidação do SUS.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) o país voltou, em 2024, a estar entre os 20 países com mais crianças não vacinadas no mundo. Atualmente mais de 229 mil crianças brasileiras estão vulneráveis a doenças evitáveis. Segundo o DataSUS, entre 2012 e 2022 a cobertura vacinal para a poliomielite, por exemplo, caiu de 96,5% para 77%, enquanto o sarampo, que havia sido oficialmente eliminado no país em 2016, teve uma cobertura vacinal de apenas 53% em 2022. Por que esse fenômeno tem acontecido e como ele pode ser revertido?

A queda da cobertura vacinal no Brasil até 2022 deveu-se em grande parte à presença, nos governos do período, de lideranças antivacina que desestimularam a imunização, além da redução de esforços para dar sustentabilidade ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), o que levou inclusive à falta de vacinas em algumas localidades. Esse contexto abriu espaço para a desinformação e fez ressurgir doenças antes controladas, como o sarampo. Entretanto, o problema começa a ser revertido com a retomada de campanhas nacionais, a recomposição de estoques e o fortalecimento do PNI. Dados recentes apontam melhora: em 2023 a cobertura da poliomielite subiu para cerca de 84% e a da vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) para mais de 80%, tendência de recuperação confirmada em 2024.

O relatório da OMS é de 2024, mas os dados são do período anterior. Ainda aquém da meta de 95%, esses números mostram que a reversão é possível com campanhas amplas de mobilização, garantia de insumos e combate ativo à desinformação.

Qual é o panorama atual da saúde no Brasil em relação especificamente à atuação dos agentes comunitários de atenção primária à saúde e à distribuição de médicos pelo território nacional, aí consideradas principalmente as periferias das grandes metrópoles, as pequenas cidades do interior e as regiões mais remotas e de mais difícil acesso do país?

Os agentes comunitários de saúde (ACS) são mais de 260 mil profissionais, cobrindo aproximadamente 130 milhões de pessoas em todo o Brasil. Estão presentes em quase todos os municípios, integrados a mais de 50 mil equipes de Saúde da Família, e desempenham papel decisivo nas periferias urbanas, acompanhando famílias em territórios de alta vulnerabilidade. No interior, tornam-se o elo fundamental entre a população e o sistema de saúde, garantindo acompanhamento regular em localidades que muitas vezes não contam com hospitais estruturados. Em regiões remotas, como a Amazônia, atuam junto a comunidades ribeirinhas e indígenas, muitas vezes em parceria com equipes fluviais ou de saúde indígena. No Semiárido nordestino, são essenciais no monitoramento de doenças endêmicas e na promoção da saúde em áreas rurais dispersas. Sua proximidade com as famílias permite detectar precocemente problemas, promover vacinação e reduzir internações desnecessárias. Em contraste, a distribuição de médicos — sobretudo especialistas — é fortemente desigual, com concentração em capitais e metrópoles e ausência em cidades pequenas e áreas isoladas. Por isso, os ACS sustentam a base comunitária do SUS e são peça-chave para reduzir desigualdades regionais e garantir o direito universal à saúde. E programas como o Mais Médicos e Agora tem especialistas foram e estão sendo desenvolvidos em um esforço para melhorar a distribuição desses

profissionais. Também a expansão da telemedicina tem dado mais suporte aos profissionais que trabalham em áreas remotas.

(16)

EDUCAÇÃO

Nora Krawczyk

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora da Faculdade de Educação da mesma universidade.

Qual é o cenário, em linhas gerais, da educação no Brasil hoje? Quais seriam, resumidamente, os principais dilemas e desafios a serem enfrentados pelo país nos próximos anos?

A luta pelo direito à educação é hoje, pelo menos no Brasil, muito mais complexa do que o cumprimento garantido por lei de acesso e permanência à educação básica, isto não significa de maneira alguma despreciar a importância do acesso, permanência e conclusão da educação básica, mas se precisa debater as políticas que em nome do direito à educação e da igualdade, elas estão ao serviço dos interesses ideológicos e mercadológicos das grandes corporações, que hoje representam os interesses internacionais do capital. Hoje estamos frente a um momento que se configura por várias crises interdependentes, que nos apresenta um cenário bastante complexo e difícil na luta pelo direito à educação, entendida como a luta por uma educação emancipadora da juventude trabalhadora, sujeitos da escola pública no Brasil. Estamos frente a uma crise política no Brasil talvez sem precedente em regime democrático. Se expressa, entre outras coisas, que um governo de centro-esquerda, no qual muitos de nós colocamos as nossas expectativas, esteja participando de políticas econômicas e educacionais bastante contraditórias.

E um Congresso majoritariamente de direita e extrema-direita, além de profundamente conservador e corrupto. Temos uma crise ideológica extremadamente delicada com uma tendência em claro crescimento de um mundo ocidental conservador (tanto social, quanto econômico e educacional). No Brasil, essas forças conservadoras estão dominando os espaços democráticos (legislativos e em muitos estados executivos) e lutando pela construção de sua hegemonia política. Temos uma crise econômica consequência de que o sistema capitalista está numa fase profundamente excludente, resposta à crise dos anos 1970 de diminuição da taxa de lucro do capital em que passa a se investir em diferentes formas de financeirização das políticas econômicas e sociais e de desenvolvimento tecnológico para substituir os trabalhadores e mudar as relações sociais. A mudanças das formas tradicionais de inserção no mundo do trabalho da classe trabalhadora, além de ser o "ganha pão", era um importante espaço de socialização e construção de uma identidade coletiva de classe. Sendo agora substituída pela ideia do empreendedorismo. Uma crise climática e sanitária produzida por uma devastação ambiental de grandes corporações em todos os setores (da agricultura à indústria; do comercio e do sistema de transporte). É seguramente outras tantas poderíamos enumerar.

E como todo isto tem afetado a educação no Brasil?

No Brasil, neste primeiro quartel do século XXI, forças conservadoras vêm ocupando de forma significativa os espaços democráticos, empenhando-se na construção de sua hegemonia política e cultural de várias maneiras, mas a mais importante é o avanço do pensamento conservador na educação. A partir de 2016, com o *impeachment* da presidente, o Brasil vive um forte enfrentamento ao caráter cultural e científico da escola pública. Movimentos reacionários começaram a atacar a comunidade escolar, tais como o Movimento Escola sem Partido, que se espalhou para outros países latino-americanos, como o caso do Peru e Uruguai. Assim a escola passou a vivenciar situações

de ataque à educação democrática e de disputa cultural através do currículo que remontam há quase 100 anos atrás.

O conservadorismo, que tem conquistado cada vez mais poder no legislativo e penetrado na sociedade, revela-se na denúncia a professores porque ensinam educação sexual nas aulas de Biologia, ou marxismo nas aulas de Filosofia. Escolas são denunciadas porque utilizam livros que retratam aspectos da cultura africana ou por discorrer sobre diversidade cultural do Brasil. Mas, também se revela na reforma do ensino médio aprovada em 2016, quando em meio à crise de governabilidade da presidenta Dilma Rousseff, o golpe parlamentar obteve sucesso e empossou Michel Temer na presidência da república. O clima político, após o golpe, permitiu, por meio da "doutrina do choque" a imposição de uma reforma rejeitada pela maioria dos movimentos vinculados à defesa do direito à educação e apoiada pelos institutos, fundações e movimentos que representam o capital. Essa articulação e indução empresarial foram claras e pretendiam uma mudança sistêmica, profunda e rápida na construção de um projeto de educação pública para a juventude brasileira. A indução dessa articulação na reforma do ensino médio possui um traço significativo pela forma autoritária como foi imposta pelo governo pós-golpe e no apoio e na influência dos atores do empresariado nessa proposta.

Qual é a sua avaliação especificamente sobre o ensino médio no país na atualidade?

O neoliberalismo no Brasil consolidou-se ao longo da década de 1990 como uma estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados. Um marco desse período foi a ampla reforma do aparelho do Estado, baseada no modelo da Nova Gestão Pública. A reforma do Estado, fortemente orientada por interesses do capital financeiro internacional e nacional, influenciou de maneira decisiva a conformação das políticas educacionais. Mesmo diante de avanços em termos de ampliação do acesso à educação e valorização de políticas

redistributivas durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o ideário gerencialista permaneceu como eixo estruturante das reformas educacionais. Do conteúdo à forma, a influência empresarial alcançou diversos aspectos da escola pública através da reforma de ensino médio. Em primeiro lugar é importante afirmar que a reforma do ensino médio em curso não é só uma reforma curricular, como muitas vezes se intenta mostrar, ela envolve todas as dimensões que constroem a educação escolar e, por tanto impacta a formação dos estudantes, a organização do trabalho pedagógico, as condições de trabalho e a gestão escolar, a autonomia escolar, entre outros. O problema da reforma do ensino médio no Brasil é estrutural: ela é incompatível com a realidade educacional brasileira e não corresponde às necessidades e direitos educacionais da juventude. O modelo precariza a formação básica científica e cultural e limita a perspectiva crítica da educação ao privilegiar o caráter utilitarista. Além de não resolver os já conhecidos problemas, está produzindo algo mais grave, que é o empobrecimento da formação da juventude com a diminuição das horas para formação geral básica de 2.400 para 1.800, excluindo disciplinas fundamentais, tais como biologia, física, filosofia, história, geografia, química, sociologia etc. A reforma curricular, coloca o Ensino Médio a serviço da produção de sujeitos técnica e subjetivamente preparados do ponto de vista instrumental, tendo em vista os interesses do capital. Ao mesmo tempo, amplia-se a penetração de ideias neoliberais na formação dos estudantes. Temas como o do empreendedorismo passam ase fazer presentes nos diferentes documentos e projetos formativos.

Como afetou a reforma do ensino médio no trabalho docente?

A Lei que deu origem à reforma de ensino médio em nome da flexibilização, desregulamentou o tempo escolar, a organização e conteúdo curricular, o oferecimento do serviço educativo (parcerias), a profissão docente e a responsabilidade da União e dos estados, promovendo diversos processos de privatização. Isto criou possibilidades para mudanças importantes na carreira e a precarização do trabalho

docente que se expressa de diferentes formas. Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, que é a rede que tenho pesquisado, se instituiu um no plano de carreira para o Quadro do Magistério que altera as formas de contratação, carreira, vencimentos e jornada de trabalho dos profissionais da educação, entre outros. Essa 'nova carreira', por exemplo, substitui o salário por subsídios, desregulamentar a remuneração e uma nova forma de conquistar a estabilidade com avaliação de desempenho, competências e habilidades e cursos de formação. O plano atual diferencia-se dos planos de carreira anteriores, pois deixam para ser regulamentadas várias questões importantes, tais como concessão ou sensação de gratificações, através de decretos expedidos pelo Secretário de Educação. Isso permite uma maior liberdade para ajustes, segundo a política da gestão estadual em exercício, ficando, portanto, os docentes mais vulneráveis, especialmente em contextos de crise, como o atual. A reforma do Ensino Médio e o novo Plano de Carreira do Magistério têm em comum a expressão de valores e práticas empresariais que promovem a flexibilização nas relações de trabalho e a forte diminuição dos direitos historicamente adquiridos pela categoria. O propósito e o alcance do Novo Plano de Carreira do Magistério, assim como as mudanças que trouxe a reforma de Ensino Médio em curso no Brasil, só podem ser compreendidos no marco mais amplo de reformas políticas, laborais e de seguridade social, iniciadas em 2016. A Lei que deu origem à reforma do ensino médio promoveu também a adoção do Ensino a Distância (EaD) e o fortalecimento das empresas de tecnologia educacional (Edtech) no espaço público escolar o que afetou enormemente o trabalho docente.

Como você avalia o financiamento da educação pública no país num cenário de permanentes restrições orçamentárias e reiteradas iniciativas de ajuste fiscal?

A valorização da educação e a importância de seu financiamento público teve dois momentos relativamente recentes bastante importantes. A Constituição Federal promulgada em 1988 consolidou

a vinculação constitucional pela qual União deve aplicar no mínimo 18% da receita de impostos em educação, estados e municípios 25%. Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reforçou-se o direito à educação básica obrigatória, o que reforço a responsabilidade do Estado. Logo se criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF, que é um mecanismo de financiamento da educação básica, que obriga a redistribuir recursos do ensino fundamental entre estados e municípios, reduzindo desigualdades. Foi substituído em 2007 pelo Fundeb, abrangendo toda a educação básica. Nas últimas décadas um ponto importante de luta dos setores progressista tem sido transformar o indicador custo aluno do Fundeb, que mede quanto o poder público gasta que rege o Fundeb, pelo O Custo Aluno-Qualidade (CAQ). É um indicador desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para estimar quanto o poder público deve investir por aluno para garantir uma educação básica pública de qualidade, conforme definido pela Constituição Federal e pela LDB. Estas foram conquistas importantes que sistematicamente são questionadas por determinados setores que querem reduzir o chamado "gasto público". Atualmente, há pressões fiscais (teto de gastos, arcabouço fiscal) que impactam a capacidade de expansão do financiamento. Ainda hoje, a disputa central gira em torno de garantir mais recursos, melhor distribuição e maior equidade regional. Desde a retomada do poder pela ofensiva neoliberal com o Golpe Parlamentar de 2016, o Brasil sofreu uma série de reformas administrativas que prejudicam a classe trabalhadora, tais como a Reforma Trabalhista e a do Ensino Médio.

Qual tem sido o impacto do uso de tecnologias digitais na educação brasileira e quais são as perspectivas disso para os próximos anos? Como essa questão se relaciona com o direito à educação?

Nos últimos anos a escola brasileira, principalmente no ensino médio, está vivenciando um processo de plataformização da educação, fortemente induzido pelos organismos internacionais e pelas

empresas de tecnologia em educação. O uso de plataformas digitais na educação vem se intensificando desde a crise pandêmica (2020-2021), ressignificando o papel das tecnologias e promovendo mudanças significativas no trabalho docente, nas formas de ensinar e aprender, bem como na concepção e na condução da gestão escolar, facilitando o controle externo do trabalho pedagógico das escolas. A tecnologia deixa de ser pensada como ferramentas didáticas dentro de um projeto pedagógico institucional, é a própria educação escolar que se adapta à lógica da plataformização, atendendo aos interesses das corporações. É um mercado que acelerou o crescimento de novas formas de negócio dessas empresas com o espaço público estatal. Em 2020, havia 556 Edtechs (Abstartups e CIEB, 2020), e, em 2022, eram 813 Edtechs ativas (Abstartups e CIEB, 2022), um crescimento de 44%. A maioria é composta por micro e pequenas empresas, as quais se concentram na região Sudeste do país. A Unesco, o Banco Mundial e a OCDE têm desempenhado o papel importante indutores nos processos de privatização da educação, impulsionados pelas tecnologias digitais, ao promoverem intensamente empresas do setor e oferecerem incentivos financeiros. A plataformização da educação começou no Estado de Paraná e quando seu secretário de educação assumiu a gestão estadual de São Paulo, em 2023, a implementou sob o nome de "educação mediada pela tecnologia". É um modelo de gestão, associado às modernas tecnologias de gestão empresarial. Trata-se de um conjunto de ferramentas digitais agrupadas em diferentes plataformas que criam um modelo de trabalho para as escolas. Por meio delas, o Departamento de Educação monitora a frequência dos alunos, as avaliações e as tarefas remotas em tempo real, além de oferecer um modelo de ensino unificado por meio de videoaulas com conteúdo dos programas das disciplinas, entre outros. Tais transformações se expressam na escolarização das classes trabalhadoras, ultrapassando a dimensão da formação profissional e alcançando os modos de sociabilidade, de cultura e de lazer, na produção de subjetividades cada vez mais alinhadas à racionalidade neoliberal.

Como fica a situação dos professores frente a todas essas mudanças?

São um conjunto de políticas que tem a intencionalidade de consolidar um "novo profissionalismo" via "formatação" do perfil do docente do estado de São Paulo.

As pesquisas têm mostrado que a plataformização da educação reconfigura o trabalho docente e a formação dos estudantes. Mediante as plataformas, as atividades didático-pedagógicas são organizadas e determinadas pelo conteúdo, forma e ritmo dessas infraestruturas digitais, desconsiderando quase completamente a autonomia didático-pedagógica e a liberdade de cátedra que caracteriza o trabalho docente. Não é mais o professor que organiza o conteúdo e a metodologia da aula, no contexto das chamadas plataformas educativas. Ao docente cabe orientar os estudantes na realização de atividades, cujo conteúdo e metodologia são determinados externamente à escola, ou até mesmo ao ambiente educacional, quando as redes buscam infraestruturas digitais no mercado pelas quais pagam pelo uso. As plataformas não fazem apenas uma mediação. Elas têm papel ativo no controle e no gerenciamento da força de trabalho. A educação brasileira está vivendo um momento extremadamente difícil e regressivo com uma presença inimaginável das fundações empresariais que promovem a privatização no interior da escola pública. Estamos mais uma vez frente a uma equação economicista para pensar a educação para a juventude, com análises reducionistas e propostas imediatistas. O empresariado, apesar de participar das políticas educacionais desde os anos 1930 no Brasil, mudou a forma e o protagonismo de suas ações nas três últimas décadas. Ações que buscam a penetração ideológica neoliberal e ao mesmo tempo ganhar a educação como espaço cada vez mais importante de acumulação do capital.

Referências

Associação Brasileira de Startups (Abstartups) e Centro de Inovação Para a Educação Brasileira (CIEB) (2020). *Mapeamento EdTech 2020*. S/d: Abstartups e CIEB.

Associação Brasileira de Startups (Abstartups) e Centro de Inovação Para a Educação Brasileira (CIEB) (2022). *Mapeamento EdTech 2022*. S/d: Abstartups e CIEB.

(17)

INFÂNCIAS E JUVENTUDES

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Qual é o panorama geral da infância e juventude no Brasil hoje?

Até o final dos anos 1980, crianças, adolescentes e jovens eram vistos como adultos em formação, incompletos, que precisavam aprender pela obediência. A resposta institucional era repressiva, marcada por práticas da ditadura militar, como a punição e o confinamento. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) rompeu com essa lógica, reconhecendo infâncias e adolescências como sujeitos de direitos. Mais tarde, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) estendeu esse reconhecimento aos jovens entre 15 e 29 anos. Ainda assim, persistem estigmas e exclusões. Infâncias e juventudes seguem com voz limitada e são, frequentemente, vítimas de violências físicas, simbólicas e institucionais. A ideia de que estão inacabadas sustenta práticas autoritárias que negam sua autonomia. Romper com essa lógica é fundamental: infâncias, adolescências e juventudes devem ocupar o presente como sujeitos de direitos e com potências.

Como tem se ampliado a concepção de infâncias e juventudes considerando os recortes de classe, etnia e gênero?

A ampliação da concepção de infâncias e juventudes passa pelo reconhecimento de que marcadores como classe, raça e gênero geram

desigualdades que se entrelaçam e impactam de forma distinta cada trajetória. Esse entendimento deve muito às contribuições do feminismo negro, que disseminou a interseccionalidade como ferramenta teórica e política para revelar como essas desigualdades se combinam. A experiência de uma jovem preta da periferia, por exemplo, não pode ser equiparada à de um jovem branco de classe média. Por isso, passamos a falar em infâncias e juventudes no plural, reconhecendo a diversidade que as constitui. Esse reconhecimento é fundamental para análises sociais, construção de políticas públicas eficazes e inserção dessas vozes diversas nos espaços de poder.

Qual a sua avaliação sobre a situação atual das juventudes de baixa renda no Brasil? Aquelas que vivem em territórios periféricos, com acesso precário à infraestrutura urbana, às políticas públicas, ao mercado de trabalho e imersas num cotidiano de insegurança pública.

As juventudes periféricas enfrentam uma combinação perversa de precariedades materiais e simbólicas. Além das desigualdades no acesso à moradia, educação, saúde, trabalho e segurança, enfrentam a negação sistemática de suas vozes. Sobre elas incidem múltiplos marcadores (geração, classe, raça e território) que operam juntos para deslegitimar suas opiniões e ações. Não se trata apenas de uma visão social equivocada, mas de uma prática deliberada de exclusão, que busca impedir a presença da maioria da população brasileira nos espaços de decisão. Essa ausência forçada transforma sujeitos potentes em alvos de estigmas como apatia ou marginalidade. O não reconhecimento dessas juventudes como interlocutoras legítimas perpetua uma democracia excludente e reforça as desigualdades que mais as afetam.

Como essa situação poderia ser transformada?

Considero que a transformação dessa realidade exige o que eu chamo de democratização das instituições. Os espaços de decisão no Brasil seguem concentrados em uma pequena elite formada

majoritariamente por adultos, brancos, heterossexuais e moradores de regiões privilegiadas, que impõem sua visão de mundo. É preciso abrir os espaços de decisão para as juventudes e para as diversidades que compõem a maioria da população brasileira: mulheres, negros e pessoas com baixa renda. Democratizar as instituições permite decisões mais alinhadas com a realidade da maioria da população. A inclusão de diferentes grupos também fortalece a legitimidade da democracia, pois as pessoas passam a se sentir parte do processo político.

Como as transformações recentes na economia global e o avanço das tecnologias da informação e comunicação têm impactado a inserção das juventudes brasileiras no mercado de trabalho?

O acesso e o uso adequado das tecnologias de informação e comunicação, incluindo as novas inteligências artificiais, aprofundam desigualdades sociais já existentes, marcadas por classe, raça, gênero, região e escolaridade. Juventudes que têm acesso a essas ferramentas e são ensinadas a utilizá-las se preparam com vantagem para o mercado de trabalho. Em contrapartida, grande parte das juventudes segue sem acesso básico à internet ou sem formação qualificada sobre o uso dessas tecnologias. Isso não só perpetua desigualdades históricas, como cria novas formas de exclusão. A transformação digital, ao invés de ser um vetor de inclusão, pode se tornar um mecanismo de reforço das desigualdades sociais. É urgente enfrentar esses abismos. Ignorar esse cenário compromete o futuro de milhões de jovens e fragiliza o próprio ideal de desenvolvimento inclusivo.

Como você entende a relação das juventudes brasileiras com a política institucional na atualidade?

Diversos estudos comprovam a rejeição das juventudes brasileiras às instituições políticas tradicionais, especialmente aos partidos políticos. No entanto, isso não significa afastamento da política. Elas continuam se candidatando, com destaque para o sucesso de jovens, inclusive à direita, nas últimas eleições. As juventudes trazem

importantes transformações à política; uma delas, que destaco, é a criação de coletivos. Essas organizações políticas atuam de forma mais horizontal e fluida, incorporando a diversidade da população brasileira em seus processos decisórios. Há, inclusive, coletivos organizados dentro de partidos políticos, que tensionam estruturas hierárquicas e propõem práticas mais inclusivas. A participação intensa das juventudes em protestos também revela seu compromisso com mudanças profundas. Elas seguem reinventando a política e indicando caminhos para uma democracia mais representativa.

Uma parcela da juventude brasileira identifica-se hoje com discursos de extrema-direita, numa perspectiva geral de conservadorismo moral e ultraliberalismo econômico. A que isso se deve, na sua opinião, e quais são as consequências dessa adesão para a sociedade?

Estudos recentes mostram que a juventude brasileira não é predominantemente de esquerda, como se supunha, e que uma parcela significativa se posiciona à direita. Antes de condenar, é preciso entender os motivos que levam a essa escolha e pensar caminhos para transformá-la. Dois fatores ajudam a pensar soluções para esse cenário: o primeiro é que muitos desses jovens não se sentem representados nas instituições; o segundo é que, para boa parte deles, a democracia não tem efeitos concretos em suas vidas. A adesão à direita, nesse contexto, expressa uma crítica a uma democracia formal, que decide sem incluir. Por isso, mais do que julgar essas escolhas, é necessário construir uma democracia que reconheça as juventudes como sujeitos de direitos, capazes de participar e influenciar. O desafio é garantir que todas elas, com suas diferenças, se sintam parte do processo e impactadas pelas decisões coletivas.

Como avalia os novos ativismos juvenis existentes no Brasil na atualidade? Qual é o seu potencial de influência sobre o debate público e sobre a atuação do Estado?

O que mais me encanta nos estudos com as juventudes é justamente o recado que trazem sobre como aprimorar a própria democracia:

por meio da inclusão das diversidades, o que chamo de democratização das instituições. Os novos ativismos das juventudes, como os coletivos, mesmo que nem sempre plenamente horizontais, autônomos ou fluidos na prática, apontam caminhos importantes. Essas formas de organização nos ensinam sobre a urgência de repensar quem participa das decisões e como essas decisões podem ser compartilhadas com a diversidade da população brasileira. O potencial de influência desses ativismos está na capacidade de tensionar estruturas tradicionais e propor práticas mais plurais e representativas. A democracia será mais forte e terá maior apoio social se for substantiva, ou seja, se incorporar a diversidade real da população nos espaços de poder e decisão.

O Brasil tinha, em 2023, 10,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE. De acordo com a OCDE, em seu relatório "Education at a Glance 2022", o país era o segundo, num total de 37 nações, com maior proporção de jovens entre 18 e 24 anos que estavam naquela situação. Quais são as causas disso e como essa situação pode ser modificada?

Sobre esse ponto, embora o termo "nem-nem" não esteja na pergunta, é importante abordá-lo porque ele é comumente utilizado para se referir a jovens que não estudam e não trabalham. Não concordo com essa expressão porque ela transmite a ideia equivocada de que essas juventudes não fazem nada, quando, na verdade, muitas trabalham informalmente ou realizam tarefas invisibilizadas, como os cuidados domésticos, especialmente no caso das jovens mulheres. Além disso, o termo tende a responsabilizar os próprios jovens pela situação, desconsiderando a ausência de políticas públicas eficazes que garantam acesso à educação de qualidade e inserção no mercado de trabalho. As causas desse cenário são múltiplas: violência doméstica e comunitária, necessidade de gerar renda, gravidez precoce, discriminação nas escolas, falta de vagas, transporte escolar, além de problemas de saúde não acompanhados. Tudo isso se agrava

com a concepção adultocêntrica que ainda vê os jovens como inacabados, que precisam ser corrigidos, em vez de reconhecê-los como sujeitos de direitos e com potências.

Silvia Borelli

Doutora em Ciências Sociais, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e representante dos Centros Membros do Brasil no Comitê Diretivo do CLACSO.

Qual a avaliação sobre a situação atual das juventudes de baixa renda no Brasil? Aquelas que vivem em territórios periféricos, com acesso precário à infraestrutura urbana, às políticas públicas, ao mercado de trabalho e imersas num cotidiano de insegurança pública. Como essa situação poderia ser transformada?

Baseada em resultados de pesquisa (Borelli et al., 2025; 2024a; 2024b; 2023), nota-se que a vida das juventudes precarizadas nas periferias é marcada por vulnerabilidades simultâneas: exclusão territorial; privação e insegurança alimentar; violências de gênero/sexualidade e étnico-racial; barreiras de acesso e permanência ao sistema educacional, ao mundo do trabalho e aos bens culturais; carência de políticas públicas. No entanto, há que se buscar o que fazem esses jovens no cotidiano, em batalha constante por resistir e reexistir — nas ruas, nos bairros, na cidade, nas redes digitais. Como protagonistas de novas práticas políticas — marcadas por ações culturais coletivas como hip hop, slams, funk, saraus, audiovisual — combatem a invisibilidade e a exclusão interpelando o Estado e as instituições. Reivindicam direitos e políticas públicas intersetoriais e interseccionais, aptas a fomentar processos autônomos, a superar

visões estigmatizantes e a reconhecer, como eixo significativo de mudança, a potência criativa e a capacidade de luta desses jovens.

Como avaliar as transformações em curso na economia global e no âmbito das novíssimas tecnologias sobre a subjetividade das juventudes brasileiras em relação ao mundo do trabalho?

É no contexto global que as subjetividades juvenis são forjadas. Globalização no sentido econômico, mas também em suas "dimensões culturais" (Appadurai, 2004), nas quais cultura, estética, comunicação — tecnologia/tecnicidade (Martín-Barbero, 2006) — e política adquirem centralidade na constituição de sujeitos e subjetividades; "subjetividades políticas" compreendidas como experiências de ação coletiva, em contextos históricos e socioculturais (Alvarado, Botero e Ospina, 2010). É possível afirmar que os jovens articulam trabalho, produção cultural e ativismo digital. Em pesquisa realizada com jovens mulheres migrantes venezuelanas (Zampronio e Borelli, 2025) observou-se que, diante das múltiplas barreiras de inserção no mercado formal — não validação de diplomas, entraves linguísticos e sobrecarga do trabalho de cuidado —, essas jovens recorrem ao empreendedorismo como estratégia possível de existência. Inseridas em condições precárias e de instabilidade laboral, constroem redes de apoio fundamentadas na cooperação, no compartilhamento de saberes e no cuidado coletivo.

Como compreender a relação das juventudes brasileiras com a política institucional na atualidade?

Para interpretar a relação das juventudes periféricas brasileiras com a política, na atualidade, é preciso compreender que os jovens fazem política não apenas pelos canais oficiais como partidos, sindicatos, conselhos, associações, mas pelo estabelecimento de conexões menos institucionalizadas: grupos, agrupamentos, coletivos, movimentos, "formas de estar juntos" (Borelli et al., 2009). O vínculo institucional, embasado na lógica da representação e na verticalidade das hierarquias de poder, tem gerado desconfiança, por vezes

recusa, e busca por alternativas. A política passa por reconfigurações e encontra nos campos estético e cultural e nas dinâmicas locais e reticulares, seu rumo e seu chão. A cidade e os corpos que nela habitam tornam-se territórios de ação, resistência e reexistência. O nexo com as institucionalidades persiste, mas de maneira pragmática e pontual, marcada por negociações que objetivam a preservação da autonomia e a constituição de relações mais horizontalizadas.

Uma parcela da juventude brasileira identifica-se hoje com discursos de extrema-direita, numa perspectiva geral de conservadorismo moral e ultraliberalismo econômico. A que isso se deve, na sua opinião, e quais são as consequências dessa adesão para a sociedade?

Dois eixos reflexivos colaboram na resposta a essa pergunta: a) "as estratégias de desencanto" (Reguillo, 2000) que marcam a vida cotidiana das juventudes e que resultam de certo esgotamento nas relações com as instituições (família, escola, partidos políticos) e da ausência de respostas às "promessas" de integração social; b) "o futuro já foi" (Valenzuela, 2009): jovens cujos futuros foram roubados e dissipados por um presente de insegurança precarização, violência e exclusão.

Os discursos de extrema direita — sustentados pelo modelo de produção e veiculação via redes digitais — estão ancorados nas lógicas do consumo, do empreendedorismo, da "ideologia do mercado livre" e do progresso individual, bem como numa perspectiva claramente autoritária, violenta, ditatorial (Machado, 2024).

As consequências apontam para um conjunto sombrio de perspectivas: o aprofundamento das desigualdades; o aumento da violência e da exclusão; a fragmentação das redes de solidariedade fundamentadas pelos sentidos do coletivo e do comum; a renúncia à soberania; a deslegitimação da política como espaço de diálogo democrático.

Como avalia os novos ativismos juvenis existentes no Brasil na atualidade? Qual é o seu potencial de influência sobre o debate público e sobre a atuação do Estado?

Os ativismos (Borelli, Rocha e Migliano, 2022) e artivismos (Rocha, 2021) juvenis são compreendidos como práticas estético-políticas de atuação nas fronteiras entre arte, cultura e política. São jovens que desenvolvem ações coletivas de ocupação — por vezes insidiosas, por vezes consentidas — nas cidades e nas redes, com corpos políticos marcados pela raça e pelo gênero. São movimentos cujas pautas incorporam tanto a denúncia das desigualdades, violências e necropolíticas, quanto a perspectiva da negociação pontual com diferentes institucionalidades. Seu potencial de influência no debate público está localizado na capacidade de produzir narrativas e deslocar o senso comum — inúmeras vezes carregado por estigmas, preconceitos e formas de exclusão — por meio da potência estética e da visibilidade de pautas contra-hegemônicas. Atuam pelas trilhas das micropolíticas na vida cotidiana e pressionam o Estado "pelas brechas": demandam por políticas públicas, exercem certo tipo de controle social menos institucionalizado e criam modelos comunitários alternativos que podem gerar novas formas de gestão da vida coletiva.

O Brasil tinha, em 2023, 10,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE. De acordo com a OCDE, em seu relatório "Education at a Glance 2022", o país era o segundo, num total de 37 nações, com maior proporção de jovens entre 18 e 24 anos que estavam naquela situação. Quais são as causas disso e como essa situação pode ser modificada?

A situação dos jovens que não estudam ou trabalham não se caracteriza como um fenômeno isolado, mas como a expressão de um sistema de desigualdades oblíquas que produz vidas precárias e futuros bloqueados (Valenzuela, 2009). A exclusão de jovens negros, jovens

mulheres, jovens LGBTQIA+, jovens com deficiência e jovens migrantes tem como fundamento a divisão entre classes sociais e as barreiras de acesso e permanência ao mundo do trabalho e à educação formal. Mas também, e transversalmente, está embasada no racismo, no sexismo, na homofobia, no capacitismo e na xenofobia. Como resposta às instabilidades do trabalho informal, à eficácia simbólica e material do empreendedorismo e ao avanço da plataformização nas dinâmicas de trabalho, torna-se fundamental a emergência de políticas sociais aptas a regulamentar as relações de trabalho diante desses novos contextos: garantia de direitos, trabalho digno, proteção trabalhista e segurança social. Do ponto de vista da educação, a demanda é por políticas públicas de inserção e continuidade, por meio de bolsas, financiamentos, poupanças e programas que possam fomentar a relação entre educação e trabalho.

Referências

Alvarado, Sara Victoria; Botero, Patricia e Ospina, Héctor Fabio (2010). Subjetividades políticas: sus emergencias, tramas y opacidades en el marco de la acción política. Mapeo de 61 experiencias con vinculación de jóvenes en Colombia. *Utopía y Praxis Latinoamericana, 15*(50), setembro. https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162010000300004

Appadurai, Arjun (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.

Borelli, Silvia H. S. et al. (2009). *Jovens na cena metropolitana. Percepções, narrativas e modos de comunicação.* São Paulo: Paulinas.

Borelli, Silvia H. S.; Pereira, Simone L.; Bercito, Sonia; Zampronio, Renata C. (2025). Pistas y desafíos para la comprensión de prácticas político-culturales de jóvenes migrantes. Redes, interculturalidad, resistencia y reexistencia. *Papeles de Trabajo, 19*, 110-133. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10409928

Borelli, Silvia H. S.; Pereira, Simone L.; Paiva, Maria C. S. e Bras, João M. (2023). Ativismos juvenis urbanos: Slam Resistência, tecnicidades, redes e atuação pelas brechas. *Millcayac — Revista Digital de Ciencias Sociales, 10*, 01-21. https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/millca-digital/article/view/6515/5476

Borelli, Silvia H. S; Rocha, Rose L. de M. e Pereira, Simone L. (2024a). Práticas políticas juvenis: Fundamentos e preceitos. *Matrizes, 18*, 123-143. https://revistas.usp.br/matrizes/pt_BR/article/view/227717/208895

Borelli, Silvia H. S; Pereira, Simone L.; Soares, Rosana L. e Paiva, Maria C. S. (2024b). Imigração e vida urbana: resultados e tendências de investigação com jovens migrantes na cidade de São Paulo (Brasil). *Cidades, Comunidades e Territórios, 48*, 54-77. https://journals.openedition.org/cidades/8883

Borelli, Silvia H. S; Rocha, Rose L. M.; Migliano, Milene; Arantes, Dariane Lima e Scudeller, Pedro de Assis Pereira (2022). Ativismos juvenis urbanos brasileiros: questões raciais e de gênero. *INTERCOM — Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 45*, 1-18. https://www.scielo.br/j/interc/a/nxdF9WrGYtLnzxjbCndQCMg/?format=pdf&lang=pt

Brasil. Ministério do Trabalho e do Emprego (2026). *Fim da escala 6x1 e direitos para trabalhadores por aplicativos.*

Machado, Rosana P. (2024, 11 de outubro). *O novo perfil da extrema-direita tem mais cara de mercado do que de ditadura. Entrevista cedida a Bernardo Gutiérrez.* São Leopoldo: Instituto Humanitas – Unisinos. https://www.ihu.unisinos.br/categorias/644705-o-novo-perfil-da-extrema-direita-tem-mais-cara-de-mercado-do-que-de-ditadura-entrevista-com-rosana-pinheiro-machado

Martín-Barbero, Jesús (2006). Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. Em Denis de Moraes (org.), *Sociedade midiatizada (*pp. 51-79*).* Rio de Janeiro: Mauad.

Reguillo, Rossana (2000). *Emergencias de culturas juveniles. Estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma.

Rocha, Rose L. M. (2021). Artivismo musical e feminismos: arte e política nas disputas visuais e no direito de existir das dissidências sexuais e de gêneros. *RECIIS, 15*(2). https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2420

Valenzuela, José Manuel (2009). *El futuro ya fue. Socioantropología de l@s jóvenes en la modernidad.* Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte/Casa Juan Pablo.

Zampronio, Renata e Borelli, Silvia H. S. (2025). Entre o cuidado e o negócio: jovens venezuelanas empreendedoras em São Paulo. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana — REMHU, 33*, 01-16. https://www.scielo.br/j/remhu/a/xTZ5wBvLL479YLvCLgf8kxS/?format=html&lang=pt

(18)

QUESTÃO AGRÁRIA

Yamila Goldfarb

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Como se sabe, a estrutura fundiária do Brasil é extremamente concentrada. De acordo com dados do último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017, 1% dos estabelecimentos rurais controlavam naquele ano aproximadamente 47,5% da área agrícola no país, contra apenas 23% controlados pela agricultura familiar, formada por milhares de pequenas propriedades rurais. Quais são, em linhas gerais, as principais consequências dessa realidade?

As consequências de uma estrutura fundiária concentrada são a pobreza, a violência, a fome e a degradação ambiental. É a perpetuação de uma sociedade injusta e racista. No censo agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 77% dos estabelecimentos agropecuários foram classificados como agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esse segmento emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Então, se houvesse mais estabelecimentos familiares, teríamos a possibilidade de absorver muito mais pessoas no campo, pois a grande produção monocultora costuma ser muito mais mecanizada e utiliza muito mais agrotóxicos,

o que permite prescindir de mão de obra. Ao mesmo tempo, a concentração de terras gera violência pois ela se dá avançando sobre terras públicas, territórios de povos e comunidades tradicionais, expulsando as populações que historicamente ocupam essas áreas. O agronegócio evidentemente vai avançar sobre áreas que foram preservadas ao logo de gerações por populações camponesas e indígenas ao invés de recuperar áreas degradas por ele mesmo. É um ciclo que se repete, avançando sobre territórios, gerando expulsão, degradação e mais avanço sobre novas fronteiras. E tudo isso com a ajuda do Estado que continuamente regulariza essa invasão e anistia a devastação ambiental. A terra concentrada gera também problemas de abastecimento de alimentos pois grandes propriedades não são produtoras de itens básicos da nossa alimentação como legumes e verduras. Grandes propriedades, quando não estão improdutivas, o que é comum, produzem *commodities* no geral voltadas ao mercado externo, como soja, algodão, eucalipto (celulose), açúcar, milho e carne bovina etc. Temos acompanhado a queda constante na área de produção alimentos básicos como feijão e farinha de mandioca. Esse tem sido também um dos fatores da alta do preço dos alimentos. Sem condições para produzir e comercializar, pequenos e médios produtores de alimentos passam a produzir também *commodities*, ou então arredam ou vendem suas terras para grandes proprietários. Tudo isso é fator de degradação do meio ambiente. Primeiramente porque o avanço das fronteiras agrícolas se dá justamente sobre territórios preservados de florestas nativas, em especial nos biomas da Amazônia e do Cerrado. Esse avanço se dá com o desmatamento, e com o uso do fogo ou mesmo com o chamado "correntão" na "abertura das fazendas". Em segundo lugar porque esse tipo de produção monocultora em grande escala exaure os recursos hídrico, compacta o solo, esgota seus nutrientes e contamina água e terra, além de trabalhadores e consumidores, com agrotóxicos em excesso. Por fim, é importante entender que a concentração da terra está também relacionada ao aspecto racista da sociedade brasileira. A Lei de Terras de 1850 transformou a terra numa mercadoria portadora de valor e acessível

apenas por meio da compra. Desse modo, interditou seu acesso aos escravizados que seriam libertos 38 anos mais tarde. A criação da propriedade privada da terra no Brasil teve a função justamente de preparar os senhores de escravos para as mudanças que viriam com a abolição da escravatura. Ela deve ser entendida como parte de um eficiente projeto dos senhores de terra e do capital bancário que além da necessidade de garantir o valor de suas fazendas e a acumulação de capital, estavam em sintonia com o projeto de nação amparado na exclusão e na eliminação da presença negra. Fruto desse processo é a concentração de terra na mão de oligarquias e a expulsão da população que mais precisava, e precisa até hoje, da terra. É por isso que diversos autores falam da indissociabilidade da questão agrária com a questão racial.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro é muito atrelado ao agronegócio. Em 2023, como ocorre há anos, a soja foi o principal item da pauta de exportações do país, seguida por petróleo cru e minério de ferro. Mas carnes, açúcar, milho, café, suco de frutas e algodão também seguem entre os itens mais exportados pelo país. Quais são as consequências econômicas, ambientais e sociais deste modelo de desenvolvimento, considerando-se inclusive sua influência na forma de inserção do Brasil nas cadeias globais de valor?

O fato de o Brasil basear a sua inserção nas cadeias globais de valor por meio do fornecimento de matéria-prima barata é um dos principais problemas que enfrentamos para ter um projeto de desenvolvimento que seja soberano, justo e sustentável. Nós seguimos com o modelo de dependência em que exportamos barato para importar caro. O Agronegócio recebe incentivos de toda ordem, tais como isenções, reduções de alíquotas, créditos fiscais e regimes especiais de tributação. Isso significa que a arrecadação que o governo consegue com esse setor é baixíssima. É evidente que a agropecuária precisa e deve ser subsidiada na medida em que produz alimento para o país. A questão é que no caso brasileiro a maior parte do crédito público e desses incentivos fiscais é capturada por um segmento que,

em sua maioria, exporta *commodities*. Isso significa que não está favorecendo de fato quem produz alimento para o mercado interno. Nesse contexto, acaba sendo mais vantajoso produzir para exportação do que para o mercado interno. A produção monocultora é intensiva em recursos naturais. Ela degrada o solo, contaminando-o com agrotóxicos, compactando-o pelo uso de grandes maquinários e exaurindo seus nutrientes. O uso de água também é extremamente intensivo nas monoculturas. Do mesmo modo, a exploração mineral também é intensiva em recursos naturais, já que não apenas há desmatamento para abertura de cavas e jazidas, como há muita utilização de água e produtos contaminantes, como mercúrio, ao longo da atividade. Sendo assim, quando exportamos *commodities* agrícolas ou minerais, estamos deixando um passivo enorme nos territórios e exportando nossos recursos como água e solo.

Se de fato a pegada ecológica dessas atividades fosse contabilizada, a conta não fecharia. Manter uma balança comercial superavitária baseada em produtos primários só é considerado vantajoso pois não considera as chamadas externalidades, para usar o jargão empresarial. Para se ter um projeto consolidado que garanta o abastecimento de alimentos saudáveis a preços acessíveis, o país precisaria parar de produzir o que interessa ao capital, isto é, grandes empresas e grandes *tradings* que capturam grande parte da renda gerada com as exportações de *commodities*, e passar a produzir o que interessa a partir de um projeto de soberania e segurança nacional.

Qual é a sua avaliação sobre a política nacional de reforma agrária neste primeiro quarto de século? Quais foram os principais avanços e quais são os maiores obstáculos para a diminuição da concentração de terras no país?

Se no início dos anos 2000 houve algum avanço com a criação de um número considerável de novos assentamentos rurais, isso não foi suficiente para alterar nossa estrutura fundiária que segue profundamente concentrada. No entanto, um avanço desse período foi a

estruturação dos assentamentos com mais créditos, assistência técnica e garantia de acesso a diversas políticas públicas, como as de comercialização, moradia, saúde, educação etc. Isso permitiu a criação de inúmeras cooperativas e associações de produtores e a conquista de mercados importantes, além de melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas. Isso foi um importante diferencial com relação à política de reforma agrária realizada ao longo dos anos 1990. No entanto, nos últimos 10 anos, a reforma agrária está praticamente paralisada por diversas razões. Em primeiro lugar, não necessariamente em ordem de importância, pela constante judicialização dos processos de desapropriação (seja de fazendas que não cumprem com a função social da propriedade, seja no processo de destinação de terras públicas) que podem durar uma década ou até mais. Essa demora absurda desmobiliza a base dos movimentos sociais que se vêm obrigada a permanecer acampadas anos a fio em condições muito duras. Em segundo lugar, temos o grande aumento no preço das terras que tem se dado em particular a partir da década de 2000. Isso tem encarecido muito o processo de desapropriação ou aquisição de terras para a reforma agrária. Esse quadro é ainda pior diante de um teto de gastos que sufoca as políticas sociais. O aumento da violência no campo é outro fator que tem dificultado a reforma agrária, uma vez que com a liberalização de armas, fruto da política do governo Bolsonaro, criaram-se verdadeiras milícias no campo a serviço de grandes empresas e grileiros de terra. Se o campo brasileiro sempre foi profundamente violento, nos últimos anos temos acompanhado não apenas a perpetuação dessa violência junto com a impunidade, mas também novas formas de violência como por exemplo, o uso de incêndios criminosos e pulverização de agrotóxicos como estratégias de expulsão de famílias camponesas de seus territórios. Não são raros os relatos de produtores que têm suas casas, escolas, plantios orgânicos, áreas de reserva legal onde ficam, por exemplo, os enxames da produção apicultora, pulverizados propositalmente por aviões de fazendas vizinhas. Existe ainda um fator que dificulta a Reforma Agrária que é o descenso das lutas de massas. Isto é, embora os

movimentos sociais façam ações reivindicando a Reforma Agrária, há bem menos famílias participando de ocupações de terra. Claro, diante do contexto citado acima, não é simples tomar a decisão de ir acampar. Também a melhoria na situação do emprego (ainda que precarizado) e programas sociais como bolsa família contribuem na tomada de decisão de se juntar ou não a um movimento de luta pela terra. Isso significa que existe uma certa desmobilização na base da luta pela Reforma Agrária e que não pode ser atribuída a uma culpa dos movimentos sociais. Por fim, e talvez mais importante que tudo, é o fato de que o contexto político não é nada favorável, uma vez que a bancada ruralista, hoje denominada Frente Parlamentar da Agropecuária, está mais forte do que nunca. Essa bancada tem sido muito eficiente em criar e aprovar leis que criminalizam os movimentos sociais, entregam as terras públicas aos grileiros, desmontam a legislação ambiental e entregam os recursos naturais ao capital privado. Diante desse contesto, movimentos sociais e entidades da sociedade civil estão constantemente "apagando incêndios", respondendo a cada ataque legislativo, o que exaure forças e recursos.

Quais são os principais desafios no Brasil contemporâneo para o pequeno produtor rural? Como avalia o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)?

O pequeno produtor rural precisa ter em primeiro lugar a garantia do acesso à terra. Sem terra não existe produção de alimento básico. Além do acesso à terra o pequeno produtor precisa ter acesso ao crédito, acesso ao seguro agrícola, à assistência técnica, e às políticas de abastecimento e, portanto, comercialização dos alimentos produzidos. Com relação ao crédito o desafio é por um lado desburocratização do seu acesso, criando a possibilidade de que segmentos da agricultura familiar menos capitalizados consigam acessá-lo. A realidade é que uma pequena parcela da agricultura familiar consegue acessar o Pronaf. O crédito também precisa estar mais acessível em outras regiões do Brasil como norte, onde se concentra a maior parte da agricultura familiar, e nordeste, haja visto que o PRONAF

é acessado majoritariamente por agricultores familiares das regiões sul e sudeste. Nesse sentido existem dois grandes problemas com relação ao PRONAF. Primeiro o fato de que existe um limite por estabelecimento/propriedade. Isso significa que mesmo que existam diferentes linhas de crédito, como aqueles voltados para as mulheres, para a agroecologia, para os jovens etc., se alguém da família já acessou umas das linhas no estabelecimento, não será mais possível acessar outras das linhas. O Pronaf, portanto, não é pensado para estruturar o estabelecimento e sim para viabilizar culturas específicas. O segundo problema é que o banco faz análise de viabilidade muito rígido e limitado a poucos cultivos comerciais como milho, soja, trigo ou pecuária bovina. Os funcionários dos bancos acabam não aceitando propostas de financiamento para cultivos diversificados que não se enquadrem num zoneamento que é voltado apenas para grandes lavouras. O Pronaf, portanto, não se encaixa na realidade da agricultura familiar na grande maioria das regiões. Além do mais, ao analisar a viabilidade do crédito, o banco comumente demora para analisar o pedido e libera o crédito fora da época hábil para o plantio. Além disso é preciso a existência de seguro agrícola voltado para cultivos que não sejam *commodities*, em especial diante do contexto de eventos extremos ligados as mudanças climáticas. No geral não existe seguro agrícola voltada para pequenos produtores. Do mesmo modo é preciso uma assistência técnica voltada para esse segmento. Nesse sentido, diante da incapacidade de arcar com o custo de contratação de profissionais da área, é preciso um programa público voltado para as famílias nas mais diversas regiões do país. Assistência técnica contribui também no acesso das famílias as políticas públicas, inclusive as de crédito e comercialização. Uma ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) voltada para esse segmento precisa também ter uma formação diferenciada, pois deve estar preparada para auxiliar na transição agroecológica. Isso tudo deve vir acompanhado de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias voltadas para o contexto da agricultura familiar, o que significa terrenos mais acidentados, áreas menores, produção mais diversificada. Nesse

sentido, a experiência de importação de maquinários agrícolas chineses específicos para agricultura familiar e, portanto, bem menores e adaptados a terrenos mais acidentados, tem se mostrado muito interessante. Um outro desafio relacionado a isso é a questão da garantia do acesso à água. Sem acesso a água não há produção de alimento. Existem inúmeras tecnologias sociais adaptadas às características dos diferentes territórios que poderiam ser potencializadas com crédito e assistência técnica específica, numa lógica de formação de agentes populares. A experiência das cisternas no semiárido brasileiro é um bom exemplo a ser reproduzido. Com relação às políticas de comercialização, estas devem estar atreladas às políticas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional. Políticas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são exemplos de como a garantia da comercialização aos produtores representa também a garantia do acesso a um alimento saudável por parte da população mais vulnerável. Sem garantia de escoamento agricultura familiar não pode produzir e ao mesmo tempo as populações urbanas, em particular as mais vulneráveis, precisam que o alimento saudável esteja mais acessível de forma permanente. Por isso o incentivo às feiras, aos mercadores, e às diferentes formas de compra direta são importantes tanto para os agricultores como para população como um todo.

Qual é a relação entre concentração fundiária e oferta de alimentos? É possível suprir o mercado interno com comida mais barata, mais saudável e mais sustentável?

Como já dito acima, uma estrutura fundiária concentrada gera problemas no abastecimento de alimentos para o país. Se houvesse uma verdadeira reestruturação fundiária, associada a políticas públicas de fomento à produção, associativismo e comercialização, certamente teríamos muito mais oferta de produtos saudáveis e baratos no mercado interno. Mesmo longe das condições ideais, a agricultura familiar já é responsável por 70% da produção de mandioca, quase 60% da cebola, 41,8% do feijão preto, 55,57% do feijão verde, 57,7% da

abobora. Na criação animal, a participação é bastante relevante com 31% do plantel de bovinos, 70% dos caprinos, 45,52% de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, conforme dados do IBGE. Na horticultura a agricultura familiar tem ainda maior destaque representando 77% da produção de abobrinha, 64,5% da alface, 73% do brócolis, 87,5% da lentilha, quase 45% do milho, mais de 70% do pimentão e mais de 45% do tomate. Tudo isso apenas à título de exemplo. Então, se a agricultura familiar produz isso com pouco apoio e menos de 25% da área dos imóveis rurais, imaginemos se tivéssemos mais famílias produzindo, mais área com cultivo de alimentos, mais políticas de incentivo à produção e comercialização. Certamente poderíamos suprir com tranquilidade o mercado interno e ainda exportar.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) o ano de 2023 foi recordista na quantidade de conflitos agrários no país desde 1985, com o registro de 2203 casos, geralmente ligados à disputa por terras, e nos quais povos indígenas, posseiros, sem-terra e quilombolas são as principais vítimas de violência. Como você vê esse cenário?

Esse cenário é fruto de escolhas políticas e econômicas. O fato de o Brasil ter a sua economia baseada no extrativismo primário exportador, é um fator profundamente gerador de conflitos nos territórios. Por um lado, o Agronegócio precisa avançar sobre as terras que não estão degradadas. Por isso os conflitos se dão justamente nos territórios ocupados por povos indígenas e comunidades tradicionais que historicamente preservam o meio ambiente. O agronegócio não vai recuperar pastagem degradada. O que ele vai fazer é avançar sobre outros territórios. Ao mesmo tempo existe um mercado de terras profundamente aquecido, que estimula a chamada abertura de fazendas, ou seja, o desmatamento e a expulsão de populações que vivem na floresta. O preço de 1 hectare de floresta nativa é menor do que o preço desse mesmo hectare já desmatado. Por sua vez o extrativismo mineral tem avançado enormemente no Brasil, em grande medida baseado no discurso da transição energética, que coloca a extração de minerais essenciais a essa transição como utilidade

pública, ou interesse nacional. A mineração tem sido hoje um dos grandes atores responsáveis por conflitos com comunidades tradicionais, povos indígenas e trabalhadores rurais de áreas de assentamentos. Diferente do que se prega, a mineração abre caminho para o garimpo ilegal, que se utiliza das vias de escoamento abertas pelas mineradoras e usa as áreas de exploração legalizadas para lavar o garimpo ilegal. Para piorar a situação temos o fato de o que o campo foi profundamente armado a partir de toda a política de liberalização do porte de armas do governo Bolsonaro. Se os jagunços já eram comuns agora temos verdadeiras milícias no campo atuando contra povos indígenas, quilombolas, Sem-Terra entre outros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completa em 2025 quarenta anos de existência. Qual balanço pode ser feito desta iniciativa e de sua trajetória?

Fazer um balanço da trajetória do MST em poucos parágrafos é quase criminoso, mas podemos dizer que o campo brasileiro e o que se sabe dele não seria a mesma coisa sem a atuação desse movimento. O MST tem o importante papel de fazer a denúncia acerca do não cumprimento da função social da propriedade e com isso direcionar o Estado na efetivação da política de reforma agrária. Sem ocupação não haveria mais de um milhão de pessoas assentadas em projetos de assentamentos rurais que são fruto da luta. Essas pessoas melhoraram suas condições de vida, saíram da miséria, possuem casa, acesso à educação, uma comunidade e hoje produzem não apenas parte importante de sua alimentação como parte considerável da alimentação que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras. O MST tem também um papel importante na construção da educação do campo, baseada na pedagogia da terra, o que permitiu o acesso à educação para milhares de pessoas e que abrange o ensino fundamental, mas também o de nível superior além da formação política. Ele também se construiu por meio da mística que valoriza a luta, a cultura do campo, a agroecologia, o internacionalismo e que permite construir uma identidade, e dar visibilidade a essa identidade. Isso é

importante não apenas como estratégia interna ao movimento, mas como um elemento que gera informação e sensibilização sobre a importância do campo e da luta por justiça para a sociedade como um todo.

Nesse mesmo sentido o MST tem também uma outra função que eu considero importante e que não se restringe a esse movimento do campo apenas, que é o diálogo e a comunicação com a sociedade acerca do que acontece no campo e da importância que isso tem para toda a sociedade brasileira. Nos últimos anos, movimentos sociais do campo passaram a investir na comercialização da sua produção, após décadas investindo na produção, no associativismo e na transição agroecológica. É evidente que esses processos se mantêm, são um esforço contínuo, mas eu entendo que existe hoje um foco importante em mostrar para a sociedade que sem camponeses, sem a agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, não é possível garantir a segurança alimentar e nutricional do país. Que toda a sociedade depende dessa produção para ter saúde na mesa e equilíbrio ambiental. Esse tem sido o foco, a estratégia de diálogo com a sociedade. E não poderia ser mais acertado, já que temos visto com a pandemia, com a alta dos preços dos alimentos e com a emergência climática, que é o segmento da agricultura camponesa que pode garantir um projeto de soberania alimentar em que haja produção de alimento saudável, em bases justas para produtores e consumidores e que ao mesmo tempo combata as mudanças climáticas. Então, é interessante perceber que se, por um lado, há um descenso na luta de massas, por outro há um esforço em se costurar alianças entre campo e cidade que contribuem para o entendimento da reforma agrária como algo que interessa a toda a sociedade brasileira.

Mucio Tosta Gonçalves

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Como se sabe, a estrutura fundiária do Brasil é extremamente concentrada. De acordo com dados do último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017, 1% dos estabelecimentos rurais controlavam naquele ano aproximadamente 47,5% da área agrícola no país, contra apenas 23% controlados pela agricultura familiar, formada por milhares de pequenas propriedades rurais. Quais são, em linhas gerais, as principais consequências dessa realidade?

A concentração da propriedade fundiária rural no Brasil é realidade permanente e, até o momento, persistente. Durante o último meio século do processo de crescimento econômico nacional, pouco se alterou desde os anos 1970. A concentração resulta, antes de mais nada, de um processo inicial de acaparação de terras que se mantém e se transforma com o desenvolvimento da agricultura no campo brasileiro. Os traços arcaicos da apropriação fundiária pautam, no mínimo, o processo do desenvolvimento econômico e social nacional, combinados à escravização. Desde quando a terra se tornou mercadoria no Brasil, a oligarquia rural persiste controlando as transformações econômicas e sociais, numa sociedade que se "moderniza". Isto é, a modernização é conservadora: a mudança

manteve a estrutura econômica e social pregressa, tanto do ponto de vista da propriedade quanto do trabalho. Se houve um projeto nacional de desenvolvimento no Brasil no século XX, ele foi contaminado por interesses privatistas que, ao assumirem a forma do capitalismo, cercou as estratégias necessárias para um desenvolvimento democrático, no mínimo retrasando-as. Desde a década de 1970 que tal modernização contou com o suporte do Estado brasileiro, do ponto de vista de políticas creditícias, de preço, de pesquisa e tecnologia e de infraestrutura. Assim, a elevada concentração da terra no Brasil, mais do que ser o sintoma de um atraso, é o de uma modernidade que se concretizou apenas do ponto de vista das oligarquias e do capitalismo — não é, assim, a representação de um país do passado, uma vez que o capitalismo se apropriou e reconstituiu a forma do "latifundismo", tornando-o funcional para a ocupação territorial e a expropriação da natureza. E isso coloca problemas para as políticas públicas.

Como você avalia, de modo geral, o crescimento e o fortalecimento de movimentos sociais antigos e novos, neste século no Brasil, especialmente aos movimentos de luta pela reforma agrária? Que balanço você faz da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que está completando 40 anos de existência?

Desde as Ligas Camponesas, passando pelo sindicalismo rural sob influência da Igreja Católica e do Partido Comunista, os movimentos sociais no campo brasileiro organizam resistências ao modelo de desenvolvimento agrário concentrado e ao latifundismo modernizador. A contraofensiva patronal é extremamente violenta e fatal, como mostram os mais de 2.000 assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no país neste século, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra. De todo modo, os relatos que podem ser colhidos junto às lideranças dos movimentos indicam que existe resistência e que as demandas pela reforma agrária e pelas condições de trabalho justas são orientadoras das lutas. Quanto ao MST, ele pode ser considerado um dos exemplos mais bem-sucedidos da organização social de

movimentos sociais rurais no Brasil e, mesmo, no mundo. Não por outra razão, ele é reconhecido como um modelo específico de organização política de grupos subalternos que aponta na direção da construção do socialismo. Nesse sentido, o MST construiu uma trajetória que contém novidades organizacionais e que alargou as fronteiras da luta pela reforma agrária. Além do MST, outros movimentos também avançaram nessa direção, ainda que não tenham alcançado a sua abrangência nacional. Isso coloca uma questão, pois a ampliação da presença do MST dependeu de um tipo de articulação com o Estado, especialmente a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, nesse século e da formulação, a partir daí, de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar. Quarenta anos de história deram ao MST esse lugar importante na história política da resistência social e da construção de perspectivas para uma sociedade mais justa. O que não quer dizer que não se deva pensar sobre limitações desse modelo, sobretudo na sua articulação com o Estado. Enfim, o MST é talvez a síntese daquilo que são as lutas rurais, não só no Brasil, mas em outros lugares do chamado sul global.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro é muito atrelado ao agronegócio. Em 2023, como ocorre há anos, a soja foi o principal item da pauta de exportações do país, seguida por petróleo cru e minério de ferro. Mas carnes, açúcar, milho, café, suco de frutas e algodão também seguem entre os itens mais exportados pelo país. Quais são as consequências econômicas, ambientais e sociais deste modelo de desenvolvimento, considerando-se inclusive sua influência na forma de inserção do Brasil nas cadeias globais de valor?

As consequências foram e são deletérias, uma vez que esse modelo de desenvolvimento não contribui para a formação de uma sociedade democrática, sobretudo no campo. Não se trata apenas de reforçar o peso da concentração da terra e das desigualdades dela originadas. O processo de modernização rural — que não é só agropecuário, pois que conforma territórios para além dos lugares da produção, estrutura um conjunto interligado de degradações ambiental, social

e política. A manutenção de uma estrutura produtiva concentrada ou especializada na produção de *commodities* agropecuárias constitui um sistema alimentar capitalista o qual, desde os anos 1980 vem comandando a industrialização do rural, uma dominação e depleção da natureza, um sequestro dos territórios, criando uma espacialização planejada de acordo com os interesses do capital. Consequência associada disso é a degradação das condições de vida daquelas pessoas que permanecem ou são originárias do campo. Se a produção de *commodities* é vantajosa, uma vez que gera empregos, eles o são, via de regra, de baixa qualidade e submetido a condições, em geral, degradantes. Então, de um ponto de vista socioambiental e socioeconômico, o modelo de desenvolvimento assentado na lógica da especialização produtiva em *commodities* que atendem a um sistema agroalimentar global produtor de alimentos ultraprocessados e demandante de insumos e matérias-primas geneticamente modificadas, não aponta na direção de um desenvolvimento rural de fato inclusivo, democrático e capaz de garantir segurança alimentar soberana.

Qual é o panorama do trabalho rural assalariado no Brasil na atualidade?

O trabalho assalariado rural é um dos principais elementos de sustentação do modelo de desenvolvimento capitalista no campo que vem sendo discutido. O emprego de mais de 3,6 milhões de pessoas em ocupações precárias para a produção de quase todos os produtos primários (*commodities*) agropecuárias alimentares e não alimentares permite tal afirmação. Os empregos rurais são, em sua maioria, pautados pela lógica da relação de trabalho capitalista, nas pequenas, médias e grandes propriedades. Isso significa dizer que as condições de trabalho a que tais pessoas estão e são submetidas são marcadas pela precariedade — na verdade, estão entre as piores no contexto geral do emprego no país. Por isso mesmo, o emprego de assalariados e assalariadas rurais no país e em todo o continente constitui um problema e pede soluções urgentes e radicais. De um lado, a sua

invisibilização no âmbito das políticas públicas, centradas na busca de soluções para a produção na perspectiva da propriedade rural (inclusive da agricultura familiar) e, de outro, a fraqueza crescente da sua representação política tem feito com que pensar um desenvolvimento rural democrático dependa da inclusão das pautas dos assalariados e assalariadas e da sua efetiva participação na formulação e implantação de políticas públicas rurais.

É possível pensar em inclusão produtiva através da criação de oportunidades de empregos dignos no meio rural brasileiro hoje?

A possibilidade de criação de empregos dignos — ou de trabalho decente, para usar a terminologia dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU —, é bastante limitada, na melhor das hipóteses. É difícil imaginar que pessoas que são submetidas a formas de trabalho sazonal, com salários reduzidos, forçadas à migração permanente, escravizadas, no âmbito de organizações capitalistas e com uma legislação trabalhista omissa em distintos aspectos, possam ser produtivamente incluídos de forma digna ou decente. Dizendo de outro modo, a manutenção das formas capitalistas de organização do trabalho no campo são um limitador tanto para o emprego e a ocupação quanto para a sua provável dignidade. A ideia de inclusão produtiva talvez não passe de um eufemismo, porque, a rigor, seguindo a lógica do capital, o trabalhador sazonal, o trabalhador que permanentemente migra em busca de emprego, o trabalhador que é substituído por tecnologias poupadoras de força de trabalho, esse sujeito não está incluído porque a inclusão dele não é requerida. Os demais, os que são submetidos a jornadas exaustivas, inclusive em regime de escravização, e a salários escorchantes, esses estão incluídos. É necessário, então, discutir qual é a possibilidade da dignidade no campo brasileiro, com a elevadíssima concentração fundiária e com as limitações das políticas públicas que favorecem um modelo de agricultura de tipo empresarial. Deveríamos perguntar qual é o lugar do trabalhador e da trabalhadora rural assalariados que não se encaixam nesse lugar do proprietário rural e não conseguem se

organizar — qual é a chance de uma vida digna para eles e elas, sob o modelo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro — e latino-americano? Depois que conseguíssemos responder a isso, talvez então pudéssemos discutir um modelo alternativo de inclusão, que não necessariamente seria um nos moldes do capitalismo.

(19)

CULTURA

Antonio Albino Rubim

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em 2025 completam-se 40 anos de criação do Ministério da Cultura no Brasil. Qual balanço pode ser feito sobre sua trajetória em termos de formulação de políticas culturais, gestão cultural, financiamento e fomento à cultura?

Em investigações realizadas como pesquisador do CNPq, constatei que as políticas culturais no Brasil padeciam de três tristes tradições: ausências, por falta e/ou por omissão do estado com delegação ao mercado de ordenar a cultura; autoritarismos, pois parte das políticas emergiu em ditaduras e/ou foi perpassada por valores autoritários, mesmo em períodos ditos democráticos e, finalmente, as políticas culturais conviveram com instabilidades decorrentes das descontinuidades político-administrativas e/ou da alta rotatividade de gestores culturais nos mais diversos níveis. O Ministério da Cultura viveu aprisionada por tais tristes tradições. Ele, a rigor, não tem 40 anos, dado que governos neoliberais de direita, Fernando Collor, e de extrema-direita, Messias Bolsonaro, extinguiram o ministério, respectivamente, por dois e por quatro anos. Assim, temos 34 e não 40 anos, como se está comemorando. As três tristes tradições só vão ser enfrentadas no período Gilberto Gil nos primeiros governos Lula. Ele, em verdade, refunda o Ministério da Cultura: ao desenvolver

vigorosas políticas culturais, em tempos democráticos, a exemplo do Programa Cultura Viva e de diversos outros; ao adotar um conceito ampliado de cultura, maior que apenas artes e patrimônio; ao abrir o ministério para uma interlocução mais abrangente com a população e os setores culturais, estabelecidos e novos; ao instalar mecanismos de participação político-culturais, como as conferências e os colegiados nacionais; e ao buscar dotar o ministério de estruturas mais permanentes, como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC). Desse modo, a trajetória do Ministério da Cultura apresenta problemas, mas também acena com iniciativas no sentido de sua consolidação, ainda que paulatina e cheia de percalços.

Em sua opinião, quais são os desafios político-culturais existentes no contexto nacional e mesmo internacional na atualidade?

Do início dos anos 2000 até 2025, os cenários internacional e nacional sofreram intensas mudanças. Tal panorama colocou na agenda pública um conjunto complexo e novo de enfrentamentos. Entre eles podem ser citadas:

1. A superação da situação de precariedades encontradas, ocasionadas pelos ataques da gestão Messias Bolsonaro à cultura e sua institucionalidade, com a extinção do Ministério da Cultura e a destruição por dentro de suas instituições vinculadas.
2. A reafirmação das diversidades social e cultural como valores, ambas tão agredidas na gestão federal anterior.
3. A regulamentação e a implantação das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, transformada em Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).
4. O desenvolvimento de um federalismo cultural, do SNC e, com destaque, as articulações vitais entre culturas e democracias.

Cabe acionar as democratizações: da criação cultural; do acesso a outras modalidades de culturas, além daquela de pertença; da preservação das culturas; da transmissão, difusão, divulgação e distribuição

de bens culturais; da crítica, estudos e pesquisas das culturas; do consumo e fruição das culturas; do financiamento às culturas e das modalidades de organização das culturas, por meio de políticas, gestões, produções, curadorias etc. De modo simultâneo, atenção deve ser desenvolvida às diversas culturalizações das democracias, objetivando conformar: culturas democráticas, culturas cidadãs, culturas políticas democráticas, cultura de não violência, cidadanias culturais, direitos culturais etc. A conexão entre culturas e democracias é primordial para enfrentar e impedir a barbárie, que hoje ameaça a humanidade e o planeta.

Por falar em federalismo cultural, como tem se dado as relações entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil no Brasil contemporâneo em relação às políticas públicas de cultura?

O Brasil é uma federação desde a Proclamação da República. Mas ela funciona pouco, dado a preponderância da União. Só recentemente o tema mereceu mais atenção. No campo da cultura não é diferente. A ideia do federalismo cultural aparece vinculada ao SNC. Mas em seus inícios as conexões entre federalismo e SNC não eram explicitamente pensadas. Só com os processos para a implantação do SNC é que o tema ganha mais consistência. Recentemente, por incrível que pareça, foram as leis Aldir Blanc I, Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, conquistas surpreendentes de lutas político-culturais na gestão Messias Bolsonaro, que colocaram em cena novamente o federalismo cultural, mas em versão capenga, pois foi necessário, dado o caráter contrário à cultura da gestão nacional, reduzir o papel da União a mero repassador dos recursos orçamentários. Tal federalismo capenga, útil no contexto nacional anterior de perseguições às culturas, precisa agora ser superado. Cabe à União um papel relevante na orientação do uso dos recursos a partir de políticas culturais democráticas e federalistas. A Política Nacional Aldir Blanc, tradução da Lei Aldir Blanc II, é uma tentativa nesse sentido, mas são precisos estudos para analisar detidamente como os recursos das recentes leis estão sendo utilizados visando uma democracia ampliada no Brasil,

que combine a democratização profunda do estado, quase sempre à serviço das classes dominantes no país, com a democratização das relações sociais presentes na sociedade brasileira, ferida por traços autoritários e excludentes. Trata-se de desenvolver políticas culturais democráticas e federalistas que estejam associadas de modo umbilical com processos de redistribuição e de reconhecimento.

Que balanço se pode fazer hoje sobre políticas voltadas ao financiamento à cultura no Brasil? Como o fomento às iniciativas culturais das periferias e das comunidades marginalizadas pode acontecer?

O financiamento à cultura no Brasil tem características muito problemáticas. Primeiro, ele tem sido escasso para as dimensões das culturas brasileiras. Segundo, ele normalmente se dirige aos setores reconhecidos das culturas e às regiões mais ricas do Brasil. Terceiro, tem predominado a modalidade de isenção fiscal como dominante no apoio à cultura. Tal modelo possui inúmeros problemas:

1. O incentivo fiscal se tornou o modo dominante e não complementar, como acontece em muitos países.
2. Ele cada vez mais depende de recursos públicos, pois muitas das leis admitem dar 100% de isenção fiscal. Só para se ter uma ideia, em uma pesquisa, que coordenei, realizada em 2016, constatou que apenas por volta de 3% dos recursos da Lei Rouanet eram provenientes das empresas.
3. O incentivo fiscal coloca a decisão sobre os recursos, quase totalmente públicos, nas mãos das empresas ditas patrocinadoras. Ou seja: a destinação do dinheiro público passa a ser decidido pelas empresas.
4. Ele é altamente concentrador, seja com relação às empresas ditas patrocinadoras, seja com relação aos projetos contemplados, seja em relação às regiões com projetos apoiados.

Pesquisa recente realizada constatou que, entre 2014 e 2023, o bairro de Pinheiros da cidade de São Paulo captou mais recursos, via lei,

que as regiões Norte e Nordeste do Brasil e que a capital paulista superou a captação de quatro das cinco regiões brasileiras. Assim, o incentivo fiscal é contrário à democratização do fomento. A complexidade da cultura requer que seu modo de financiamento seja tão complexo quanto as culturas, acionando inúmeros e diversificados mecanismos para dar conta do universo das culturas.

A formação em cultura é um dos aspectos relevantes das políticas culturais no mundo contemporâneo por diversas razões. Como ela tem sido tratada no Brasil?

No Brasil, as conferências de cultura, em patamares nacionais e subnacionais têm considerado como prioritárias as demandas de formação. O país já possui certa tradição na formação em cultura, com destaque para as áreas artísticas e para o patrimônio cultural, especialmente o material. Em outros registros, a situação não parece confortável. Áreas como culturas populares, produção cultural e outras, apesar de terem crescido, ainda apresentam carências, que são notáveis em áreas como: gestão cultural, economia da cultura, direitos culturais, curadoria, culturas digitais, diplomacia cultural, jogos eletrônicos, formações técnicas em cultura, dentre outras. Portanto, há muito a ser feito na formação em cultura. Cabe desenvolver, por exemplo, o programa nacional de formação em cultura, previsto entre os elementos constitutivos do SNC. Já existem nas universidades, institutos federais, entidades do Sistema S, organizações da sociedade civil e outros organismos culturais um conjunto substantivo, disperso e ainda não suficiente, de atividades de formação em cultura. Tais iniciativas devem funcionar como um alicerce para o programa de formação em cultura do SNC. Elas conformam uma rede colaborativa que pode dar suporte às atividades e estabilidade à formação, tornando possível que se instalem políticas de estado e não apenas políticas de governo. Mas para que sejam políticas de estado, elas têm que possuir enlaces com a sociedade e a cultura ser reconhecida como direito pela população. A conquista de institucionalidade cultural com maior estabilidade, inclusive para o SNC,

é necessidade substantiva para a cultura na atual conjuntura de incertezas e disputas.

Outra dimensão que parece caracterizar as políticas democráticas de cultura mundo afora responde pelo nome de participação político-cultural. Com tais processos de participação têm se desenvolvido ou não no país?

Antes da gestão Gilberto Gil não havia no campo da cultura uma tradição de participação político-cultural ativa acerca das políticas culturais. Antes, existiram experiências de participação em alguns municípios e estados. Na gestão Lula-Gil foram instaladas pela primeira vez as conferências nacionais de cultura, com suas etapas previas subnacionais Atenção foi destinada também aos conselhos de políticas culturais e aos colegiados setoriais da cultura. A busca da participação ativa do campo cultural não se ateve apenas aos numerosos organismos inaugurados, mas igualmente esteve presente na implantação das estruturas e programas do governo federal, tais como o primeiro Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010, e o Sistema Nacional de Cultura. Ambos passaram por amplos processos de debates e deliberações. Com o golpe de 2016, durante as gestões Temer e Bolsonaro aconteceu uma feroz perseguição à participação social em todas as áreas. A vitória de Lula e seu retorno ao governo ampliaram novamente a participação. O dado novo em termos de participação político-cultural ficou por conta dos comitês de cultura, instalados em todos os estados brasileiros por proposição de Lula, quando candidato em 2022. Os comitês ganharam inclusive uma secretaria específica no Ministério da Cultura. Eles envolvem organizações culturais da sociedade civil e articulam agentes e comunidades para desenvolver iniciativas culturais. Não dá para fazer uma avaliação rigorosa de suas atuações. Parece que existem desigualdades de funcionamento entre os diversos comitês e ainda não ficaram muito nítidas suas conexões com instancias do próprio ministério.

Como você ressaltou, desde Gilberto Gil, o Brasil adotou uma concepção ampliada de cultura. Como ela repercutiu nas políticas culturais setoriais no país? Quais seus impactos sobre patrimônio, artes e diversidade cultural?

A noção ampliada de cultura abriu o ministério para atuar em novas áreas culturais e dialogar com agentes e comunidades culturais, antes esquecidos. Com a abertura do ministério, a situação se alterou, pois agora ele não se voltava apenas para as artes e os patrimônios, como antes. Seus diálogos, parceiros e políticas eram bem mais amplos. As artes sentiram bem mais a situação em comparação com o patrimônio. Após o retrocesso das gestões Temer e Bolsonaro, o ministério e a Funarte retomaram a confecção atualizada da política para as artes e hoje ela está em debate público, visando sua aprovação. O cinema e audiovisual dispõem de uma institucionalidade potente. Com mais institucionalidade, políticas e recursos, além de maior organização do próprio segmento cultural, o cinema e o audiovisual têm uma atuação nacional e internacional vigorosa. Para além das artes e do patrimônio, a abertura do ministério propiciou sua atuação em diferentes culturas. A mais reluzente delas, o Programa Cultura Viva e seus pontos de cultura estão se restabelecendo agora em um contexto, no qual o Programa Cultura Viva Comunitária, inspirado no programa nacional, acontece em muitos países ibero-americanos. Em suma, o Ministério da Cultura construiu uma nova base sociocultural bem mais abrangente. Ele foi mesmo refundado, apesar de que tais enlaces continuem a demandar maior amplitude na sua relação com as culturas dos povos originários, das mulheres, das diferentes comunidades de orientação sexual, das regiões e territórios brasileiros, das faixas etárias, das classes populares e dos setores excluídos e oprimidos. Outro dado novo: pela primeira vez, de maneira mais sistemática, o ministério busca tratar os trabalhadores das culturas.

Muito se falou nas conexões entre culturas e democracia. Como tais relações se deram no Brasil?

Tais enlaces são vitais para o presente e o futuro não só do Brasil, mas de todo planeta. Vamos ver como elas ocorreram a partir de meados do século XX no país. O pequeno período democrático entre 1930 e 1937, antes da instalação da ditadura do Estado Novo, viu florescer um conjunto de manifestações em variados âmbitos culturais. Nas humanidades surgiram intérpretes vigorosos da realidade brasileira. Na literatura floresceu uma criativa gama de escritores, ditos regionais, que conformou um primeiro mercado editorial no país. A implantação da ditadura vai bloquear tal movimento cultural, com censura, perseguições e exílios. As décadas de 1950 e 1960, de democracia também limitada, configuram um expressivo desenvolvimento cultural, em inúmeras áreas. Esse período conforma um dos momentos mais criativos e inteligentes das culturas brasileiras. Novamente, as classes dominantes recorrem à ditadura civil-militar, em 1964, para controlar e interditar o país, inclusive no ambiente cultural. O movimento cultural é tão potente, que entre 1964 e 1968 acontece uma floração tardia, como intitulou Roberto Schwarz. Com o golpe dentro de golpe, a ditadura bloqueou, outra vez, o Brasil criativo. Nos anos 2000, vamos ter, não uma manifestação singular das culturas brasileiras, como sucedeu nos períodos anteriores, mas um florescimento inaugural das políticas culturais no Brasil, como nunca havia existido antes. A gestão Gilberto Gil, no governo Lula, vai, a rigor, refundar o Ministério da Cultura. Nada casual que os estudos de políticas culturais explodam no período. Mas, as outras mudanças político-culturais parecem ser silenciosas e de longo prazo, com as derivadas das políticas culturais implementadas.

Lia Calabre

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Neste ano de 2025 completam-se quarenta anos de criação do Ministério da Cultura no Brasil. Qual balanço pode ser feito daquela iniciativa em termos de gestão cultural, financiamento e fomento à cultura e os processos de formulação das políticas culturais em geral?

A criação do Ministério da Cultura ocorreu em pleno processo de redemocratização do país, após duas décadas de ditadura civil-militar. Estão expressos na Constituição de 1988 os desejos e as lutas por uma sociedade mais justa, com a ampliação de direitos para o conjunto dos cidadãos, como é o caso do direito à cultura e o dever do Estado de garantir esse direito. Apesar dos diversos avanços presentes no texto constitucional, na prática, ao Ministério da Cultura faltavam recursos humanos e econômicos. A estratégia utilizada foi a da criação de mecanismos de incentivo fiscal que permitissem algum tipo de desenvolvimento para a Vivenciamos na década de 1990, a implantação de uma política neoliberal, na qual o principal slogan era "Cultura é um bom negócio". A estruturação de mecanismos que minimamente estruturassem o campo das políticas públicas de cultura nas bases determinadas pela Constituição só viera a ser implementados nos anos 2000.

Como tem se dado as relações entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil no Brasil contemporâneo em relação à gestão das políticas públicas de cultura?

Desde 2003, com a chegada do Presidente Lula ao poder, vem sendo construído o Sistema Nacional de Cultura (SNC), uma ferramenta de articulação institucional entre os diversos níveis de governo, que tem a participação social como um dos princípios base. As relações federativas contêm, em si próprias, um alto grau de complexidade. Municípios e estados têm diferentes graus de autonomia. Os processos de construção de políticas públicas, de uma maneira geral, são impactados por uma cultura política de descontinuidade nas trocas de governos. A partir de 2023, com a recriação do Ministério da Cultura, foi retomado, de forma mais dinâmica, o processo de efetivação do SNC, criado em 2012 e regulamentado em 2024. A criação da Lei Aldir Blanc, seguida da Lei Paulo Gustavo e agora da Política Nacional Aldir Blanc, todas sobre financiamento à cultura com base em repasse de recursos do Governo Federal para os outros níveis de governo com previsão de participação social vêm contribuindo para a aceleração da implantação do SNC.

Qual a sua avaliação sobre as Políticas de Patrimônio desenvolvidas pelo país neste quarto de século, dos anos 2000 até os dias de hoje?

As políticas de patrimônio tiveram um avanço significativo nesse quarto de século, em especial, aquelas voltadas para a proteção e salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Houve um trabalho intenso na construção dos inventários e registros de importantes manifestações, saberes e lugares que compõem o patrimônio cultural imaterial do país. Entretanto, ainda nos ressentimos da ausência de um sistema e de uma política nacional de patrimônio cultural. Os diversos níveis de governo possuem órgãos e legislações que incidem sobre o patrimônio, entretanto falta uma legislação que delimite com clareza a responsabilidade de cada nível de governo sobre a área do

patrimônio cultural. Tal ausência causa tanto sobreposições quanto vazios de responsabilidade sobre a preservação do Patrimônio, especialmente o de natureza material.

O audiovisual brasileiro tem passado por grandes transformações nos últimos anos no Brasil, desde algumas importantes conquistas do cinema nacional até o surgimento da indústria de *games*, o crescimento do *streaming* e a perda de relevância que a televisão teve décadas atrás. Na sua opinião, quais são as potencialidades ainda não concretizadas do audiovisual brasileiro e quais são os principais obstáculos para isso?

Uma das potencialidades ainda pouca desenvolvida no campo do audiovisual diz respeito à diversidade cultural, em especial aquela mais vinculada as questões da desconcentração e descentralização territorial da produção. Se por um lado verificamos que a produção audiovisual nacional se expandiu para além das fronteiras do eixo Rio-São Paulo, o desenvolvimento e crescimento dos polos regionais sofreu uma retração significativa no período entre 2017-2022. A ampliação da produção regional com a implementação de estratégias complementares de democratização de acesso do público, tais como a da criação de novas salas de exibição acessíveis ao conjunto da população, é um dos principais desafios para a formação de novos públicos para os produtos audiovisuais nacionais. Tudo isso, sem deixarmos de ressaltar a necessidade da democratização do acesso à internet de qualidade.

Que balanço podemos fazer hoje sobre políticas públicas voltadas especificamente para o fomento de iniciativas culturais produzidas nos territórios periféricos e nas comunidades marginalizadas do país, como os Pontos de Cultura e o Programa Cultura Viva?

O Programa Cultura Viva, hoje denominado Política Nacional Cultura Viva (desde 2014), pode ser considerado como a mais importante política setorial criada nos anos 2000. Foi inicialmente instituído como um programa de aplicação direta de recursos federais, com

gestão centralizada no Ministerio de Cultura, visando a atingir grupos e territórios, que em sua maioria nunca tinham sido apoiados pelos governos locais. Trazia ainda outra grande inovação que era a diversidade de ações que poderiam ser realizadas pela instituição que se candidatava a ser um ponto de cultura. A adesão e repercussão territorial foi imediata, ele se multiplicou por todo o território nacional e rapidamente foi federalizado. Ao longo desses 20 anos, veio sofrendo ajustes para melhor se adaptar as realidades e dificuldades territoriais. Entretanto não é suficiente como modelo único para atender, razoavelmente, aos territórios periféricos e as comunidades marginalizadas.

Em 2010 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou uma pesquisa na qual informava que grande parte dos brasileiros jamais havia ido ao teatro (59,2%), ao cinema (54%) ou a museus e centros culturais (70%). Já em 2024 o mesmo instituto divulgou outra pesquisa, segundo a qual 52% dos moradores das capitais dos estados brasileiros não haviam ido ao cinema nos doze meses anteriores, bem como 73% não haviam frequentado museus, 75% não haviam assistido a peças de teatro, 76% não haviam frequentado espetáculos de dança, 79% feiras de livros e 92% concertos, no mesmo período dos 12 meses anteriores à pesquisa. Qual é a sua avaliação sobre esses números e como essa realidade pode ser transformada?

É interessante pensarmos que o cinema já foi uma atividade altamente popular, praticamente todos os municípios brasileiros possuíam salas de cinema e, nos grandes centros, praticamente todos os bairros possuíam uma sala. Há uma série de fatores que interferem na ausência de práticas culturais especificamente ligadas ao deslocamento do praticante até o espaço cultural. Por exemplo, as pessoas assistem filmes, mas não majoritariamente no cinema. O número de museus que disponibiliza seus acervos *on line* cresceu nos últimos anos, em especial, no período da pandemia para cá. São necessárias ações, programas e políticas de formação de público, a vivência da experiência da visitação é fundamental, assim como necessitamos

aprofundar as pesquisas sobre as novas práticas de consumo cultural para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Durante décadas a música foi um dos principais ativos do *soft power* brasileiro, de Carmen Miranda à Bossa Nova, do Samba à Tropicália. Como você vê a produção musical brasileira atual, tanto no que é "exportado" quanto naquilo que é consumido em larga escala pela população?

Em termos de produtos culturais nacionais, a música é a que possui um alto índice de consumo, entretanto ainda há muito por fazer, tanto em termos de ampliação de ocupação do mercado internacional quanto da abertura do mercado interno para novos profissionais. O Brasil possui uma riqueza musical, com uma gigantesca diversidade de estilos, que muitas vezes ficam invisibilizados pela atuação concentradora das grandes mídias. São necessárias ações constantes, por parte das políticas públicas tanto na busca de abertura de espaços para novos talentos, quanto para divulgação mais efetivas da diversidade de estilos, ou ainda para o apoio de grupos e artistas de regiões mais periféricas.

(20)

UNIVERSIDADE

Roberto Leher

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Qual a sua avaliação geral sobre a universidade brasileira na atualidade? Quais são seus principais desafios hoje?

É significativo que atualmente seja necessário qualificar "universidade brasileira". Desde a ditadura empresarial-militar está em curso uma vertiginosa diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 1994, o Banco Mundial publicou um documento orientador ("BM e o Ensino Superior: Lições derivadas da experiência") que recomenda a diversificação das IES e a ampliação do setor privado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 catalisou a privatização e a diversificação e, com a indução do Estado, o Brasil assumiu a liderança mundial da mercantilização financeirizada do ensino superior no século XXI. São 2,6 mil instituições, 90% delas privadas, sendo que as sem fins lucrativos estão encolhendo e os *holdings* assumiram a liderança, transformando o ensino superior: a maioria dos estudantes frequenta cursos por EAD que pertencem a 10 *holdings* que possuem acentuada participação de fundos de investimentos. As públicas, por sua vez, também estão encolhendo, apenas 10% dos novos estudantes ingressam em uma instituição pública. A maioria das 69 universidades federais está em situação de penúria absoluta e com suas infraestruturas desmanchando. Em

2025, as federais receberam a metade das verbas discricionárias do montante de 2014. As estaduais, excetuando as paulistas, também vivem privações diversas. Qual a função da universidade sob a ótica da austeridade e do capitalismo dependente? A rigor, nestes prismas é uma instituição secundária. A ausência de prioridade às públicas aprofunda a heteronomia cultural e isso possui materialidade. Os jovens cada vez têm menor interesse em ir para esse sistema degradado: em 2025, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), com todos os estímulos, foi reduzido a pouco mais de um terço do ano de 2016.

A universidade brasileira foi concebida e funcionou, historicamente, como um espaço elitizado, quase que exclusivo para os mais ricos. Nos últimos anos tem havido, porém, iniciativas para mudar esse cenário, como a expansão dos campi universitários, a diversificação de cursos superiores e a maior presença, entre os estudantes, de jovens que não provém das famílias mais abastadas. Qual a sua opinião a respeito disso?

De fato, o ensino superior no Brasil é tardio. A massificação é um fenômeno recente. Ao longo da história, distintamente da crença do senso comum, as públicas foram mais democráticas em termos de renda média do que as privadas, mas as frações mais pauperizadas ocuparam os cursos tidos como menos concorridos, especialmente nas áreas sociais e nas humanidades. Somente com as cotas sociais e raciais essa situação mudou nas públicas, como aponto adiante. Destaco também a criação de novos campi, novas universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica que possibilitou a interiorização do ensino superior público. Ainda que por meio de políticas improvisadas, essa interiorização foi extremamente relevante. Entretanto, na presente década, a massificação substantiva, superior a 70% dos estudantes, se dá fundamentalmente por meio do ensino mercantil, especialmente por EaD e agora por cursos semipresenciais que não ofertam, realmente, ensino de características universitárias. Os setores dominantes criaram seus nichos e em geral vão

para fora do país. Assim, a expansão não significa uma democratização da formação complexa para os setores populares.

Qual é a sua avaliação sobre as políticas de cotas adotadas nas universidades públicas brasileiras, decorridas cerca de duas décadas de sua implementação?

Como ressaltado, os resultados são extraordinários. É emocionante ver a classe trabalhadora mais expropriada e explorada nas universidades públicas. A universidade está sendo pintada de povo e está sendo interpelada, no dia a dia, por outras frações de classes. Isso tem importância geracional! No entanto, as políticas de cotas encontram seus limites no desmanche das universidades públicas, na completa ausência de prioridade a estas instituições por parte do MEC que chegou ao descaramento de enviar um projeto de Plano Nacional de Educação que esqueceu que existem universidades públicas. A assistência estudantil é focalizada e *bolsificada* e, por isso, não resolve estruturalmente o direito a permanência do estudante. Outro limite, inexistem políticas que fomentem uma relação orgânica entre cotas, instituições de ensino superior públicas e a educação básica nos territórios de pobreza, nos quais vivem a maior parte da juventude afrodescendente, camponeses, povos originários etc. O acesso deveria possuir um componente universalista, por exemplo, assegurando que todos os estudantes das escolas públicas dos territórios de pobreza tivessem acesso garantido. Não basta assegurar a presença dos cotistas individuais que por diversas circunstâncias se destacaram no ENEM. A cota, por suas raízes liberais, não supera a lógica meritocrática, inclusive em determinados cursos a concorrência é maior entre os cotistas do que na ampla concorrência. Seria muito importante retomar o debate sobre a universalização do acesso ao ensino superior a partir do livre acesso, uma consigna presente nas lutas da Reforma Universitária de Córdoba, em 1918!

Formação de profissionais para o mercado de trabalho, desenvolvimento científico e tecnológico e atuação pela expansão e consolidação dos direitos da cidadania e do pensamento crítico. São essas as principais funções da universidade hoje? Em caso afirmativo, a universidade brasileira tem cumprido bem essas três missões?

O direcionamento da formação para o mercado de trabalho não é uma função estratégica para as universidades públicas. O mercado em uma economia cujas cadeias produtivas estão em acelerada descomplexificação não se coaduna com a universidade necessária. De igual modo, a indiferenciação entre, de um lado, a pesquisa científica e tecnológica e, de outro, a chamada inovação tecnológica como tem sido praticado pelas agências de fomento de uma forma geral, pelos mesmos motivos, irá rebaixar as problemáticas de investigação e os percursos de ensino e aprendizagem. Finalmente, o pensamento crítico, pode ser uma nervura que contribua para resgatar a formação para o mundo do trabalho e a pesquisa científica e tecnológica. Qual o fulcro do desafio do pensamento crítico? Aqui cabe retomar uma função social crescentemente esquecida: a elaboração sistemática de cenários de futuro. A universidade deve lutar por sua autonomia para poder indagar sobre as grandes questões da humanidade. Perguntas como: Por que existem pobres? O que explica a desigualdades das nações e dos territórios? Teremos recursos hídricos para assegurar a vida em 30 anos? Quais os determinantes das mudanças climáticas? Teremos trabalho criador e inventivo no futuro? Como tornar as cidades um lugar de bem-viver? Como produzir alimentos saudáveis para todos os povos? Resgatar a pesquisa e a formação com base nos cenários de futuro é o essencial. E nossas universidades não têm logrado isso de modo sistemático, justo pela adesão à ideologia inovacionista que desconsidera os determinantes do capitalismo dependente.

Ainda é possível pensar na possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento no Brasil e, em caso afirmativo, qual seria o papel da universidade nisso?

Retomando as indagações anteriores, defendo que sim, mas não nos marcos da ideologia do desenvolvimento que abstrai os efeitos nefastos do capitalismo. É preciso novos prismas. Um imenso desafio é romper com o *presentismo* que molda a universidade pública ao mercado e interdita a elaboração dos cenários de futuro. Retomar a perspectiva de planificação é crucial para o futuro dos povos. A despeito dos necessários debates sobre o chamado modelo chinês, é evidente que a planificação alterou os horizontes de futuro do povo chinês. Entregar a base econômica para as forças do mercado é apostar na desigualdade e na economia da catástrofe. E, como apontado, universidades públicas com forte apoio, infraestrutura, carreira, verbas de investimento e custeio, presença nos conselhos de planificação definem outra forma de metabolismo social. Neste sentido, as universidades são instituições do futuro!

(21)

MÍDIAS TRADICIONAIS E NOVAS MÍDIAS

César Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Passado o primeiro quarto deste século XXI quais foram as principais transformações da área de Comunicações no Brasil no período? Onde estávamos em 2000 e onde estamos hoje?

No ano 2000 estávamos ainda na transição do velho modelo da Indústria Cultural da segunda metade do século XX, embora a Internet já se insinuasse como alternativa geral de organização do sistema global de cultura. Por esses anos ainda estava na ordem do dia o projeto da TV digital, que se apresentava como alternativa, pensada em grande medida segundo a lógica anterior do *broadcasting*, temperado pela organização da TV segmentada, não necessariamente a pagamento. Vinte anos depois, estamos plenamente dentro da lógica da economia política da internet, comandada agora pelas empresas proprietárias de redes sociais e plataformas digitais. Com isso houve um avanço da internacionalização do sistema em prejuízo da produção nacional. É claro que seria preciso ponderar esta afirmação a partir de um estudo mais cuidadoso das estruturas de mercado em questão, considerando não propriamente o declínio da TV, mas a sua inclusão num conjunto maior onde, subordinada à lógica do novo sistema global de cultura, ela se generaliza no sentido daquilo que Valério Brittos chamava "pluri-TV". O interessante,

nesse novo ambiente, é que o maior acesso de produtores de conteúdo independente ao sistema não elimina o fato da concentração, seja em relação aos monopólios digitais, nos termos de Jonas Valente, seja ao predomínio que a Globo ainda exerce na produção de conteúdo nacional. Em todo caso, a concentração segue beneficiando os atores hegemônicos, sejam eles nacionais ou internacionais, no interior de um modelo de maior controle e vigilância.

Os governos do PT (2003-2016) não enfrentaram, de fato, os grandes grupos de mídia brasileiros, como ocorreu em outros países da região no âmbito da chamada "Onda Rosa". Ao contrário, tentaram construir uma boa convivência com eles, que passou inclusive por farta distribuição de recursos públicos através de publicidade governamental. E isso não resultou em apoio dos principais canais de televisão, jornais e portais aos governos de Lula e Dilma. Ao mesmo tempo, aqueles governos avançaram pouco na democratização dos meios de comunicação. Havia condições políticas na época de ter sido implementada uma outra estratégia?

Eu anotei esse fato em outras ocasiões. O Brasil talvez seja o país da América Latina em que a Onda Rosa foi mais tímida e no campo da Comunicação isso adquire uma importância redobrada, visto o significado que ela tem na luta política. Á época, eu produzi um ensaio para o CLACSO, que foi transformado em livro e publicado em 2024, pela CIESPAL e CLACSO[1], em que procuro justamente situar o tema da comunicação, em termos gerais, teórica e historicamente, como desafio para a classe trabalhadora e as esquerdas no século XXI. Na verdade, a reflexão vale para o conjunto da América Latina, pois, com exceção da Venezuela (e de Cuba evidentemente), mesmo onde a Onda Rosa logrou implantar uma legislação democratizante sobre os meios, a realidade não se viu muito afetada e o retorno da direita acabou fazendo o processo retroceder de forma avassaladora.

[1] Bolaño, César (2024). *Economía política y cultura: La batalla de la comunicación en la América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO / Quito: CIESPAL. https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=4061&c=1

A consolidação da economia da Internet sob o controle das chamadas redes sociais e plataformas digitais tem tornado a situação ainda mais complicada, na medida em que há uma tendência forte de articulação entre os atores nacionais e internacionais que dominam o setor — e que fazem parte da estrutura institucional do grande capital global e do imperialismo — na configuração daquele modelo de vigilância e controle social a que me referi na questão anterior. Não obstante as disputas de mercado que possam existir entre eles, o que se observa, em nível internacional, é o avanço da censura e das formas mais sofisticadas de manipulação, em que prevalece o pensamento único e a chamada desinformação.

Como você avalia a influência das novas mídias, em especial as redes sociais, no debate público brasileiro atual, tanto durante as eleições quanto para além delas?

Em geral, parece que os setores hegemônicos têm conseguido preservar a sua primazia na disputa nesse campo, avançando inclusive as estratégias respaldadas no avanço da extrema-direita. É fato que o poder econômico e a autonomia das próprias redes e plataformas têm atuado nesse sentido, de modo que, embora vozes alternativas também tenham se apresentado, não parece ter havido maior avanço na comunicação e na organização da classe trabalhadora através desses mecanismos. A agenda pública continua sendo definida pelos setores com poder econômico ou político. É interessante notar que, com a ampliação das possibilidades de interação horizontalizada que os novos meios permitem, tenham sido os setores de extrema direita os que mais cresceram na opinião pública. Mas é claro que isso não se deve única nem principalmente aos meios, refletindo antes problemas mais fundamentais vividos pelas esquerdas desde, pelo menos, os anos 1980, que eu aponto no livro referido acima.

Como você avalia a atual discussão sobre a regulação das plataformas digitais no Brasil e sua eventual conexão (ou não) com um projeto nacional de desenvolvimento?

Tenho orgulho de ter apresentado pela primeira vez no Brasil, num artigo na revista *Outras Palavras*, a proposta de pensar a regulação das plataformas e redes digitais em conexão com um projeto nacional. Com isso, procurava deslocar o eixo do debate da regulação dos conteúdos para temas de ordem mais estrutural. Embora o debate tenha evoluído de fato um pouco nesse sentido, há dois problemas graves que seria preciso equacionar: (1) a definição de desenvolvimento e o que se pretende com isso, área onde reina grande cacofonia, e (2) a tendência de tratar o problema reforçando mecanismos de censura, inclusive a cargo das próprias plataformas digitais. É urgente neste momento retomar as velhas discussões sobre comunicação e luta de classes. Por outro lado, é fundamental ter em mente que as mudanças ocorridas no setor em nível global são decorrentes do projeto de retomada, a partir dos anos 1980 do século passado, da hegemonia dos Estados Unidos — incluindo a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais —, que adquiriram, no fim das contas, enormes vantagens de precedência num setor tão sensível como esse, que atua precipuamente sobre corações e mentes. Vimos, em nosso estudo sobre a regulação das plataformas, no OBSCOM/UFS, que o modelo adotado na União Europeia, de forma atrasada e reativa, preocupa-se basicamente com questões relativas à regulação da concorrência e à defesa do consumidor, aceitando sem discussão a hegemonia dos grandes *players* norte-americanos, como aliás ocorre também em geral nos países latino-americanos, inclusive o Brasil, mas aqui a questão ainda não está definida. O caso da China distingue-se desses, ao definir como elemento principal da regulação, a soberania nacional e a autonomia cultural que lhe garante competitividade no plano internacional e reforço das políticas de desenvolvimento no plano interno. Essa é a perspectiva mais adequada, em termos gerais, para a América Latina no desenvolvimento das suas plataformas, ainda

que, em termos específicos, as soluções adotadas na Europa devam ser também consideradas no desenho dos nossos modelos de regulação, os quais deveriam partir das nossas próprias tradições, aproveitando as identidades culturais que nos caracterizam para desenvolver plataformas multinacionais, com a participação inclusive, na medida do possível, de outros países dos BRICS e da maioria global.

Qual é o futuro, a curto e médio prazos, das velhas e novas mídias no Brasil?

A tendência principal é de (1) reforço do poder do grande capital internacional, especialmente norte-americano, que controla as redes e plataformas digitais, (2) avanço do poder de manipulação dos setores hegemônicos, inclusive daqueles de extrema direita que dispõem de apoio financeiro e capital e (3) estreitamento da aliança da grande mídia nacional com os setores hegemônicos em nível internacional. Por outro lado, é preciso considerar as contradições existentes entre esses setores no plano da concorrência capitalista. Assim, por exemplo, os interesses das empresas de radiodifusão e produtores locais de conteúdo nem sempre coincidem, no plano do mercado, com aqueles das *big techs*, mas trata-se de uma contradição secundária. Por fim, no mundo todo tem havido uma tendência de reação por parte do Estado nacional em relação ao poder das grandes empresas de tecnologia, com intentos de regulação. É nesse sentido que defendi a necessidade de pensar a regulação em termos de um projeto nacional, o que obviamente exige que o país tenha, antes de mais nada, um projeto claro e objetivos consensuados. Esse é o grande desafio.

Manoel Dourado Bastos

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Passado o primeiro quarto deste século XXI, quais foram as principais transformações da área de Comunicações no Brasil no período? Onde estávamos em 2000 e onde estamos hoje?

Em janeiro de 2001, a Anatel anunciou que havia 23,2 milhões de celulares em uso no Brasil — um salto significativo se comparado com os números de 1999, que indicavam 15 milhões de aparelhos de telefonia móvel em uso no país. Em 1994, eram apenas 800 mil, o que indica a rápida expansão da telefonia celular. Podemos dizer que havia em torno de 0,13 celulares por pessoa no país em 2000, levando em conta uma população de 170 milhões de habitantes. Duas décadas e meia depois, o crescimento foi exponencial. Os dados da Pnad TIC trazidos pelo IBGE (2025) para o ano de 2024 apontam um número de 167,5 milhões de possuidores de aparelhos celulares no país, o que equivale a 88,9% da população com dez anos ou mais. Pesquisa do FGVcia (Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas) com dados de 2024 indica que há 258 milhões de smartphones em uso — uma média de 1,3 aparelhos por habitante. Levando em consideração os números da pesquisa do FGVcia, há 480 milhões de dispositivos digitais em uso no Brasil, seja corporativo ou doméstico.

Destes, vale reforçar que 384 milhões são portáteis (celulares, notebooks e tablets). A Pnad TIC mostra que, em 2024, havia 74,9 milhões de domicílios com Internet, o que representa 93,6%. A proporção de domicílios que se utilizam de banda larga móvel é de 84,3%, enquanto 88,9% acessam a internet por banda larga fixa. Segundo o IBGE, 33,4% das pessoas que acessam a internet o fazem pelo microcomputador, 98,8% pelo aparelho celular e 53,5% pela televisão. Esta mesma Pnad TIC indica que o número de domicílios com TV vem caindo, ainda que ele continue tendo uma presença bastante significativa. Segundo o IBGE, são 93,9% dos domicílios particulares permanentes que possuem televisores em 2024 — eram quase 98% em 2016, quando começa a série histórica. Destes, 86,5% se utilizam do sinal de TV aberta analógica ou digital, 21,3% com sinal de antena parabólica mini ou grande (sendo que 1% recebe apenas o sinal pela parabólica grande) e 24,3% com acesso a TV por assinatura — um número que segue em queda, com 9% afirmando que substituiu a TV por assinatura pelos vídeos disponíveis na Internet. Conforme o IBGE, em 2024 43,4% dos domicílios possuíam acesso a serviço pago de streaming. Um número que vem crescendo é o de domicílios que têm acesso a streaming pago de vídeo, mas não possuem acesso a televisão aberta ou a serviço de TV por assinatura, com o registro de 8,2%. A televisão tem sido um dispositivo com uso crescente para acesso à internet e os serviços disponíveis para tal mostram também uma diversificação dos hábitos digitais. O percentual de pessoas que acessaram a Internet para conversar por chamadas de voz ou vídeo foi de 95,0%, enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail foi de 90,2%, assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes foi de 88,5%, usar redes sociais foi de 84,2%; ouvir músicas, rádio ou podcast foi de 83,5%, acessar bancos ou outras instituições financeiras foi de 71,2%, ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet foi de 68,9% e enviar ou receber e-mails foi de 60,8%. A população também usa a internet para outras atividades, como comprar ou encomendar bens ou serviços (48,1%), usar algum serviço público (38,8%), jogar (30,2%) e vender ou anunciar bens ou

serviços (12,3%). Ou seja, neste quarto inicial de século XXI, temos uma transformação significativa das Comunicações no Brasil. A digitalização promovida pela Internet representa um novo quadro de relações sociais, com mais presença de aparelhos móveis, uma crescente mudança no consumo de televisão e, consequentemente, com a configuração de um setor econômico próprio, voltado para os dados, que reconfigura e dinamiza elementos chaves da Indústria Cultural como ela se organizou na segunda metade do século XX.

Os governos do PT (2003-2016) não enfrentaram, de fato, os grandes grupos de mídia brasileiros, como ocorreu em outros países da região no âmbito da chamada "Onda Rosa". Ao contrário, tentaram construir uma boa convivência com eles, que passou inclusive por farta distribuição de recursos públicos através de publicidade governamental. E isso não resultou em apoio dos principais canais de televisão, jornais e portais aos governos de Lula e Dilma. Ao mesmo tempo, aqueles governos avançaram pouco na democratização dos meios de comunicação. Havia condições políticas na época de ter sido implementada uma outra estratégia?

Para responder isso, é preciso identificar, inicialmente, que o funcionamento da Indústria Cultural no Brasil, conforme a avaliação clássica de César Bolaño, configurou um mercado de televisão robusto e com características singulares. O contexto de capitalismo tardio e ditadura militar propiciou a elaboração de um mercado oligopolista, com uma emissora capaz de manter sua liderança de audiência a partir do uso de barreiras à entrada propiciadas pelo inicial aporte financeiro e técnico fraudulento. Seu espraiamento para as principais cidades do Brasil, a fim de montar uma rede o mais abrangente possível, esteve sempre conjugado com o rebaixamento salarial congênito das classes trabalhadoras do país, gerando uma programação condizente com a manutenção das desigualdades sociais por meio da integração nacional, sem descuidar dos hábitos de consumo suntuário das camadas mais altas. Ou seja, configurou-se no país um instrumento de circulação de capital e manutenção de poder sólido,

com presenças cultural e política quase inamovíveis. Nunca esteve realmente no quadro político dos partidos políticos de esquerda que assumiram os governos no Brasil a partir do início do século XXI nenhum interesse em confrontar essa situação. Pelo contrário, a fim de manter o pacto de poder pautado por um pretenso apaziguamento de tensões sociais, os governos à esquerda no Brasil, quando foi o caso, correram em socorro financeiro da emissora líder de audiência. Não por acaso, esse período é concomitante a um processo em que a inexpugnável liderança de audiência da Rede Globo de Televisão sofreu mudanças. Primeiro, a presença crescente da TV por assinatura, impulsionada pelos processos do que então se chamava globalização, nos levou a aquilo que o saudoso Valério Cruz Brittos chamou de era multiplicidade da oferta, de maneira que o oligopólio concentrado na Rede Globo desse lugar a maior presença de canais. Segundo, nesta mesma linha, emissoras como SBT e Record, se não chegaram a ameaçar a liderança da Globo, passaram a constituir uma audiência configurada pela ascensão econômica dos estratos C e D, abrindo novos espaços publicitários e diversificando a programação. A saída pela manutenção de um pacto nacional que incorporasse os interesses constituídos pelo mercado de televisão, sem visar nenhuma participação mais ostensiva em sua transformação, se mostrou obviamente um erro. Menos do que uma dificuldade contextual, me parece que é o caso de dizer que se tratou de uma orientação política equivocada.

Como você avalia a influência das novas mídias, em especial as redes sociais, no debate público brasileiro atual, tanto durante as eleições quanto para além delas?

A produção de redes sociais por meio de plataformas digitais reorganizou as interações entre as pessoas, que passaram também a ser mediadas por um setor econômico dedicado a cumprir as funções publicidade e propaganda, para usar os termos clássicos da Economia Política da Comunicação. Deste modo, sob a falsa aparência de espontaneidade, o conjunto de interações entre as pessoas por meio

das redes sociais produzidas por plataformas digitais passou a ser devidamente ordenado e controlado por empresas em um mercado fortemente dominado por capitais concentrados e centralizados. Este é o aspecto mais proeminente da influência das novas mídias. Mas, vale observar que outra dimensão, talvez mais decisiva, indique os fundamentos deste aspecto. A rigor, o que tem se chamado de crise das democracias representativas não foi deflagrado pela ascensão das novas mídias. Seria mais exato observar que, no contexto presente de expressão da crise substancial do capitalismo, os elementos de mediação promovidos pelo Estado e pelo Judiciário ou se mostram incapazes de continuar viabilizando suas funções para acumulação do capital, ou passam a ser reconhecidos como entraves para as dinâmicas de acumulação, ou chegaram a seus limites internos. Deste modo, tenho arriscado a concepção de que aspectos que são necessária e decisivamente cumpridos pelas formas jurídica e política do capital, ao encontrarem seus momentos críticos, passam a ser levados adiante por expressões concretas da forma comunicacional. Isso nos leva a alguns pontos de avaliação. O primeiro deles é recusar a concepção de desinformação como uma disfuncionalidade, passando a entender o quadro informacional do presente como a realização das dinâmicas necessárias do capital. A regulação política das relações sociais não pode ser dispensada pelo capitalismo, mas suas proposições de democracia deliberativa passam a se tornar um problema se elas precisam ser rotineiramente ignoradas — aquela incompatibilidade que Wolfgang Streeck observa entre capitalismo e democracia, de maneira que as propostas vencedoras nas eleições são regiamente jogadas de lado quando assumem os governos. Torna-se assim mais satisfatório para o andamento do capitalismo manter a necessidade de regulação política por uma elusão deliberativa promovida pelas plataformas digitais de redes sociais. A mesma coisa vale para a sensação de que presidentes como Donald Trump governam por meio das redes sociais, que processos judiciais podem ser preteridos pela profusão de acusação nas redes sociais e assim por diante. No Brasil,

isso é flagrante na presença maciça das posições políticas reacionárias nas plataformas digitais e seu sucesso estrondoso.

Como você avalia a atual discussão sobre a regulação das plataformas digitais no Brasil e sua eventual conexão (ou não) com um projeto nacional de desenvolvimento?

Esse é um debate com muitas camadas. No quadro atual, entendo que a discussão sobre a regulação das plataformas digitais no Brasil ganhou proeminência por conta do poder político que elas adquiriram, sobretudo naquelas que se dedicam à produção de conteúdo. Por isso, a parte mais significativa do debate se concentra em argumentar sobre os estragos políticos, mas também sociais, causados pelo descontrole da difusão de conteúdo, ainda que, mesmo aí, o problema econômico se mostre decisivo. Isso porque com o quadro já estabilizado de um sistema de plataformas digitais voltadas à produção de redes sociais, nas quais as pessoas interagem sobretudo por meio de conteúdos devidamente orientados pelo controle algorítmico dedicado à devida realização das funções publicidade e propaganda, é muito difícil reconfigurar o processo. O exemplo chinês, que pode restringir a presença de plataformas de redes sociais oriundas do monopólio global porque constituiu um conjunto próprio de redes, e o brasileiro, que não possui um sistema próprio e está aberto à presença de tais plataformas globais, mostra que projetos de soberania digital passam pela capacidade devidamente instalada de ofertar serviços robustos o suficiente para a população, que não sentiria falta dos mecanismos das *big techs*. Se isso vale para as plataformas de conteúdo, vale para todos os demais setores. No quadro atual de desenvolvimento de IA, *big data*, aprendizado de máquina e demais elementos, a capacidade de nuvem num sentido de soberania nacional é um elemento decisivo. Basta para exemplificar algo que todo o pesquisador acadêmico tem vivido cotidianamente, que é o sequestro de toda sua condição produtiva pelos serviços ofertados pelas *big techs*, pagos pelas universidades e que se tornaram um elemento que não pode estar ausente, sob pena de inviabilizar a produção de

conhecimento no país. Acho que as propostas atualmente em discussão são muito tímidas neste sentido. Sobretudo porque sua centralização no Estado não viabilizará as condições de soberania nacional e não parece ser de interesse econômico dos capitais entrarem em mais essa seara, que não promete tantos retornos quanto o cassino financeirizado de cada dia.

Qual é o futuro, a curto e médio prazos, das velhas e novas mídias no Brasil?

É arriscado tentar qualquer prognóstico. Mas, penso que a dinâmica nacional da Indústria Cultural, tal qual sedimentada no mercado brasileiro de televisão, com liderança da Rede Globo, reorganizará seu funcionamento sem que, como parece ser corrente em algumas avaliações, perder sua centralidade. Ou seja, os novos andamentos do que está se chamando de TV 3.0, ou DTV+ garantirá não só a presença central da Globo no controle midiático do Brasil, como ainda garantirá sua entrada em setores que têm se mostrado mais fechados, como a chamada economia de dados. De qualquer modo, isso também dependerá de como o eixo geopolítico continuará rotacionando, quais as condições os conflitos globais nos colocarão e o quando o reacionarismo continuará normalizando sua agenda. Para o que nos importa, parece decisivo persistirmos construindo parâmetros críticos capazes de nos colocar numa posição mais favorável de análise e proposição política. Apesar de dispormos de um conjunto marcante de teorias para iluminar o caminho, ainda não me parece que a centralidade de comunicação e informação no contexto presente do capitalismo foi devidamente incorporado pelas organizações políticas populares.

(22)

RELIGIOSIDADES

Joanildo Burity

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Essex e professor da Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Qual é o cenário das religiões no Brasil hoje? De acordo com os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2010 e 2022 ocorreu uma redução na proporção de católicos de 65,1% para 56,7%, ao mesmo tempo em que houve um aumento na proporção de evangélicos de 21,6% para 26,9%. O que isso significa, em linhas gerais?

Os números do Censo apontam uma transição sociodemográfica que só se entende plenamente quando vista como transformação do próprio sentido de "religião" (na experiência pessoal e no plano público) e, sobretudo, como transição política num campo historicamente desigual, marcado pelo peso do catolicismo, na cultura e nas instituições. A democratização dos anos 1980 abriu a possibilidade de minorias religiosas pleitearem isonomia de tratamento, reconhecimento e direitos, como outros atores sociais subalternos, e é nesse contexto que "os evangélicos" aparecem e se constituem, no início dos anos 2000, como nome de um projeto político: unificação sob hegemonia pentecostal e construção de uma voz pública autônoma, que conquista espaços no topo da política nacional a partir de 2003 e se glocaliza nos anos seguintes. Nos anos

2010, esse projeto inflete para a autoimagem de "maioria cristã conservadora". O que o Censo 2022 sugere é que surgem inflexões e desaceleração no campo pentecostal, possivelmente associadas a embates e dissidências internas e a múltiplas reações externas dos campos de esquerda e progressista e a maior percepção dos limites éticos da conversão ao pentecostalismo.

Quais são as características do voto evangélico no Brasil hoje? Trata-se de um eleitorado definitivamente conquistado pela extrema-direita, como pareceu na eleição presidencial de 2018, ou de um eleitorado em disputa por outras forças políticas? Conservadorismo moral não conduz, necessariamente, a conservadorismo político?

A expressão "voto evangélico" não designa um bloco sociologicamente uniforme, mas um terreno de disputa cuja aparência de coesão é, em parte, produzida por uma elite pastoral/parlamentar que se apresenta como porta-voz dos evangélicos, como se estes representassem uma grandeza sociodemográfica. Olhar apenas para resultados eleitorais induz em erro: além de persistirem padrões de sub-representação parlamentar e fracasso em converter densidade demográfica em cargos, há uma fração consistente de evangélicos (25-30%) que vota em candidatos de centro-esquerda/esquerda, evangélicos ou não. No longo prazo, de 1982 em diante, pode-se dizer que, até 2014, o voto tendeu a ser socialmente progressista (apoio a temas distributivos e de direitos humanos); depois, cresce o alarmismo em torno da igualdade de gênero (mulheres e pessoas LGBT+) e uma ambivalência frente às pautas antirracistas (associadas à promoção das religiões afro-brasileiras). Mas, desde 2020, emergiram contestações evangélicas não-bolsonaristas, que reabriram a disputa hegemônica por dentro do campo, impactando disputas eleitorais.

É possível afirmar que ao conservadorismo moral somou-se o liberalismo econômico entre a população evangélica nos últimos anos? Há uma hegemonia do ideário neoliberal entre os setores populares no Brasil hoje, principalmente entre os neopentecostais?

Sim, a direita evangélica recente pode ser descrita como neoconservadora ("liberal na economia e conservadora nos costumes"), mas isso não deve ser lido como mera "acomodação" oportunista nem como algo explicável pela religião em si. O conservadorismo moral vem mais dos protestantes históricos e dos pentecostais do que dos chamados neopentecostais. Também vem do tradicionalismo católico metamorfoseado em "cultura do povo". O ponto é que houve uma difusão mais profunda da "razão neoliberal" como formação hegemônica, que atravessa instituições, políticas e culturas para além de fronteiras denominacionais e nacionais. Por isso, a teologia da prosperidade pode se articular ao neoliberalismo sem ser "derivada" dele, tanto quanto o reacionarismo católico e o "reconstrucionismo" de protestantes históricos (batistas e presbiterianos), produzindo efeitos ambíguos conforme posição social e experiência periférica. O excesso de foco nos "neopentecostais" é errôneo: fixar-se neles obscurece tanto a capilaridade social dessa governamentalidade quanto os próprios impasses da esquerda na guerra de posições com a direita que já perdura desde meados dos anos 2010 em quase toda a América Latina.

Como podem ser combatidos o preconceito e os casos de violação à liberdade religiosa no país, principalmente contra religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé?

Em vez de propor mais uma "receita", quero dizer que o combate ao preconceito racial é um problema político-cultural ligado à crise do modelo sincrético que sustentou a auto interpretação da identidade nacional brasileira (a "cordialidade", a "democracia racial" e a subsunção das religiões negras ao catolicismo). Quando e onde ocorre a dessincretização — especialmente como reivindicação autônoma

negra por reconhecimento e justiça — a tolerância liberal e católica se revelam frágeis e a questão decisiva passa a ser a da hospitalidade, em sentido derridiano: pode o outro religioso, antes "domado", ser acolhido como legítimo habitante da nação e portador de direitos? A demanda antirracista afro-brasileira é também demanda religiosa. Por isso, ela não só desnaturaliza o sincretismo (católico), mas tensiona outros grupos religiosos onde está a maioria negra. Combater o preconceito deixa assim de ser uma questão da educação e da lei, e se torna um tema público sobre como a sociedade racializa as religiões e como o racismo as atravessa.

Nas últimas décadas, tem crescido no Brasil, também segundo o IBGE, a proporção de pessoas que se dizem sem religião. Esse é um fenômeno nacional ou tem ocorrido em outras sociedades também? E a que ele se deve?

O crescimento dos "sem-religião" é uma tendência global, mas não significa a retomada da secularização. De um lado, no Brasil e América Latina, esse grupo não equivale a ateísmo/agnosticismo, mas inclui uma variedade de processos de desinstitucionalização ou dispersão do religioso, que expressam uma recusa — total ou provisória — de submeter a subjetivação aos marcos estreitos da comunidade religiosa organizada. Por isso, o rótulo não cria "movimento" nem "comunidade" (a não ser num sentido difuso e privado de pequenos grupos que só têm voz em pesquisas de opinião). De outro lado, onde há perda de fé, no quadrante norte-atlântico do mundo, há a chegada de grupos muito religiosos pela imigração ou pela maior visibilidade das comunidades étnico-religiosas previamente existentes. O motor estrutural do fenômeno é duplo: de um lado, a cultura da autonomia (incluindo o empreendedorismo de si!); de outro, a reação conservadora de religiões organizadas, que intensifica vigilância e normatização. Paradoxalmente, quanto mais as religiões se tornam "públicas" e disputam condutas e leis, mais elas estimulam saídas que "votam com os pés".

O que se pode esperar, a curto e médio prazos, do debate público brasileiro no qual, de um lado, há uma presença crescente do conservadorismo cristão e de outro, a presença também crescente dos grupos que advogam os direitos das mulheres e a diversidade sexual?

Não é possível fazer previsões lineares aqui. O cenário deve ser lido pela lógica da contingência e do antagonismo, como advogou Laclau: projetos de "salvação" e restauração da ordem tendem a falhar, ser sequestrados por interesses e, ao disputarem hegemonia, expõem seus próprios limites — inclusive porque pagam o preço de acirrar fronteiras amigo-inimigo, forçar conformidade dos aliados e expurgar pessoas e grupos dissidentes. Ao mesmo tempo, o cristianismo contemporâneo está globalmente fraturado entre muitos conservadorismos e progressismos (teológicos, éticos e sociopolíticos). Gênero/sexualidade seguem como principal eixo de divisão. Em vez de uma "virada" rápida, podemos estar no meio de uma crise hegemônica sem data para se resolver; no Brasil, desde 2023, a onda conservadora "baixou", mas o mar não virou lago. Não há exaustão do discurso conservador. O que há é o efeito de contenção que uma contra-hegemonia "centrista" conseguiu produzir. Se vai se formar um dique contra a maré da direita, depende tanto das estratégias antidireita quanto da capacidade de reagrupamento da direita.

Silvia Alves Fernandes

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Qual é o cenário das religiões no Brasil hoje? De acordo com os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2010 e 2022 ocorreu uma redução na proporção de católicos de 65,1% para 56,7%, ao mesmo tempo em que houve um aumento na proporção de evangélicos de 21,6% para 26,9%. O que isso significa, em linhas gerais?

A leitura dos números do censo do IBGE de 2010 e 2022 atesta uma tendência que pode ser claramente vista desde o final do século XX — o enfraquecimento do monopólio católico, bem como o fortalecimento de um espaço religioso mais plural. Essa tendência, no entanto, não sugere um crescimento na conversão, mas na mobilidade religiosa dos fiéis. Portanto, a diminuição da proporção de católicos na população do Brasil não é recente, mas ainda é uma ameaça à hegemonia da Igreja Católica que não tem conseguido combater a perda de fiéis para outras denominações religiosas até o presente. Enquanto isso, o aumento dos evangélicos, particularmente nas vertentes pentecostal e neopentecostal, deve ser situado dentro da tendência mais ampla de reconfiguração de identidade e busca por autenticidade. Desde as últimas décadas do século passado até a atualidade

a adesão religiosa tem motivações múltiplas por parte dos fiéis incluindo a criação de redes de pertencimento, sociabilidade e reconhecimento. De forma abrangente, o que os números deixam claro é uma mudança estrutural: o Brasil deixa de ser um país majoritariamente católico para se tornar um país religiosamente plural. Isso implica tanto uma recomposição do espaço público — em que diferentes grupos disputam legitimidade e visibilidade — quanto um deslocamento no modo como indivíduos constroem suas trajetórias espirituais. Cada vez mais, há uma lógica de escolha, trânsito e experimentação religiosa que desafia a ideia de uma tradição única e estável.

Quais são as características do voto evangélico no Brasil hoje? Trata-se de um eleitorado definitivamente conquistado pela extrema-direita, como pareceu na eleição presidencial de 2018, ou de um eleitorado em disputa por outras forças políticas? Conservadorismo moral não conduz, necessariamente, a conservadorismo político?

O chamado "voto evangélico" não pode ser tratado como um bloco homogêneo e estável. O que temos, na verdade, é um conjunto heterogêneo de igrejas, tradições e lideranças que, em determinados contextos eleitorais, convergem em torno de pautas específicas. Em 2018, o apoio majoritário a Jair Bolsonaro revelou a força do conservadorismo moral como elemento de mobilização, mas isso não significa que esse eleitorado esteja definitivamente alinhado à extrema-direita. O conservadorismo moral pode coexistir com demandas sociais que não se traduzem automaticamente em conservadorismo político. Nas eleições mais recentes, observamos sinais de disputa por esse eleitorado, sobretudo entre grupos que tentam articular um discurso de valores familiares com agendas sociais e de justiça econômica. A literatura enfatiza que religião e política, no Brasil, se relacionam de forma situacional e pragmática, dependendo do contexto local, das lideranças e da capacidade de articulação partidária.

É possível afirmar que ao conservadorismo moral somou-se o liberalismo econômico entre a população evangélica nos últimos anos? Há uma hegemonia do ideário neoliberal entre os setores populares no Brasil hoje, principalmente entre os neopentecostais?

Hoje, há um domínio da ideologia neoliberal em alguns setores populares no Brasil, especialmente entre os neopentecostais. A convergência do conservadorismo moral com o liberalismo econômico tem sido o foco de atenção crescente na sociologia da religião. Na verdade, as narrativas sobre empreendedorismo, independência pessoal e sucesso econômico já estão em profundo diálogo com a doutrina neoliberal. A teologia da prosperidade contribui para isso, mas no Brasil ganha uma outra tonalidade, e tampouco pode ser identificada como uma visão de mundo de todas as congregações evangélicas. Mas o conceito de hegemonia deve ser relativizado. Sabemos que o apoio ao liberalismo econômico entre os fiéis é contraditório: muitos professam valores de iniciativa individual, mas ao mesmo tempo buscam proteção social do Estado. Isso demonstra que a ideologia neoliberal é amplamente difundida como horizonte cultural, mas é distribuída de forma assimétrica em posições políticas e econômicas. Também cabe enfatizar que as práticas religiosas populares não estão desprovidas dessa racionalidade neoliberal, mantendo-se ligadas, embora às vezes alinhadas ao componente justiça social. Este ponto indica que a conexão entre religião e neoliberalismo é contingente, não se constituindo necessariamente como um compromisso solidificado.

Como podem ser combatidos o preconceito e os casos de violação à liberdade religiosa no país, principalmente contra religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé?

O combate à intolerância religiosa contra as tradições afro-brasileiras exige uma abordagem multidimensional. Primeiro, é necessário reconhecer que tais práticas de violência não se reduzem a conflitos de fé e doutrina, mas se enraízam em estruturas historicamente

consolidadas que envolvem questões ligadas ao nosso processo de colonização. Essas religiões foram sistematicamente marginalizadas no processo de construção da identidade nacional brasileira. Além da dimensão legal — como o fortalecimento de instrumentos jurídicos que garantam a laicidade do Estado e penalizem crimes de intolerância — é fundamental investir em políticas educacionais e culturais que promovam o reconhecimento das religiões afro-brasileiras como patrimônio imaterial e como parte constitutiva da história do país. O reconhecimento simbólico é uma etapa essencial para combater a estigmatização. Também é importante lembrar que a defesa da liberdade religiosa não deve ser restrita ao campo jurídico, mas vivida como prática cidadã e cultural. Desse modo, o combate ao preconceito passa não apenas por assegurar direitos formais, mas também por ampliar a participação e a visibilidade dessas tradições no debate público brasileiro.

Nas últimas décadas tem crescido no Brasil, também segundo o IBGE, a proporção de pessoas que se dizem sem religião. Esse é um fenômeno nacional ou tem ocorrido em outras sociedades também? E a que ele se deve?

O crescimento do grupo dos "sem religião" é um fenômeno que não se restringe ao Brasil. Pesquisas internacionais têm mostrado a expansão desse segmento em várias sociedades, especialmente na Europa Ocidental e na América do Norte, associada a processos de secularização, individualização e maior pluralismo religioso. Esse aumento indica não apenas uma perda de vínculo institucional, mas também a emergência de formas alternativas de espiritualidade, menos normativas e mais individualizadas. No Brasil, entretanto, o fenômeno adquire características próprias. Longe de significar simplesmente ateísmo ou descrença, muitas vezes os "sem religião" mantêm práticas religiosas, como orações, rituais de cura e busca por alguma forma de cultivo espiritual. Trata-se, portanto, de um grupo heterogêneo, que expressa tanto distanciamento das instituições quanto experimentação e trânsito religioso. Boa parte das pessoas que assim

se declaram possuem uma forma particular de pertencimento: uma identidade que se constrói justamente pela ausência de filiação. Não se trata de descrença, necessariamente, mas de uma posição marcada pela recusa a uma pertença rígida e pela abertura a múltiplas possibilidades de sentido e experimentação religiosa. Esse "identificar-se pela falta" revela uma transformação no modo como os brasileiros vivem sua espiritualidade, onde o trânsito, a flexibilidade e a autonomia se tornam valores centrais. Assim, o crescimento dos "sem religião" deve ser interpretado como parte da pluralização do campo religioso brasileiro, mais do que como sinal de diluição da religiosidade. Trata-se de uma recomposição das formas de viver a religião, que reflete tanto dinâmicas globais quanto as particularidades culturais e históricas do país.

O que se pode esperar, a curto e médio prazos, do debate público brasileiro no qual, de um lado, há uma presença crescente do conservadorismo cristão e de outro, a presença também crescente dos grupos que advogam os direitos das mulheres e a diversidade sexual?

O campo religioso brasileiro tem uma capacidade notável de surpreender os analistas. Cada vez que pensamos ter identificado uma tendência clara, novos atores, discursos e rearranjos emergem. É por isso que costumo brincar que fazer previsões sobre a religião no Brasil é um pouco como tentar prever o enredo de uma novela em que os autores mudam de rumo no meio da temporada: sempre há uma reviravolta. Dito isso, é possível identificar algumas tensões estruturantes. De um lado, vemos a consolidação do conservadorismo cristão, que tem ocupado espaço político e midiático com forte ênfase em pautas ligadas ao que temos denominado de moralidades. De outro, cresce a visibilidade de movimentos sociais que reivindicam direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, trazendo para o debate público a questão da diversidade sexual e de gênero. Esses dois polos, ao se confrontarem, tornam o espaço público mais polarizado, mas também mais dinâmico. A literatura sociológica mostra que a

relação entre religião e política não se dá por substituição, mas por recomposição. Isso significa que, provavelmente, não veremos o desaparecimento do conservadorismo moral e político nem tampouco o silenciamento definitivo das agendas progressistas. O que se pode esperar é a continuidade de disputas acirradas, em que diferentes grupos seguirão buscando legitimidade e influência.

Tenho argumentado que a pluralização não elimina conflitos, mas os institucionaliza em novos formatos. Assim, o que temos pela frente não é um cenário previsível de hegemonia de um lado ou de outro, mas um espaço público em que a negociação, o conflito e a convivência de diferenças se tornarão ainda mais intensos — e, possivelmente, mais criativos.

(23)

RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS

Mónica Bruckmann

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ).

Qual a sua opinião sobre a disputa global por recursos naturais estratégicos, como as terras raras, e como deve ser a atuação do Estado brasileiro no sentido de converter essa riqueza em recursos para financiar políticas públicas de bem-estar social?

Esta disputa que envolve diversos recursos, como os recursos hídricos e a biodiversidade, é muito antiga na região. É o que caracterizou o período colonial na América Latina desde o início, caracterizando sua importância para o sistema mundial, não apenas do ponto de vista econômico, mas também tecnológico, e sobretudo frente à emergência climática. Creio que já não podemos falar de crise climática, mas sim de uma emergência climática que está sendo o pano de fundo para as estratégias de descarbonização, energia verde e transição energética. A América Latina tem quase 75% das reservas mundiais de lítio, a Venezuela tem de 17% a 20% das reservas mundiais de petróleo, enquanto as reservas de cobre de Peru, Chile e México representam de 40% a 42% do total mundial. E a terceira maior reserva mundial de níquel localiza-se no Brasil. O que significa isso? Historicamente na América Latina nossa política tem sido

de exportar matérias-primas sem nenhum ou quase nenhum valor agregado, e isso faz parte da estrutura de relações entre centro e periferia da economia mundial. A periferia é exportadora dessas matérias-primas, caracterizando uma divisão internacional do trabalho que segue sendo defendida por instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a partir da narrativa de que o mundo é dividido entre países que possuem recursos naturais e países que não possuem, e que aqueles que possuem devem especializar-se em produzir e exportar esses recursos para os países desenvolvidos.

Essa situação mudou durante a onda progressista vivida recentemente pela América Latina?

Não. Mesmo quando esses centros industrializados migram do Ocidente para o Oriente e para o Sul emergente isso não muda. Inclusive durante a primeira onda progressista do século XXI, desde a eleição de Chávez na Venezuela em 1998 até a eleição de Macri na Argentina em 2015, a América Latina aprofundou esse perfil. Em 2004 cerca de 38% das exportações da região para a China eram matérias-primas sem valor agregado e quatro anos depois, em 2008, já chegavam a 68%, e neste momento estamos ao redor de 80%. Trata-se de um grande paradoxo que o momento de avanço das forças progressistas não avançamos em processos de industrialização e ultimamente países como o Brasil inclusive passaram a desindustrializar-se. Isso coloca um grande desafio para o país: como deixar de pensar uma estratégia nacional de desenvolvimento a partir do paradigma da produção e exportação de recursos naturais ou recursos naturais críticos.

O que podemos entender por recursos naturais críticos?

Esse conceito foi criado no decorrer do século XX pelos países que necessitam desses recursos, que são estratégicos porque deles dependem os novos ciclos tecnológicos. Passamos do carvão ao petróleo, e hoje em dia, apesar da transição energética que avança lentamente, ainda há uma grande dependência do petróleo. E um mineral, para ser crítico, tem que ser em primeiro lugar estratégico. Pela definição

dos países do Norte Global, ademais de serem críticos, essa definição remete a uma vulnerabilidade das cadeias de suprimentos. É o perigo de interrupção das cadeias de suprimentos que os torna críticos. É um conceito criado pelas potências ocidentais, a partir de seus interesses e necessidades de industrialização, porque esses minerais não estão em seus territórios, nem continentais e nem de ultramar. Quando assumimos esse conceito de minerais críticos estamos assumindo o paradigma que organiza esses recursos sob a ideia de serem *commodities*. Temos que abandonar a ideia de mineral crítico para readquirir a dimensão estratégica desses minerais, que devem ser a fonte e a base para processos de industrialização, inovação e desenvolvimento que agreguem valor a esses recursos que sustentem um comércio intrarregional para gerar um conjunto de condições de desenvolvimento.

Mas que tipo de condições de desenvolvimento?

Condições em que os países que produzem recursos minerais não sejam obrigados a exportá-los nas maiores quantidades possíveis e com os menores preços possíveis, mas que desenvolvimento signifique direcionamento daqueles recursos para a melhoria das condições de vida de suas populações. Se pensamos em avançar em processos de soberania o Brasil tem todas as condições de construir um desenvolvimento soberano à medida em que se busque não apenas estratégias de industrialização, mas também de criar capacidades científicas, tecnológicas e educacionais, com a formação de engenheiros e cientistas.

Estamos começando um novo ciclo de exploração de recursos minerais e naturais estratégicos, as terras raras. Essa é uma janela de oportunidades para o Brasil?

Não estamos começando um novo ciclo de exploração de recursos minerais e naturais, estamos aprofundando um ciclo já existente. Nos anos 1960 e 1970, com o avanço das forças progressistas, como o governo da Unidade Popular no Chile ou o governo Alvarado no

Peru, houve um esforço de nacionalização do cobre, assim como na Venezuela se criou a PDVSA. Houve avanços de políticas de soberania. Mas hoje precisamos incorporar uma visão de desenvolvimento tecnológico e é urgente que criemos instrumentos para relacionarmo-nos com países que precisam destes recursos, para desenvolver relações de benefício mútuo, como diz a China, por exemplo. Tome-se o exemplo da Indonésia, que tem a primeira reserva mundial de níquel. Em 2020 o país aprovou uma lei que proibiu a exportação do níquel bruto a qualquer país do mundo. Mas claro que o objetivo era obrigar a China, principal comprador do níquel produzido na Indonésia, a negociar com Jacarta e investir no processamento do níquel antes da exportação. Essa é uma medida interessante porque além de aumentar o nível de industrialização da economia indonésia implica também em transferência de tecnologia. No caso da América Latina, o Brasil poderia liderar uma ação coordenada entre vários países da região para negociar benefícios recíprocos nas relações comerciais com os países do Norte Global e a China. Temos uma importância crucial para a indústria 4.0, e o Brasil tem condições de conversar de igual para igual com qualquer país desenvolvido desde que promova essa ação coordenada na região.

Em que termos deve se dar essa negociação com os países desenvolvidos?

É preciso condicionar a exportação desses minerais estratégicos à transferência tecnológica, considerar o imperativo ambiental, porque na América Latina ainda se pratica a mineração a céu aberto, com uso de produtos que contaminam rios e as terras, impossibilitando a reprodução da vida das comunidades, que em geral são indígenas e camponesas, que vivem nos territórios onde se concentram esses recursos naturais estratégicos. No Peru, por exemplo, para produzir-se 1 grama de ouro há que se moer 1 tonelada de pedra. E o país é o quinto produtor mundial de ouro, então imagine a devastação ambiental produzida. Então é necessário passar os países produtores de simples exportadores de *commodities* para países que produzem

recursos minerais e naturais estratégicos que geram industrialização, que agregam valor, que produzem ciência e tecnologia, é fundamental. Há três ou quatro anos os países desenvolvidos passaram a falar a respeito da formação de um "clube dos compradores", para garantir os preços mais baixos possíveis, diminuir barreiras e tributos que cada país produtor tem para as exportações e para evitar a interrupção das cadeias de suprimentos. Isso obviamente é uma reação às iniciativas de proteção econômica, ambiental e da soberania que têm surgido nos países exportadores. E a ideia de uma atuação associativa entre os países exportadores é muito interessante para pensarmos isso que você chama de janela de oportunidades. O exemplo da Indonésia mostra que a China se mostrou disposta a negociar. Pequim não quer uma relação de cinco, dez ou vinte anos com a América Latina, mas sim de cinquenta, cem anos, e isso passa por uma verdadeira relação de benefício recíproco.

O Brasil, por sua importância econômica, demográfica e geográfica, e por ser um país rico em muitos recursos fundamentais para a indústria do século XXI poderia realmente liderar essa concertação regional latino-americana para que a região possa negociar melhor com os países do Norte Global e com a China?

Definitivamente. A posição do Brasil no cenário internacional desde o primeiro governo Lula (excetuando-se o período de Bolsonaro) é caracterizada por uma política externa que pensa a posição do país no mundo numa perspectiva de uma plataforma latino-americana. Não foi por casualidade que quando se criou o Banco dos BRICS em Fortaleza, em 2014, a presidente Dilma Rousseff convidou a presidente Cristina Kirchner para participar daquela reunião. A política externa brasileira durante os governos do PT foi pautada pela ideia de que o país deveria ocupar uma posição mais soberana no cenário internacional, a partir do entendimento de que isso apenas seria possível se Brasília liderasse esse processo de coordenação regional com maior participação dos países latino-americanos nos espaços decisórios. E essa é uma vocação da política externa brasileira, apesar de

todas as suas contradições, como no caso do veto do país ao ingresso da Venezuela nos BRICS, algo que custou muito caro. De maneira geral, creio que há uma compreensão de que é necessário envolver a América Latina nesse processo. E agora temos uma dinâmica muito interessante entre Brasil e México, principalmente diante da guerra comercial e tarifária promovida pelo governo Trump. O México, que sempre esteve muito articulado à economia dos Estados Unidos, começa a se aproximar do Brasil. E não se trata apenas de uma aproximação política, mas também para discutir algumas cadeias conjuntas de valor, como produção de medicamentos e uma aproximação entre Petrobrás e Pemex para desenvolvimento conjunto de tecnologias de produção de derivados de petróleo. As crises são interessantes porque apresentam também as fissuras nas estruturas de poder e estas fissuras se colocam como oportunidades que se forem aproveitadas podem significar reestruturações em vários níveis, e isso está acontecendo como nesse exemplo da aproximação entre os dois países latino-americanos. Ainda que seja muito difícil construir uma ampla integração regional podemos pensar em oportunidades de integração dos nossos países em sistemas de saúde pública e energia, por exemplo.

Que balanço você faz da exploração do Pré-sal no Brasil transcorridos vinte anos de sua descoberta e considerando as mudanças que ocorreram em seu marco regulatório depois de 2016?

O descobrimento do Pré-Sal foi um aspecto muito fundamental para a revisão da legislação brasileira de exploração dos hidrocarburos. Em primeiro lugar a dimensão das reservas do Pré-Sal deram ao país a condição de ser um grande produtor mundial de petróleo, condição que o Brasil não tinha até então. Em segundo lugar, a previsão legal da participação majoritária da Petrobrás na exploração dos campos de petróleo. E isso deu origem a um avanço muito importante na gestão soberana desse recurso, inclusive com elevação da renda da federação e dos estados onde essas reservas estão localizadas. Avançaram também os serviços e as capacidades tecnológicas relativos aos

processos de exploração de petróleo em águas profundas, bem como diminuir seus custos de modo a tornar a exploração economicamente viável. E em grande parte isso deveu-se à comunidade científica brasileira, à universidade pública brasileira. Tudo isso configurou uma situação bastante especial para o país, com um novo nível de desenvolvimento em relação à exploração e produção de um tipo de energia ainda tão fundamental como o petróleo. E com isso o governo petista colocou-se como uma ameaça aos interesses das grandes empresas mundiais do setor. E em grande medida o *impeachment* da presidente Dilma passa por aí. Toda a construção, junto à opinião pública, de um imaginário de ineficiência e corrupção em relação à Petrobrás levou, entre outros fatores, ao impedimento de Dilma. E uma das medidas tomadas por seu sucessor, Michel Temer, foi a mudança do marco regulatório da exploração do Pré-Sal, dando maior acesso às enormes jazidas de petróleo a empresas estrangeiras. A outra parte da história é que, em pouco mais de dois anos o Brasil, que produzia a maior parte dos derivados de petróleo que se consumia no país, sendo praticamente autossuficiente na produção de gasolina e óleo diesel, passa a ser exportador de petróleo bruto e importador de derivados de petróleo. Trata-se de um retrocesso muito grande. Tanto em relação ao que o Pré-Sal representava para um novo projeto de desenvolvimento do país. Há que se recuperar a infraestrutura existente de produção de derivados de petróleo do país. A crise energética está trazendo a urgência de que os países se protejam de uma crise global de abastecimento de derivados de petróleo. É inequívoco que o país recupere sua capacidade de produção nesse setor.

Edna Aparecida da Silva

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora associada do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

Qual a sua opinião sobre a disputa global em torno dos recursos naturais estratégicos, elementos de terras raras e minerais críticos (segundo a terminologia adotada pela União Europeia e pelos Estados Unidos), e qual deveria ser a estratégia do Estado brasileiro em relação a isso? Em que medida essa riqueza pode ser convertida em recursos para financiar políticas públicas e alcançar um melhor padrão de vida para a população brasileira?

Existe hoje uma enorme expectativa em torno dos minerais críticos, como se eles fossem capazes de resolver automaticamente problemas históricos de desigualdade e de financiamento de políticas públicas. Isso é um equívoco. Esses recursos só se convertem em desenvolvimento quando inseridos em um projeto de governo claro, com capacidade de coordenação estatal e maior autonomia decisória. O Brasil enfrenta limites importantes: há corporações privadas muito poderosas, grupos econômicos locais articulados a capitais externos, além de bancadas fortes no Congresso e entidades empresariais influentes. Sem enfrentar essa correlação de forças, a renda mineral tende a se concentrar e a reproduzir padrões históricos de enclave.

Portanto, a questão não é apenas ter recursos no subsolo, mas quem controla sua exploração e com quais objetivos estratégicos.

A disputa global por recursos naturais estratégicos é, na prática, uma disputa por poder tecnológico e industrial, que combina competição econômica e rivalidade geopolítica, sobretudo entre Estados Unidos e China. As respostas chinesas à guerra tarifária iniciada no segundo governo Trump, com controles de exportação e a proposição de um bloco mineral com países do Sul Global, intensificaram essas dinâmicas. Nesse contexto, os investimentos estrangeiros em minerais críticos tornam-se instrumentos centrais, articulando acesso a recursos, tecnologia e a reorganização das cadeias globais. Nos Estados Unidos, os minerais críticos são definidos a partir de sua centralidade para a segurança nacional, a base industrial e tecnologias estratégicas, incluindo defesa e energia, com foco em garantir acesso seguro diante de riscos nas cadeias globais. Já a União Europeia enfatiza a transição energética e a segurança de abastecimento, estruturando políticas voltadas à diversificação de fornecedores e à estabilidade do suprimento no longo prazo. Para o Brasil, a estratégia deveria priorizar capacidades produtivas e tecnológicas internas, com coordenação pública e centralidade estatal. Embora haja expectativa de que esses recursos financiem políticas públicas, isso não ocorre automaticamente. Exige um projeto nacional que articule política mineral, industrial, inovação e regulação ambiental, com agregação de valor e captura da renda mineral. Mesmo com avanços recentes, como o Imposto Seletivo de até 0,25% sobre a extração, há forte resistência do setor, representado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o que evidencia disputas sobre essa renda. A política mineral brasileira segue marcada por uma lógica extrativista, com forte peso de corporações, interesses locais e coalizões políticas. As posições do governo indicam uma tentativa de maior soberania e diversificação estratégica, sem alinhamento automático. O desafio é transformar essas diretrizes em políticas capazes de reorientar, ainda que gradualmente, a inserção do país nessas cadeias globais.

Como o Brasil está inserido nas cadeias de transição energética e descarbonização?

O Brasil participa da transição energética global, mas ainda em posição subordinada. É relevante como fornecedor de energia renovável e minerais estratégicos, mas pouco presente nas etapas tecnológicas mais sofisticadas. Apesar do discurso de protagonismo verde, persiste dependência tecnológica e produtiva. A economia verde pode abrir oportunidades, mas também aprofundar a reprimarização sem uma política industrial consistente. Isso se reflete na estrutura produtiva. O país abriga empresas de energia limpa, como Binatural e Matrix, mas o setor mineral é dominado por grandes corporações, como Vale, Anglo American, CSN Mineração, Kinross, AngloGold Ashanti e Mosaic. A atuação concentra-se na extração e no processamento inicial, enquanto as etapas de maior intensidade tecnológica permanecem no exterior.

Não se trata apenas de participar, mas de disputar posições mais altas na cadeia, internalizando tecnologia e construindo capacidades industriais e de inovação.

Qual o papel do Brasil em uma estratégia regional para recursos estratégicos?

O Brasil teria condições de liderar uma estratégia regional soberana para a exploração de recursos estratégicos, ampliando o poder de negociação da América do Sul frente às grandes potências. No entanto, isso esbarra em limites históricos do regionalismo latino-americano, marcados por divergências políticas, baixa coordenação produtiva e competição por investimentos externos. Em geral, prevalece uma inserção dependente, na qual cada país negocia isoladamente, reduzindo a capacidade coletiva de influenciar as cadeias globais.

Para assumir esse papel, o Brasil precisaria combinar liderança diplomática com um projeto doméstico claro, articulando política mineral, industrial e tecnológica em escala regional. Sem isso, a tendência é de fragmentação e maior vulnerabilidade geopolítica. O contexto

recente reforça esse quadro. A reorientação da política externa dos Estados Unidos, com a retomada da primazia hemisférica na estratégia de segurança nacional anunciada por Trump no final de 2025, vem sendo acompanhada por uma atuação baseada em instrumentos de poder, que retoma práticas de caráter imperial na região, em linha com a tradição da Doutrina Monroe, combinando acordos bilaterais, sanções, pressões políticas e episódios de uso da força, como no caso da Venezuela, além de alinhamentos estratégicos, como o acordo de comércio e investimento com a Argentina, que articula comércio, investimento e segurança nacional para reorganizar cadeias de minerais críticos segundo critérios estratégicos. Soma-se a isso o "Escudo das Américas" iniciativa que integra coordenação militar, inteligência e alinhamento político, articulando segurança, recursos estratégicos e cadeias produtivas em uma mesma agenda com vários países da região. Isso mostra que o desafio para o Brasil não é apenas liderar, mas evitar que a região se consolide como espaço de disputa entre potências, sem capacidade própria de coordenação e definição estratégica.

Qual a sua opinião sobre o modelo econômico brasileiro e as oportunidades de mudança?

O modelo brasileiro ainda é baseado na exportação de *commodities*. Isso é importante para o país, pois sustenta o balanço de pagamentos e a taxa de câmbio, mas limita mudanças estruturais na economia. A disputa entre Estados Unidos e China pode abrir oportunidades de reindustrialização, especialmente na transição energética, mas isso exige política industrial, investimento em ciência e tecnologia e capacidade estatal de impor condicionalidades.

Sem isso, tende a aumentar a pressão sobre os recursos naturais. No Brasil, temos visto esse movimento em iniciativas concretas, como a assinatura de memorandos por governos subnacionais com os Estados Unidos e a atuação da diplomacia norte-americana, em articulação com o setor privado e entidades representativas, organizando

seminários e discussões sem a participação do governo federal. Essas iniciativas buscam garantir acesso às reservas brasileiras e integrar o país a cadeias estratégicas voltadas à redução da dependência dos EUA em relação à China. Para o Brasil, o ponto central é usar esse contexto atual para negociar acesso à tecnologia e avançar na cadeia produtiva, diversificando parcerias e evitando uma inserção subordinada. Isso se expressa, por exemplo, no acordo com a Índia, que combina minerais críticos e cooperação tecnológica. Experiências como a do Malawi, país africano que proibiu a exportação de minerais brutos para estimular o processamento doméstico, indicam uma estratégia de maior autonomia econômica, ao buscar reter valor no território. Mais do que isso, é necessário mudar o padrão de inserção internacional. Caso contrário, o país tende a agir de forma reativa às tensões entre Estados Unidos e China, com suas escolhas condicionadas por essa rivalidade.

Como você avalia a Estratégia Nacional de Terras Raras do Brasil?

A estratégia é um sinal político relevante, indicando maior centralidade do tema na agenda pública. Ainda assim, é cedo para avaliar resultados. Sem metas claras de industrialização, domínio tecnológico e regulação ambiental robusta, há risco de apenas reorganizar a exportação de minerais. Avançar nessa agenda exige política articulada de ciência e tecnologia, participação das universidades e ampliação do diálogo do Ministério de Minas e Energia com a sociedade, incluindo comunidade científica e movimentos sociais, para além de *think tanks* ligados às visões e interesses financeiros ou corporativos. Também é preciso reconhecer as pressões de grupos empresariais, do setor financeiro e de coalizões políticas da mineração. O êxito dependerá da capacidade do Estado de mediar esses interesses e orientar o setor para um projeto nacional de longo prazo. Sem isso, o discurso de soberania tende a permanecer retórico. A experiência histórica do país recomenda cautela: não há razões para supor que, no caso das terras raras, os resultados serão automaticamente distintos da trajetória extrativista que marcou o setor mineral brasileiro.

(24)

POLÍTICA EXTERNA

Bernardo Salgado Rodrigues

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor na mesma universidade.

Transcorrido o primeiro quarto deste século XXI, como você avalia a política externa brasileira no período? E, mais especificamente, como vê o papel do país diante da disputa global entre Washington e Pequim?

Em termos gerais, a Política Externa Brasileira no primeiro quarto do século XXI teve duas concepções diametralmente opostas: uma política externa ativa e altiva, principalmente no governo Lula I e II, e, em menor medida, no governo Dilma; e uma política externa dependente e subordinada, numa linha mais conservadora no governo Temer e de alinhamento unilateral, no governo Bolsonaro. Nos governos Lula I e II, houve uma diplomacia ativa e altiva dotada de sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance, com uma liderança carismática de nível mundial que suplantou a passividade do governo anterior e buscou alianças fora do hemisfério visando ampliar seu poder de influência no âmbito internacional. No governo Dilma, pode-se visualizar uma política baseada na diversificação das relações exteriores e na ampliação da autonomia que encontrou uma continuidade. Seguiu com os mesmos objetivos na esfera internacional mantidos pelo governo anterior (obtenção de desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros comerciais e a

afirmação do Brasil como líder regional), mas a diplomacia de Dilma busca esses objetivos com menos ativismo e com mais limitações externas. A Política externa de Temer era oposta aos predecessores, buscando reverter a prática de uma política externa ativa e altiva de maior protagonismo brasileiro no cenário internacional, que não necessariamente conduz a um panorama social mais justo, apresentando características conservadoras e liberais. Já a política externa do governo Bolsonaro se baseou em três grupos que lutavam por espaço (militares, liberais de livre mercado e antiglobalistas). O antiglobalismo se constituiu como a principal força motriz da nova política externa ao colocar o Brasil solidamente no Ocidente (cultural), forjar alianças com outros governos de extrema direita no mundo e declarar guerra permanente contra os espectros do socialismo. O governo Lula III vem buscando reverter o isolamento e recuperar a credibilidade internacional do país em espaços multilaterais (num cenário internacional permeado por tensões e incertezas distintas das que enfrentou antes). Em outros termos, há uma "política externa ativa e altiva 2.0", com um resgate do universalismo, do multilateralismo, da igualdade soberana entre as nações e do desenvolvimento (sustentável). Especificamente no que se refere à disputa global entre Washington e Pequim, a China continua a se apresentar como maior sócio comercial a partir de 2009 e um potente investidor industrial no país. O país asiático representa também uma contraparte relevante em projetos de cooperação econômica, tecnológica, científica, educacional e ambiental. Além de constituir um parceiro no BRICS, a China tem mostrado interesse de ampliar pontes de coordenação nos âmbitos da governança global, especialmente no sistema ONU somados aos do G20 (e, possivelmente, do BRI). Em contrapartida, ainda que se tenha realizado uma tentativa de reconstrução do diálogo altivo e ativo com os Estados Unidos no início do mandato (inclusive com uma visita aos Estados Unidos em fevereiro de 2023, cumprindo o objetivo de instalar uma dimensão interpresidencial), as medidas adotadas por Donald Trump a partir de 2025 tendem a arrefecer a cooperação entre ambos os países. Em outros termos, um

dos desafios da política externa brasileira contemporânea será o de reequacionar o sentido político do relacionamento com o governo estadunidense, em que o contexto de tensões e acirramento de rivalidades geopolíticas mundiais que envolvem interesses estratégicos primordiais tanto de Washington como de Pequim proporciona um cenário de pressões, mas também de janelas de oportunidade para o Brasil.

Há muito se fala na necessidade do aprofundamento dos processos para a integração da América Latina. O Brasil, por seu peso econômico, político e demográfico, tem papel fundamental nisso. Temos sido, como país, exitosos nesse objetivo?

Em poucas palavras, não. Ainda que o governo Lula tenha tido a iniciativa de reimplementar a Unasul em 2024, não houve avanças significativos. Não tiveram lugar também a retomada de linhas de ação construtivas no MERCOSUL e na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), nem um novo impulso à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e um retorno pouco incisivo à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Ou seja, a política do governo Lula aparenta não ter ações construtivas (comparativamente aos seus primeiros mandatos) que podem avançar e impulsionar a participação e liderança do Brasil na integração regional, principalmente ao enfocar na importância do fortalecimento das relações políticas e econômicas com os países da América Latina. Os efeitos positivos da integração são percebidos pelos diferentes países que fazem parte do concerto, em maior ou menor medida. Dentre eles, pode-se citar o aproveitamento das economias de escala, influência nas expectativas de investimento nacional e estrangeiro, redução dos custos de transação, efeitos sobre taxas de crescimento, possível estabelecimento de uma arquitetura financeira regional, incorporação do progresso científico-técnico e da articulação produtiva, elevação da produção e da produtividade, favorecimento da padronização de normas e regulações, estabelecimento de negociações ou de consultas prévias a fim de evitar represálias,

desconstrução das assimetrias regionais, intensificação da complementaridade produtiva, ampliação da participação de componentes sociais, impulsão de desenvolvimento com equidade, consecução de projetos de infraestrutura física e energética, criação de mecanismos de defesa militar e econômica, inserção mundial mais soberana com a elevação do poder de barganha internacional, dentre outros. Num período marcado por crises políticas e ascensão de governos de direita, os modelos de integração propostos na década de 2000 vêm sendo mitigados, refletindo as disputas no interior de blocos e entre propostas distintas. Consequentemente, o Brasil precisaria estar disposto e em condições de passar a assumir um papel de protagonista para alcançar os objetivos traçados, inclusive num contexto de competição geopolítica mundial que enseja maior cooperação com seu entorno estratégico.

A mesma pergunta, mas relativamente não ao nosso entorno mais imediato, mas em relação ao Sul Global: quais são os maiores avanços recentes e quais os maiores obstáculos ainda existentes para o estreitamento das relações do Brasil com a África, o mundo árabe e a Eurásia de maneira geral?

Quanto ao Sul Global, os avanças foram mais significativos do que em relação à integração regional sul-americana. Esta coalizão é compreendida como uma designação simbólica voltada para a imagem de coesão que surgiu quando antigas entidades coloniais se engajaram em projetos políticos de descolonização e avançaram em vias de desenvolvimento que modificassem suas estruturas socioeconômicas marcadas por elevadas desigualdades. Como principais exemplos, pode-se citar relações no âmbito do G20, no G15, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL)[1], na Cúpula Ibero-Americana, na Cúpula América do Sul-África (ASA), na Cúpula América do

[1] O Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL) é um mecanismo informal, criado em 1999, com o objetivo de aumentar as oportunidades de diálogo e de cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste. Congregando 36 países, seu

Sul-Países Árabes (ASPA), no IBAS e no BRICS+. Este último apresentou avanços significativos nos últimos anos. A partir de 2024 houve a entrada de Egito, Etiópia, Irã, Indonésia, Arábia Saudita e Emirados Árabes (consolidando o BRICS+), assim como a entrada de 13 novos parceiros no bloco na condição de "parceiros" (com uma participação limitada e sem direito a voto): Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria, Indonésia, Argélia, Belarus, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã e Uganda. O BRICS pode significar um preâmbulo de uma nova ordem multipolar, democrática e pós-ocidental. Com cerca de 46% da população mundial, 36% da superfície terrestre, aproximadamente 50% das reservas de petróleo e gás, e quase 36% do PIB global em paridade de poder de compra, os BRICS+ reconfiguram a ordem mundial do período pós-Segunda Guerra Mundial. O eixo geopolítico ocidentrocêntrico passa a ser deslocado, fazendo com que gradativamente não seja mais o eixo geopolítico dominante. Entretanto, alguns obstáculos ainda se fazem presentes. O recrudescimento do IBAS (acordo multilateral entre Índia, Brasil e África do Sul), da Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA) e da Cúpula América do Sul - África (ASA) são sinais negativos, assim como a não entrada do Brasil no Belt and Road Initiative. Este último, ao constituir um projeto audacioso proposto pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013 durante uma visita oficial à Ásia Central, busca retomar a Rota da Seda original — corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era, no qual a China intenta fortalecer os laços econômicos entre Ásia, África, Europa e América Latina com investimento de bilhões de dólares em infraestrutura, favorecendo a conexão e o comércio entre os países e confirmando, direta ou indiretamente, a disputa pelo poder global. A ausência brasileira pode acarretar perda de participação como forma de alavancar projetos de infraestrutura no país, possibilitando também investimentos em projeto de integração na América do Sul ou até mesmo uma janela de

---

nível mais elevado de interlocução é a Reunião de Ministros das Relações Exteriores, sediada a cada dois anos, de maneira alternada, na América Latina e na Ásia do Leste.

oportunidade para a transferência de tecnologia, a instalação de indústrias e da construção de trens de alta velocidade, portos, rodovias e ferrovias no país.

Para além dos aspectos políticos e econômicos da diplomacia brasileira, como o país pode atuar pela maior integração dos povos, especialmente do Sul Global?

No âmbito estrutural, desde a primeira década do século XXI, o Brasil vinha desenvolvendo uma estratégia embrionária de afirmação internacional e expansão de sua presença em alguns tabuleiros geopolíticos, buscando aumentar sua capacidade de defesa autônoma de suas demandas internacionais. A soma de todas as suas potencialidades fez com que o Brasil se apresentasse como espaço primordial de promoção do desenvolvimento da América do Sul enquanto bloco de poder. Ou seja, se o Brasil deseja mudar sua participação na geopolítica internacional, deve questionar a hierarquia internacional e adotar estratégias de mudança do status quo, ensejando uma maior participação da América do Sul como centro de acumulação internacional. Logo, dado seu peso específico, é de fundamental importância que o Brasil assuma o papel de grande *player* regional e internacional, de motor da expansão econômica. Portanto, preconiza-se que a América do Sul é o natural espaço vital brasileiro para o fortalecimento da sua posição internacional na ordem mundial pós-moderna em construção: ou o Brasil assume sua liderança natural na América do Sul, ou então se subordina geopoliticamente a um ou mais centros de poder, principalmente China ou Estados Unidos. De fato, o Brasil é o único país com dimensão geopolítica suficiente para exercer a liderança regional, traçando um futuro autônomo para o mundo sul-americano. Em outros termos, sustenta-se o argumento de que a integração sul-americana deve ser o ponto de partida, cujos eixos centrais consistem na saída brasileira para o Oceano Pacífico, a interligação das bacias amazônica e platina e a criação de núcleos estratégicos multilaterais para a exploração da biodiversidade da Pan-Amazônia. Adicionalmente, uma vez que o Brasil se encontra em

posição intermediária na distribuição de poder mundial, com a finalidade de elevar seu capital político internacional, o país deve buscar agir em bases articuladas com outros países que tenham características semelhantes e que também almejem a reforma do processo decisório das instituições internacionais. A própria política externa brasileira na atualidade parte do princípio de que o país apresenta externalidades positivas ao participar de novos mecanismos de governança global, justificando suas decisões com base no prestígio político, na relevância estratégica, na credibilidade institucional e na possibilidade de fomentar a economia brasileira. Esse é um dos motivos pelos quais o Brasil deve participar de grupos de concertação política no âmbito das relações Sul-Sul. É importante ressaltar que a Frente Sul-Sul de cooperação vem gradativamente se estabelecendo em bases solidárias, pragmáticas, na perspectiva ganha-ganha. Ou seja, constituem-se de países com similaridades geopolíticas e geoeconômicas e que, portanto, possuem objetivos geoestratégicos crescentemente convergentes dentro do cenário internacional. Especificamente para maior integração dos povos, urge a necessidade de um pensamento crítico integracionista que constate que os problemas do processo de integração não são somente de cunho político-econômicos, mas também histórico-estruturais, de coesão dos países, que abarcam problemas de identidade. Logo, não há possibilidade de benefícios se não houver um elemento essencial de estratégia de governo que vá além dos governos, na educação, nas escolas, nas ruas. Em outros termos, o processo de integração, ao contemplar basicamente aspectos econômicos e comerciais, relegando a um segundo plano as políticas sociais, traz à tona o perigo de ser mais um processo de exclusão social, de inviabilizar uma integração dos povos para os povos. É fundamental refletir sobre a construção social da integração, um exercício da cidadania e da qualidade de vida de grupos sociais marginalizados, com a criação de redes e estruturas que assegurem políticas públicas efetivas. Por que não modificar a estrutura de ensino das escolas desde o ciclo básico, em que a história latino-americana é parcialmente ou totalmente desconhecida? Por que

não facilitar o intercâmbio de estudantes dentro da América Latina? Por que não disseminar a cultura latino-americana nos meios de comunicação tradicionais e cibernéticos com acesso a parcela majoritária da população? Por que não ensejar um turismo intrarregional, com diminuição de custos de transporte, hospedagem e acesso aos pontos turísticos, históricos e culturais para residentes locais? Por que não viabilizar um projeto de integração público e democrático, com participação plena da sociedade civil, não somente dos centros especializados e das universidades, mas dos movimentos sociais e da sociedade em si? Por que não criar uma Unidade de Participação Popular, no qual a integração seja realizada no âmbito de seus povos? Em síntese, é necessário criar uma vontade popular de integração no qual o cidadão comum precisa sentir que a integração é benéfica.

Qual papel o Brasil pode desempenhar, através de sua política externa, em relação a temas bastante sensíveis nesse momento da História, como a paz, a democracia e o combate à pobreza e às desigualdades?

Historicamente, a política externa brasileira sempre teve como diretrizes principais a valorização da paz, dos direitos humanos, do desenvolvimento e da integração regional. No próprio discurso do presidente Lula na Assembleia Geral da ONU, em 2023, esses pontos são extremamente ressaltados. Para ele, é preciso vencer a resignação, que faz aceitar tamanha injustiça como fenômeno natural e que, para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam o mundo. Ou seja, quando as instituições reproduzem as desigualdades, elas fazem parte do problema, e não da solução. Consequentemente, para que o Brasil desempenhe um papel ativo, altivo e afirmativo no cenário internacional, é imprescindível pensar num projeto de nação. Um Estado sem estratégia nacional autóctone dificilmente poderá formular ações estratégicas eficazes de combate à pobreza, à marginalização, à exclusão social e à desigualdade regional. Para um planejamento estratégico, é fundamental refletir, dialeticamente, a conjuntura e a estrutura. O primeiro, compreendido

como algo relativamente transitório, enquanto o segundo, como estrutura permanente, duradoura, atemporal. Ambos se influenciam reciprocamente e possuem papel indispensável para uma Grande Estratégia Nacional do Brasil. Adicionalmente, todo e qualquer projeto dessa monta deve ter como objetivo dual a construção de um projeto de nação (de um país inclusivo, e não de uma minoria restrita) e a superação da desigualdade (compreendida como condição axiomática para o desenvolvimento do Brasil). Em outros termos, a inexistência de uma estratégia eficiente impede o Brasil de capitalizar todo seu potencial, limitando sua capacidade de se afirmar como uma potência global e comprometendo seu papel estratégico no cenário internacional.

(25)

BRASIL, OS BRICS E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Javier Vadell

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Qual é a sua visão geral sobre as transformações em curso no mapa mundial de riqueza e poder que o mundo está atravessando no momento?

Estamos vivendo uma transição histórica no meio do caos sistémico num ambiente que poderíamos denominar de "poliguerra" é o que prevalece. A poliguerra se manifesta nos mais diversos aspectos no sistema já consolidado como multipolar: a potência declinante, Estados Unidos, tem agido, especialmente desde a crise de 2008 y acelerada em 2017, de maneira disruptiva e unilateral tentando evitar o surgimento de novos polos de poder econômico e político no Mundo. Especialmente desde o primeiro governo Trump, o fenómeno das poliguerras tem sido uma constante: guerras comerciais, guerras tarifarias, guerras híbridas e fragmentadas, guerras localizadas nas periferias nos limites das placas tectónicas geopolíticas, guerras por recursos e mercados etc.

Podemos mencionar alguns pontos da grande mudança em curso mundial:

- O Fim da Hegemonia Inquestionável: A era pós-Guerra Fria, marcada pela supremacia inconteste dos Estados Unidos em termos econômicos, militares e políticos (o "momento unipolar") acabou. Embora os EUA permaneçam a potência mais poderosa, sua capacidade de ditar sozinhos as regras da ordem global estão no fim. O policentrismo é uma realidade.
- Ascensão do Sul Global: A principal força motriz dessa mudança é a ascensão econômica de potências não-ocidentais, notadamente a China, mas também Índia, Brasil, Indonésia, Vietnã, entre outros. O centro de gravidade da economia global está se deslocando para a Ásia.
- Poder Difuso, mas com visão geopolítica: O poder não está se concentrando apenas em novos polos estatais, mas também está sendo difundido para atores não-estatais como são as grandes corporações financeiras e de tecnologia.
- Conflito de paradigmas: Esta transição não é isenta de conflitos. O Mundo está atravessando uma espécie de terceira guerra mundial peculiar que denominamos de poliguerra, na qual há espaços de cooperação no conflito, mas com altos graus de incerteza. Ela é acompanhada por uma competição estratégica entre grandes potências (principalmente EUA e China), disputas sobre valores de governança (democracia liberal vs. Sistema políticos diferentes) e uma crise do multilateralismo tradicional como foi organizado no pós-segunda guerra mundial.

Qual é a sua avaliação sobre os BRICS como um foro de articulação política e diplomática e de cooperação entre os países do Sul Global?

O mundo está testemunhando uma mudança sísmica no mapa global de riqueza e poder, marcada principalmente pela ascensão de países do Sul Global. Por décadas, a economia e a política mundial foram dominadas pelo Norte Global, especialmente pelos Estados Unidos e a Europa Ocidental. A principal transformação é o deslocamento

do centro de gravidade econômico. Países como China e Índia, e em menor escala, outros membros do BRICS, estão aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) mundial, na manufatura e no comércio. Essa ascensão é impulsionada por um crescimento econômico robusto, o que resulta em maior influência política e diplomática. Essa redistribuição de poder, longe de ser linear, cria um mundo político multipolar y economicamente policêntrico, onde diferentes polos de poder coexistem e competem entre si. Isso desafia as análises, levando a um cenário internacional mais complexo e com novos atores relevantes.

Os BRICS são um fenômeno diplomático notavelmente bem-sucedido, embora com limitações inerentes à sua natureza diversificada e plural. É sucesso como formação política que aglutina as potências emergentes com o Sul Global. Surgido como um acrônimo para definir "economias emergentes", o grupo se consolidou como um foro político crucial. Seu maior sucesso é fornecer uma plataforma unificada para que as principais potências emergentes articulem visões comuns e amplifiquem suas vozes no cenário global, promovendo reformas na governança mundial e desafiando a narrativa ocidental dominante:

- Cooperação Pragmática: Criou instituições tangíveis e importantes, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que oferece uma alternativa de financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, e o Arranjo Contingente de Reservas (CRA), um mecanismo de proteção financeira.
- Limitações: o grupo não é uma aliança militar ou um bloco político coeso. Há divergências entre seus membros (ex.: tensões sino-indianas na fronteira, posições divergentes sobre a guerra na Ucrânia). Portanto, age mais como uma coalizão flexível em torno de interesses comuns específicos (reforma de instituições multilaterais, comércio Sul-Sul) do que como um bloco monolítico.

O BRICS é mais do que um mero acrônimo; é um foro de articulação política e diplomática crucial para o Sul Global. Sua importância reside na capacidade de oferecer uma plataforma para países com realidades e interesses diversos, mas que compartilham o objetivo comum de reformar a governança global. O grupo tem atuado como uma voz coletiva em fóruns internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), reclamando por uma representação mais justa para os países em desenvolvimento. Além disso, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) demonstra o potencial dos BRICS em criar alternativas às instituições financeiras dominadas pelo Ocidente. Embora a cooperação interna possa ser desafiada por diferenças geopolíticas e econômicas, o BRICS tem sido efetivo em fortalecer a solidariedade e a cooperação Sul-Sul, promovendo um multilateralismo mais inclusivo e equitativo.

Sobre o crescimento do PIB dos BRICS+, qual é a importância disso para a economia mundial e para as relações internacionais?

O crescimento para aproximadamente 40% do PIB global (PPC) é um dado de importância estratégica monumental, com várias implicações:

- Peso econômico irrefutável do BRICS+: O grupo agora representa um agrupamento de países cujas economias não podem ser ignoradas. BRICS+ é um motor central do crescimento global, um mercado consumidor gigantesco e o principal produtor de *commodities* essenciais (energia, alimentos, minerais).
- Maior influência sistêmica.

Com esse peso, o BRICS+ ganha poder de barganha para:

- Reformar instituições: A pressão para reformar o FMI e o Banco Mundial, dando mais voz e quota de poder a esses países, torna-se irresistível.

- Desdolarização gradual: A capacidade de conduzir comércio bilateral em moedas locais, contornando o dólar, aumenta significativamente, abrindo caminho para um sistema financeiro internacional mais multipolar.
- Definir padrões: A capacidade de influenciar normas e padrões técnicos, de comércio e de tecnologia, antes dominada pelo Ocidente.
- Geoeconomia e alianças: A expansão incorpora os maiores produtores de energia (Arábia Saudita, EAU, Irã) e nações-chave em rotas marítimas (Egito, com o Canal de Suez) e demografia (Etiópia, Egito). Isso transforma o BRICS de um clube de grandes economias em uma rede que controla pontos nevrálgicos da economia global, reconfigurando cadeias de suprimento e alianças.

O crescimento do BRICS, com a adesão de novos membros, é um marco para a economia e as relações internacionais. O grupo, agora com 40% do PIB global em Paridade de Poder de Compra (PPC), não é apenas um bloco econômico; é uma força geopolítica de peso. Para a economia mundial, essa expansão representa uma maior influência dos países emergentes na formulação de políticas econômicas globais. Com a inclusão de nações ricas em recursos naturais, como a Arábia Saudita e o Irã, o BRICS+ passa a ter um controle significativo sobre o mercado de energia. A diversidade econômica e geográfica do grupo ampliado fortalece sua capacidade de negociar e moldar as regras do comércio e das finanças globais. Para as relações internacionais, o BRICS+ sinaliza o declínio do poder unipolar e o surgimento de um sistema mais multipolar. A inclusão de países com visões geopolíticas distintas, como o Irã e os Emirados Árabes Unidos, mostra a capacidade do grupo de transcender rivalidades tradicionais e focar em interesses comuns, como a desdolarização do comércio e a reforma das instituições internacionais. A expansão não é apenas um aumento numérico, mas uma consolidação de uma alternativa ao eixo Ocidental.

Qual tem sido e qual deve ser, na sua opinião, o posicionamento do Brasil nos BRICS e diante do cenário mundial contemporâneo?

O Brasil tradicionalmente viu os BRICS como um pilar central de sua política externa, um instrumento para projetar poder globalmente e diversificar parcerias, reduzindo a dependência tradicional de EUA e Europa. Foi um dos maiores entusiastas do grupo e um arquiteto-chave do NDB. Com a participação e papel protagonista no BRICS, e agora BRICS+, Brasil supera sua política externa mais regionalista para consolidar uma verdadeira política externa de alcance global com uma aproximação cada vez mais intensa com a Ásia e aprofundando as relações históricas com os países africanos. Nesse sentido o Brasil deveria adotar uma postura de "pragmatismo estratégico e como ponte diplomática" entre os países do Sul Global e com os países do Norte no âmbito do G20. Além disso, Brasil é visto como uma espécie de liderança no Eixo Sul-Sul e especificamente na América Latina e o Caribe. Isso deveria possibilitar articular agendas de interesse comum, como segurança alimentar, energética e cooperação em ciência e tecnologia, transição energética etc. Brasil deveria usar sua boa relação com todos os lados para facilitar o diálogo, evitar a fragmentação total do mundo em blocos antagonistas e defender um multilateralismo renovado e verdadeiramente inclusivo. Embora, em contextos políticos tão polarizados e com ações hostis do governo dos Estados Unidos de Donald Trump, não será uma tarefa fácil. No atual contexto conturbado, o Brasil tem um papel crucial e estratégico no BRICS. Historicamente, o país foi um dos fundadores do agrupamento e tem a oportunidade de atuar como uma ponte entre o Sul Global e o Norte Global. O Brasil pode se destacar como um defensor do multilateralismo, da democracia e do desenvolvimento sustentável, usando sua influência para promover um diálogo construtivo e evitar o alinhamento automático a qualquer bloco hegemônico neutralizando a narrativa de Guerra fria instalada hoje desde Washington.

Quais são os maiores obstáculos para a implementação dos principais objetivos da Declaração do Rio de Janeiro?

A Declaração do Rio, focada em governança inclusiva e multilateralismo, enfrenta grandes obstáculos:

- Heterogeneidade e conflitos internos podem ser um obstáculo para levar a cabo alguns objetivos. Existem divergências entre os próprios membros. Como conciliar visões de mundo, sistemas políticos e interesses nacionais tão distintos. Tensões, como as entre Índia e China, ou as complexas relações de Rússia e Irã com o Ocidente, podem dificultar a coordenação e a tomada de decisões unânimes.
- A rivalidade sistêmica entre China e EUA permeia praticamente tudo. Muitos membros do BRICS+ como Índia, Arábia Saudita, Emirados Árabe, etc. mantêm fortes laços com o Ocidente e não desejam se alinhar completamente a um campo antagônico, dificultando uma ação coesa contra a ordem liderada pelos EUA. Por essa razão os membros dos BRICS não se apresentam como agrupamento contra Ocidente, mas reformista e elevando os princípios da ONU.
- Mecanismos de tomada de decisão: o BRICS opera por consenso e é avesso a interferências na soberania nacional. Com a ampliação dos membros é cada vez mais importante criar critérios de tomada de decisões.
- Desafios domésticos: muitos membros, incluindo o Brasil, enfrentam sérios desafios econômicos e políticos internos, que podem limitar sua capacidade de focar energia e recursos em ambiciosos projetos de governança global, tornando a agenda externa por vezes inconsistente.
- Desafios econômicos e institucionais: a fragilidade econômica de alguns membros, a dependência de certas *commodities* e as dificuldades de coordenação em termos de padronização de regras

comerciais e financeiras podem atrasar a implementação dos objetivos. A burocracia e a falta de recursos em algumas nações também representam um obstáculo.

A superação desses obstáculos exigirá uma diplomacia cuidadosa, um forte compromisso político e a capacidade de focar nos pontos de convergência para construir um sistema internacional mais equitativo e democrático.

Juan Agulló

Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Qual é a sua visão geral sobre as transformações em curso no mapa mundial de riqueza e poder que o mundo está atravessando no momento?

A gente vivencia um momento histórico delicado: o modelo de crescimento global, mais do que o sistema econômico, está em crise, e o sistema político internacional associado ao modelo de crescimento está bem longe mesmo de ficar totalmente definido e institucionalizado. O fim da Guerra Fria, a crise climática e a transição digital são fatores importantíssimos para compreender, mais do que uma oposição total entre atores, uma competição constante deles pelos recursos e pelo poder. O miolo do problema é simples: tem inércias na forma como os recursos são obtidos (extração de valor, hidrocarburos etc.) e no modo como o poder é exercido e legitimado (dólar, dívida, ONU, G7 etc. pois, embora sofrendo uma erosão evidente, há atores tradicionais que ainda tem uma capacidade considerável de impacto e de desestabilização). Existem, ao mesmo tempo, dinâmicas emergentes, tanto em termos de poder como de geração/captura/distribuição de riqueza que, embora contribuam para tensionar o modelo herdado, não conseguem subverter nada provavelmente até porque

nem estão querendo isso. A competição geopolítica atual funciona com base em uma interdependência económica (que é assimétrica) provavelmente sem precedentes na história mundial. As mudanças e instabilidades que a dinamizam estão associadas ao final da Guerra Fria, à crise climática, à transição digital e as assimetrias estruturais e ocorrem tanto nas relações entre países quanto dentro dos países. Aliás, essa é a forma que a "multipolaridade" assume hoje: nem harmoniosa nem racional. Ninguém fala que a "Unipolaridade" o seja...

Qual é a sua avaliação sobre os BRICS como um foro de articulação política e diplomática e de cooperação entre os países do Sul Global?

Não sou um grande fã de categorias fechadas para questionar/explicar fenômenos multidimensionais. No entanto, aqui, é necessário esclarecer que os BRICS não são um foro — pelo menos não são exclusivamente — um foro do Sul Global e que "Sul Global" é uma categoria geopolítica tão controversa e tão disputada quanto "Ocidente". Dentro dos BRICS coexistem, pelo menos, dois grandes realidades: isso que começa a ser chamado por alguns autores do "Leste Global" ou seja, um "Norte" que não é Ocidente mas também não é Sul Global (a Rússia, a China, etc.) e um "Sul Global" muito heterogêneo: tem o Brasil, mas também a Índia, a Indonésia, a Etiópia... como avaliar os BRICS? Como afirmei em um artigo recente, "os BRICS não são a URSS". A sigla BRICS se inspirou em um artigo escrito no início do século por um executivo da Goldman Sachs (não tem nada mais capitalista e mais Norte Global do que isso) e o primeiro encontro de chanceleres dos BRICS aconteceu em Nova Iorque. Ao mesmo tempo, os BRICS foram se construindo progressivamente, tentando se adaptar aos interesses e às necessidades de cada parceiro; aceitando diferentes velocidades e sensibilidades; fazendo algumas apostas interessantes... mas, na prática, eles funcionam mais como um foro multilateral que faz lobby do que como um bloco político realmente homogêneo, com pauta única, etc. Como avaliar então esse foro desde o Sul Global? Bem, os BRICS são uma plataforma que, pelo menos,

une países que, essa é realidade, na prática cotidiana interagem mais com o Norte Global do que entre eles. As vezes quando eles interagem "de mais" isso tem vido a provocar conflitos "regionais": Índia/Paquistão; Egito/Etiópia ou Brasil/Venezuela... Vantagem: a vinculação do Sul com o Leste Global pode fortalecer a capacidade conjunta de lobby; pode permitir que os países do Sul financiem seu desenvolvimento em termos menos assimétricos... Ainda assim, tem um looooongo caminho a percorrer.

Em 2003 Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul representavam, juntos, cerca de 20% do PIB global em termos de Paridade de Poder de Compra, a preços correntes. Na atualidade, com a adesão ao grupo de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia, Irã e Indonésia, o grupo (BRICS+) responde por aproximadamente 40% do PIB global. Qual é a importância disso para a economia mundial e para as relações internacionais?

O potencial geopolítico é enorme, disso ninguém tem dúvida. Os BRICS são um ator global incontornável que compete com estruturas em decadência como, por exemplo, o G7. No entanto, as receitas de cozinha não funcionam automaticamente (a Argentina e a Arábia Saudita são os dois exemplos mais claros disso) e ainda menos quando tem pautas, de alguns dos países membros, que às vezes interferem subtilmente. Um dado eloquente é que, embora o comércio intra-BRICS tenha crescido nos últimos anos, ele ainda é negociado, principalmente, em dólares americanos (menos de 20% em moedas locais, incluindo o yuan chinês). Para muitos países do Sul Global, a realidade quotidiana ainda são "Cadeias Globais de Valor" onde eles não têm nem voz nem voto. Os principais atores e intermediários dessas cadeias, mesmo no caso do comércio Sul/Sul (caso de grãos, remédios, fertilizantes etc.) estão no Norte Global. O desafio são as interdependências e, por acima delas, a natureza assimétrica das relações económicas e políticas que caracterizam o nosso mundo. É semelhante a quando a gente fala do desenvolvimento interno dos nossos países: não basta crescer se esse crescimento acaba tendo um

impacto irrelevante ou inclusive, se aprofunda as desigualdades (sociais, territoriais etc.). Tem um problema (geo)político subjacente que não é possível ignorar.

Qual tem sido e qual deve ser, na sua opinião, o posicionamento do Brasil nos BRICS e diante do cenário mundial contemporâneo?

A inclusão do Brasil nos BRICS, para além de anedotas e de determinismos vinculados à sua dimensão geográfica, é o resultado de apostas geopolíticas estratégicas feitas no passado, como a diversificação da balança comercial ou o estabelecimento de relações com atores não tradicionais como a China, a Rússia e, em menor medida, a Índia, a África, etc. Tudo isso, somado aos recursos, posicionou ao Brasil no mundo de uma forma que muitos outros países não conseguem. É por isso que o Brasil deve aprofundar nesse caminho. Para começar é essencial continuar fortalecendo as relações com outros países/mercados do Sul Global. Devem ser relações políticas com substância que, por conseguinte, não devem deixar de explorar as relações comerciais. Ponto número dois: o papel do Brasil na América Latina (ou pelo menos na América do Sul, ou pelo menos a relação com alguns atores com os que tradicionalmente tem tido relações menos intensas, como o México ou os países amazônicos) é chave: são mercados próximos, países com interesses, problemas e posições semelhantes às brasileiras; parceiros que realmente podem contribuir, potencialmente e em momentos críticos, para o fortalecimento da posição internacional do nosso país... O Brasil também poderia mediar entre eles e outros países do Sul Global. É um "*win/win*". *Last but not least*: a relação do nosso país com a China é fantástica e precisa crescer e aprofundar (não esquecendo cuidar das vulnerabilidades) mas o Brasil pode/deve explorar relações políticas e comerciais com outros países asiáticos (como o Japão, o Vietnã ou a Indonésia). A Ásia é cada vez mais a apalanca do mundo e o Brasil precisa se projetar cada vez mais para o Pacífico: nós precisamos aproveitar o porto de Chancay, no Peru, sem dúvidas e sem adiamentos. Não dá para viver de costas e não dá para pensar que tem apostas de direitas ou de

esquerdas: tudo o que a gente está falando mexe, simplesmente, com a melhor inserção possível do nosso país no mundo contemporâneo

Quais são os maiores obstáculos para a implementação dos principais objetivos da Declaração do Rio de Janeiro, aprovada na recente XVII Cúpula dos BRICS (julho de 2025) e voltada à construção de uma governança global inclusiva e sustentável pautada pelo multilateralismo?

Uma Declaração de mais de cem pontos, como a do Rio, sugere relações internas muito inclusivas, mas também uma agenda algo idealista: as pessoas inteligentes sabem disso. Por um lado, existe uma realidade global; uma ordem geopolítica que, como mencionei, é muito complexa e está em um momento muito delicado. É nesse contexto que os BRICS funcionam, mais como lobby do que como um bloco. Muitos países aproveitam essa estrutura, essa oportunidade, para inserir as suas agendas locais, regionais e globais. Outros usam os BRICS para fortalecer as suas posições, ou, para desacelerar coisas, ou, para se "esconder" atrás deles... Na prática é isso que desacelera: articular bem leva tempo e transformar os acordos em realidade nem sempre é possível. Levando tudo isso em consideração assim como a experiência passada (os BRICS estão no cenário há uns 20 anos) a gente pode concluir que as pautas (ou pelo menos uma parte delas) serão concretizadas na medida em que os equilíbrios globais mudem e isso é algo que pode acontecer abrupta ou gradualmente: não dá para saber, nem a profundidade nem as caraterísticas dessa mudança. Por isso o importante, nesse contexto, é ter um programa, uma referência que seja o resultado de um consenso. Isso são os BRICS e isso é Rio. Por isso a minha mensagem final não é tão pessimista: o valor real dos BRICS é que essa estrutura, com as declarações que a tecem, é a que permite estar lá. Ficar isolados seria a mesmice...

(26)

O BRASIL, A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP)
e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Por que se diz que no Brasil pouco se conhece sobre a América Latina, sobre os países vizinhos, e até mesmo que o brasileiro muitas vezes nem se entende como latino-americano? Trata-se de um senso comum ou de uma afirmação que tem lastro na realidade?

Toda identidade é uma construção. E toda construção tem uma história. Em nossa cultura, as identidades se constroem por oposição: "América Latina" é uma construção do século XIX que se afirmou em oposição ao expansionismo dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, esta noção propõe a identificação com uma "Europa latina", em um contexto global de racialização das categorias explicativas. Trata-se de um conceito branco, que deixa de fora as raízes indígenas e africanas: descende de Simón Bolívar, e não de Touissant Louverture. Tendo como "outro" os Estados Unidos, a identidade latino-americana prosperou na medida em que se difundiu uma consciência anti-imperialista no continente. No Brasil, essa cultura política é mais débil do que na América Central ou no Caribe, refletindo diferentes tramas sociais e formas de dominação. Essa alienação também foi política de Estado: o patrono da diplomacia brasileira, Barão do Rio Branco, defendia que o Brasil se fizesse um aliado indispensável para os Estados Unidos, enquanto incorporava território da Bolívia. Foi

somente na Guerra Fria, quando a repressão se internacionalizou e a solidariedade também, que intelectuais críticos brasileiros pensaram o continente, de Darcy Ribeiro a Florestan Fernandes, quase sempre no exílio. Mais recentemente, houve um reavivamento desta consciência no contexto da onda progressista, embora a diplomacia brasileira militasse por uma integração sul-americana mais do que latino-americana — o que refletia cálculos de uma política que nunca se guiou pela utopia. Em resumo, a identificação dos brasileiros com a América Latina (ou não) expressa uma consciência política em disputa. E como toda identidade, poderá ser superada em uma existência sem catracas nem fronteiras.

Como a educação e a mídia podem contribuir para ampliar o conhecimento das novas gerações de brasileiros sobre a América Latina e o Caribe?

Em 1970, o "poetinha" Vinícius de Moraes gravou um disco ao vivo em um café de Buenos Aires chamado La Fusa, com Maria Creuza e Toquinho. Ele abre o show agradecendo aos argentinos pelo apoio à seleção brasileira que tinha acabado de ganhar a Copa do Mundo no México. Os argentinos aplaudem e o espetáculo começa: não há provocação nem ironia, o ambiente é fraterno. Doze anos depois, Brasil e Argentina se enfrentaram na Copa do Mundo na Espanha. A Rede Globo tinha o monopólio da transmissão e quem narrou o jogo foi Luciano do Valle. Naquela partida muito disputada, a narração brasileira retratava os argentinos como vilões congênitos, o que seria uma característica de Galvão Bueno a partir da Copa seguinte. Replicando narrações do vôlei masculino brasileiro contra Cuba (e a União Soviética), os rivais eram transformados em inimigos. Pergunta: o que aconteceu entre a Copa de 1970 e a de 1982? Brasil e Argentina viveram ditaduras colonizadas que se apresentavam como nacionalistas. Será que não interessava a esse nacionalismo de fachada fabricar rivalidades para produzir unidade? Essas observações não tem a precisão de uma pesquisa científica, mas indicam que a mídia pode colaborar para afastar povos irmãos. A mídia pode cumprir vários

papéis, dependendo dos interesses a que responde. O mesmo ocorre com a educação. Começo meus cursos sobre a América Latina apresentando dois objetivos: que os estudantes torçam pela Argentina na próxima Copa do Mundo (o que não significa torcer contra o Brasil); e se tiverem oportunidade de viajar ao exterior, que se interessem em visitar a Bolívia em lugar da Disney. No dia em que os brasileiros torcerem pelos argentinos e desejarem a Bolívia, nunca mais seremos colônia. Nota: 46 anos mais tarde, a casa Notorius em Buenos Aires replicava aos sábados o lendário show de Vinícius e companhia. Mas a menção ao futebol foi excluída, pois consideraram que o assunto era delicado e gerava brigas.

Quais são os maiores desafios e os principais obstáculos para a maior integração do Brasil com os demais países e povos da América Latina e do Caribe?

A integração deve ser vista como um meio e não como um fim. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma proposta de integração, mas com finalidade comercial: é uma integração que reforça a desigualdade e a dependência. Historicamente, a união entre os povos latino-americanos foi projetada como um instrumento defensivo diante do colonialismo europeu (na época de Bolívar) e o imperialismo estadunidense (de José Martí em diante). Pensando em uma integração orientada à emancipação, os maiores desafios se colocam em escala nacional: eles equivalem aos desafios enfrentados por cada um dos nossos países para enveredarem por um caminho soberano e popular. Pois como escreveu Mariátegui:

> O que separa e isola os países hispano-americanos [...] é a impossibilidade de que entre nações incompletamente formadas, entre nações apenas esboçadas em sua maioria, se concerte ou se articule um concerto ou conglomerado internacional. Na história, a comuna precede a nação. A nação precede toda sociedade de nações. (Mariátegui, 1924)

Quais são as áreas com maior potencial para que se avance nessa integração?

Entendo que a comunhão entre os povos latino-americanos supõe a construção de uma identidade coletiva, ainda que transitória — já que na utopia de um mundo sem fronteiras, que é também a de um mundo sem império, a necessidade de identificações defensivas se dissolverá. A identidade latino-americana está apoiada em uma causa comum (a emancipação). Mas como toda política, ganha potência transformadora se lastreada em vínculos de afeto. Deste ponto de vista, intercâmbios, viagens, alianças políticas — toda forma de vinculação envolvendo experiências de vida, fortalece esta identificação. E a cultura tem um papel fundamental: as especificidades nacionais ou étnicas não podem ser dissolvidas, mas devem integrar o repertório primário de referências culturais em que nos apoiamos para fruir a vida e sonhar — espaços atualmente colonizados pela indústria cultural global, cujo eixo irradiador é os Estados Unidos.

Como, na sua opinião, a América Latina e o Caribe devem se posicionar diante das transformações do mapa mundial de riqueza e poder que o mundo atravessa na atualidade? Qual é o papel do Brasil nessa conjuntura?

Em sintonia com o espírito de José Martí, entendo que a América Latina e o Caribe não devem disputar a dominação mundial desta forma de vida. Pois a "vitória" nesta disputa implica a exploração dos mais fracos, a manipulação da opinião doméstica e armas nucleares, tudo envolto em cinismo, segredos e mentiras. Em lugar de buscar um lugar na primeira divisão deste mundo, devemos militar para transformá-lo. O maior potencial humanista da América Latina e do Caribe está em cultivar outros mundos — mundos onde caibam outros mundos. Menos o capitalista.

Referências

Mariátegui, José Carlos (1924). *A unidade da América indo-espanhola* (Clarice Filgueiras, trad.; Maria Betânia F. Champagne, rev.). https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2021/02/04/jose-carlos-mariategui-a-unidade-da-america-indo-espanhola/

Gustavo Menon

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Por que se diz que no Brasil pouco se conhece sobre a América Latina, sobre os países vizinhos, e até mesmo que o brasileiro muitas vezes nem se entende como latino-americano? Trata-se de um senso comum ou de uma afirmação que tem lastro na realidade?

É bastante notório o desconhecimento do Brasil sobre a história e os aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais de seus vizinhos. Observa-se uma fraca identificação do Brasil como povo latino-americano — e isso não ocorre apenas no senso comum, mas é respaldado por pesquisas e análises históricas. Estudos indicam que menos de 5% dos brasileiros se reconhecem como latino-americanos, índice significativamente inferior ao registrado em outros países da região[1]. Entre os fatores que contribuem para esse distanciamento estão a questão do idioma, os processos históricos distintos (como a colonização portuguesa em contraste com a espanhola), as tradições diplomáticas e a trajetória de "autossuficiência" e liderança regional do Brasil, muitas vezes criticada sob a ótica do conceito de subimperialismo. Esses elementos colaboram para o afastamento cultural e político. O distanciamento do brasileiro em relação à América Latina

[1] Ver Guimarães, 2015 e Gavião, 2021.

tem raízes históricas e institucionais concretas, e se agravou na atual conjuntura marcada pela fragmentação política, desintegração econômica, aliada à crise do multilateralismo e do regionalismo latino-americano. Essa visão do Brasil como potência subimperialista destaca-se pela sua posição econômica dominante e pela tentativa de exercer influência sobre os países vizinhos, frequentemente perpetuando assimetrias regionais e mantendo um papel complexo de liderança, sobretudo, na América do Sul.

Como a educação e a mídia podem contribuir para ampliar o conhecimento das novas gerações de brasileiros sobre a América Latina e o Caribe?

A educação pode ampliar o conhecimento das novas gerações ao incorporar, nos currículos escolares, conteúdos sobre história, cultura, geopolítica, literatura e atualidades da América Latina e do Caribe, promovendo debates e intercâmbios acadêmicos. O papel do espanhol nos currículos brasileiros, neste sentido, é fundamental. A mídia, por sua vez, pode valorizar produções regionais, dar visibilidade a notícias dos países vizinhos e estimular reportagens comparativas, além de combater estereótipos e *fake news*, promovendo uma compreensão crítica e de teses latino-americanistas sobre a região. Iniciativas robustas e integradas nas redes sociais também são um grande desafio. Uma experiência exitosa de nossos vizinhos foi a criação da Telesur. Projetos colaborativos entre escolas, universidades e veículos de comunicação são essenciais para formar uma mentalidade mais integrada entre os jovens brasileiros e latino-americanos.

Quais são os maiores desafios e os principais obstáculos para a maior integração do Brasil com os demais países e povos da América Latina e do Caribe?

Entre os principais obstáculos à integração do Brasil com os demais países latino-americanos e caribenhos estão diferenças linguísticas (já mencionadas), estruturas econômicas heterogêneas, fragmentação político-ideológica, baixa conectividade física (infraestrutura e

transporte), além de interesses nacionais conflitantes. Outro desafio é o histórico de políticas externas voltadas para fora da região e a falta de cultura de cooperação efetiva, agravadas por crises econômicas e políticas frequentes nos países vizinhos.

Quais são as áreas com maior potencial para que se avance nessa integração?

As novas rotas de integração sul-americana tendem a retomar a interação entre as economias e a dinamizar o comércio na região, especialmente com foco na orientação para o Oceano Pacífico e diante da crescente demanda chinesa. No entanto, é necessário ir além da integração econômica e comercial. Setores como infraestrutura (transporte, energia), comércio e investimentos, educação, ciência e tecnologia, integração digital, meio ambiente (especialmente ações climáticas) e turismo emergem como áreas com maior potencial para avançar na integração regional. Projetos de rotas multimodais, cooperação em bioeconomia, mobilidade elétrica e transição energética, além de acordos comerciais ampliados, são exemplos com forte perspectiva de desenvolvimento conjunto, centrados também em agendas socioambientais para o bem-estar e a promoção dos direitos humanos, visando superar nossa condição de dependência e subdesenvolvimento.

Como, na sua opinião, a América Latina e o Caribe devem se posicionar diante das transformações do mapa mundial de riqueza e poder que o mundo atravessa na atualidade? Qual é o papel do Brasil nessa conjuntura?

Partindo da atual conjuntura de um mundo em conflagração, com diversos conflitos espalhados por disputas internacionais — como a guerra na Eurásia, o genocídio na Palestina e a guerra comercial entre Estados Unidos e China —, a América Latina precisa se posicionar como um verdadeiro eixo de poder. Nem como quintal dos Estados Unidos, tampouco como uma região apenas primário-exportadora e orientada para a economia chinesa. Há a necessidade urgente

de retomar um projeto latino-americano com maior autonomia e soberania. O Brasil, sendo a maior economia da região, deve liderar e coordenar tais iniciativas, articulando políticas climáticas, tecnológicas e alimentares, e posicionando a região como protagonista do desenvolvimento sustentável, da paz e da governança regional concebendo uma ordem multipolar.

Referências

Gavião, Leandro (2021). Raízes da América Latina: origens e fundamentos de uma identidade. *Revista de História (USP), 180*, 1-40, novembro.

Guimarães, Thiago (2015). Brasileiro despreza identidade latina, mas quer liderança regional, aponta pesquisa. *BBC News Brasil*. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg

Flávia Lessa de Barros

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professora na mesma universidade.

Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro

Doutora em Sociologia pelo New School for Social Research (Nova York) e professora da Universidade de Brasília (UnB).

Por que se diz que no Brasil pouco se conhece sobre a região da América Latina e Caribe e os países vizinhos, e até mesmo que o brasileiro muitas vezes nem se entende como latino-americano? Trata-se de um senso comum ou de uma percepção que tem lastro na realidade?

O desconhecimento e o desinteresse — ou mesmo a rejeição — dos brasileiros em relação à América Latina e Caribe (ALC), aos países latino-americanos e à latino-americanidade apresentam lastro de realidade. Para compreendermos tal fenômeno devemos, contudo, evitar generalizações e focar nos contextos e processos subjacentes e em certos setores e atores de maior protagonismo nos problemas envolvidos, de modo a considerar tanto a formação político-econômica e sociocultural do Brasil como tendências suscitadas por conjunturas contemporâneas. Há que se levar em conta fatores históricos relacionados à colonização pela metrópole portuguesa

e à instituição tardia da república, no final do século XIX, devido à independência seguida pela monarquia imperial, diferentemente da experiência da maioria dos países na região, de colonização hispânica. Como registra a literatura crítica, com algumas exceções, replicando os interesses da elite econômica brasileira, nossos governantes, políticos e intelectuais alinharam-se ao panamericanismo, doutrina que legitimava o projeto imperialista estadunidense. O distanciamento da ALC e a proximidade dos EUA constituíram uma tradição no pensamento social e político brasileiro, com força ainda hoje, mesmo na academia. No cenário configurado pelo período pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e o regime autoritário no país, o pertencimento e a referência à ALC tornaram-se importantes para se pensar o próprio Brasil, as condições de desenvolvimento e dependência, as alternativas de projeto de sociedade e, mais amplamente, o mundo, não somente na política e na academia, mas também, por exemplo, nas artes, na música, no cinema e na imprensa, apesar da censura que marcou o período. Na pesquisa que iniciamos em 2016, com apoio da FAP-DF, que prossegue em fase avançada, mapeamos algumas centenas de iniciativas latino-americanistas brasileiras e sediadas no Brasil, acadêmicas, vinculadas ou não a instituições de ensino superior, e não acadêmicas, não governamentais, as quais são impulsionadas por conjunturas geopolíticas mais recentes, em escala regional e mundial, e dedicadas à produção e à difusão de conhecimento e informação sobre a região, em diversas temáticas. Todavia, em geral, trata-se de iniciativas com pouca visibilidade. Por outro lado, é grande o déficit de formação sobre a ALC na educação brasileira. O Caribe é alvo de ainda maior estranhamento. É o caso dos estudantes ingressos no curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, os quais, na grande maioria, manifestam pouquíssima familiaridade com temas relacionados à região, com muita resistência ao idioma espanhol e preferência pelo inglês. Para alguns poucos desses estudantes, a indústria cultural e do turismo e o futebol ainda abrem algumas janelas para a região. Mesmo os colegas docentes nas Ciências

Sociais, com formação *mainstream*, eurocêntrica, marginalizam ou omitem a região em suas abordagens e agendas. As lacunas na formação escolar favorecem estereótipos da ALC que são manipulados política e ideologicamente, sobretudo contra determinados governos de países, movimentos sociais, povos e culturas na região, conforme observado na última década com o recrudescimento de vertentes da direita e a ascensão da ultradireita no Brasil.

Como a universidade brasileira, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão — e principalmente os seus programas de pós-graduação — tem contribuído ou pode contribuir para a produção e a difusão do conhecimento sobre a América Latina e Caribe no Brasil?

Nossa pesquisa mostrou que as universidades públicas brasileiras lideram a produção e difusão do conhecimento sobre a ALC no Brasil a partir do início da década de 2000 e, especialmente entre 2010 e 2015. Este foi o período da construção de uma agenda de integração alternativa, no contexto da chamada "primeira onda rosa" ou "progressista", com a participação e o apoio do Brasil em articulações intergovernamentais regionais, e, no âmbito nacional, do desenvolvimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que abarcou a fundação da Universidade Federal da Integração da América Latina (UNILA), em 2010. Das 181 iniciativas latino-americanistas mapeadas, 128 são acadêmicas vinculadas a instituições de ensino superior (IES), predominantemente públicas (81%) com diversos tipos de formato institucional: casa de cultura, centro, departamento; faculdade; grupo de pesquisa; instituto; laboratório, núcleo e observatório; programa de extensão, programa de pós-graduação e universidade. A maioria (78%) compreende laboratórios, núcleos, observatórios e, principalmente, grupos de pesquisa registrados no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. A difusão da produção

destas iniciativas acadêmicas ocorre principalmente por meio de publicações, palestras e seminários, sobre temas variados: as possibilidades, alcances e limites da consolidação da democracia e do desenvolvimento na região, as características e desafios para a integração regional em suas múltiplas dimensões, as contribuições da produção intelectual latino-americana na literatura, cinema, arte, direito, educação, as relações étnicas e raciais e de gênero, dentre outros. Trata-se de iniciativas, em grande parte abrigadas em programas de pós-graduação (PPG) situados em todas as regiões do Brasil, que contribuem para semear o latino-americanismo em IES sem foco especializado na região, onde ainda prevalecem perspectivas formuladas na Europa e nos EUA ou que priorizam análises de escopo nacional e global, em detrimento do regional. A depender de condições dadas por políticas governamentais de educação, ciência e tecnologia, planejamento e política externa, dentre outras, estas iniciativas podem contribuir para a consolidação da produção e da difusão do conhecimento sobre a ALC no país por meio da formação de pesquisadores especializados sobre a região, do fortalecimento de espaços permanentes de discussão sobre temas, problemas e questões referentes à região em fóruns e associações acadêmico-científicas, da organização de redes acadêmicas de cooperação interinstitucional, nacionais e internacionais e, inclusive, para o próprio aprimoramento de algumas estratégias de políticas e programas governamentais.

Quais são os principais desafios que os programas de pós-graduação brasileiros enfrentam para contribuir para integração da América Latina e Caribe nas suas dimensões acadêmico-científica e sociocultural?

Carecemos de recursos e políticas científicas de fomento voltadas para a cooperação e a integração regional e as parcerias interinstitucionais dos programas de pós-graduação (PPG) no Brasil com países latino-americanos ocorrem de forma episódica e principalmente por meio de pesquisadores individuais. As políticas de

internacionalização da pós-graduação no país têm favorecido a cooperação acadêmico-científica com o chamado "Norte global" em detrimento dos países latino-americanos. O Norte centrismo também predominante em nossa formação se reflete na baixa receptividade de estudos e pesquisas que adotam uma perspectiva regional latino-americana em fóruns e associações científicas brasileiras, assim como na dificuldade de acesso a obras de expoentes do pensamento e da teoria social latino-americana em português ou mesmo em espanhol no Brasil. Os próprios critérios de avaliação e distribuição de recursos priorizam a difusão da produção acadêmica por veículos internacionais de publicação no idioma inglês. Os programas com foco especializado na América Latina encontram, assim, dificuldades para recrutar pesquisadores especialistas na região para seus quadros docente e discente. Os dez PPG latino-americanistas brasileiros correspondem a menos de 1% do total de PPG em suas respectivas áreas de avaliação da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nivel superior) — Ciência Política e Relações Internacionais, Economia, Educação, Geografia; História; Interdisciplinar; Planejamento Urbano e Regional e Sociologia. São eles: Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social / Doutorado Latino-Americano em Educação: Políticas Públicas e Profissão Docente (PPGE-FaE, UFMG, Minas Gerais), Programa de Pós-Graduação em Economia (PPG-E, UNILA, Paraná), Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECSA, UnB, Brasília); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL, USP, São Paulo); Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS, UNILA, Paraná); Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM, USP, São Paulo); Programa de Pós-Graduação Mestrado em Integração Contemporânea na América Latina (PPG-ICAL, UNILA, Paraná); Programa de Pós-Graduação Mestrado em Literatura Comparada (PPGLC, UNILA, Paraná), Programa de Pós-Graduação Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD, UNILA, Paraná) e

Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA, UNILA, Paraná). Seis destes PPG, a maioria, são abrigados na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), uma instituição nova, que sofreu reveses com a ascensão das direitas a partir de 2016 e que busca superar as dificuldades decorrentes da precariedade de infraestrutura meio a uma política econômica comprometida pelos imperativos do ajuste fiscal. A localização da UNILA na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Uruguai a torna estratégica para a promoção da integração, mas não exime seus pesquisadores de cumprirem os requisitos legais burocráticos que dificultam sua circulação pelos países da região. É preciso ainda destacar o caráter marcadamente disciplinar dos critérios de avaliação da CAPES, que desfavorece programas de escopo regional, cujas pesquisas são voltadas para problemas complexos e multidimensionais, que requerem abordagens multi e interdisciplinares e comparadas. A questão de fundo, todavia, é o retrocesso da agenda integracionista emergente no início da década de 2000. O potencial de contribuição dos PPG e outras iniciativas acadêmicas latino-americanistas brasileiras para processos de integração é condicionado sobretudo por oportunidades de maior participação e influência no debate político e de concertação com agendas governamentais de política externa. Oportunidades que também precisam ser conquistadas pelas iniciativas e suas redes, num movimento de militância e engajamento que implique no transbordamento da academia e parcerias com organizações e movimentos sociais. A fragmentação observada no campo latino-americanista no Brasil é um grande obstáculo nesse sentido.

Seria possível apresentar um breve panorama das principais ações do governo brasileiro nas últimas décadas que são mais diretamente relacionadas à produção e à difusão de conhecimento sobre a América Latina e Caribe?

O protagonismo do Brasil, desde o primeiro governo Lula (2003-2006), na promoção de iniciativas intergovernamentais voltadas

para modelos alternativos de integração regional, não se refletiu no desenvolvimento de programas de fomento relacionados nas áreas de educação, ciência e cultura no país. Priorizou-se a dimensão econômica, comercial e financeira, da integração da América do Sul (e não da "América Latina e Caribe"), dando-se continuidade a grandes projetos de infraestrutura iniciados no governo Cardoso (1995-2002) para viabilizar o regionalismo neoliberal. Mas já havia os programas PEC-G e PEC-PG, instituídos respectivamente em 1965 e 1981, ou seja, durante a ditadura militar, que ofertavam bolsas de estudo em cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu* em IES brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o governo federal possuía acordos de cooperação cultural e/ou educacional. Foi a criação da UNILA (2010) no segundo governo Lula (2007-2010), que representou um salto na abordagem da integração regional. O projeto da UNILA foi concretizado como uma experiência de vanguarda, compreendendo a dimensão acadêmico-cientifica e sociocultural, a despeito das adversidades sofridas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), conforme mencionado. Por outro lado, o Programa Ciência sem Fronteiras (2011-2017), implementado no primeiro governo Dilma (2011-2014), sob a gestão conjunta do Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MEC-MCTI) com o objetivo de fortalecer a internacionalização acadêmica no Brasil, ampliou o fluxo da mobilidade para países do Norte, especialmente os EUA, sem incluir ações voltadas para a região que pudessem favorecer a latino-americanização de IES situadas noutras regiões do país. Vale lembrar, o Ciência sem Fronteiras foi encerrado no governo Temer (2016-2018), em 2017, ano seguinte ao golpe de Estado no Brasil. Já no terceiro governo Lula (2023-2026), observamos a inclusão no programa de fomento à pesquisa do CNPq/MCTI de um percentual mínimo de 10% de bolsas no exterior para a cooperação com grupos de países latino-americanos, caribenhos e africanos. Uma iniciativa importante do CNPq é o Programa de Cooperação Latino-Americana e Caribenha em Ciência, Tecnologia e Inovação

(PROSUL), concebido em 2024 com o objetivo de promover pesquisas colaborativas em eixos temáticos compreendidos em diversas áreas do conhecimento e de modo a privilegiar a Rede da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM) — já com dois editais em execução. Outro programa a ser destacado é o Move La América, criado pela CAPES/MEC em 2024 e implementado em 2025, com o objetivo de complementar os esforços da internacionalização das IES no país e promover com a atração de estudantes de PPG da América Latina e Caribe (ALC), exclusivamente, para estágio no Brasil. Todavia, o programa Move la América foi desativado no primeiro ano e incorporado noutro programa de internacionalização mais amplo, o CAPES Global Edu. Em paralelo, o edital de 2025 dos programas PEC-G e PEC-PG prevê bolsas de estudos para estudantes de 28 países da ALC com os quais o Brasil tem acordos de cooperação vigentes. É importante considerar o Prêmio Mercosul de Ciência e Tecnologia 2025, com o tema "Segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas", sob a gestão do CNPq/MCTI no Brasil, iniciativa da Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL (RECyT) e dos organismos de C&T dos Estados parte. O quadro aqui sumarizado nos sugere que não há exatamente uma agenda governamental brasileira com foco na ALC continuada e coesa desde a redemocratização, apesar da relevância de algumas ações.

Quais são os principais potenciais e desafios para a cooperação do Brasil com os demais países e povos da América Latina e do Caribe em prol da integração regional nas dimensões acadêmico-científica e sociocultural?

Um dos principais desafios consiste na consolidação da cooperação do Brasil com outros países da ALC como uma política de Estado que resista às intempéries das variações de tendências políticas e ideológicas no governo do país. Outro desafio refere-se à incrementação de redes regionais de pesquisa e agendas comuns ampliadas bem como os acordos de cooperação internacional com

universidades latino-americanas, o que requer maior investimento e apoio às IES. O Brasil avançou em ações de cooperação com outros países na região especialmente em termos de mobilidade acadêmica, mas carece de outras medidas voltadas para a promoção da integração acadêmico-científica e sociocultural da região. Seria louvável o maior apoio do governo brasileiro para a participação das IES em iniciativas como, por exemplo, a Rede AUGM, instituída em 1991 como um espaço comum acadêmico, logo após a criação do Mercosul. Além de um maior suporte de recursos financeiros e institucionais, a eficácia das redes e suas agendas, inclusive no enfrentamento da dependência científico-tecnológica, seria favorecida pelo fortalecimento da multi, inter e transdisciplinaridade, com interfaces com os saberes locais, nas abordagens dos grandes problemas estruturais na região. Um terceiro desafio compreende a articulação da dimensão acadêmico-científica e sociocultural com a dimensão econômica no planejamento e em estratégias da integração regional, e de modo a valorizar as Ciências Sociais e Humanas, marginalizadas pelas abordagens vigentes. Outro desafio relacionado é o fortalecimento da abordagem da integração também como uma política interna, nacional, com vistas à conformação na sociedade brasileira de um sentido de pertencimento a uma comunidade regional — com experiências históricas e atuais compartilhadas com os demais países latino-americanos e caribenhos, apesar das diferenças, que não deixam de ser reconhecidas — e à compreensão da importância da solidariedade e da cooperação no âmbito sociocultural para o enfrentamento das diversas crises contemporâneas. Este seria um ponto de partida relevante para as interfaces entre IES e organizações e movimentos sociais. Observamos em nossa pesquisa que as iniciativas latino-americanistas brasileiras acadêmicas e não acadêmicas ensejam a busca por parcerias e a integração regional está entre os seus principais objetivos. A extensa fronteira brasileira com dez dos doze países na América do Sul (exceção de Equador e Chile) representa um grande potencial nesse sentido. A criação de uma rede de IES com os propósitos

da UNILA na região amazônica, por exemplo, contribuiria para o aprofundamento da integração numa perspectiva intercultural. Urge, todavia, avaliarmos os impactos do BRICS sobre as agendas de pesquisa sobre a ALC, preocupação compartilhada com alguns coordenadores de PPG latino-americanistas da UNILA.

Tendo-se em vista as dimensões aqui exploradas (acadêmico-científica e sociocultural), como, na vossa opinião, a América Latina e o Caribe devem se posicionar diante das transformações do mapa mundial de riqueza e poder que o mundo atravessa na atualidade? Qual é o papel do Brasil nessa conjuntura?

Acreditamos que espaços comuns de produção e difusão de conhecimento na ALC, norteados por perspectivas críticas e comprometidas com uma revisão profunda de valores e princípios que norteiem objetivos, podem propiciar inserções e reposicionamentos mais favoráveis nos processos em curso de reconfiguração das estruturas e dinâmicas do sistema mundial. A diplomacia brasileira, nos mandatos de Lula, vem se destacando nas arenas das relações internacionais, com a proposição de uma nova ordem mundial que aplaque as assimetrias existentes entre os países e regiões e estabeleça novos paradigmas para o enfrentamento das múltiplas crises que assolam a humanidade. Desde o terceiro governo Lula (2023-2026), que coincide em grande parte com o segundo governo Trump (2024-2028) — o qual, em contraposição, revigorando o panamericanismo, acirra e provoca novas crises internacionais — há uma retomada da prioridade da articulação do Grupo dos BRICS, presidido pelo Brasil a partir do início de 2025. Além de "Política e Segurança" e "Finanças, Economia e Comércio", outro pilar básico concebido para a cooperação no âmbito do BRICS é "Intercâmbio Cultural e da Sociedade Civil" sendo que "Ciência, Tecnologia e Inovação", "Desenvolvimento Humano e Social" e "*People to People*" (P2P) consistem em três das seis áreas temáticas elencadas para o desenvolvimento destes três pilares, nas quais são previstas agendas relacionadas à cooperação científica e acadêmica e o fortalecimento de

diálogos e laços sociais e culturais. A área temática "P2P" compreende vários fóruns e conselhos, entre os quais o "Conselho de *Think Tanks*", o "Fórum Acadêmico" e o "Fórum Civil". Há, portanto, uma estruturação do BRICS em curso para comportar temas referentes à produção e difusão do conhecimento, o que é bastante positivo. Mas vale lembrar que, apesar dos números expressivos do BRICS em termos de população, abrangência geográfica, PIB, comércio exterior e capacidade energética, trata-se da articulação de onze países membros de três regiões do mundo (Ásia, África e América do Sul), cujas participações são focadas primariamente na perspectiva de suas questões nacionais. Contudo, o objetivo principal do grupo (de alterar o sistema de governança global e criar alternativas para instituições de financiamento multilateral) é definido em associação a um compromisso político internacional amplo, com o "Sul Global", o que se expressa no lema da atual presidência brasileira do BRICS, "Fortalecendo a cooperação do Sul Global para uma governança mais inclusiva e sustentável". Os nove países parceiros aprovados em 2025, entre os quais Bolívia e Cuba, em certa medida vêm ampliar a margem latino-americana do "Sul Global" integrante do Grupo, mas os canais e mecanismos de intermediação entre a ALC ou as demais regiões e o BRICS ainda precisam ser mais bem definidos, inclusive acerca dos impactos sobre projetos de cooperação e integração, regionais e sub-regionais, envoltos em retrocessos que resultam no recurso a arranjos bilaterais. Um desafio importante referente ao papel do Brasil em sua atuação à frente do Grupo BRICS é justamente avançar em estratégias de mediação entre o regional (latino-americano) e o global, quiçá, com algum efeito de demonstração junto aos demais países membros e parceiros em suas respectivas regiões, com vistas a integrar os regionalismos ao novo globalismo, do "Sul". Na perspectiva da dimensão acadêmico-científica e sociocultural entendemos que a configuração de uma nova ordem mundial, com uma nova geopolítica, deve compreender o latino-americanismo e outras perspectivas regionalistas, como o africanismo, como constituintes de um novo cosmopolitismo, que deve

ser descentrado do Norte, numa dinâmica dialética de sobreposições e interrelações de identidades e engajamentos. Outro desafio do Brasil é fortalecer a sua atuação no cenário mundial ancorada nos legados do latino-americanismo — aqui referido tanto como conhecimento especializado sobre a América Latina como movimento político, sociocultural e filosófico, gestado na e desde a região em oposição ao panamericanismo, compreendendo a gênese da contrahegemonia dos países latino-americanos. O anti-imperialismo e o anticolonialismo, erigidos ao longo de dois séculos de luta pela autodeterminação e a unidade da identidade dos povos latino-americanos, devem ser princípios preservados, qualquer que seja o país a alçar a hegemonia no sistema mundial em substituição dos EUA — o que deveria valer também para o próprio Brasil, de modo a impugnar o subimperialismo na América Latina. O latino-americanismo muito pode contribuir para o debate sobre novas estruturas produtivas e de poder, em âmbito internacional-global, inclusive na dimensão da ciência, da produção e da difusão do conhecimento nas arenas da chamada Ciência Mundial. Um terceiro desafio do governo brasileiro na presidência do Grupo BRICS, relacionado aos anteriores, é o compromisso com o avanço nas pautas dos conselhos e fóruns, bem como da Reunião dos Ministros da Cultura, para se fomentar a discussão crítica sobre as ambiguidades subjacentes ao "Sul Global", pelo qual se arquiteta uma contra hegemonia, a fim de se identificar obstáculos e soluções para as novas bases da almejada nova ordem. É preciso garantir que esses espaços de diálogo possam, com efeito, aumentar a participação em processos decisórios e influenciar o planejamento de estratégias políticas, diferentemente do que ocorreu com instituições como o Banco Mundial, o BID e o FMI, marcadas pela supremacia estadunidense, em relação às quais se busca alternativas. Nesse sentido, o impacto decorrente da suspensão em 2025 de recursos dos EUA, sob o corolário do governo Trump, para organizações multilaterais de cooperação, inclusive para organizações voltadas para ciência, cultura e educação, pode ser relativizado e tomado como uma oportunidade para

se repensar o multilateralismo no século XXI. Um novo multilateralismo, por uma nova governança global, envolve mudanças nas regras compartilhadas, o que não deve prescindir da ampliação e o aprofundamento da democracia e a ressignificação do "desenvolvimento". O BRICS, que procura se afirmar como "Sul-Global", é um agrupamento bastante heterogêneo, que também converge países caracterizados pelo autoritarismo, com imensos déficits de direitos humanos. Em suma, trata-se de um cenário bastante desafiador, que nos exige novas utopias, universalismos e macro narrativas. A maior ênfase na dimensão acadêmico-científica e sociocultural é, portanto, fundamental.

POSFÁCIO

O Brasil e as problemáticas irresolutas da questão nacional

Lia Pinheiro Barbosa[1]

O presente livro, organizado por Wagner Iglecias, é um chamado à uma reflexão coletiva sobre os desafios contemporâneos do país conduzida em diálogo com quarenta e seis pesquisadoras e pesquisadores brasileiros do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). O formato da entrevista, pouco frequente no catálogo do CLACSO, torna-se um convite à pessoa a apresentar, em poucos parágrafos, elementos centrais de cada temática, e esse método de reflexão produz um efeito de leitura que um volume de capítulos não produziria. Refiro-me a uma leitura coletiva e que versa não apenas sobre o Brasil do presente, mas daquilo que herdamos do próprio movimento de conformação sócio-histórica do país, fundado na tríade da colonização, da escravização e do latifúndio, pilares das nossas contradições mais profundas e das problemáticas irresolutas que reverberam na construção da democracia, na efetiva garantia de direitos, e no modelo de desenvolvimento econômico adotado.

[1] Doutora em Estudos Latino-Americanos (UNAM). Professora da Universidade Estadual do Ceará, no Centro de Humanidades, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN). Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Ainda que escrito a muitas mãos, li o conjunto como se lê um único documento sobre o primeiro quarto do século. As convergências nessa leitura "individual" sobre o Brasil logo se transformam em coletivas e aparecem sem que ninguém as tenha combinado. Procuro aqui identificar algumas dessas convergências e lê-las desde o lugar de onde pesquiso e interpreto o Brasil, a saber, a teoria social e sociologia territorial dos movimentos indígenas e camponeses da América Latina.

Camila Rocha, Thais Florencio de Aguiar e Danilo Martuscelli abrem o volume analisando a democracia a partir de uma avaliação de quatro décadas de governos civis. Os três olhares, com ênfases distintas, tratam a Constituição de 1988 como uma conquista sustentada pela mobilização social e erodida, em seguida, por um duplo processo: o ajuste neoliberal dos anos 1990 e o golpe parlamentar de 2016. Em diálogo com as pesquisadoras e o pesquisador, considero que a construção e a consolidação da democracia — fenômeno amplamente analisado na teoria social latino-americana — constituem um dos grandes desafios políticos do Brasil, país de prolongado sistema escravocrata, que durou quase quatro séculos e de uma independência política tardia e negociada, o que revela desafios concretas na edificação, perante as elites nacionais, de um espírito democrático e da garantia de direitos humanos, sociais e políticos.

A Constituição de 1988 buscou inserir tais direitos, muito embora as ações anticonstitucionais ocorram frações conservadoras que atuam por dentro ou em paralelo aos regimes democráticos instituídos após sua outorga. Breno Bringel descreve a Carta Magna como resultado de uma transição por transação, que preservou as elites no poder e impediu a justiça de transição; ainda assim, a reconhece como um marco democratizador central da história política recente do Brasil.

Em que pese a ampliação dos direitos garantidos constitucionalmente, não conseguimos avançar, de forma mais efetiva, nos processos de reparação histórica em relação à expropriação territorial dos povos indígenas, afrodiaspóricos e do campesinato. A violência

estrutural do Estado se materializa no não cumprimento ou na morosidade da justiciabilidade constitucional dos direitos. Nessa direção, vemos no livro a mesma avaliação reaparecer em outros campos. Fábio Alkimin registra a paralisia quase completa da demarcação de terras indígenas desde 2016, e Felipe Milanez observa que, desde então, os povos indígenas se converteram em uma das principais forças em defesa da Constituição. Dennis de Oliveira afirma que o Estado Democrático de Direito não chegou à periferia. César Barreira e José Vicente Tavares dos Santos mostram que a arquitetura policial herdada de 1969 e a tutela militar atravessaram a redemocratização intactas. A leitura conjunta indica que a Constituição segue sendo o principal instrumento de disputa no país e que sua defesa coube, nas duas últimas décadas, sobretudo àqueles a quem ela menos protegeu.

As entrevistas sobre economia, meio ambiente, recursos naturais estratégicos e questão agrária descrevem um mesmo processo a partir de categorias analíticas que são fruto da sofisticada análise da teoria social crítica latino-americana e caribenha. Carlos Eduardo Martins é certeiro ao apontar, como um problema real do nosso desenvolvimento econômico, a permanência de uma economia vinculada ao capitalismo dependente, à superexploração do trabalho e à reprimarização da pauta exportadora. Nessa esteira analítica, Edna Castro aprofunda aspectos centrais, ao destacar o histórico papel que o Brasil cumpre como fornecedor de matérias primas em um *continuum* do modelo extrativo baseado no modelo de *commodity* de exportação e em dinâmicas que reproduzem o colonialismo interno na Amazônia.

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior enumera a expansão simultânea do agronegócio, da mineração, do petróleo, do gás e dos projetos de logística sobre os biomas, com impactos sociais e ambientais sobre os povos e os territórios por eles habitados. Nesse sentido, a materialização desse processo é apresentada por Yamila Goldfarb e Mucio Tosta Gonçalves, ao analisarem as configurações recentes da questão agrária brasileira. Yamila Goldfarb parte do dado do Censo Agropecuário de 2017, segundo o qual um por

cento dos estabelecimentos controla 47,5 por cento da área agrícola, e chegam ao recorde de conflitos no campo registrado pela Comissão Pastoral da Terra em 2023. Isto explica a existência de movimentos sociais agrários de grande envergadura e importância histórico-política, como as Ligas Camponesas, na década de 1960, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento agrário que nasce durante o processo de redemocratização brasileira e que é uma referência internacional na reivindicação da Reforma Agrária Popular, a Soberania Alimentar e a territorialização da agroecologia.

Mónica Bruckmann e Edna Aparecida da Silva enriquecem essa discussão ao abordar o lugar do Brasil na geopolítica dos minerais críticos e da transição energética. Uma convergência entre ambas diz respeito à conclusão de que o Brasil participa dessa transição em posição subordinada, como fornecedor de matéria-prima e de energia renovável, sem domínio das etapas de maior conteúdo tecnológico. Esse diagnóstico coincide com o que venho argumentando, em pesquisa conjunta com Luciana Nogueira Nóbrega, sobre o deslocamento da questão agrária à questão territorial (Barbosa e Nóbrega, 2025). No século XXI, o capitalismo por espoliação opera no que definimos como uma apropriação integral do território, que se torna estratégico na nova ordem do capital: a expropriação já não se limita à terra agricultável, mas se expande ao que está no subsolo (minérios e água), o vento, a radiação solar, a água, a faixa costeira e as rotas por onde tudo isso circula, todas submetidos a uma mercantilização sem limites. A transição energética, apresentada como resposta à emergência climática, organiza uma nova rodada de despossessão nos mesmos territórios que já haviam sido alcançados pela soja e pelo minério. As entrevistas de Mónica Bruckmann e de Edna Aparecida da Silva permitem situar esse processo na disputa geopolítica entre Estados Unidos e China. Do mesmo modo, Edna Castro permite lê-lo como a atualização de uma relação colonial que o país mantém com suas próprias regiões.

O território é também o lugar onde esse modelo é contestado, e as entrevistas sobre povos indígenas e questão agrária descrevem essa contestação com precisão. Alkimin e Milanez enumeram autodemarcações, retomadas, grupos de vigilância territorial, protocolos autônomos de consulta, escolas com projeto pedagógico próprio e sistemas de saúde baseados em saberes tradicionais. Goldfarb faz o balanço dos quarenta anos do MST e insiste na fase atual do movimento, voltada à comercialização do que os assentamentos produzem e à demonstração pública de que a agricultura familiar camponesa alimenta o país. José Carvalho de Noronha, ao tratar da saúde pública, chega à mesma conclusão a partir de uma abordagem da insegurança alimentar, que é fruto do latifúndio improdutivo e do modelo econômico exportador de *commodities*. A necessidade de promover a agroecologia é uma alternativa real na garantia do direito à terra e na promoção de outro projeto de campo, inclusive em termos de uma reparação histórica das populações camponesas e quilombolas.

Dennis de Oliveira nos lembra que a negação do acesso à terra à população negra remonta à Lei de Terras de 1850 e que garantir os territórios quilombolas implica confrontar o agronegócio. Em nossas pesquisas, tratamos de abordar a problemática agrária sob a ótica das lutas indígenas e camponesas da América Latina, colocando no centro da análise as concepções e os exercícios da autonomia como proposição concreta de reivindicação da terra e defesa territorial (Barbosa e Rosset, 2024). O que encontramos é exatamente o que essas entrevistas descrevem para o Brasil. A autonomia, nessa acepção, designa a capacidade de uma coletividade de reproduzir a vida no seu território e de decidir sobre ele, ao tempo que interpelam a ofensiva do capitalismo agrário sobre os modos de vida e a existência dos territórios.

Há nesse ponto uma dimensão epistêmica que duas entrevistas tocam diretamente. Felipe Milanez sustenta que a maior contribuição dos povos indígenas ao debate climático é de natureza filosófica, uma ontologia da reciprocidade que recusa a separação moderna

entre sociedade e natureza. Sant'Ana Júnior conclui sua entrevista afirmando que a superação teórico-metodológica dessa dicotomia é a tarefa urgente das Ciências Sociais, e que os estudos sobre povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas realizados no Brasil já a vêm assumindo.

As entrevistas de Milanez, de Sant'Ana Júnior e de Claudia Miranda, que descreve as cotas como uma revolução político-epistemológica na universidade, indicam um avanço relevante na democratização do acesso à universidade e do próprio giro epistemológico em curso no âmbito da formação no campo das Ciências Sociais, sobretudo no reconhecimento de que a interpretação do Brasil também é erigida pelos setores populares. Roberto Leher descreve o resultado mais amplo desse tipo de disputa quando afirma que a universidade pública está sendo pintada de povo pelas cotas, e Milanez o quantifica com os mais de 45 mil estudantes indígenas no ensino superior e a criação da Universidade Federal Indígena.

Outro tema abordado no livro se mostra crucial: o lugar da juventude no projeto nacional. Olívia Perez chama de democratização das instituições o processo pelo qual os sujeitos historicamente excluídos passam a decidir sobre o conjunto de suas reivindicações, e Silvia Borelli mostra que as juventudes periféricas já fazem política por meio de coletivos, saraus e redes antes de qualquer reconhecimento institucional. O que o livro documenta, nesse eixo, é que as políticas públicas mais duradouras do período foram aquelas que os movimentos produziram e continuaram a defender desde fora do Estado.

O livro também lança perguntas centrais a boa parte dos(as) entrevistados(as) sobre a extrema direita, e as respostas formam o segundo conjunto de convergências do volume. Breno Bringel interpreta as mobilizações de junho de 2013 como uma abertura societária que permitiu a grupos conservadores, até então pouco presentes na rua, ocupar o espaço público. Natasha Bachini descreve a conversão do anticomunismo da ditadura em antipetismo. Danilo Martuscelli caracteriza o bolsonarismo como movimento neofascista e que possui uma base de massas. Nora Krawczyk argumenta que a escola

pública torna-se um alvo prioritário, primeiro pela denúncia de professores e depois pela reforma do ensino médio e pela plataformização. Joanildo Burity e Silvia Alves Fernandes recusam a ideia de um voto evangélico homogêneo e localizam o problema do avanço do conservadorismo da extrema direita na difusão de uma razão neoliberal. Manoel Dourado Bastos situa as plataformas digitais como um espaço de disputa sob controle do grande capital norte-americano.

Olivia Perez e Silvia Borelli explicam a adesão de parte da juventude à direita pela experiência de uma democracia que não produz efeitos concretos em suas vidas. Do ponto de vista dos retrocessos mais significativos da última década, Maria Aparecida Bridi documenta as principais consequências da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista, em termos de uma reconfiguração do mundo do trabalho e dos impactos negativos sobre os sindicatos. Ao mesmo tempo destaca a campanha de deslegitimação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) entre os jovens.

Lidas em conjunto, essas entrevistas descrevem o movimento de expansão da extrema direita como um fenômeno territorializado. Ela cresceu nos lugares onde o Estado chegou como polícia antes de chegar como direito, para usar a formulação de Dennis de Oliveira e de Cláudia Miranda sobre o genocídio da juventude negra. Avançou onde o trabalho se tornou sinônimo de precariedade e onde a igreja e a plataforma digital ocuparam o espaço deixado pelo sindicato e pelo partido. Maura Bicudo Veras acrescenta que a ascensão das camadas populares nos anos 2000 se deu de forma despolitizada, mediada pelo consumo e distante dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos.

Em relação aos feminismos, Joana das Flores Duarte lembra que o conservadorismo cristão também se capilariza pelo protagonismo de mulheres negras e periféricas, o que exige dos feminismos populares um trabalho de base que a política institucional não substitui.

Há uma pergunta que merece especial atenção no livro e que está relacionada ao afastamento do Partido dos Trabalhadores (PT) de suas bases populares. As respostas foram menos defensivas do que se

poderia esperar. Bringel reconhece o fundamento da crítica e rejeita a resposta de simplesmente reestabelecer a relação com as bases, propondo, em seu lugar, a reconstrução de práticas de organização popular. Natasha Bachini observa que os governos do PT reduziram a pobreza por meio de políticas transferências de renda, sem realizar reformas estruturais como a reforma agrária ou a tributação das grandes fortunas. Danilo Martuscelli adverte sobre a tendência dos governos progressistas de não politizar as massas ao implementar suas políticas assistencialistas.

Fabio Luís Barbosa dos Santos, Gustavo Menon, Flávia Lessa de Barros e Lilia Tavolaro respondem às perguntas sobre o lugar do Brasil na América Latina e no Caribe, tema que me toca diretamente como integrante do Comitê Diretivo do CLACSO entre 2022 e 2025. Fabio Santos lembra que o próprio conceito de América Latina é uma construção branca do século XIX, e Gustavo Menon cita pesquisas segundo as quais menos de cinco por cento dos brasileiros se reconhecem como latino-americanos. Flávia Lessa de Barros e Lilia Tavolaro mostram que as universidades públicas lideraram a produção de conhecimento sobre a região entre 2010 e 2015 e que a cooperação acadêmica com os países vizinhos segue episódica, enquanto as políticas de internacionalização favorecem o Norte Global. Neste aspecto, avalio que ainda é muito incipiente, no Brasil e entre a sociedade brasileira, uma consciência e identidade latino-americana. Essa negação é resultado direto da própria construção histórica da identidade nacional, erigida em um racismo estrutural de desvalorização das raízes indígenas e negras em nossa formação social e de enaltecimento da Europa, provocando uma hierarquia regional interna (entre os eixos sudeste-sul em relação aos eixos norte-nordeste-centro oeste) e uma rejeição à América Latina, por identificá-la com o rosto negado indígena e negro (Barbosa, 2026).

A integração regional contemporânea também é um tema de reflexão neste livro. Bernardo Salgado Rodrigues avalia que não conseguimos avançar na integração regional durante o terceiro governo Lula. Por outro lado, vemos emergir uma discussão central acerca da

participação do Brasil no BRICS e que provoca posições analíticas divergentes, como as de Javier Vadell e Juan Agulló. Para Vadell, o BRICS constitui um foro político consolidado e tem um papel pragmático na disputa de hegemonia no âmbito geopolítico internacional, notadamente entre Estados Unidos e China. Juan Agulló pondera sua análise ao afirmar que funcionam mais como lobby do que como bloco, com assimetrias nas relações econômicas e políticas entre os países que compõem o BRICS, seja na relação geopolítica instituída entre eles, bem como nas dinâmicas internas dos contextos nacionais.

As entrevistas de Flávia Lessa de Barros e Lilia Tavolaro sugerem que as Ciências Sociais brasileiras têm ainda um longo caminho para acompanhar a natureza dessa integração, e o CLACSO é um dos poucos espaços em que o Brasil pensa a si mesmo em termos latino-americanos. Este livro é um exemplo disso.

A apreciação que destaquei a partir da minha leitura não esgota os múltiplos aspectos destacados no livro. As leitoras e os leitores encontrarão na entrevista feita à Gabriela Lotta um balanço da profissionalização da gestão pública e uma defesa dos burocratas de nível de rua, professores, policiais e agentes de saúde, que constituem mais de setenta por cento do funcionalismo e sobre os quais pouco se fala. Encontrarão em Flavio Gaitán e Anete Ivo uma discussão acerca da diferença entre proteção social como direito e gestão residual da pobreza, e sobre a subestimação da pobreza pela linha do Banco Mundial. Encontrarão em Rochele Fachinetto e Amaral Arévalo a constatação de que todos os direitos da população LGBTQIAPN+ conquistados no período foram obtidos por decisão judicial e nenhum por lei do Congresso, o que os torna reversíveis. Encontrarão em Antonio Albino Rubim e Lia Calabre a trajetória das políticas culturais, com destaque para o Programa Cultura Viva e para a reconstrução do Ministério da Cultura após sua extinção. Encontrarão em Celi Scalon e em Maura Bicudo Veras o debate sobre as classes médias e a chamada nova classe média, em José Carvalho de Noronha o balanço do Sistema Único de Saúde e da pandemia, em Maria Aparecida Bridi as consequências da reforma trabalhista de 2017 e em Paulo Roberto

Neves Costa uma leitura das elites empresariais e a recusa da noção de que somente os adversários têm ideologia. Cada um desses temas mereceria um posfácio próprio.

O que o livro oferece, tomado em conjunto, é um retrato do Brasil produzido por uma geração de pesquisadoras e pesquisadores que se formou durante a redemocratização, atravessou o ciclo progressista e o golpe de 2016 e que desenvolve pesquisas no calor de uma acirrada disputa de hegemonia do capital e dos cursos da democracia no contexto nacional brasileiro. É uma geração intelectual que tem o desafio de fazer sua própria leitura sobre temáticas que são, em realidade, pontos nevrálgicos da nossa formação social e política, e o organizador do livro não pediu unanimidade nos posicionamentos a respeito. As entrevistas compartilham um ponto de partida e lançam para nós possibilidades de pesquisa e aprofundamento analítico com respeito aos grandes temas que articulam os fenômenos a serem estudados nas Ciências Sociais contemporânea. Elas partem dos territórios, das periferias, das escolas e universidades, dos assentamentos e das aldeias, e desde lá interrogam o Estado, o mercado e a própria ciência social. Fals Borda diria que se trata de uma sociologia que sente e pensa ao mesmo tempo. Penso que é a sociologia de que o Brasil precisa para compreender-se como parte da América Latina e do Caribe, e agradeço a Wagner Iglecias e ao CLACSO por reuni-la em um só volume.

Referências

Barbosa, Lia Pinheiro (2026). Somos brasileiros e, também, somos latinos: a Educação do Campo na conformação de uma consciência e identidade latino-americanas. *Linguagens, Educação e Sociedade*, *30*(62), 1-30. https://doi.org/10.26694/rles.v30i62.7728

Barbosa, Lia Pinheiro e Nóbrega, Luciana Nogueira (2025). Estratégias de *green grabbing* no contexto da transição energética: um estudo a partir da apropriação integral do território na América Latina. *Revista Nera*, *28*(3). https://doi.org/10.1590/1806-675520252811122

Barbosa, Lia Pinheiro e Rosset, Peter Michael (2024). Concepções e exercícios da autonomia entre os movimentos indígenas e camponeses da América Latina. *Revista Nera*, *27*(2). https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.9944

Pensar o Brasil através de 26 eixos temáticos permite abordar as transformações da ordem internacional em um contexto caracterizado por intensas disputas globais, uma crise da hegemonia atlântica e a emergência de novas articulações multipolares. É também uma forma de dialogar com a conjuntura atual do Brasil e da região, por meio de análises rigorosas baseadas em pesquisas e experiências relevantes para cada um dos temas abordados em seus capítulos. Esta publicação integra as iniciativas promovidas pela Secretaria Executiva da CLACSO no âmbito de dois dos eixos estratégicos da nossa agenda institucional 2025-2028: "Reconfigurações geopolíticas e multilateralismo em transformação: Perspectivas do Sul Global" e "Democracias em disputa: Horizontes, resistência e construção de alternativas a partir do público e do comum".

Do Prefácio de Pablo Vommaro, Diretor Executivo da CLACSO.

CLACSO